

RAFAEL HENRIQUE PALOMINO

O LEITOR NA REPORTAGEM DE REVISTA:
um estudo das marcas da interação no gênero



ARARAQUARA – SP

2014

RAFAEL HENRIQUE PALOMINO

**O LEITOR NA REPORTAGEM DE REVISTA: UM ESTUDO
DAS MARCAS DA INTERAÇÃO NO GÊNERO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Renata Maria Facuri Coelho Marchezan

Linha de Pesquisa: Estrutura, organização e funcionamento discursivos e textuais

Bolsa: CNPq

ARARAQUARA - SP
– 2014 –

Palomino, Rafael Henrique

O leitor na reportagem de revista : um estudo das marcas da
interação no gênero / Rafael Henrique Palomino – 2014

265 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) –

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade
de Ciências e Letras (Campus de Araraquara)

Orientador: Renata Marchezan

1. Reportagens e repórteres. 2. Volochinov, V. N.
3. Bakhtin, M. M Mikhail Mikhailovich 1895-1975.
4. Medviédev, Pavel Nikoláievitch. 5. Gênero. I. Título.

RAFAEL HENRIQUE PALOMINO

O LEITOR NA REPORTAGEM DE REVISTA:
UM ESTUDO DAS MARCAS DA INTERAÇÃO NO GÊNERO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Data de aprovação: 25 de junho de 2014.

Membros componentes da banca examinadora

Profa. Dra. Renata Maria Facuri Coelho Marchezan (orientadora)

Profa. Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo

Profa. Dra. Marina Célia Mendonça

Profa. Dra. Simone Ribeiro de Ávila Veloso

Profa. Dra. Assunção Aparecida Laia Cristóvão

Local: Universidade Estadual Paulista
UNESP – Campus de Araraquara
Faculdade de Ciências e Letras

AGRADECIMENTOS

A meus pais, que sacrificaram muito para eu poder estudar, e a quem devo tudo.

À orientadora Renata Coelho Marchezan e à banca examinadora, pela leitura atenta e pelos comentários.

Ao amigo Anderson Piva, pela paciência de ler trechos deste trabalho e auxiliar com suas observações.

A minha companheira Cristhiane Falchetti, pelas leituras, pelas indicações de livros, pelos comentários, pelas conversas, pelo incentivo, pela atenção, por tudo.

RESUMO

Este trabalho pretende identificar traços da imagem do leitor presumida nas reportagens de revista. O objetivo primário é observar uma regularidade nas atividades discursivas (o perfil do leitor, tal como é imaginado) que pode dizer algo sobre o gênero como um todo, uma vez que a imagem do leitor estrutura o gênero. Imagina-se ainda que essa imagem do leitor não possa ser neutra. Isso significa que a atividade de reportar define um perfil de seu leitor, que, em algum grau, acaba por ser interiorizado pelo falante que participa dessa atividade. Esse perfil é o ponto de partida para a leitura, e o guia para a escrita. Este trabalho baseou-se na análise de 72 reportagens de *CartaCapital*, *Época*, *IstoÉ* e *Veja*, de outubro de 2008. Partiu-se do conceito de gêneros discursivos como uma estabilização de formas discursivas na interlocução e por ela, decorrente da necessidade de essas formas cumprirem uma função numa atividade social humana. Procurou-se mostrar a existência de um gênero que realiza a função de reunir os acontecimentos da semana, ligá-los e interpretá-los; a ele, deu-se o nome de reportagem. Pelo exame do contexto sócio-histórico, deduziram-se hipóteses sobre o gênero, que se submeteram ao teste empírico no *corpus*. Concluiu-se que a reportagem de revista mantém um diálogo marcado por um traço de intimidade com o leitor, estabelecendo com ele um vínculo de confiança subjetiva. Ela se ocupa, acima de tudo, de interpretar, e não de informar. Sua argumentação procede mais intensamente ao reforço de valores de grupo, do que à veridicidade das interpretações apresentadas. Embora a reportagem de revista se deixe permear pelo diálogo em larga escala e precise reagir aos discursos contrários ao seu, a argumentação para convencer o leitor do que ela diz, ou para dissuadi-lo das teses que a contrariam, é relativamente rara. A leitura é fortemente marcada por traços emocionais, dos quais o mais comum é o recurso ao humor. A concordância entre autor-criador e leitor é muito grande; a polêmica, quase nula. As vozes que permeiam a reportagem são destituídas das acentuações valorativas originais, submetendo-se, ostensivamente, à voz do autor-criador, que controla o sentido do texto e fecha-o. Isso tudo sinaliza um leitor pouco concentrado, pouco afeito à reflexão profunda, cujo critério para a leitura é a satisfação pessoal, e não a responsabilidade social. É um leitor de características relativamente homogêneas (um “auditório particular”), que compõe um nicho de mercado. Sua visão de mundo é racionalizada na reportagem, que, para obter dele o vínculo de confiança, reproduz para ele as ideias dele, tal como as percebe. A interação com esse leitor faz crer numa imprensa que está determinada não pela ética liberal-burguesa que fundamenta seus princípios, mas pela lógica de mercado liberal-burguesa que viabiliza sua existência de empresa capitalista.

Palavras-chave: 1. Círculo de Bakhtin (Bakhtin, Voloshinov, Medviédev); 2. Gêneros do discurso; 3. Reportagem.

ABSTRACT

This work intends to identify some aspects of reader's image, as it is presumed in the magazine reports. The primary goals of this study is verify a regularity in the discursive activities (the reader's profile, as it is imagined) that can reveal something about the genre taken as a whole, as this image of the reader structures the genre. It has been agreed this reader's image cannot be neutral. It means that the reporting activity itself defines a reader's profile that, in some degree, is interiorized by the speaker who participates on this activity. This profile is the starting point to reading, and the guide to writing. This work analyzes 72 reports from *CartaCapital*, *Época*, *IstoÉ* and *Veja*, from October 2008. It started from the discursive genres concept as the discursive forms stabilization in the verbal interaction and by it, resulting from the need of its forms to perform a function in a human social activity. With this criterion, was shown the existence of a genre that performs the function of gathering issues of the week, connecting and interpreting them. It was named report. By the socio-historical context, it was inferred hypothesis about the genre, which were empirically tested on the *corpus*. It was concluded that the report maintain a dialog marked by a feature of familiarity with the reader, setting with this person a subjective trust link. It tries above all to interpret, not to inform. Its argumentation makes more intensively the reinforcement of group values, than the verifying of presented interpretations. Even though the magazine report is permeated by a large scale dialogue and needs to react to the discourses opposed to its own, the argumentation to convince the reader of what the report says, or to dissuade the reader of believing the opponent thesis, is relatively rare. The reading is strongly marked by emotional features, of which the most common is the humor. The agreement between author and reader is very significant; the polemic is almost none. Finally, all the voices that permeate the report are dismissed of its original value accents, being these voices ostensibly submitted to the author's, that controls the meaning of the text and closes it. It all seems to show a reader not focused, less inured to a deep reflection; a reader of which criterion for reading is the personal satisfaction, and not the social responsibility. A reader with relatively homogeneous characteristics (a "particular auditorium") that composes a market niche. This reader's vision of the world is rationalized by the report, that, in order to obtain a trust link, reproduce the reader's ideas for the reader, as they can be perceived. The interaction with this reader suggests a press less determined by the liberal-bourgeois ethics that grounds its principles, than by the liberal-bourgeois market logic that makes possible the press existence as a capitalist company.

Key-words: 1. Bakhtin's Circle (Bakhtin, Voloshinov, Medviédev); 2. Discursive genres; 3. Report.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
GÊNEROS DISCURSIVOS E ATIVIDADES SOCIAIS HUMANAS	14
1. TENDÊNCIAS GERAIS EM ANÁLISE DOS GÊNEROS DISCURSIVOS, RETÓRICOS OU TEXTUAIS	15
2. A NOÇÃO DE CONTEXTO.....	28
3. A INTERAÇÃO ENTRE O CONTEXTO E O GÊNERO DISCURSIVO.....	37
3. NECESSIDADE E LIBERDADE NOS GÊNEROS DISCURSIVOS	48
4. OS GÊNEROS DISCURSIVOS E A PSICOLOGIA SOCIAL	56
5. SUPORTE TEÓRICO PARA A NOÇÃO DE SUJEITO	64
6. ORIENTAÇÕES FILOSÓFICAS DO MÉTODO.....	73
MERCADORIA E INFORMAÇÃO: O CONTEXTO DA REPORTAGEM	78
1. HISTÓRIA DA IMPRENSA	79
2. HISTÓRIA DAS REVISTAS	84
3. APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DAS REVISTAS NO BRASIL.....	88
4. A PASSAGEM RUMO À PÓS-MODERNIDADE E O CONTEXTO ATUAL	89
5. O PÚBLICO DA REPORTAGEM: CONSIDERAÇÕES SOCIOLÓGICAS E PSICOLÓGICAS	97
6. A DELIMITAÇÃO DO GÊNERO.....	106
O VÍNCULO SUBJETIVO ENTRE AUTOR-CRIADOR E LEITOR.....	112
1. RECURSOS AO HUMOR.....	113
1.1. <i>A ironia</i>	114
1.2. <i>O escárnio</i>	125
1.3. <i>Humor sem alvo: a piada</i>	132
2. A PRESSUPOSIÇÃO	133
3. CONCLUSÕES PARCIAIS E DISCUSSÃO	144
O PAPEL DA ARGUMENTAÇÃO NA REPORTAGEM.....	150
1. O PROBLEMA DA ARGUMENTAÇÃO	151
2. O ACORDO PRESUMIDO	156
2.1. <i>Afirmções categóricas</i>	156
2.2. <i>Argumentos por autoridade</i>	162
3. O ACORDO VISADO	170
3.1. <i>Argumentação racional</i>	171
3.2. <i>Argumentação não racional</i>	179
4. CONCLUSÕES PARCIAIS E DISCUSSÃO	184
O GÊNERO IDEALIZADO E O GÊNERO REALIZADO	191
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLIFONIA NA REPORTAGEM DE REVISTA	192
1.1. <i>O espaço de leitura preliminar</i>	198
1.2. <i>Modos de discurso citado</i>	206
2. SELEÇÃO DE CONTEÚDO.....	210
2.1. <i>Anedota</i>	212
2.2. <i>Romantização</i>	218
3. CONCLUSÕES PARCIAIS E DISCUSSÃO	222
CONSIDERAÇÕES FINAIS	228
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	234
FONTES.....	240
ANEXOS	241

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar como se formula, por meio da prática discursiva, a imagem do leitor do gênero reportagem nas revistas semanais. A sugestão de que essa imagem pode se definir não nos enunciados, mas no gênero, remonta a M. Bakhtin, em seu texto *Os gêneros do discurso*. Há uma passagem desse texto em que o autor (1997b, p.324) diz que as características da divulgação científica originam-se de presunções acerca do leitor do gênero. Essa passagem traz um detalhe interessante: a julgar por ela, o gênero (e não o enunciado) guarda uma imagem do leitor. Se o gênero não é mais que uma estabilização das práticas discursivas tomadas em uma atividade, e se tais práticas não podem prescindir de imaginar o outro com quem se fala, o gênero deve, portanto, estabilizar, *em alguma medida*, a imagem desse outro. Gêneros mais rígidos o farão de maneira mais intensa (p.ex., dissertações escolares¹), mas não nos parece possível a um gênero não fixar a imagem daquele a quem ele se dirige. Ainda que a estabilidade dessa imagem seja precária, ela deve existir, ou não haverá meios de orientar a produção de enunciados, uma vez que eles se dirigem a alguém, e que a imagem desse alguém é indispensável à elaboração deles. Textos de um mesmo gênero, supomos, tendem a uma forma relativamente parecida de interação com seus leitores. Isso leva a supor que deva haver semelhanças no leitor que, no gênero, presume-se. Ou isso, ou não faria sentido a interação ser parecida.

Nossa proposta é entender como a reportagem de revista fixa a imagem do leitor. Escolhemos esse gênero por sua importância social. As revistas semanais mais vendidas no Brasil, segundo os dados do Índice Verificador de Circulação de 2009, compõem-se desse gênero (embora, claro, não só dele): *Veja*, *Época* e *IstoÉ*. Tentar ver como esse gênero fixa a imagem do leitor é notar uma imagem recorrente na atividade de reportar — quer dizer, um padrão no cumprimento dessa atividade. Isso oferece subsídios para

¹ Cf. BRITO, P.L. Em terra de surdos-mudos. In: GERALDI, J.W. (Org.). *O Texto na Sala de Aula*. 2ª Ed. Cascavel: Assoeste, 1985. Neste artigo, há um exemplo de como o gênero da dissertação escolar impõe uma estabilização relativamente rígida da imagem do leitor.

discutir problemas de psicologia social e ideologia. Cremos que estudar como o gênero fixa a imagem do leitor ajuda a ver caracteres ideológicos da nossa sociedade, inscritos numa de suas mais importantes atividades: a da interpretação da vida pública presente. Nessa atividade, atua a reportagem de revista.

A imagem do leitor fixada no gênero desempenha papel importante na leitura “real”, quer dizer, a leitura que as pessoas de carne e osso fazem no cotidiano. Primeiro, o enunciado é criado em função do leitor presumido; segundo, o leitor precisa assumir certa posição ante o que lê, e deve, para isso, lidar com a imagem de leitor inscrita no texto. É, pois, de uma imagem que interfere na produção e na leitura de enunciados. E compor o sentido na leitura e na produção da reportagem é interferir numa atividade de grande impacto social. É interferir na formação de sujeitos que estão sempre a meio caminho do que serão, construindo-se conforme manipulam sentidos em seu universo interior. Esses sentidos, na perspectiva que tomamos, não advêm da alma ou da mente do falante tomada em isolado, mas dos outros, daqueles com quem o falante dialoga. E muitos dialogam com o outro por meio da reportagem de revista.

Por fim, se entendemos que todo enunciado está na tensão entre quem fala e quem responde; se entendemos que quem fala tenta medir a reação de quem responde para domá-la, se entendemos que os sentidos se fazem na medida em que o enunciado é interpretado — se entendemos isso tudo, concordamos que a imagem de quem responde não só adorna o gênero, como um detalhe seu, mas estrutura-o. Sua análise pode levar a um princípio pelo qual o gênero se organiza. Assim esperamos.

Importa-nos, por isso, saber como o leitor da reportagem de revista é inscrito no gênero. O senso-comum já nos dá um ponto de partida. Diz-se de produtos culturais de massa que eles têm um público médio, de características médias, de gostos médios. E. Morin (1997, p.51), por exemplo, afirma que “a cultura de massa é média em sua inspiração e seu objetivo, porque ela é a cultura do denominador comum entre as idades, os sexos, as classes, os povos”, por ligar-se à “sociedade na qual se desenvolve uma humanidade média, de níveis de vida médios, de tipo de vida médio”. U. Eco (1987, p.345) diz que o *mass media* “tende a secundar o gosto médio do público e esforça-se por determiná-lo estatisticamente”. T. Coelho (1993, p.7), num livro introdutório sobre indústria cultural, diz que o produto dela é “um tipo de pré-confecção feito para atender necessidades e gostos médios de um público que não tem tempo de questionar o que consome”. E as referências à noção de “média das pessoas”, à qual os produtos culturais de massa se voltariam, não param aí. Não há, porém, média possível entre os homens.

Pessoas não são grandezas quantitativas numa escala, não podem ser medidas à régua. Reduzi-las a médias é tornar neutra a imagem delas. Essa imagem, porém, não pode ser neutra. Ela resulta da estabilização de uma atividade sócio-histórica e pragmaticamente situada, de que o gênero é parte integrante. Ela não só reflete essa prática, como impõe limitações a ela, condicionando-a e sendo por ela condicionada. Uma imagem derivada da vida concreta se conspurca na concretude, criva-se de acentuações valorativas por todos os lados.

Ao longo da pesquisa, formulamos diversas hipóteses, muitas das quais tiveram que ser modificadas. Nossa hipótese básica é a de que as reportagens envolvem-se numa atividade social ostensivamente marcada pela lógica de mercado. Por isso, reportagens dirigem-se a leitores de perfil bastante delimitado (nichos de mercado, como dizem os marqueteiros e publicitários). O debate em nichos não autoriza polêmicas tão amplas sobre a vida pública, a não ser em pontos superficiais e, em geral, no sentido de refutar proposições adversárias incômodas, e reforçar consensos de grupo. Resulta disso que a reportagem, em grande medida, ecoe seu leitor, repita a ele o que ele já pensa, não o leve além do que ele já é. Por isso, ela mais reforçaria valores de grupo do que debateria a vida social. Outras micro-hipóteses nasceram dessa, e elas serão debatidas ao longo do trabalho. Vale dizer que essa hipótese inicial, sem ser abandonada, foi matizada, e os matizes deram-nos outras indicações sobre o gênero, que passamos a perseguir.

Para realizar esta pesquisa, estudamos 72 reportagens, de um *corpus* das revistas *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital*, todas do mês de outubro de 2008. Cremos que esse é um recorte temporal adequado, por abarcar a crise imobiliária, a eleição para presidente dos EUA (atípica, que elegeu o primeiro presidente negro daquele país) e decisivas eleições municipais no Brasil, que, especulava-se, antecipariam os resultados da disputa presidencial de 2010. Como são temas sensíveis, pensamos que trariam uma exposição maior das acentuações valorativas, uma vez que os textos tenderiam a expor mais suas posições. Isso facilitaria nosso trabalho de analisar os valores fixados no gênero.

No capítulo I, discutimos conceitos importantes para a construção deste trabalho, entre os quais, o de gêneros do discurso, o de contexto, as orientações filosóficas do método de análise e a fixação de apreciações valorativas no gênero.

No capítulo II, narramos o contexto sócio-histórico e pragmático de emergência da reportagem de revista, e procuramos ajustar essa emergência ao quadro social de que ela é parte. Ao fim do capítulo, deduzimos algumas propriedades da reportagem, com a intenção de definir o gênero.

No capítulo III, pretendemos demonstrar o vínculo que une autor-criador e leitor. Para isso, desenvolvemos alguns procedimentos para definir não o que eles discutem, mas em que termos ocorrem suas discussões. Foi fundamental, neste ponto, a análise do pressuposto — o que autor-criador e leitor aceitam previamente, sem contrato explícito. Um tipo particular de pressuposto, por sua riqueza, foi delineado e estudado à parte: os que servem ao humor.

No capítulo IV, analisamos os casos em que o autor-criador julgou que deveria lutar pela adesão do leitor. Foi necessário reformular várias hipóteses neste ponto, e foi importante, a partir dele, revisar o conceito de argumentação, ainda que com brevidade.

O capítulo V pretende comparar a idealização do gênero à sua realização. O que chamamos de idealização do gênero é certo imaginário sobre a reportagem, composto tanto do senso-comum a seu respeito como de prescrições éticas amplamente difundidas sobre ele. A idealização é anteposta à atividade que, pelo gênero, pratica-se (tal como a percebemos). Tomamos as idealizações sobre o gênero como hipóteses que conferimos no *corpus*. Tentamos remeter os resultados ao quadro geral da reflexão sobre o leitor, bem como relacioná-los ao contexto, tal como ele fora descrito no capítulo II.

Defendemos uma metodologia e uma concepção de gênero que queremos materialista. Baseamo-nos, para isso, em V. Voloshinov, P. Medviédev e Bakhtin, ainda que aqueles sejam mais afeitos à tradição marxista que este. Aceitamos os argumentos de vários estudiosos quanto à autoria das obras do Círculo não serem, todas, de Bakhtin; citá-las-emos, por isso, de acordo com o que esses estudos recentes têm postulado. Consideramos *Marxismo e filosofia da linguagem*, *Discurso na vida e discurso na arte* e *O freudismo* obras de Voloshinov; *O método formal nos estudos literários*, obra de Medviédev; *Os gêneros do discurso*, *O problema do texto*, *A teoria do romance* e *Problemas da poética de Dostoiévski* obras de Bakhtin. Evitamos, ainda, a expressão “Círculo da Bakhtin”, para não valorizarmos um estudioso mais que os outros, nem submetermos as reflexões de uns a outros. Evitamos, aliás, citar os autores como um “círculo”, por não querermos dar uma impressão exagerada de homogeneidade entre as obras, cujas diferenças não pretendemos apagar. Para referir-nos ao grupo, usamos o termo “Círculo”, sem erguer sobre ele a batuta de Bakhtin. Por fim, esforçamo-nos para não nos restringirmos às ideias do Círculo, e sim para tomá-los como teóricos de referência entre outros, também referenciais para nós. Cuidamos para evitar que essa posição nos levasse a um ecletismo teórico, e temos esperança de ter conseguido isso.

Trabalhamos com a intenção de contribuir para desnaturalizar a relação de quem

lê e quem escreve a reportagem de revista; para evidenciar como a sociedade imagina a relação com o leitor da reportagem — melhor, como ela autoriza a construção dessa relação; e para identificar o modo de pensar e agir fixado no gênero e reproduzido por ele, bem como as contradições que ele carrega. É a partir delas que nos será possível ver o movimento do gênero e a abertura para a negação de seus caracteres típicos.

Um último esclarecimento. *Reportagem de revista* é o gênero aqui estudado. Ele pode vir referido, ao longo do trabalho, mais simplesmente como *reportagem*. Pedimos atenção, porém, ao fato de que a reportagem, neste trabalho, não é a de jornal. Caso seja feita menção à reportagem de jornal neste texto, isso será avisado.

I

GÊNEROS DISCURSIVOS E ATIVIDADES SOCIAIS HUMANAS

Este capítulo dedica-se a discussões teóricas sobre os gêneros discursivos. Esse é o conceito principal de nosso trabalho e, por isso, defini-lo torna-se obrigação nossa. Isso, talvez, não fosse tão necessário se esse fosse um conceito livre de polêmicas e debates dentro da academia. Os gêneros discursivos, porém, não são ponto pacífico entre estudiosos; mesmo o uso do adjetivo “discursivos”, como será esclarecido adiante, já decorre da assunção de uma posição teórica, às vezes, polêmica. Esclareça-se, pois, que a posição defendida aqui é uma entre outras possíveis. Cumpre, neste capítulo, situar essa posição para, acima de tudo, ficarem evidentes os limites deste trabalho.

É conhecido o postulado de F. Saussure, segundo o qual o ponto de vista faz o objeto. Concordamos com ele. Ninguém olha para a realidade sem fazer-se perguntas ao analisá-la. Essas perguntas, os motivos de nossas análises, condicionam toda resposta que podemos ter. Nenhum olhar é isento de pressupostos. Não se examina um aspecto do real sem motivos para crer que lá está a resposta. Queremos deixar claro, por isso, o motivo que nos levou a olhar para onde olhamos, as razões por que decidimos que este seria o ponto ao qual viraríamos a luneta.

Queremos debater um conceito de gêneros discursivos *materialista e histórico*. Isso significa, em primeiro lugar, um conceito de gêneros que não se deduz da Ideia, que não é um “sistema” ou uma “essência” abstrata, e que tampouco seja o resultado de uma convenção arbitrária. Não dizemos que conceitos com intenções como essas não possam ser feitos, mas apenas que não serão feitos por nós. Imaginamos que os gêneros têm existência concreta e podem ser percebidos pela análise. Para enfocá-los pelo viés materialista histórico, vamos nos centrar em como eles se deduzem de dinâmicas sociais e econômicas, em que se dão as relações entre seres humanos mediadas pela linguagem.

Neste ponto, deve estar evidente nossa inspiração marxista. Estamos fazendo uma leitura dos autores do Círculo com base nessa matriz de pensamento. A tradição teórica originada dos escritos de Marx e Engels, a despeito das polêmicas internas e das

discussões (muitas delas, à revelia do que os dois autores alemães escreveram), costuma aceitar a tese defendida, em especial, na obra *A Ideologia Alemã* e, depois, nomeada por Engels de *materialismo histórico*. Para ela, aquilo de que a consciência humana se compõe (crenças, opiniões, etc.) é produto das relações de trabalho e produção em que o homem toma parte, para erigir os meios de satisfação das suas necessidades. Opõe-se a essa tese aqueles que creem no contrário: as relações de produção e trabalho é que são, para os opositores, produtos da consciência do homem.

Ao falar da consciência humana, discutimos conceitos muito relacionados ao de gêneros discursivos. Como pretendemos que fique claro ao longo deste capítulo, eles são vistos não como conjuntos de textos, mas como padrões organizadores da visão de mundo daqueles que os usam para interagir. Eles, como os entendemos, são meios de conceituar o real. E são dedutíveis das relações sociais, uma vez que tomam parte nelas — afinal, não se fala para nada mais que estabelecer relações sociais. A consciência é, conforme o nosso referencial teórico, semiotizada e, por isso, estamos também falando de como a psicologia social se organiza. O conceito de gêneros discursivos faz um nó dessas pontas: discurso, psicologia, sociologia, história e língua atravessam-se nele.

Assumindo o materialismo histórico, cremos que os gêneros são dedutíveis das relações sociais de que são parte. Quisemos esclarecer isso já no título que demos para o capítulo. Esperamos que nossa leitura desses conceitos se esclareça na sequência.

1. Tendências gerais em análise dos gêneros discursivos, retóricos ou textuais

Discutir a noção de gêneros do discurso não é algo que se possa fazer em poucas páginas. Conceito que não se deixa simplificar, o gênero extrai riqueza do que o torna complexo: sua capacidade de trançar vários temas, de tornar-se o ponto de intersecção de muitos conhecimentos, da sociologia à psicologia, da linguística à filosofia. O caráter transdisciplinar desse conceito torna-o, ao mesmo tempo, interessante e difícil. Tratá-lo exige considerações a várias disciplinas, o que traz o risco de imprecisões, equívocos, mal-entendidos. Evitar esses riscos e assimilar os consensos da área criticamente é o que queremos neste princípio de trabalho.

Estudar os gêneros é entrar em uma antiga discussão. Aristóteles já tinha teorias sobre o tema. Seu trabalho se voltava a manifestações, digamos, “especiais” da língua: os gêneros poéticos e retóricos, e foi apenas nesse restrito espaço que ele tratou do tema. Não temos conhecimento de nenhuma abordagem do problema que o tenha tratado fora desse âmbito durante os cerca de 2300 anos que separam Aristóteles do assim chamado

Círculo de Bakhtin. No princípio do século XX, o Círculo retirou os gêneros da camisa de força e expandiu-os a toda a produção de enunciados que se tem na sociedade.

Gêneros de discurso não são uma preocupação entre outras do Círculo, mas um conceito fundamental dele, sem o qual muitas de suas ideias restariam empobrecidas. É conhecida a intenção de Bakhtin de dedicar uma obra inteira ao assunto, que acabou não realizada. Dessa pretensão, só restou o rascunho de um texto, não publicado pelo autor em vida, editado de forma mais ou menos arbitrária por Bočarov (que excluiu trechos na primeira publicação e, depois, restituiu alguns deles na segunda). Para Sériot (2007, p.4-6), trata-se de um texto não só editado, mas também traduzido de forma infeliz. Com isso, as ideias presentes nele são, talvez, algo próximo das que o autor pretendia, e isso as deveria colocar em descrédito. Não foi, porém, o que a história fez delas. Apesar de todas essas dificuldades, esse texto tornou-se um clássico. Não temos, é verdade, certeza do que Bakhtin quis dizer com ele, e a leitura que exporemos corre o risco, como todas, de não ser a que agradaria ao autor. Se há, porém, quem tenha dúvidas se Bakhtin em pessoa autorizaria nossa leitura de seu texto, nós, por nosso lado, temos dúvidas se isso realmente importa. cremos importar mais o fato de esse texto, do modo como circulou e se tornou conhecido, ter sido fecundo aos trabalhos de tantos estudiosos ocidentais. Não vemos motivo para sermos tão fiéis a Bakhtin; parece-nos mais importante sermos fiéis à fecundidade que certas ideias nos trazem. O “verdadeiro” texto, o Bakhtin “genuíno”, não são o foco de nosso trabalho. Para nós, é preferível debruçarmo-nos sobre o texto e o Bakhtin que, mesmo sob o risco de não serem os “reais”, influenciaram os estudos do Ocidente. Não estamos dizendo, claro, que o Bakhtin “genuíno” não deva interessar a ninguém; apenas dizemos que não é disso que se ocupa este trabalho.

O texto de que falamos recebeu, nas traduções brasileiras, o título “Os gêneros do discurso”. Está nele a afirmação de que “cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados” (BAKHTIN, 1997, p.279), que deixa claro tanto que o uso da língua sempre concerne a alguma esfera da atividade humana, como que se realiza um gênero do discurso sempre que se fala, e não só quando se faz um enunciado retórico ou poético. Os gêneros do discurso extrapolam, assim, os objetos de estudo tradicionais e expandem-se rumo a todas as esferas da comunicação. Esse ponto de vista é que permite a Bakhtin diferir gêneros do discurso primários de secundários. Ele propõe que, em nossa sociedade, devido ao modo como caminhamos ao longo da história, criaram-se espaços complexos de uso da língua. Nesses espaços, exige-se do falante, para que consiga se situar, o domínio de gêneros igualmente mais

complexos. Esses gêneros são chamados por ele de *gêneros secundários*, em oposição aos mais espontâneos, os *gêneros primários*.

Segundo Bakhtin (1997b, p.281), os gêneros do discurso secundários seriam, em sua maioria, escritos, por estarem ligados a uma comunicação cultural sofisticada, que exige a presença da palavra escrita para se desenvolver (o que não quer dizer que *todo* gênero secundário seja escrito). É o caso dos discursos científicos, artísticos, filosóficos, jurídicos, políticos, etc. Os gêneros primários, por sua vez, seriam típicos do cotidiano e, preferencialmente, orais — pelo menos é o que se supõe quando Bakhtin (1997b, p.281), diz que os gêneros primários se originariam de “circunstâncias de comunicação verbal espontânea”. Isso também não significa que *todo* gênero primário seja oral, mas que sua maioria seja, já que a maioria das “circunstâncias de comunicação espontânea” são de contatos pela modalidade oral da língua. Esses gêneros primários teriam surgido, portanto, antes dos secundários, em cuja composição eles entrariam e na qual seriam destituídos de suas características originais. Ao serem absorvidos pelos secundários, os gêneros primários perderiam o contato imediato com a realidade, como ocorre, por exemplo, com o diálogo de dois personagens em um romance. Se o diálogo entre duas pessoas pode ser um gênero primário, no romance, ele é recontextualizado e torna-se algo diverso. Essa recontextualização dos gêneros primários (que é nada mais que parte de um processo de complexificação social) forma e constitui os secundários.

Essa contribuição de Bakhtin trouxe novas possibilidades aos estudiosos que se seguiram — e não nos referimos só ao aumento de objetos de estudo possíveis, mas a todos os avanços e reflexões que isso engendra. Muitas possibilidades levam, porém, a muitas discordâncias. Como não poderia deixar de ser, há muitas concepções nascidas dessa fonte e, mesmo elas tendo mais semelhanças que diferenças, ainda assim diferem o bastante para modificar as análises. Trata-se de um problema complexo, cuja questão fundamental é, cremos, a que C. Miller (1984, p.151) expõe:

Embora a crítica retórica recentemente nos tenha fornecido uma profusão de afirmações de que certos discursos constituem uma classe distinta, ou gênero, a teoria retórica não nos proveu de uma orientação firme a respeito do que constitui um gênero. Por exemplo, gêneros retóricos têm sido definidos por similaridades nas estratégias ou formas no discurso, por similaridades na audiência, por similaridades nos modos de pensar, por similaridades em situações retóricas. A diversidade dessas definições coloca tanto teóricos quanto críticos diante de um problema.² (tradução nossa)

² Although rhetorical criticism has recently provided a profusion of claims that certain discourses constitute a distinctive class, or genre, rhetorical theory has not provided firm guidance on what constitutes a genre. For example, rhetorical genres have been defined by similarities in strategies or forms

Embora Miller refira-se a seu campo de estudos, o da Sociorretórica, cremos que essa afirmação valha para estudos sobre gêneros em todas as áreas, já que em todas se experimenta essa mistura de critérios para objetivar a percepção intuitiva da existência de um gênero — mistura de critérios que só pode sinalizar uma instabilidade do próprio conceito de gênero. Esse nos parece um dos maiores problemas com que o estudioso de gêneros deve lidar. É sempre possível tomar um critério qualquer — uma regularidade formal, uma semelhança no perfil dos leitores, uma função, etc. — para reunir textos, e chamar essa reunião de gênero. Mas, caso se admitisse a legitimidade de reunir textos com base em qualquer critério, a análise de gênero se tornaria caótica: gêneros seriam qualquer coisa que o analista quisesse. Isso não significa que analistas não podem reunir textos com base no critério que bem entenderem, ajustados a suas finalidades de análise. Mas, como Miller (1984, p.155) diz, dar a qualquer reunião dessas o nome de “gênero” não parece ajudar muito os debates.

Em vez de tentar propor uma solução para esse problema, basta-nos, por ora, que esteja claro como ele é incontornável. Reunir textos com base em qualquer critério e chamar a essa reunião de gênero é transformar o conceito de gênero em coisa nenhuma. A dificuldade de lidar com isso leva os teóricos a tomarem posições divergentes sobre esse tema. Daí (embora não só daí) emergem várias tendências de estudos de gêneros, como a da Sociorretórica, que conta com Miller, J. M. Swales e C. Bazerman; a dos gêneros textuais, de autores como J. P. Bronckart e B. Schneuwly; a da Sociossemiótica, de Halliday e Hasan; a discursiva, que vê os gêneros como *de discurso*, etc. Na tentativa de esclarecer como esse problema é importante, exporemos algo das diversas tendências de análise de gêneros e tentaremos, com isso, ver como respondem ao problema citado por Miller. Retornaremos, então, ao Círculo, para clarear o conceito de gêneros com que vamos trabalhar.

Começemos por verificar o modo como, no âmbito dos estudos literários, os gêneros são tratados por Todorov. Escolhemos esse autor por ele ter sido um estudioso do Círculo de Bakhtin e ter escrito um livro sobre gêneros do discurso (TODOROV, 1978). Embora suas reflexões relacionem-se aos estudos literários, nelas há um ponto de interesse à análise de gêneros discursivos em geral, importante para a questão do critério

in the discourse, by similarities in audience, by similarities in modes of thinking, by similarities in rhetorical situations. The diversity among these definitions presents both theorists and critics with a problem.

com que se define o gênero. Seja o trecho:

Numa sociedade, institucionaliza-se a recorrência de certas propriedades discursivas e os textos individuais são produzidos e concebidos em relação à norma que constitui essa codificação. [...] Como qualquer instituição, os gêneros destacam as características constitutivas a que pertencem. [...] uma sociedade escolhe e codifica os actos que correspondem de modo mais significativo à sua ideologia; é por isso que existem determinados gêneros numa sociedade e a sua ausência numa outra é reveladora dessa ideologia, e permite-nos diagnosticá-la com uma maior segurança. (1978, p.51-2).

Com o excerto acima, e com a ênfase do autor no caráter institucional do gênero — no fato, portanto, de ele ser instituído pela sociedade que o usa, por essa sociedade ver nele alguma valia —, torna-se claro para nós que o gênero, para Todorov, existe concretamente, cumpre um papel real nas atividades comunicativas, independentemente de qualquer análise que dele se faça e da consciência dos falantes de o estarem usando. A proposta de Todorov (1978, p.50) sobre o critério para se definirem os gêneros liga-se a essa ideia de gênero como algo concreto, e não construído *a posteriori* pelo analista:

[...] pode-se sempre encontrar uma propriedade comum a dois textos e reuni-los numa classe. Teremos interesse em chamar ao resultado de semelhante reunião “gênero”? Penso que estaríamos de acordo com o uso coerente da palavra e que ao mesmo tempo disporíamos de uma noção cómoda e operante se convencionássemos chamar gêneros às únicas classes de textos que foram tomadas como tal ao longo da história. Os testemunhos dessa constatação encontram-se antes de mais nada no discurso sobre os gêneros (discurso metadiscursivo), e de maneira esporádica e indireta nos próprios textos.

Vemos essa posição de Todorov com reservas. Em primeiro lugar, se aceitamos só chamar de gêneros os agrupamentos de textos vistos como tal, e se concordamos que o melhor método para “encontrar” esses agrupamentos são os testemunhos da existência deles nos discursos metadiscursivos — se aceitamos isso, então nos depararemos com o problema de que só se encontram esses metadiscursos em referência aos gêneros que já foram estudados: os retóricos e poéticos. Seria um retrocesso nos estudos de área, já que eles tornariam a se restringir aos seus domínios tradicionais, e se afastariam dos gêneros cujo uso é inconsciente por parte dos falantes.

Há ainda, porém, a possibilidade (não expressa pelo autor, mas inferível de sua fala) de ele considerar que o analista deve examinar as classificações intuitivas feitas pelos falantes sobre os enunciados. Essa classificação tácita, feita sem consciência pelos falantes, poderia ser o “discurso sobre os gêneros” em contextos de interação verbal nos quais não há metadiscurso sistemático. É preciso cuidado, porém; classificações tácitas

podem não ser úteis para fins de análise, justamente, por não terem um método claro. Uma cultura pode classificar textos muito díspares por um mesmo nome (por exemplo, pelo nome de *carta*), adotando tacitamente um critério (o do suporte em que os textos circulam), e ignorando disparidades que podem existir entre os exemplares reunidos (carta comercial, carta familiar, contas enviadas pelo correio, carta jurídica, etc.), que tornariam injustificável a inserção deles numa só categoria. Além disso, numa mesma comunidade e num mesmo tempo, muitas classificações podem ser feitas, cada qual com um critério. As cartas reúnem-se num gênero cujo critério de seleção é o suporte, mas o critério que reúne as notícias não é o mesmo, já que elas circulam em suportes diferentes, como jornais, revistas e sites.

A Sociorretórica responde a essa questão de forma diferente. Embora não seja uma área do estudo linguístico normalmente vinculada à dos estudos discursivos, suas análises sobre gêneros — gêneros retóricos, em sua nomenclatura — trazem reflexões que podem nos levar a analogias com a visão discursiva dos gêneros. Figuram, entre os principais estudiosos dessa tendência, Swales e Miller, e o conceito mais importante que eles compartilham é o de *comunidade retórica* (chamado por Swales de *comunidade discursiva*). Nessa comunidade, as ações linguísticas podem ser agrupadas e definidas como pertencentes a uma classe de eventos. Swales argumenta que um gênero é sempre uma classificação, uma reunião de eventos comunicativos em uma categoria. Eventos comunicativos, ele (1990, p.45-6) define como:

[...] aquele em que a linguagem (e/ou paralinguagem) desempenha um papel, ao mesmo tempo, significante e indispensável. [...] Em segundo lugar, eventos comunicativos de uma classe particular variarão em sua ocorrência, do extremamente comum [...] ao relativamente raro. [...] Finalmente, [...] um evento comunicativo é aqui concebido como contendo não apenas o discurso em si e seus participantes, mas também o papel desse discurso e o acontecimento de sua produção e recepção, incluindo suas associações históricas e culturais.³ (tradução nossa)

Eventos comunicativos, em Swales, incluem um papel necessário da linguagem, interlocutores, a situação física de comunicação, o papel da comunicação na sociedade em seus aspectos tanto de produção e recepção, como históricos e culturais. Conforme se reúnem esses eventos, forma-se o gênero. Mas o que os reúne? Para Swales, reúne-

³ [...] one in which language (and/or paralinguage) plays both a significant and an indispensable role. [...] Secondly, communicative events of a particular class will vary in their occurrence from the extremely common [...] to the relatively rare. [...] Finally, [...] a communicative event is here conceived as of comprising not only the discourse itself and its participants, but also the role of that discourse and the environment of its production and reception, including its historical and cultural associations.

os, principalmente, o *propósito comunicativo*. Quem realiza um ato de fala quer algo com isso, tem um objetivo que julgou possível pela ação verbal. Swales (1990, p.46, tradução nossa) afirma que os “gêneros são veículos comunicativos para a realização de objetivos”⁴. A razão mesma de o gênero existir é a realização de algum objetivo com ele e, por isso, o propósito comunicativo deve ser o critério que permite enxergá-los. É importante notar, porém, que nem sempre é fácil perceber esse propósito e que nem todo gênero só tem um deles (SWALES, 1990, p.47). A capacidade de reconhecer esses propósitos levaria o falante a entender a racionalidade (*rationale*) subjacente ao gênero:

O conjunto compartilhado de propósitos de um gênero é assim reconhecido — em algum nível de consciência — pelos membros estabelecidos da comunidade discursiva de origem [...] O reconhecimento de propósitos provê a racionalidade, enquanto a racionalidade faz emergir as convenções coercitivas. As convenções, claro, estão evoluindo constantemente e ainda podem ser diretamente desafiadas, mas sua anulação continua a exercer influência.⁵ (SWALES, 1990, p.52-3, tradução nossa)

Nesse trecho, vê-se que, para Swales, os propósitos comunicativos não são dos falantes, mas dos gêneros. A existência desses propósitos é na forma de uma convenção, e a realização deles é a realização de propósitos sociais, o que justifica sua afirmativa de que há uma racionalidade subjacente ao gênero, como se o gênero mesmo fosse racional e ele próprio tivesse um propósito, o qual seria realizado pelo falante. Claro que esse propósito não é do gênero, mas da comunidade, e existe como convenção que os falantes devem compreender, pois apenas essa compreensão torna possível a realização dos propósitos comunicativos (ou sua transgressão).

Por essas considerações, pode-se passar a ideia enganosa de que Swales não se importa com a superfície textual, mas seu modelo de análise nos diz o oposto. É clara a preocupação do autor com uma análise formal, na qual se considera, dentro do texto, certos movimentos retóricos, com outros submovimentos dentro de si. Esse modelo de análise, chamado pelo autor de CARS (*create a research space*), é descritivo, ligado à matéria textual. Ele se insere na tradição de estudos linguísticos dos EUA, assentada na teoria da comunicação. Para essa teoria, como se sabe, a língua é um código conhecido pelos falantes, usado para realizar trocas subjetivas. Conforme A. Bonini (2002, p.75-6),

⁴ Genres are communicative vehicles for the achievement of goals.

⁵ The shared set of purposes of a genre are thus recognized — at some level of consciousness — by the established members of the parent discourse community [...] Recognition of purposes provides the rationale, while the rationale gives rise to constraining conventions. The conventions, of course, are constantly evolving and indeed can be directly challenged, but they nonetheless continue to exert influence.

é nesse espírito que Swales privilegia o propósito comunicativo. Ele seria uma espécie de codificação, de orientação sógnica para a ação individual do falante se dar de acordo com a convenção do código. Esse espírito também orienta, segundo Bonini, Miller a ter como critério definidor do gênero a *ação social*. Para a autora (1984, p.151-2):

[...] o estudo de gêneros é valioso não porque ele permite a criação de algum tipo de taxionomia, mas porque ele enfatiza alguns aspectos sociais e históricos da retórica que outras perspectivas não enfatizam. Argumentarei que uma definição de gênero que soe retórica tem que ser centrada não na substância ou na forma do discurso, mas *na ação social que ele é usado para realizar*. [...] Uma classificação do discurso soará retórica se contribuir para o entendimento de como o discurso funciona — isso é, se ela refletir a experiência retórica das pessoas que criam e interpretam o discurso. Como Northrop Frye sublinha, “O estudo de gêneros tem que ser fundado no estudo da convenção”. (tradução nossa, grifo nosso)⁶

Como se vê, também Miller dá grande importância ao intento da fala. O trecho grifado mostra que, para ela, o gênero é “usado” na realização de ações sociais. A ideia de gênero como convenção une Miller e Swales. Para um e outro, o gênero se funda em um acordo social sobre como usar a língua para realizar objetivos.

Vendo gêneros como esquemas orientadores da ação linguística, a Sociorretórica se aproxima, para Bonini (2002, p.75), da tradição milenar de estudos da comunicação, que a decompõem em falante, ouvinte e assunto da fala. Aristóteles (2005, p.104) teria fundado essa tradição ao dizer que “o discurso comporta três elementos: o orador, o assunto de que fala e o ouvinte”. Dessa concepção teriam surgido, segundo Bonini, os esquemas comunicativos do século XX, como o de Jakobson, o modelo matemático de Shannon e Weaver, o de Laswell, e a concepção de língua de Saussure (BONINI, 2002, p.68). Tanto Miller quanto Swales teriam sua visão do gênero influenciada por esses estudos. Para eles, gêneros “funcionam” como orientadores convencionais de ação linguística, que norteiam a produção de enunciados individuais (BONINI, 2002, p.75). A colocação do gênero, de um lado, no plano individual e, de outro, no plano do código, mantém a Sociorretórica em concordância com a posição clássica sobre a comunicação.

Mas essa posição tem seus problemas. Bonini (2002, p.76) chama a atenção para como a posição clássica explica bem os gêneros em que se orienta a ação individual do

⁶ [...] genre study is valuable not because it might permit the creation of some kind of taxonomy, but because it emphasizes some social and historical aspects of rhetoric that other perspectives do not. I will be arguing that a rhetorically sound definition of genre must be centered not on the substance or the form of discourse but *on the action it is used to accomplish*. [...] A classification of discourse will be rhetorically sound if it contributes to an understanding of how discourse works — that is, if it reflects the rhetorical experience of the people who create and interpret the discourse. As Northrop Frye remarks, “The study of genres has to be founded on the study of convention.”

autor (como o artigo científico ou a carta de promoção comercial), mas falha ao lidar com gêneros que organizam ações coletivas (como a entrevista). Essa posição sustenta, ainda, uma distinção definitiva entre gênero (nível do código) e suporte (nível material, não organizacional). Ocorre, porém, que, segundo um exemplo de Bonini (2002, p.76-7), a produção de uma reportagem de jornal passa pela codificação do texto para posterior organização no suporte, o que inclui edição e adequação da reportagem aos suplementos do jornal. O jornal é, assim, um caso complexo: num primeiro momento, pode ser visto como suporte (espaço em que se grafam sinais) e, no segundo, quando há a referência ao suplemento em que os textos do jornal se encaixam, ele passa a ser visto como portador de uma formatação convencional. Há, aqui, a passagem de um suporte de modalidade física (o objeto em que se grava o texto) a um organizacional (o jornal propriamente dito), dois objetos ontologicamente distintos. Isso dificulta a defesa da separação definitiva entre código e suporte, por dar a impressão de que o suporte, assim como o código, tem uma organização convencional e transmite sentidos.

Tais dificuldades inviabilizam a aproximação entre a noção de gêneros de Miller e Swales e a do Círculo. O caráter dos trabalhos da escola estadunidense a coloca no padrão clássico de análise da comunicação, o que a torna incompatível com a posição dialógica, que, como se sabe, construiu-se, em parte, pela crítica às posições clássicas. É exemplo disso a famosa fala de Bakhtin (1997b, p. 290), segundo a qual os esquemas de comunicação, embora correspondam a aspectos reais da fala, quando tentam dar conta do fenômeno da comunicação como um todo, tornam-se “ficção científica”. Também as concepções de língua subjacentes a esses esquemas indis põem-nos com as ideias do Círculo. Em alguns deles (p.ex., Shannon e Weaver), a língua só traduz o universo idiossincrático do falante, transpondo esse universo a termos compreensíveis a outrem. Em outros (p.ex., Saussure), a língua é um código abstrato que só se compreende pela análise objetiva de seus caracteres num recorte temporal. Ambas as posições são criticadas por Voloshinov, que as nomeia, respectivamente, de subjetivismo idealista e objetivismo abstrato. Ele se opõe radicalmente às duas. A primeira foi recusada por supor um universo pré-linguístico na mente do falante, que apenas se traduziria em formas semióticas aos demais. A segunda, por tomar a língua como código objetivo e independente da percepção subjetiva do falante, esquecendo-se de que o código não existe senão como impressão para a consciência subjetiva, não sendo, pois, dotado de realidade objetiva em si. Ambas as noções imaginam o signo como monológico e, por isso, chegam a suas formulações. É esse conceito de signo o que Voloshinov recusa.

Interpretamos ainda como incompatibilidade teórica entre a Sociorretórica e o Círculo a possibilidade de “coisificação” do gênero que os estudiosos dos EUA trazem. Ao encarar o gênero como “algo” que organiza a produção de textos — como uma “coisa” —, o gênero passa a ser visto como *produto* de uma convenção social, e não como *produção*, quer dizer, algo que não está dado por completo, mas que se vai construindo conforme cada falante toma a palavra. O gênero, tal como o encaramos, não é uma “coisa”, mas um processo. Essa ideia talvez pareça estranha, uma vez que o próprio Bakhtin (1997b, p.297) refere-se ao gênero como “tipo”. Trata-se, contudo, de tipos construídos ininterruptamente no diálogo e por ele. Há, claro, algo dado no gênero (o tipo deve estar dado aos falantes, mesmo para eles o modificarem), mas esse não é o fruto de uma convenção, fixado num código que organiza os enunciados em função de propósitos socialmente estabelecidos. O gênero visto assim é um “objeto” que coage o enunciado a adotar certa forma. As formas do enunciado e aquilo que opera coerções para levá-lo a tais formas são maleáveis, passíveis de submissão a circunstâncias novas que se apresentem. Esclareceremos essas ideias ao longo deste capítulo.

Um último ponto. A concepção da Sociorretórica pode distanciar o gênero de sua realidade concreta. Ele é produzido por uma convenção, mas os autores, nos textos que consultamos, pouco dizem sobre os fundamentos em que essa convenção social se assenta. Miller (1984, p.156-7), por exemplo, afirma que:

Recorrência [de situações a que o gênero se aplicaria] implica nosso entendimento de situações como, de algum modo, “comparáveis”, “similares” ou “análogas” a outras situações, mas, como Robert A. Stebbins nota, “situações objetivas são únicas” — elas não podem recorrer. O que recorre não pode ser uma configuração material de objetos, eventos e pessoas, nem pode ser uma configuração subjetiva, uma “percepção”, pois isso, também, é único de momento para momento e de pessoa para pessoa. Recorrência é um fenômeno intersubjetivo, uma ocorrência social, e não pode ser entendida em termos materialistas.⁷ (tradução nossa)

O ponto de vista da autora é sensato. Se a convenção que, para ela, o gênero é, pudesse ser dedutível da materialidade em que as ações linguísticas de um mesmo tipo (quer dizer, de um mesmo gênero) são requeridas, então, teríamos que lidar com o fato de não haver duas situações objetivamente iguais. Com efeito, cada enunciado é sempre

⁷ Recurrence is implied by our understanding of situations as somehow "comparable," "similar," or "analogous" to other situations, but, as Robert A. Stebbins notes, "objective situations are unique" — they cannot recur. What recurs cannot be a material configuration of objects, events, and people, nor can it be a subjective configuration, a "perception," for these, too, are unique from moment to moment and person to person. Recurrence is an intersubjective phenomenon, a social occurrence, and cannot be understood on materialist terms.

um, e cada contexto é sempre um. A crítica da autora, porém, é sensata por se dirigir a um ponto de vista (entre outros possíveis) sobre como o contexto dá origem ao gênero. Segundo esse ponto de vista, ou a materialidade forneceria a base sobre a qual, com auxílio de nossa percepção, entenderíamos as exigências do meio que nos guiariam em nossas atividades, ou essas exigências seriam a própria materialidade (MILLER, 1984, p.156). Esse é um ponto de vista sobre o gênero como determinado pela materialidade de forma mecânica. Não trataremos do mecanicismo ainda. Por ora, só afirmaremos que a crítica de Miller ao materialismo mecanicista parece distanciar o gênero da realidade material. Para negar o materialismo mecanicista, a autora elabora um conceito de gênero que o toma por construto ideal, baseado numa convenção, distanciado da materialidade e feito para a condução de ações individuais. Cremos, porém, ser possível recusar o mecanicismo sem, para isso, recusar o materialismo. Adiante, discutiremos com calma a relação entre contexto material e gênero.

O interacionismo sociodiscursivo (doravante, ISD) fundou-se na publicação do livro coletivo *O funcionamento dos discursos*, de 1985. Bronckart, Schneuwly e Dolz (os mais conhecidos estudiosos do Círculo de Genebra) formularam, nesse livro, ideias que mais tarde seriam aprofundadas na obra *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*, de Bronckart (1999). O modo como esse grupo entende os gêneros *textuais* (e não *discursivos*) só pode ser assimilado com referência a outro conceito fundamental desenvolvido por ele: o de *tipos de discurso*.

Para os autores, o processo de produção de um texto colocaria a necessidade de realizar operações de linguagem que dizem respeito, por um lado, à relação do texto com sua situação material de produção — tratando-o como autônomo a essa situação ou implicado nela — e, por outro, à relação enunciativa com o que se diz — tratando esse dito como disjunto ou conjunto ao mundo ordinário (BRONCKART, 1999, p.36-7). O mundo ordinário é o que se oferece para ser representado pela atividade de linguagem, e os mundos discursivos são criados na atividade de linguagem e por ela (BRONCKART, 1999, p.151). Dessas operações resultariam quatro tipos (não gêneros) de discurso: o discurso interativo (implicado na situação material de produção e conjunto ao mundo ordinário), o discurso teórico (autônomo em relação à situação material e conjunto ao mundo ordinário), o relato interativo (implicado na situação material e disjunto ao mundo ordinário) e a narração (autônoma em relação à situação material e disjunta ao mundo ordinário). São exemplos desses tipos:

- o diálogo cotidiano, no caso do discurso interativo: implicado na situação

física, como se vê pelos dêiticos, e conjunto ao mundo, já que a interação pelo diálogo se estabelece com referência ao mundo ordinário;

- os textos científicos, no caso do discurso teórico: tão conjuntos ao mundo ordinário quanto os diálogos, mas disjuntos da situação material de sua produção, já que esse contexto não é, normalmente, referido no texto;

- a narração oral de uma história, no caso do relato interativo: em que, por haver uma narração, há uma disjunção com relação ao mundo ordinário, e a criação de outro mundo discursivo; e em que, ainda que haja disjunção ao mundo ordinário, são referidos os parâmetros físicos da situação, devido ao diálogo se dar presencialmente, implicando o texto na situação de produção;

- a prosa literária, no caso da narração: em que o mundo discursivo que se cria é autônomo em relação ao mundo ordinário, e em que não há referências ao contexto de produção do texto.

Os tipos de discurso são sequências textuais (nem sempre textos inteiros) que se podem identificar por traços formais. Já os gêneros identificam-se por caracteres que vão além do texto em si, e levam em conta aspectos contextuais e intertextuais. Desse modo, narração não é um gênero, mas um tipo de discurso; gêneros narrativos seriam o romance, o conto, o relato, etc. Em um mesmo texto, podem-se encontrar vários tipos de discurso que, articulados entre si, entrariam na composição do gênero. Sobre a relação entre tipos e gêneros, Bronckart (1999, p.138) comenta:

[...] mesmo sendo intuitivamente diferenciáveis, os gêneros não podem nunca ser objeto de uma classificação racional, estável e definitiva. Primeiro, porque, do mesmo modo que as atividades de linguagem de que procedem, eles são em número de tendência ilimitado; segundo, porque os parâmetros que podem servir como critérios de classificação [...] são, ao mesmo tempo, pouco delimitáveis e em constante interação; enfim, e sobretudo, porque uma tal classificação não pode se basear no único critério facilmente objetivável, a saber, nas unidades lingüísticas que neles são empiricamente observáveis. Qualquer que seja o gênero a que pertençam, os textos, de fato, são constituídos, segundo modalidades muito variáveis, por segmentos de estatutos diferentes (segmentos de exposição teórica, de relato, de diálogo, etc.). E é unicamente no nível desses segmentos que podem ser identificadas regularidades de organização e de marcação lingüística. [...] esses segmentos constitutivos de um gênero que devem ser considerados como *tipos lingüísticos*, isto é, como *formas* específicas de semiotização ou de colocação em discurso. Elas são formas dependentes do leque dos recursos morfosintáticos de uma língua e, por isso, em número necessariamente limitado.

Os gêneros, Bronckart admite acima, não são de fácil classificação. Para lidar com essa dificuldade, porém, ele voltou-se a definições vagas, que não auxiliam muito a

identificá-los. Comentando um conto que cita em sua obra, ele diz algo que pensa sobre o problema da classificação dos gêneros: “se, de fato, para todo leitor informado, o texto-exemplo é um conto, o problema da objetivação dessa evidência [...] continua em aberto” (BRONCKART, 1999, p.118-9). Ou seja, não há critério claro para classificar gêneros. Sobre a definição de gênero no ISD de 1985, Machado (2005, p.242) diz:

[...] *gêneros de texto* eram tomados [pelos autores do ISD] simplesmente a partir de sua rotulação social usual, sem consideração teórica maior. Assim, a definição de *gênero de texto* subjacente era a de que *gênero de texto é aquilo que sabemos que existe nas práticas de linguagem de uma sociedade* ou aquilo que seus membros usuais consideram como objetos de suas práticas de linguagem. (grifos da autora)

É uma proposta parecida com a de Todorov. A mesma crítica que fizemos a ele vale para o ISD, como se vê por esse trecho de Machado (2005, p.252): “mesmo os falantes de determinada sociedade, embora tenham conhecimentos sobre eles [os gêneros], não sabem nomeá-los e classificá-los de forma completamente segura e confiável”. Um esforço foi feito pelos autores do ISD para classificar os textos com base nos tipos de discurso, mas, após algumas pesquisas, a hipótese de que isso fosse viável não resistiu (MACHADO, 2005, p.248). Se, por um lado, não se pode negar que certos gêneros têm relação prioritária com alguns tipos de discurso (como o romance, no qual a narração predomina), não se pode negar também, por outro, que isso é pouco para classificar os textos, pois muitos gêneros diferentes podem ter o mesmo tipo de discurso (a narração, por exemplo) como prioritário (a lenda, o conto, etc). O tipo de discurso é útil apenas para classificar as famílias de gêneros (os gêneros narrativos, por exemplo). Bronckart diz que vários critérios de classificação dos gêneros são possíveis. Ele propõe que os textos agruparam-se, na história, conforme tinham características relativamente estáveis (1999, p.137), e ficariam disponíveis aos falantes por meio do que ele chama de intertexto. Os gêneros seriam agrupamentos de textos, famílias deles, ou, na expressão do autor (1999, p.75), “conjuntos” de textos. Isso levou o ISD a concluir que os gêneros seriam mais bem caracterizados como *de texto*, e não de discurso.

Nomear gêneros como “de texto” ou “de discurso” não é opção terminológica, apenas, mas adoção de uma postura frente à noção de gênero. A postura do ISD, vimos nas linhas anteriores: assunção, como critérios para identificar os gêneros, da “intuição” do falante e da materialidade linguística, que deveria racionalizar a percepção intuitiva da existência do gênero. Bronckart admite, porém, que a organização dos gêneros pela intuição do falante diz pouco: “a organização dos gêneros apresenta-se, para os usuários

de uma língua, na forma de uma *nebulosa*, que comporta pequenas ilhas mais ou menos estabilizadas [...] e conjuntos de textos com contornos vagos e em intersecção parcial” (1999, p.74). E, se a intuição do falante é um critério falho, igualmente falho é o critério da recorrência de tipos de discurso, como vimos. Sua definição de gênero não pode, por isso, deixar de parecer vaga. Ela deixa apenas a percepção, algo intuitiva e dificilmente objetivável, de que existem gêneros, de que textos associados a uma atividade guardam relações verificáveis, em parte, por regularidades nos tipos de discurso.

Esse modo de proceder não é exclusivo de Bronckart. Rojo (2005, p.192-3) afirma que os que chamam os gêneros de textuais tendem a voltar-se, coerentemente, ao texto, na tentativa de vislumbrar, por ele, os gêneros. Gêneros, nessa concepção, são, no dizer de Bronckart, conjuntos de textos, ou, no dizer de Rojo, famílias de textos. São agrupamentos feitos por similaridades textuais eleitas pelo analista. Recusa-se, assim, a noção de gênero como objeto concreto; em lugar disso, elege-se um critério e funda-se o gênero por meio de uma abstração.

Como se pode notar, cada tendência de análise dos gêneros os vê de um modo. Nosso breve exame deve ter dado a impressão de que não concordamos com nenhuma das tendências expostas. Expô-las revela alguns problemas em que a análise de gêneros se enreda. Neste capítulo, tentaremos esclarecer questões que julgamos importantes para lidar com esse conceito. Principiaremos por uma revisão da noção de contexto.

2. A noção de contexto

O debate sobre a relação do contexto com os enunciados é tão antiga quanto a própria noção de gêneros, ou mais. Em geral, a polêmica opõe dois pontos de vista: um que toma o contexto como determinante do sentido e outro que toma o sentido como imanente da estrutura do enunciado, sem relação direta com determinantes contextuais. Há matizes entre os polos dessa dicotomia, bem como considerações sobre a interação entre enunciado e contexto que vão para além dela. Mas, neste trabalho, essa oposição bastará para nos orientar.

O primeiro tratamento dado ao assunto, talvez, seja o que se tem na Antiguidade, na Lógica em especial. Embora os estudiosos de Lógica não tenham se preocupado em dar acabamento sistemático ao que seria o contexto, seus trabalhos deixam implícito que há uma realidade, a um só tempo, exterior à língua e determinante dela. A Lógica vê a língua como uma instância secundária, submetida a algo exterior e anterior, chamado de real. Mesmo que haja polêmica sobre o que se deve entender como “o real”, na Lógica,

manejavam-se os enunciados de modo a tentar garantir sua coincidência com isso. Daí o esforço em submeter os enunciados a critérios de verdade e falsidade: o real (quer dizer, o contexto), ente primário, deve refletir-se no ente secundário, o enunciado. Se o ente secundário refletir o primário, ou seja, o enunciado refletir o contexto, estaremos diante de um enunciado verdadeiro; caso contrário, estaremos diante de um falso.

Evidente que a posição da Lógica se relaciona com seus objetivos, mas é objeto de críticas, na modernidade, o conceito de língua que a supõe espelhando o real desse modo. Landowski (1992, p.144-6) faz coro a uma crítica famosa a esse ponto de vista, segundo a qual o contexto não pode ser a condição de verdade dos enunciados por ser, ele próprio, também dotado de sentido. O autor não queria criticar a Lógica, mas sim um ponto de vista nos estudos linguísticos (defendido por Carnap) que compartilha com a Lógica uma visão de língua secundária ante o real primário, ao qual ela se submeteria. Landowski argumenta que tudo, no mundo humano, significa algo; o contexto, assim, é dotado de sentido e, então, não poderia ser tido como instância primeira à qual o sentido se reportaria. Essa posição dá base, por exemplo, às reflexões de vários semioticistas que tomam o real por uma narrativa passível de descrição pelo método semiótico. Se o real é tão semiótico quanto o que se diz a propósito dele, então ambos podem ser analisados com o mesmo método. Landowski (1992, p.148-50) mesmo extrapola a valia do método semiótico das narrativas para o contexto, propondo uma “semiótica das situações”; para embasar essa posição, ele afirma não haver contexto primeiro a que reportar o sentido e, por isso, o contexto não seria mais um sistema semiótico, o que retira dele a primazia sobre os outros (1992, p.147). Essa forma de encarar o contexto tende completamente para um dos polos que assinalamos: o de que o sentido é imanente das estruturas da significação. Trata-se de uma posição teórica que exclui da análise o que não é semiótico. Se há a necessidade de se considerar, além das narrativas, alguma outra instância (no caso, o contexto), é apenas em seu caráter semiótico também.

Essa posição encontra apoio em vários raciocínios. Podemos dar o exemplo dos estudos de Vigotski. O psicólogo russo observou como, realmente, a fala modifica a percepção visual a ponto de nos fazer identificar objetos não pela imagem visual, mas pelo sentido. Para o autor (1991, p.37), “o mundo não é visto simplesmente em cor e forma, mas também como um mundo com sentido e significado. Não vemos simplesmente algo redondo e preto com dois ponteiros; vemos um relógio e podemos distinguir um ponteiro do outro”. A incapacidade de, ao ver um objeto, distinguir nele o sentido é, para Vigotski (1991, p.37), sintoma de danos cerebrais: “Alguns pacientes

com lesão cerebral dizem, quando vêem um relógio, que estão vendo alguma coisa redonda e branca com duas pequenas tiras de aço, mas são incapazes de reconhecê-lo como um relógio; tais pessoas perderam seu relacionamento real com os objetos”. Estudos psicológicos como esses apoiam a posição a que Landowski se refere. Bakhtin (1997c, p.405), numa afirmação importante para essa discussão, diz:

Aclaramento do texto não pelos outros textos (contextos), mas pela realidade das coisas extratextuais. E isso que costuma ocorrer na explicação que opera com uma base sociológica vulgarizada, com uma base biográfica, ou com uma base causal (calcada nas ciências naturais), e também a baseada num historicismo despersonalizado (a história anônima). A compreensão verdadeira nos campos da literatura é sempre histórica e personalizada. Lugar e fronteiras da realidade. *As coisas são prenes da palavra.*

As coisas são prenes da palavra, ou seja, as coisas significam. Olhar o objeto mais trivial é colocar-se em contato com algo semiótico. Mas note-se que Bakhtin diz mais que isso nesse trecho. Para ele, o contexto são os outros textos com que dialoga o que está em análise. Embora essa seja uma passagem de um rascunho nunca revisado, e sua redação não esteja clara, parece claro que ele condenava a explicação de textos pelo não textual, já que a “realidade das coisas extratextuais” é base da análise “sociológica vulgarizada” e do “historicismo”. O adjetivo “vulgarizada”, o sufixo *-ismo*, pela sua carga pejorativa, fazem crer que a “realidade das coisas extratextuais” ofereça meios de análise reprovados pelo autor. São desse tipo as análises dos pragmatistas, por exemplo. O próprio Landowski (1992, p.148) acusa-os de avançarem categorias da psicologia introspectiva, da antropologia e da sociologia sobre o terreno do linguístico. Para ele, o método pragmático partiria da língua e inseriria nela as variáveis contextuais, o que é contrário ao que ele propõe: a inserção do enunciado na categoria das “transformações de estado” (uma categoria maior que só os enunciados), que seria o objeto de estudo da Semiótica (LANDOWSKI, 1992, p.148-50).

Austin, o mais famoso dos pragmatistas ingleses, oferece-nos um bom exemplo do que Landowski critica. Em seus estudos, ele afirma que toda fala é um modo de agir sobre alguém (já que ninguém fala sem intenção). Por isso, ele trata os enunciados como “atos de linguagem” que, para se realizarem, devem satisfazer certas “condições de felicidade”, sem as quais não têm como alcançar seus objetivos. Essas condições poderiam ser subjetivas (condições relacionadas a sentimentos, desejos e intenções necessários para o ato de linguagem alcançar seu propósito) e objetivas (indispensáveis para o ato ocorrer, digamos, “normalmente”). Essas condições objetivas seriam tais que,

numa frase como “Feche a porta, por favor”, seria obrigatório, por exemplo, que ambos os interlocutores estivessem numa posição que um pudesse pedir isso ao outro; que a posição do ouvinte lhe permitisse fechar a porta; que a porta que o falante tivesse em mente prescindisse de maiores explicações para ser reconhecida pelo ouvinte; que a porta não estivesse fechada quando o enunciado fosse dito; etc. (KOCH, 1996, p.52). Reflexões como essas cabem no polo oposto ao de Landowski: aquele em que o ato verbal se determina por circunstâncias materiais (entendendo “circunstâncias materiais”, aqui, como o que se põe ao conhecimento empírico imediato do falante).

Contexto como realidade a que o enunciado se reporta; contexto como conjunto de determinantes objetivos e subjetivos à fala; contexto como conjunto de outros textos a que o texto em análise refere-se; contexto como sistema semiótico sem primazia sobre outros sistemas de mesma natureza. Os entendimentos sobre o contexto são variados e, às vezes, contraditórios. Vamos proceder a uma breve reflexão acerca deles e, com base nela, tentaremos expor como trataremos o problema.

Principiemos por considerar a ideia da impossibilidade de uma realidade anterior aos enunciados, à qual eles se reportariam. Tomar o contexto como um mundo real que é pré-existente a toda fala e que condiciona o sentido por meio de uma determinação de verdade ou falsidade é, com efeito, reduzir o escopo de análise só a casos em que a veridicidade é necessária. Claro, isso não é problema para a Lógica, pois ela trata justamente da veridicidade. Ela não postula que todo enunciado pretende a veridicidade e deve, por isso, ser estudado pelo método lógico, mas que todo enunciado *que pretende a veridicidade* deve ser estudado desse modo. Os estudiosos de Lógica não pretendem formular uma teoria linguística que explique todo “ato de linguagem” (para usar a expressão de Austin), mas estabelecer um sistema para conduzir a reflexão à verdade. Segundo Landowski, essa pretensão da Lógica é inadequada — ele sugere que o problema deveria se deslocar da verdade ou falsidade dos enunciados para os “efeitos de verdade” que eles criam (LANDOWSKI, 1992, p.147). Para nós, o método da Lógica é, apenas, restrito a seus objetivos, e não pode ser extrapolado à análise de todo enunciado.

O argumento exposto por Landowski é o de que o contexto, *por ter significado*, não serve de referência à veridicidade. Que o contexto seja dotado de sentido é certo. Não vemos como discordar disso. Mas isso não leva, necessariamente, à conclusão que Landowski expõe. Afinal, se, por um lado, o contexto faz sentido e se, por isso, ele interfere no enunciado, por outro, o contexto tem materialidade também, e é difícil ignorar que essa materialidade interfere nos enunciados. Landowski, em atendimento a

suas posições epistemológicas e a seus objetivos de análise, elimina de sua teoria o fato de o contexto influir materialmente no enunciado. Ele pretendeu criticar, baseado nessa posição, o tratamento determinista que se dá à relação entre contexto e enunciados em certas teorias. Esse determinismo é inaceitável, mas, para recusá-lo, não é necessário eliminar o contexto material do horizonte de análise. Bem entendido: não dizemos que a eliminação do contexto material seja um erro, ou mesmo que seja dispensável, mas sim que *o fato de o contexto material ser dotado de sentido não torna necessária a exclusão de sua existência concreta do nosso conjunto de reflexões*. Essa exclusão é uma escolha, que alguns teóricos fazem para atender a seus propósitos (os quais não serão discutidos aqui). Não decorre, obrigatoriamente, do fato de o contexto material significar, que só se deve considerar seu significado na análise, ou ela restará uma análise determinista, que submete a instância semiótica à coerção material. Para superar esse determinismo, a solução que propomos é ver *os enunciados como determinados pelo contexto na mesma medida em que determinantes dele*.

Talvez não seja capricho esclarecer essa última observação com um exemplo. É fácil imaginar um contexto em que a alguém foi dada autoridade e, a outros, o dever de obedecer. Um comentário de um subalterno, porém, pode retirar a autoridade de quem manda, pode fazer com que todos descreiam dele e passem a não ter respeito por ele. Tudo de que se imagina que um contexto pode ser composto — as condições subjetivas e objetivas de Austin, as relações de poder em uma instituição, o sentido do que rodeia a nós ou dos textos com que dialogamos, etc. — pode ser modificado por um enunciado, porque *o modo como um contexto se configura depende das atitudes dos homens*. A disposição física dos objetos que nos cercam, o sentido dos signos que nos rodeiam, o estado subjetivo dos presentes a uma enunciação, tudo isso pode ser modificado pela ação do homem. *E um enunciado pode induzir o homem a certas ações, além de ser, ele mesmo, uma ação*. O que se diz pode sempre modificar nosso modo de ver as condições de um diálogo e de agir sobre elas, e, assim, modificar o quadro em que se dialoga. O contexto condiciona os enunciados, mas os enunciados condicionam o contexto.

Concretamente, o enunciado e o contexto são imbricados a tal ponto que parece difícil dizer que sejam duas instâncias. Quando a fala é exigida em uma atividade, por exemplo, de trabalho, não há como supor que se tenha, de um lado, a atividade (que se pode chamar de contexto) e, de outro, o enunciado. Essa pode até ser uma separação naturalizada para nós, mas não há muito de natural em fazê-la, pois o próprio ato de falar constitui a atividade de trabalho que se está realizando. É estranho, se pensarmos,

dizer que o tribunal, o júri, o processo, tudo isso é contexto (é uma instância separada, portanto) do que o advogado diz. O processo só existe porque o advogado enuncia algo. O júri só está lá para ouvi-lo e sua tarefa é julgar, com outro enunciado, o do advogado. O juiz está lá para garantir que o advogado guie seu enunciado dentro de parâmetros dados pela instituição. O enunciado constitui o processo, faz com que o júri e o tribunal tenham razão de ser, dá sentido a tudo. Numa palavra: não existe, *na concretude*, dois domínios discretos, o enunciado e a atividade em que ele se dá. Aquilo que o advogado fala é tão parte da atividade quanto a toga do juiz. A separação entre texto e contexto se dá por abstração, é um processo da mente humana, não do real. Essa separação tem importância para a reflexão. Abstrair um enunciado do contexto ajuda-nos a analisá-lo em particular, como sabem tanto os saussurianos, quanto o próprio Landowski. Nossa proposição é a de que apenas se avance, após a análise do enunciado, à relação dele com a totalidade relativa de que ele foi abstraído. Isso porque, e tomamos a liberdade de parafrasear Hegel, a verdade que buscamos é o todo (ou, pelo menos, uma totalidade um pouco mais ampla que a visada por Landowski). Não compartilhamos a concepção de que se devem buscar os menores constituintes eternamente iguais a si mesmos nos atos de fala. Nossa posição é coerente com a de Voloshinov e Medviédev, preocupados com a língua em sua existência concreta e, por isso, com o diálogo, e não com um sistema de formas estáticas. Essa posição teórica força a enquadrar a interlocução numa totalidade (ou, ao menos, a buscar um método que tente realizar essa pretensão).

Para reconstruir a totalidade relativa, deve-se incluir na análise o caráter de ação pragmática do enunciado. O fato de o advogado falar em um contexto objetivo e com motivações subjetivas específicas é importante para essa reconstrução. Mas não basta. Voloshinov (1999, p.129) diz, sobre as unidades abstratas com que trabalha Saussure, que elas correspondem a partes reais do processo da fala, mas que não ao todo. Pode-se dizer isso das categorias da Pragmática: correspondem a partes reais da interação verbal, mas não se pode reduzir essa interação ao que ela dispõe. Pensamos, principalmente, na noção de contexto limitada ao empírico imediato. A ação de um advogado diante do júri não se determina só pela obrigação de convencer o auditório. Seu enunciado interage com outros, recuperáveis pela memória; dirige-se por uma imagem dos jurados formada com base na experiência do advogado e nas lições dos outros (professores, colegas mais velhos, etc.); dirige-se por toda uma sorte de relações institucionais alicerçadas sobre a experiência social na tarefa de conduzir julgamentos; etc. Para dizer sucintamente: *deve-se reportar o enunciado tanto ao contexto imediato como ao sócio-histórico*. Embora

nuances disso sejam captadas por alguns pragmatistas, de modo geral, eles não se focam nisso. E embora seja assim, é importante salientar que isso não impediu a Pragmática de captar um ponto essencial: a noção de enunciado como ação. Isso significa não que se enuncia em uma ação, mas que *enunciar é agir*.

Há quem proponha que se considere o contexto concreto como um enunciado. O que propomos é que o enunciado seja concreto. Concreto porque uma ação, uma *práxis* e, enquanto tal, capaz de impacto sobre o real, porque participante do real, porque parte dele. Um enunciado é uma ação tão real quanto um soco. Sua natureza pode ser diversa da de um objeto que tem massa própria, que pode ser pego; há qualquer coisa de ideal num enunciado, é certo. Mas é igualmente certo que ele, por um lado, é um ente dotado de existência concreta (nos sons, nas massas, nas cores) e de participação concreta na existência. A proposição de Landowski, cremos, não é retornar o enunciado abstraído à totalidade relativa de que ele é parte, mas a de realizar uma nova abstração: abstrair, da concretude do contexto, outro enunciado. Claro, o mundo material faz sentido para o homem. O homem dota as coisas de um sentido, que pode ser descrito como Landowski quer — não negamos. Só queremos mostrar o que nos diferencia dele. Ao analisar acontecimentos, Landowski abstrai deles o sentido e despreza a porção “material”, “real”, “pragmática” — enfim, como queiram. Ele opta por tratar somente do sentido dos acontecimentos. Claro que os acontecimentos não são textos puros só por terem sentido. Eles também ferem, cortam, alimentam, pregam, etc. São acontecimentos, não narrativas. Encarar acontecimentos como narrativas pode ser útil para os propósitos de teóricos como Landowski. Mas, ainda que reconheçamos que esse método tenha seu valor, não o adotamos. Estamos convencidos de que, para haver coerência entre nossas análises, propósitos e opções teóricas, devemos tratar o contexto material (imediato e sócio-histórico) em sua interação com o enunciado. Isso que chamamos de “caráter real dos acontecimentos” é relevante para nossa posição teórica.

Isso pode soar contraditório, já que a passagem de Bakhtin que citamos acima, a respeito da relação entre texto e contexto, chamava de contexto os outros textos com os quais o que está sob análise se relaciona, e execrava a análise de um texto por determinantes extratextuais, acusando-a de ser método de quem trabalha com “base sociológica vulgarizada” e rende-se à facilidade do “historicismo”. Como é possível que precisemos nos referir ao contexto material para nos mantermos coerentes, se nosso referencial teórico rechaça esse método?

É pertinente conferir algumas citações antes de dar a resposta. Seja o trecho:

O objeto real é o homem social (e público), que fala e se expressa por outros meios. Quando se trata do homem em sua existência (em seu trabalho, em sua luta, etc.), será possível encontrar uma abordagem diferente daquela que consiste em passar pelos textos de signos que ele criou ou cria? Será possível observá-lo e estudá-lo enquanto fenômeno natural, enquanto coisa? A ação física do homem deve ser compreendida como um ato; ora, o ato não pode ser compreendido fora do signo virtual (reconstruído por nós) que o expressa (motivações, finalidades estímulos, níveis de consciência). É como se fizéssemos o homem falar (construímos suas asserções essenciais, suas explicações, suas confissões, suas confidências levamos a cabo um discurso interior potencial ou real, etc.). Em toda parte temos o texto virtual ou real e a compreensão que ele requer. O estudo torna-se interrogação e troca, ou seja, diálogo. Não interrogamos a natureza e ela não nos responde. Interrogamos a nós mesmos, e nós, de certa maneira, organizamos nossa observação ou nossas experiências a fim de obtermos uma resposta. Quando estudamos o homem, buscamos e encontramos o signo em toda parte e devemos tentar compreender sua significação.

O que nos interessa aqui são as formas concretas dos textos e as condições concretas da vida dos textos, sua interdependência e sua inter-relação. (BAKHTIN, 1997c, p.342)

Catalão Júnior (2010, p.53), sobre esse trecho, comenta como, para Bakhtin, o contexto corresponderia a outros textos criados ou por serem criados pelo homem. Nós acrescentamos como esse trecho deixa claro que Bakhtin comunga da ideia de que tudo o que rodeia o homem tem sentido. As ideias de Bakhtin presentes neste trecho parecem contrariar nossa posição e reforçar a de Landowski.

Por outro lado, Voloshinov (1999, p.124) diz que

as relações sociais evoluem (em função das infra-estruturas), depois a comunicação e a interação verbais evoluem no quadro das relações sociais, as formas dos atos de fala evoluem em consequência da interação verbal, e o processo de evolução reflete-se, enfim, na mudança das formas da língua.

O trecho acima esclarece que, para Voloshinov, o contexto histórico determina as mudanças das formas da língua. Isso fica ainda mais claro quando ele (1999, p.127) postula que “as leis da evolução lingüística são essencialmente *leis sociológicas*”, uma frase que deixa pouca ou nenhuma dúvida a respeito da sua posição sobre a questão de o contexto material e sócio-histórico influenciar ou não a língua. E há mais:

Chamamos *discurso interior e exterior* a “ideologia do cotidiano” que penetra integralmente o nosso comportamento. [...] Em um grupo social sadio e num indivíduo social-sadio a ideologia do cotidiano, fundada na base econômico-social, é integral e forte: não há nenhuma divergência entre a ideologia oficial e a não-oficial. (VOLOSHINOV, 2001, p.88-9)

A ideologia do cotidiano é o discurso interior e exterior e ela é fundada na base econômico-social. Mais uma confirmação de como o Círculo entendia que o discurso se

fundava sobre a base do contexto sócio-histórico. Sobre a dimensão social do sentido da obra de arte, Medviédev (2012, p.53) diz:

[...] a obra de arte, como qualquer produto ideológico, é objeto da comunicação. Nela, são importantes não aqueles estados individuais do psiquismo subjetivo, tomados por si só, que ela desperta, mas as relações sociais, a interação de muitas pessoas que ela proporciona. [...] a participação na percepção do produto ideológico pressupõe relações sociais específicas. Aqui, o próprio processo é internamente social. Uma coletividade possuidora de percepção ideológica cria formas específicas de comunicação social. O auditório de um poeta, o público leitor de um romance, o auditório de uma sala de concerto, tudo isso corresponde a um tipo especial de organização coletiva, sociologicamente peculiar e extraordinariamente essencial. Fora dessas formas peculiares de comunicação social não há poema, nem ode, nem romance, nem sinfonia. Determinadas formas de comunicação social são constitutivas do significado das próprias obras de arte.

Essa explanação afirma claramente a interferência de uma dimensão extraverbal, ou “extrassemiótica” (a organização coletiva, sociologicamente peculiar, em que se dá a interação social por meio da obra de arte), na dimensão semiótica (em que se situa o sentido da obra). Não vemos motivo para isso se restringir à obra de arte. Parece-nos ser essa uma afirmação válida, ao contrário, a toda e qualquer interlocução.

Esses exemplos são alguns entre muitos que poderíamos citar. Como os autores do Círculo podem dar tantas mostras de a língua se determinar pelo contexto extraverbal e, mesmo assim, dizer que esse contexto não pode explicar os enunciados? cremos que só há uma resposta possível, embora ela não deixe de ser hipotética. Não temos certeza quanto à autoria das obras do Círculo. Notamos que obras publicadas com o nome de Voloshinov e Medviédev enfatizam a influência do contexto material e sócio-histórico sobre o enunciado, e as publicadas por Bakhtin enfatizam relações dialógicas entre os enunciados. Seja certa ou errada essa hipótese, um fato é evidente: se é verdade que, no Círculo, há a afirmação de que o contexto é semiotizado, também se fala sobre como os enunciados sofrem determinação do contexto sócio-histórico. As duas abordagens estão contempladas nas obras dos autores do Círculo. A afirmação de Bakhtin de o contexto sócio-histórico ser a base da explicação sociológica vulgarizada e do historicismo, por seu turno, afirma algo com o qual não concordamos. De resto, é bom lembrar que essa é uma afirmação feita num rascunho nunca revisado e publicado após a morte do autor. A obra de Bakhtin como um todo inclui reflexões que tomam o contexto sócio-histórico e material em consideração. Não é preciso consultar a bibliografia intensamente para isso (embora alguns trechos que citaremos no item seguinte deem testemunho disso). Basta lembrar algumas de suas mais teses famosas, como a de que o romance polifônico teria

surgido da dinâmica da economia capitalista, que uniu partes distantes do mundo e colocou os diferentes em contato, ou o subtítulo de seu conhecido livro: “o contexto de François Rabelais”. Ele não toma como contexto, apenas, os outros textos com os quais o que está em análise dialoga — pelo menos, não na obra que ele escreveu e revisou.

Nossa leitura, portanto, leva-nos a considerar que: (i) para uma abordagem que enquadra a comunicação verbal em sua totalidade relativa, deve-se incluir o contexto material na análise; (ii) o contexto material precisa ser incluído em seu caráter imediato e sócio-histórico; (iii) nada disso proíbe levar em consideração o diálogo intertextual na análise, ou discutir o sentido do contexto material.

Resta esclarecer como o contexto material determina os gêneros do discurso. De que modo o contexto pode imprimir-se de um significado e dialogar com os enunciados produzidos nele? Trataremos desse ponto adiante.

3. A interação entre o contexto e o gênero discursivo

Os gêneros do discurso são, conforme definição de Bakhtin (1997b, p.279), “*tipos relativamente estáveis de enunciados*” elaborados em “cada esfera de utilização da língua” e por elas. Cumpre perguntar: o que leva alguns enunciados, e não outros, a converterem-se em tipos? Por que algumas formas discursivas, e não outras, estabilizam-se? A sugestão está no próprio excerto: as “esferas de utilização da língua” estabilizam os gêneros.

Reflitamos sobre esse ponto. Pode-se entender “esfera de utilização da língua” de muitas formas, que variam desde o contexto material e sócio-histórico até o contexto semiótico. Mas essa vaga expressão não pode deixar de remeter, seja como for, à esfera em que a língua é *usada* — ou seja, à “cena”, “espaço”, “contexto”, ou o que seja, em que o *emprego da língua é concretamente realizado*. Se “esfera de utilização da língua” é um termo referente à atividade em que se usa a língua, o *gênero só pode ser uma estabilização de formas discursivas decorrente do papel realizado pela língua numa atividade*, seja qual for. E, a julgar pelas afirmações do Círculo sobre a existência de gêneros primários, ou sobre a forma como cada esfera de utilização da língua realiza gêneros do discurso, só podemos concluir que, para seus autores, estabilizam-se formas discursivas quando elas são postas em uso.

Se é pela interlocução que as formas discursivas se moldam, a responsável por parir o gênero só poderá ser ela. A estabilização se dá, portanto, conforme os falantes recorram a certas formas, julgando-as (com graus variáveis de consciência) adequadas à

atividade em que as usam. Creditamos o papel principal na estabilização dessas formas à interlocução por concordarmos com Voloshinov (1999, p.113), para quem a palavra é “determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente o *produto da interação do locutor e do ouvinte*” . Ela não se cria, pois, nem da mente do locutor, nem de um sistema abstrato. Voloshinov recusa essas posições por considerarem monológico o signo. Ele (1999, p.123), ao contrário, considera que “a interação verbal constitui [...] a realidade fundamental da língua”, o que os leva a ver o signo não como monológico, mas como dialógico, elaborado por quem o compartilha. Falamos de um diálogo contextualizado:

[...] para observar o fenômeno da linguagem, é preciso situar os sujeitos — emissor e receptor do som —, bem como o próprio som, no meio social. Com efeito, é indispensável que o locutor e o ouvinte pertençam à mesma comunidade lingüística, e uma sociedade claramente organizada. E mais, é indispensável que estes dois indivíduos estejam integrados na unicidade da situação social imediata, quer dizer, que tenham uma relação de pessoa para pessoa sobre um terreno bem definido. [...] Portanto, a unicidade do meio social e a do contexto social imediato são condições absolutamente indispensáveis para que o complexo físico-psíquico-fisiológico que definimos possa ser vinculado à língua, à fala, possa tornar-se um fato de linguagem. (VOLOSHINOV, 1999, p.70-1)

Vimos discutindo a noção de contexto no item anterior e essa é uma passagem que parece reforçar o que dizíamos, sobre o enunciado se determinar tanto pelo contexto imediato como pelo sócio-histórico. Nesses contextos, é imbricada a atividade em que o diálogo se dá e da qual é parte. O gênero se condiciona, pois, também pela atividade em que é engajado, como Bakhtin (1997b, p.284) reconhece: “uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) e dadas condições, específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal, geram um dado gênero”. O gênero se estabiliza, assim, por meio de uma interlocução histórica e pragmaticamente situada.

Chegamos, aqui, a um ponto importante. Essas reflexões, feitas no intento de esclarecer o que leva certas formas discursivas à estabilização, conduzem-nos ao centro da discussão sobre o critério adequado às nossas finalidades de pesquisa para definir os gêneros do discurso. Adotamos como critério o que estabiliza as formas discursivas, por ser isso que transforma enunciados independentes em membros de um gênero. Nossas reflexões levam-nos a crer que *a atividade em que o gênero se insere — ou melhor, da qual ele é parte — faz com que ele se estabilize*. O último trecho que citamos, referente ao modo como “uma dada função” dá origem a um gênero, autoriza essa interpretação. Nele, esclarece-se como a fala cumpre uma *função* (não necessariamente um objetivo

pragmático, como se crê na Sociorretórica), ou não tem motivo para existir. Essa função condiciona a fala e, portanto, o gênero — como afirma o excerto. Claro, há mais do que a função a se considerar (o excerto diz que a função se cumpre em “dadas condições, específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal”), mas essa função é o porquê da fala, cumpri-la é a razão de se falar. É, pois, necessário que essa função seja objetiva e perceptível, ainda que de modo inconsciente ou imperfeito, aos interlocutores. O gênero emerge conforme os falantes julguem certas formas discursivas adequadas ao cumprimento de um papel na atividade em que se exige a interlocução. Por isso, a ação realizada pelo gênero é o critério que escolhemos para defini-lo.

O gênero, assim entendido, estabiliza-se na interlocução e por ela, conforme os falantes realizem enunciados que, de acordo com o julgamento social, cumpram, de maneira satisfatória, a função da interlocução no contexto. Mas como essa estabilização ocorre? Para descrever isso, recorreremos às ideias do psicólogo russo A. N. Leontiev (1978). Aproximá-las dos conceitos do Círculo não é arbitrariedade nossa. Essa decisão parte, em primeiro lugar, da constatação de pontos comuns entre os pensamentos de Leontiev e do Círculo. Essas coincidências derivam, certamente, de ambos adotarem o marxismo como uma das interlocuções de seus estudos. Essa fonte comum de que eles se valeram é a segunda razão por que cremos ser razoável associá-los. Além disso, é normal verem-se aproximações entre as ideias do Círculo e as da Escola de Vigotski, da qual Leontiev faz parte. Não há, pois, excentricidade em aproximar esses estudiosos. É bom lembrar que uma aproximação entre eles já tem sido feita por Bronckart (1999). Façamos, então, uma breve exposição de algumas ideias de Leontiev.

A Escola de Vigotski legou alguns grandes nomes da psicologia ao século XX, entre os quais figuram Leontiev, Luria e, claro, o próprio Vigotski. Não é à toa que os demais pesquisadores da escola ficaram um pouco à sombra deste último. Vigotski foi o elaborador de uma nova visão acerca da psicologia que rendeu frutos e atraiu adeptos no mundo todo. Sua morte precoce, porém, fez a riqueza de sua obra restar interrompida. A tarefa de dar-lhe prosseguimento coube a seus colaboradores e, apesar das discordâncias com Vigotski, Leontiev tornou-se um dos continuadores de sua obra (DUARTE, 2004, p.45). Ambos concordam que o psiquismo humano difere qualitativamente do animal — ideia de Vigotski (1991, p.69), que Leontiev herdou. Fiados nessa crença, eles se voltam ao estudo do desenvolvimento do psiquismo humano, mas com uma diferença entre si: se Vigotski analisou como o psiquismo se desenvolve da infância à maturidade do homem, Leontiev analisou como o psiquismo se desenvolve da infância à maturidade da

espécie humana. Rastreado a trilha que nos trouxe à humanidade atual, ele formulou raciocínios para compreender, de um ponto de vista materialista, como se transferem aquisições da espécie de uma geração a outra.

Como a base do raciocínio de ambos é a distinção qualitativa entre o psiquismo humano e o animal, iniciemos por entendê-la. Ela se dá, para Leontiev, pelo trabalho (ideia que ele herda, dessa vez, de Marx e Engels). O homem se distingue dos animais por, ao contrário deles, não tomar atitudes para satisfazer necessidades biológicas, mas para produzir meios de garantir a satisfação dessas necessidades. A produção dos meios, conforme Marx e Engels (1999, p.39), é “o primeiro ato histórico [...] uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos”. Baseado nisso, Leontiev diz (1978, p.74):

O trabalho é antes de mais nada caracterizado por dois elementos interdependentes. Um deles é o uso e o fabrico de instrumentos. [...] O segundo é que o trabalho se efetua em condições de atividade comum coletiva, de modo que o homem, no seio deste processo, não entra apenas numa relação determinada com a natureza, mas com outros homens, membros de uma dada sociedade. É apenas por intermédio desta relação a outros homens que o homem se encontra em relação com a natureza.

Esses “dois elementos interdependentes” são importantes para sua compreensão do desenvolvimento ontogênico da espécie humana. Começamos pelo segundo deles: o caráter coletivo do trabalho. Se o trabalho humano é coletivo, ele exige organização que permita a cada indivíduo envolvido na atividade realizar uma função de modo a garantir o sucesso do grupo. Uma organização desse tipo implica o uso da língua. Leontiev diz (1978, p.86), então, que a língua é gerada na atividade coletiva do trabalho. É o trabalho que leva, obrigatoriamente, os homens a se comunicarem, ao colocá-los em relação uns com os outros. Essa função comunicativa da linguagem tende, com o tempo, a abstrair-se dos objetos que reflete e a existir como pensamento. A língua interiorizada torna-se, assim, veículo da consciência humana, permitindo ao homem realizar seu modo próprio de pensar, chamado de “pensamento verbal” por Vigotski (1998, p.5).

O segundo ponto levantado no trecho diz respeito à fabricação e utilização de instrumentos. A importância dada a isso por Leontiev é outro sinal de sua influência marxista. Sua preocupação com esse tema diz respeito a como os produtos da ação do homem refletem o trabalho que os produziu. Um instrumento é sempre produto de uma experiência coletiva e, nele, cristaliza-se a vivência social e histórica da humanidade no

trabalho em que ele se engaja. O exemplo clássico para explicar como isso se dá é o do machado e, embora nos seja indiferente dar como exemplo machados, marretas, pregos ou alicates, não fugiremos à tradição. Seja o machado. Ele é usado no corte da madeira e sua forma reflete isso: o cabo comprido funciona como alavanca para facilitar o corte; na ponta, a lâmina afiada substitui o que foi pedra lascada; o material de que o machado é feito também é uma evolução do uso de pedras, etc. Gravada nas propriedades físicas do machado, há a experiência humana de cortar madeira. Como o exemplo do machado nos mostra, a atividade social humana fixa-se em seus produtos. A experiência humana não se perde, objetiva-se nos frutos que dá.

Além da própria atividade, fixa-se no instrumento também o esquema mental de sua utilização. Segundo Leontiev (1978, p. 82):

O instrumento não é apenas um objeto de forma particular, de propriedades físicas determinadas; é também um objeto social, isto é, tendo um certo modo de emprego, elaborado socialmente no decurso do trabalho coletivo atribuído a ele. [...] Razão por que dispor de um instrumento não significa simplesmente possuí-lo, mas dominar o meio de ação de que ele é o objeto material de realização.

O instrumento de nada serve nas mãos se o conhecimento sobre o uso deles não estiver na cabeça. Esse conhecimento também é fixado na forma física do instrumento. O modo de sua utilização está subjacente a ele e é interiorizado por quem o manipula. Para assimilar o produto do trabalho, é preciso interiorizar os traços fixados nele. Dá-se isso com toda criança aprendendo a lidar com os objetos do mundo humano (ou seja, o mundo modificado pelo trabalho social humano). Ela precisa se apropriar do esquema mental subjacente aos objetos do entorno para valer-se deles, e a criança não tem como fazer isso sozinha. Aprender o uso de um instrumento exige algum contato social, e o exemplo disso dado por Leontiev é o do uso do copo (1978, p.179). À medida que se ensina a criança a usá-lo, ela abandona reflexos incondicionais e reorganiza funções motoras, deixando de contrair as narinas, esticar os lábios para adiante e tentar sugar a água, e passando a abrir as narinas, projetar o lábio inferior e abaixar a língua, para que a água escorra do copo inclinado à sua boca. Isso é o abandono do reflexo incondicional de tomar água por sucção e sua substituição pela ação social e historicamente construída de tomar água com o copo. Mudanças como essa dos reflexos incondicionais ocorrem sempre que o homem trava contato com os produtos do trabalho humano. A audição humana é modificada pela música, as habilidades pelos equipamentos, a visão é ajustada ao que se precisa organizar com o olhar, etc.

O fato de a experiência humana fixar-se nos produtos do trabalho é importante para o desenvolvimento da espécie. Toda espécie precisa fixar aquisições evolutivas e transmiti-las à nova geração, para evoluir. Nos animais, dá conta dessas necessidades a hereditariedade biológica. Já o homem, após uma série de evoluções biológicas, atingiu o ponto em que seu cérebro passou a ter potencialidades que lhe deixam fixar aquisições de um modo não biológico, mas sócio-histórico, que Leontiev chamou de “exterior”, por não se inscrever “sob a forma de particularidades morfológicas, de variações fixadas pela hereditariedade” (1978, p.164). A inscrição exterior das aquisições da espécie se dá como descrito acima: pela objetivação da experiência humana nos produtos do trabalho. Por esse modo de fixar conquistas da espécie, a humanidade pôde transmitir aquisições às gerações posteriores sem depender de novas evoluções biológicas, o que lhe permitiu um avanço veloz pela história — ou melhor, permitiu-lhe ter história, no justo sentido do termo. É essa forma de garantir o progresso da espécie, fundada no trabalho social do homem, que dá ao homem o que lhe é específico. Tudo o que torna o homem, de fato, homem — e não falamos do organismo biológico humano, que não traz toda conquista da espécie, já que muitas se fixam no exterior —, submete-se à historicidade. Apropriar-se de aquisições históricas humanas é o que humaniza o homem. Essa apropriação se dá quando ele trava contato com os produtos da atividade humana e interioriza os traços impressos neles. A interiorização é a porta pela qual o homem entra no gênero humano, o que a faz necessária ao desenvolvimento sócio-histórico da espécie (1978, p.188).

Essas ideias podem ser aproximadas das posições defendidas por Voloshinov. Segundo ele (1999, p.43), “*as formas da comunicação verbal [...] são inteiramente determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica*”. Essa frase foi escrita em 1929, mas R. Rojo (2005, p.195) enxerga na expressão em destaque nesse trecho um sinônimo do que foi nomeado por Bakhtin, no texto de 1953, como “gêneros do discurso”. As “formas de discurso social”, “formas de comunicação verbal”, etc., podem ser lidas como referências ao conceito de gêneros discursivos⁸. Essas “formas da comunicação verbal”, Voloshinov afirma serem “determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica”. Tais relações de produção, como se pode ver pelo contexto (cf. VOLOSHINOV, 1999, p.42-3), são as relações de produção da vida material, tradicionalmente estudadas no marxismo. Das relações de produção da vida material advêm, pois, os gêneros discursivos, e isso devido, na nossa interpretação, aos

⁸ Os argumentos em favor da tese de que os gêneros do discurso eram uma preocupação de Voloshinov já desde 1929 serão expostos adiante. Por ora, aceitaremos isso sem maiores explicações.

gêneros se derivarem de atividades humanas em que o diálogo é exigido, atividades essas cujo surgimento se dá em função do modo de produção de uma sociedade. Como diz Voloshinov (1999, p.42), “as relações de produção e a estrutura sociopolítica que delas diretamente deriva determinam todos os contatos verbais possíveis entre indivíduos, todas as formas e os meios de comunicação verbal”.

Essa posição de Voloshinov sobre os gêneros pode ser conciliada à hipótese de Leontiev sobre o surgimento da língua. Este último vê a gênese da língua relacionada à atividade de trabalho, e achamos que esse ponto de vista autoriza-nos a crer que a língua deixa-se moldar por sua associação ao trabalho humano; ela própria se torna parte da atividade do trabalho. Se é assim, os gêneros, como vimos defendendo, serão frutos do trabalho humano sobre a língua e do uso da língua para o trabalho humano sobre o real.

Essa leitura que fazemos aqui do Círculo já foi criticada por ser “determinista”. Bronckart (1999, p.143, rodapé), por exemplo, diz: “A concepção bakhtiniana [...] parece implicar uma relação de dependência quase mecânica entre formas de atividades e gêneros de discurso, forma de dependência que contestamos”. Essa crítica é anterior ao próprio Círculo. Sua origem está nos conflitos da academia sobre o legado de Marx e Engels. Não raro, vê-se o marxismo criticado por seu “determinismo econômico”, que postularia uma relação de dependência direta entre a superestrutura e a infraestrutura sociais. Essa teoria que assimila diretamente o ideológico ao econômico era o alvo dos críticos do marxismo, empenhados em mostrar como a realidade é muito mais complexa do que supunha a esquemática teoria que reduzia tudo à determinação econômica. Mas, embora haja semelhança entre teoria do reflexo da infraestrutura social na ideologia e essa que se vê em Voloshinov, ela é uma semelhança apenas aparente. É bom lembrar que, embora houvesse um marxismo na URSS que defendia o determinismo econômico, isso não responde por todo o marxismo, e nem faz justiça às ideias de Marx e Engels. É Engels (s/d b) quem diz, por exemplo:

O desenvolvimento político, jurídico, filosófico, religioso, literário, artístico etc. assenta-se sobre o desenvolvimento econômico.

Nada obstante, todos eles reagem também uns sobre os outros e sobre a base econômica.

Isso ocorre não porque a situação econômica seja a *única causa ativa* e todo o resto, apenas efeito passivo.

Mas sim trata-se, pelo contrário, da interação, fundada na necessidade econômica que se impõe sempre, *em última instância*. [...] Portanto, não se trata – tal como se pretende aqui e ali comodamente imaginar – de um efeito automático, provocado pela situação econômica.

Vê-se que Marx e Engels opunham-se ao reflexo imediato da infraestrutura na ideologia. Também Plekhanov reprovava essa teoria. Autor influente nos primórdios da URSS, ele, em um famoso livreto seu, *O papel do indivíduo na história* (PLEKANOV, 1971), dedica-se a rebater o determinismo econômico sem abandonar o materialismo. Ele é bem sucedido na tarefa, ainda que alguns pontos exalem, levemente, o perfume do arraigado determinismo econômico da URSS. Os conceitos de Plekhanov dão base para muitas reflexões da época, inclusive para as de Voloshinov, que o cita em *Marxismo e filosofia da linguagem* e se apropria de importantes ideias suas nesse livro e em outros, como *O freudismo*. Voloshinov refuta o determinismo econômico, e sua posição pode ser vista neste trecho que discute, justamente, o modo como a matéria causa a ideia:

Sempre que se coloca a questão de saber como a infraestrutura determina a ideologia, encontramos a seguinte resposta que, embora justa, mostra-se por demais genérica e por isso ambígua: “a causalidade”. Se for necessário entender por causalidade a mecanicista [...], então uma tal resposta se revela radicalmente mentirosa e contraditória com os próprios fundamentos do materialismo dialético. (VOLOSHINOV, 1999, p.39)

A assunção de que o material causa o ideal não é sempre determinista. Crer que a matéria *determina* a ideia é uma coisa; que ela *causa* a ideia, outra. Basta cuidar para basear-se, como Voloshinov, na causalidade *dialética*, para refutar o determinismo do material sobre o ideal sem, com isso, refutar a causalidade de um sobre o outro.

A concepção de gêneros de Voloshinov não é, portanto, determinista. Ele apenas assume que todos os contextos *materiais* em que pode ocorrer o diálogo dependem do modo como se produz a vida *material* de uma sociedade. Ao contrário do que algumas vulgarizações do marxismo se comprazem em afirmar, ele não crê que a ideologia reaja à infraestrutura social com a mesma obediência com que uma engrenagem reage a outra. Ele assume que há, entre a infraestrutura e a superestrutura, uma “*relação recíproca*” (1999, p. 41). E embora os trechos falem sobre ideologia e superestrutura, não é demais lembrar que a ideologia é, para ele e para o Círculo, semiotizada — cf. Voloshinov (1999) e Voloshinov (2001) — e, assim, se ele diz que a causalidade dialética fornece a explicação para a ideologia, está dizendo que ela explica como a base se relaciona com os enunciados (e com os gêneros, portanto).

É útil, neste ponto, uma pequena explicação acerca do método dialético:

[...] observando as coisas detidamente, verificamos que os dois polos de uma antítese, o positivo e o negativo, são tão inseparáveis quanto antitéticos um do outro, e que, apesar de todo o seu antagonismo, se penetram

reciprocamente; e vemos que a causa e o efeito são representações que somente regem, como tais, em sua aplicação ao caso concreto, mas que, examinando o caso concreto em sua concatenação com a imagem total do universo, se juntam e se diluem na ideia de uma trama universal de ações e reações, em que as causas e os efeitos mudam constantemente e em que o que agora ou aqui é efeito adquire em seguida ou ali o caráter de causa, e vice-versa. (ENGELS, s/d a, p.316)

Causa e efeito, na causalidade dialética, confundem-se. São só representações do caso concreto. Na concretude, elas estão a tal ponto entalhadas uma na outra que separá-las é quase impossível. Para a dialética, o que agora é causa, em breve não é, e o que é consequência pode se tornar a causa. Isso apoia nossa leitura, exposta no item anterior, a respeito da relação entre o enunciado e o contexto: na concretude, eles estão imbricados; sua separação é um construto mental.

Lembre-mos de que o gênero, tal como o descrevemos, é a estabilização de formas discursivas tidas pelos falantes como necessárias ou pertinentes à atividade em que ele se engaja — ou seja, os enunciados não simplesmente nascem de uma atividade, mas atuam nela, *engajam-se* nela. Ilustremos nosso ponto de vista com um exemplo. O professor, para realizar ações na atividade de que participa, deve usar a língua; certos recursos a ela repetem-se, conforme convenham à atividade em que se produzem. Essa descrição deixa a impressão de que há dois polos separados: de um lado, a atividade e, de outro, os enunciados feitos a propósito dela. Mas produzir os enunciados é realizar a atividade — ou, ao menos, parte dela. Produzir um enunciado é, concretamente, parte da ação do professor e só se separa dela por meio de uma abstração. Se, por um lado, a modificação da atividade leva a novas situações de comunicação e a novos parâmetros para formular enunciados, por outro, o modo como os enunciados se produzem também modifica a atividade. Afinal, se as formas discursivas dos enunciados de um professor convêm à sua atividade, é por realizarem, nela, uma função necessária ou desejável. Se enunciados com outras formas assumissem o lugar dessas (dentro, claro, do possível nas condições em que a interlocução se dá), é óbvio que a atividade se modificaria, pois as formas discursivas realizariam ou novas funções na atividade, ou as mesmas funções de novas maneiras. Por isso é que alguns enunciados são mais convenientes que outros. Não fosse assim, e poderíamos falar como quiséssemos, onde quiséssemos, quando quiséssemos. Negar essa interação entre fala e contexto é assumir o determinismo, por crer que a fala é apenas produto do contexto, sem oferecer contraparte a ele.

Não apenas as atividades humanas determinam, portanto, as características do gênero, mas as características do gênero também determinam as atividades humanas. É

possível, assim, ao falante, introduzir modificações num gênero ao usá-lo. Será, então, modificada, em certa medida, também a atividade em que o gênero se engaja. Insistindo por motivos teóricos na separação entre o gênero e a atividade (na representação mental em que, do fato concreto, abstraem-se essas duas instâncias), veremos a atividade dar à luz o gênero que, uma vez nascido, pode alterar-se e levar a atividade a se alterar junto. A atividade passará a impor, então, novas determinações ao gênero, que tornará a se modificar, mudando a forma como a atividade se dá, etc. Assim, a causa torna-se, no momento seguinte, efeito, e o efeito, causa, numa relação dialética, tal como Engels a expôs. É assim que influi no gênero a causalidade dialética, em nada determinista. Não usaremos, pois, essa palavra; diremos não que o contexto determina, mas *condiciona* o gênero, ou seja, *estabelece os parâmetros dentro dos quais ele pode variar*. Dentro dessas paredes, o gênero se move; desse movimento, resulta que as próprias paredes mudam de lugar, abrindo novos espaços para o traslado do gênero ao longo da história.

Assim vemos a relação da ideia de Leontiev sobre o trabalho engendrar a língua, com o conceito de gênero discursivo assumido por nós. Resta analisar a outra ideia, sobre as conquistas da espécie humana fixam-se nos produtos do trabalho. Começamos por conferir como alguns autores do Círculo dão importância ao contexto histórico de um gênero. Enquanto Voloshinov (1999, p.103) dizia que “a concretização da palavra só é possível com a inclusão dessa palavra no contexto histórico real de sua realização”, Bakhtin (1997b, p. 313) afirmava:

A época, o meio social, o micromundo [...] que vê o homem crescer e viver, sempre possui seus enunciados que servem de norma, dão o tom; são obras científicas, literárias, ideológicas, nas quais as pessoas se apoiam e às quais se referem, que são citadas, imitadas, servem de inspiração. *Toda* época, em cada uma das esferas da vida e da realidade, tem tradições acatadas que se expressam e se preservam sob o invólucro das palavras, das obras, dos enunciados, das locuções, etc. Há sempre certo número de ideias diretrizes que emanam dos “luminares” da época, certo número de objetivos que se perseguem, certo número de palavras de ordem, etc. (grifos nossos)

Com nossos grifos, queríamos esclarecer como os gêneros condicionam-se pela época (ou seja, pelo momento histórico) em que existem. Afinal, as próprias atividades das quais os gêneros emanam são próprias de uma época, por serem, elas mesmas, históricas. Se entendermos a historicidade humana como Leontiev a descreve, veremos que a assunção de que o gênero é histórico nos leva a mais conclusões do que as de ele modificar-se com o tempo e conceber-se pelas gerações anteriores. Assim como ocorre com o machado que demos como exemplo, o gênero é produzido pela atividade humana

e tem, por isso, gravadas em si as aquisições históricas do período em que emerge. Sua viagem pela história o faz seguir fixando mais e mais traços das atividades humanas em que toma parte. Quanto mais os homens trabalham com o gênero, mais trabalham sobre ele. Mais o gênero guarda da história, quanto mais se deixa usar pelos homens. E vale lembrar que, para Leontiev, a interiorização é o mais importante mecanismo para o desenvolvimento ontogênico humano. Isso vale para os gêneros; ao interiorizarmos um, interiorizamos os traços históricos fixados nele. Há concordância entre essa posição e a de que o signo não só reflete a realidade, mas também a refrata. O signo modifica-se quando o usamos, guarda traços do uso que fizemos dele e, por isso, ganha uma forma particular; a realidade penetra o signo e, dentro dele, deixa-se distorcer por essa forma. Como o signo, tomado em sua concretude, é um “eco do gênero em sua totalidade” (1997b, p. 312), o mesmo vale para o gênero. Por emanar do trabalho social humano sobre o real e sobre a língua, ele impregna-se de sua história. Não pode ser neutro.

Há, claro, diferenças no modo como cada gênero fixa traços da atividade que o produz. Há gêneros rígidos, cuja estrutura praticamente não se modificou ao longo de séculos; há outros cujo uso modifica-os constantemente. Isso está associado ao nível de plasticidade de cada gênero, e mesmo o fato de um gênero quase não se alterar ao longo da história não significa que ele não esteja gravando traços históricos em si. Pelo contrário, alguns gêneros jurídicos são quase testemunhas do passado sendo produzidas no presente. A não modificação de um gênero diz muito sobre ele, as atividades em que toma parte e o papel que desempenha nelas. Mas, ainda que varie o modo como cada gênero assimila traços históricos, é invariável o fato de que esses traços, a exemplo do cabo e da lâmina do machado, serão frutos de uma experiência social de uso da língua na atividade em que o gênero se engaja. Se o signo é dialógico, toda criação linguística é coletiva. Não há como um homem construir, no seu íntimo, qualquer coisa nova na língua. Toda inovação linguística depende tanto de quem a formula quanto de outros, que reagem à formulação. O gênero não é diferente. A atividade social cria-o e molda-o. Ao interiorizar um gênero, interioriza-se a experiência social humana nele acumulada.

O raciocínio acima (que nada mais é que a aplicação de conceitos de Leontiev à noção de gêneros do discurso) coloca o último tijolo na nossa explicação sobre como o contexto material condiciona o gênero. Propomos que o contexto material (pragmático e sócio-histórico) do gênero não seja só um lugar, um momento, uma data no calendário, em que as pessoas dialogam. Esse contexto é prenda da palavra, para usar a expressão de Bakhtin, pois fixa, no tribunal, na sala de aula, no escritório de patentes, etc.,

apreciações valorativas sociais, referentes às atividades que ocorrem nesses contextos. Essas práticas (em sua relação com o modo de produção material de uma sociedade, como esclarece Voloshinov) levam a certos modos de falar, que se relacionam com os sentidos do contexto, mas também se condicionam pela função que devem exercer na atividade em que tomam parte. Esses modos de falar estabilizam-se, tornam-se o gênero e, como ocorre com a forma física do tribunal, da sala de aula, do escritório de patentes, assumem uma forma eivada de valorações. Esse é nosso entendimento sobre como o contexto material condiciona o gênero, e sobre como o gênero ganha sua feição graças ao contexto. É esse, ainda, nosso entendimento sobre como a realidade material pode significar. Tudo isso se relaciona a duas faculdades do ser humano: fixar aquisições numa forma exterior e interiorizar traços assim fixados.

3. Necessidade e liberdade nos gêneros discursivos

Dissemos que há quem considere determinista o conceito de gêneros discursivos do Círculo. Tentamos refutar essa impressão expondo nosso ponto de vista, primeiro, sobre a causalidade mecanicista, depois, sobre os gêneros discursivos. Pensávamos, ao fazer essa argumentação, na crítica de que o gênero seria determinado pelo contexto material de sua produção. Há, porém, outra ameaça de leitura determinista do Círculo: o determinismo do social sobre o individual.

Todorov (1971), por exemplo, faz uma consideração nesse tom. Para ele, haveria na obra do Círculo uma opção pelo social em detrimento do individual. Possivelmente, essa impressão deriva da defesa, em Voloshinov (1999), de que um conceito de língua que a entenda como mera tradutora do universo idiossincrático do falante para o meio exterior é pobre e incapaz de dar conta do fenômeno da interlocução. Ele argumenta que “*a consciência individual é um fato sócio-ideológico*” (1999, p.35) e, portanto, não há como explicar a ideologia pela consciência. Pelo contrário, a consciência é que deve ser “*explicada a partir do meio ideológico e social*” (1999, p.35). O psicológico seria, então, subordinado ao social. Essas afirmações podem ser lidas como uma escolha pelo social e, de certa forma, são. O Círculo inclina-se a compreender fenômenos linguísticos por seu caráter social, e não a enxergá-los como causados pela ação individual. A questão é se devemos ver nisso um indivíduo diminuído frente a uma força social que o comanda.

Voloshinov faz uma enfática negação do conceito de língua que vê o discurso como originado no eu e coincidente com ele. Esse conceito de língua, chamado por ele de “*subjetivismo idealista*”, é herança do Romantismo e um produto do modo burguês,

individualista, de ver o mundo. O individualismo burguês sofreu críticas do marxismo (e não só dele) em vários terrenos, e a vertente marxista do Círculo (não só Voloshinov, mas também Medviédev) não fez mais que uma dessas críticas. O objetivo deles era, da parte de Voloshinov, um conceito de língua e, da parte de Medviédev, uma poética desvencilhados do individualismo burguês. As réplicas a esse individualismo, dadas por vários autores em várias áreas, porém, deixam a impressão de deslocamento ao extremo oposto: tudo ao social, nada ao individual. Se todo enunciado se realiza em um gênero construído socialmente; se a única forma concebível de um gênero interferir na fala for submetendo-a a coerções e restringindo suas possibilidades de expressão; se o grupo do falante interfere em sua fala, queira ele ou não; se todo dito remonta a um já-dito — se é assim, como dizer que não há determinismo social sobre o indivíduo? Nossa resposta é: entendendo individual e social não como oposições fixas, mas como polos em interação dialética. Cremos entender melhor o problema se, parafraseando Engels, virmos o social e o individual como polos tão inseparáveis quanto antitéticos.

Na concretude, a sociedade não é nada além de indivíduos. Ao se considerar o social, está se considerando o individual ao mesmo tempo. Se dizemos, por exemplo, que a sociedade é conservadora, isso não significa outra coisa senão que há indivíduos conservadores em nossa sociedade. E o polo do individual depende do social em igual medida. Decisões coletivas, ideias proliferando-se pelo corpo da sociedade, desejos que se alastram de boca a boca, ouvido a ouvido, têm posição especial na vida da sociedade, pois sua exposição faz com que sejam interiorizados por muitas pessoas e acabem por cumprir um papel de coesão social. Ideias trocadas verbalmente circulam pela sociedade o tempo todo e invadem o universo dos indivíduos que, na fila do banco, no ponto de ônibus, na mesa do bar, compartilham-nas. Cada indivíduo se compõe desse substrato coletivo que percorre os nervos da sociedade ininterruptamente. É assim que, se o social implica os indivíduos que o compõem, os indivíduos implicam também a sociedade de que compõem a si mesmos. A separação entre social e individual não é o fato concreto, mas uma opção metodológica, um recorte do analista com intento teórico — abstração, enfim. Indivíduo e sociedade, colhidos em abstração, podem ser polos antitéticos, mas compõem, na concretude, uma totalidade.

Isso vale para a língua. Se pensamos nela, imaginamos algo que permite guiar de forma idêntica (ou quase) os pensamentos dos envolvidos numa interlocução. Para isso, ela precisa ser supraindividual, porque, além de falada, deve ser compreendida; porque com ela não falamos, mas dialogamos. E isso só é possível se os falantes compartilham

formas de comunicação postas à disposição pela língua. Esse compartilhamento exige indivíduos recorrendo, a cada enunciado singular, a formas consensuais de comunicação e, assim, o individual se apresenta no social. Mas o social se apresenta, igualmente, no individual, pois, se cada enunciado recorre a formas consensuais, em cada enunciado singular, uma ocorrência geral (ou seja, social) se mostra. O social implica o individual tanto quanto o individual implica o social; os dois polos são tão antitéticos quanto inseparáveis. O dialogismo, por isso, é mais que simples intersubjetividade. Ainda que seja isso também, ele implica os contraditórios se complementando, o outro no discurso do eu, a alteridade constituindo a língua, social e individual compondo, dialeticamente, um todo. Isso nos põe de acordo com Faïta (1997, p.167-8):

Não é um paradoxo menor serem certas leituras de Bakhtin [...], na verdade, portadoras da abstração unificadora que lhe imputam. É realmente a conjunção (a orquestração) no enunciado das dimensões concorrentes e contraditórias da plurivocidade eminentemente social que parece lhes escapar, reduzindo assim freqüentemente o diálogo unicamente à interação. [...] Parece-nos, pelo contrário, que essa dialética dos estilos, entre geral e individual, ambos portadores de subjetividade em diferentes graus, abre perspectivas de uma grande riqueza, caracterizada, como se supõe, pelo convite de mudança de paradigma para a análise da troca verbal.

Em Voloshinov, a maior expressão da interação entre social e individual está nas considerações sobre psicologia. Para ele, a atividade psíquica humana exige material semiótico, e isso a impregna totalmente pela língua. Ele expressa essa posição ao dizer: *“a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos”* (VOLOSHINOV, 1999, p.33). Voloshinov pensa na língua e não em outros sistemas semióticos, pois só ela tem uma característica particular que lhe permite ser o veículo privilegiado da consciência: a não necessidade de recorrer a uma “aparelhagem exterior” para ser utilizada. A língua pode ser produzida só pelo corpo, o que lhe permite existir sem expressão externa. Ela pôde, por isso, adentrar o falante e tornar-se discurso interior (1999, p.37). A afirmação desse papel da língua na consciência não é só de Voloshinov. Vigotski (1998, p.156-7) dizia que “o pensamento não é simplesmente expresso em palavras; é por meio delas que ele passa a existir”. Vigotski não falava de qualquer pensamento. Ele cita (1998, p.41-4) estudos de Koehler e Buehler para afirmar que antropoides superiores, como o chimpanzé, têm uma linguagem própria relativamente bem desenvolvida e capacidade de pensar (definida como a capacidade de dirigir sua atividade mental a um objeto). O que nos diferencia desses antropoides é que eles não conseguem relacionar a linguagem ao intelecto. Nós,

ao contrário, relacionamos, de forma complexa, uma faculdade à outra, construindo, assim, nosso modo típico de pensar. Por isso, Vigotski chama o pensamento tipicamente humano de “pensamento verbal”: há outros modos de pensar que podem prescindir de relação com a linguagem.

Ao que parece, é a algo muito semelhante ao pensamento verbal que Voloshinov (1999, p.51-2) se refere quando diz não haver, entre expressão e pensamento, distinção qualitativa. A diferença perceptível entre os dois é a orientação: a fala é orientada para o exterior e o pensamento, para o interior. Ainda que não seja uma diferença qualquer, ela não basta para definir o pensamento em termos totalmente diversos da linguagem. Isso obriga a assumir uma identidade entre as propriedades da expressão e do pensamento, diferindo-se um do outro não pelas suas características intrínsecas, mas por sua função. Há, pois, diferenças entre falar e pensar (a fala interior é mais resumida, por exemplo), mas a proposição de Voloshinov implica a falta de separação definitiva entre as duas instâncias. Some-se a isso que “*o signo ideológico tem vida na medida em que ele se realiza no psiquismo e, reciprocamente, a realização psíquica vive do suporte ideológico*. A atividade psíquica é uma passagem do interior para o exterior; para o signo ideológico, o processo é inverso” (VOLOSHINOV, 1999, p.64). Por um lado, o pensamento se cria na expressão e por ela, é uma “passagem do exterior para o interior”; por outro, a expressão se faz do pensamento, é o “processo inverso”. Disso decorre que

existe entre o psiquismo e a ideologia uma interação dialética indissolúvel: o *psiquismo se oblitera, se destrói para se tornar ideologia e vice-versa*. O signo interior deve libertar-se de sua absorção pelo contexto psíquico (biológico e biográfico), ele deve parar de ser experimentado subjetivamente para se tornar signo ideológico. O signo ideológico deve integrar-se ao domínio dos signos interiores subjetivos, deve ressoar tonalidades subjetivas para permanecer um signo vivo e evitar o estatuto honorífico de uma incompreensível relíquia de museu. (VOLOSHINOV, 1999, p.65)

O conteúdo do psiquismo humano é semiótico, compõe-se de signos que só se podem obter no contato com outros indivíduos, e só podem permanecer vivos conforme se insiram no sistema social que os ativa, ainda que destinados à introspecção (já que a própria introspecção é expressão potencial). Mas o sistema ideológico não funciona se seus signos não estiverem interiorizados por um amplo conjunto de pessoas, todas elas manipulando-os em seus universos subjetivos. O signo psicológico precisa manter-se no sistema ideológico que o anima; o signo ideológico precisa estar interiorizado, ativo no psiquismo dos indivíduos, para não caducar. Há, entre signo psicológico e ideológico, uma “interação dialética indissolúvel”.

Quais as implicações psicológicas disso? Se Voloshinov admite que o conteúdo do psiquismo é semiótico, se Vigotski e Leontiev afirmam que o pensamento humano é verbal, então não há como negar que a forma particular de interação entre o social e o individual na língua exerce influência sobre o modo humano de pensar. A acusação de determinismo social não é cega a isso. Para os acusadores, tal influência minaria o livre arbítrio. O homem, totalmente submetido ao social, seria desprovido de volição, incapaz de iniciativa própria, mero reproduzidor das relações de seu meio. Um autômato.

O determinismo social costuma ser refutado com um argumento que pode ser exposto na forma de *reductio ad absurdum*. Segundo ele, dizer que as ações individuais (por exemplo, atos de fala) não partem dos indivíduos, que eles agem segundo não a sua vontade, mas a determinações sociais, faria crer que o homem não domina suas próprias ações. Todos, porém, experimentamos uma sensação de livre arbítrio forte o suficiente para nos convencer, sem maiores apelos à Lógica, de que ao menos participamos das nossas decisões. O determinismo social levaria, então, a uma conclusão absurda e, por isso, estaria incorreto.

Embora esse raciocínio pareça irrefutável, em outras épocas houve quem, sem constrangimento, admitisse não ter livre arbítrio. O fervor religioso, por exemplo, levou personalidades maiores da história a declararem-se meros instrumentos de Deus — o que nunca os impediu de terem livre arbítrio de fato (PLEKANOV, 1971, p.19). Apesar de não acreditarem no seu próprio livre arbítrio, eles arbitravam livremente pela defesa do que julgavam necessário. A consciência da necessidade não inibe a ação, mas entra em interação com a liberdade de ação. Essa interação entre liberdade e necessidade de agir toma, para Plekhanov (1971, p.27-8), a seguinte forma: ao deduzir-se a necessidade do fenômeno A, inclui-se nisso a soma de fatos S; essa soma pode incluir uma ação de um homem num tempo T; se, ao chegar o tempo T, o homem se tiver eximido de agir, faltarão um dos componentes necessários para o fenômeno A ocorrer e isso fará com que ele falhe, ou se atrase, ou só se realize parcialmente. Essa simples aritmética, bastante didática, quer dizer que as ações humanas somam-se às coerções; que as coerções dão os limites da ação do homem, mas, dentro desses limites, o homem age, e pode mesmo fazê-lo no sentido de modificar os limites dados. Isso implica que a ação humana sofre condicionamentos, e não há determinismo em reconhecer isso — ou alguém acredita, seriamente, ser capaz de fazer tudo?

Esse cálculo de Plekhanov, cremos, aplica-se ao gênero discursivo. Ele também se baseia em uma *necessidade* (expressar-se conforme uma convenção ou norma), ainda

que, devido à plasticidade de cada gênero, varie o grau de coerção. A necessidade se choca com a *liberdade*, tal como se vê no exemplo de Plekhanov. Mas um fenômeno envolvendo um gênero discursivo (sua origem histórica, sua mudança, sua afirmação, etc.), para ocorrer, não pode prescindir da ação do falante. O falante decide se produz um gênero novo, reproduz (ou subverte) um antigo, etc. Bakhtin (1997b, p.301) diz que:

O querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na *escolha de um gênero do discurso*. Essa escolha é determinada em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das necessidades de uma temática (do objeto do sentido), do conjunto constituído dos parceiros, etc. Depois disso, o intuito discursivo do locutor, sem que este renuncie à sua individualidade e à sua subjetividade, adapta-se e ajusta-se ao gênero escolhido, compõe-se e desenvolve-se na forma do gênero determinado.

Para expor sua subjetividade em termos compreensíveis aos demais, o falante deve submeter sua expressão ao gênero escolhido, mas, uma vez escolhido esse gênero, o falante esforça-se (ainda que nunca tenha completo sucesso nisso) para ajustar a sua subjetividade aos padrões do gênero. Mas, se o falante ajusta a subjetividade ao gênero, como se pode dizer que ele não renuncia à sua individualidade? Entendemos que isso é possível porque o falante realiza sua fala tendo o gênero como *referência*, não como *lei*. Há variações no grau de coerção de cada gênero, mas, por princípio, nenhum deles é inteiramente estático (o que seria uma disparatada defesa de um gênero a-histórico). Todo gênero comporta algum grau de maleabilidade e, por isso, o falante não precisa sempre *afirmar* o gênero. Numa situação em que se espera o enquadramento num dado gênero, o falante pode surpreender usando outro gênero. Isso, porém, só surpreende porque os interlocutores notam que o gênero de referência na atividade não foi usado. O intento discursivo de surpreender *depende da existência, como referência, do gênero não usado*. O mesmo se pode dizer daqueles casos em que alguém subverte um gênero, modificando-lhe alguns detalhes para causar impressão chocante, humorística, estética, etc. Essas intenções só se realizam porque o gênero de referência na situação insinua-se como padrão de expectativa dos interlocutores. Todorov (1978, p.47) diz algo parecido com isso ao tratar dos gêneros literários:

O facto da obra desobedecer ao género não o torna inexistente; tem-se a tentação de dizer: pelo contrário. E isto por uma dupla razão. Primeiro, porque a transgressão para existir enquanto tal, tem necessidade de uma lei — que será precisamente transgredida. Poderíamos ir mais longe: a norma só se torna visível — só existe — mediante as suas transgressões. [...] Mas há mais. A obra não só pressupõe necessariamente uma regra, para poder ser uma excepção, como também logo que é reconhecida no seu estatuto excepcional, se torna, por sua vez, [...] uma regra.

Negar um gênero não é descartá-lo. *Os gêneros influem na compreensão e na produção dos enunciados tanto por sua afirmação como por sua negação.* Só se supera um gênero quando se procede à *negação da negação*, quando ele deixa até de poder ser negado — quando ele deixa de ser a referência para a fala.

Esses modos diversos de o falante colocar-se frente ao gênero mostram que, mesmo a referência de um gênero coagindo a produção e a compreensão de enunciados, resta sempre um espaço para o indivíduo oferecer sua contraparte aos condicionamentos sociais e exercer sua subjetividade. Cumpre lembrar, porém, que a subjetividade não se exerce apenas nas contrapartes. O acordo voluntário com as normas do gênero não deixa de manifestar a subjetividade do falante, pois isso não é mais que a percepção dele de que *sua liberdade coincide com a necessidade*.

Na citação que fizemos acima, de Bakhtin, só discordamos do trecho que diz que “o querer-dizer do locutor se realiza acima de tudo na *escolha de um gênero do discurso*” (BAKHTIN, 1997b, p.301). Não concordamos com isso, pois o gênero não é escolhido pelo falante com total liberdade. Assinalar essa discordância é importante para a leitura que vimos construindo até aqui. É base de nossa interpretação do conceito de gêneros discursivos a asserção de que o gênero decorre de uma atividade humana em que a interlocução seja necessária. Para sustentar isso, devemos admitir que o indivíduo não é livre para escolher o gênero que quer usar para se expressar, mas vê-se impelido a optar por um gênero que tenha serventia para a atividade na qual ele está envolvido. Um jornalista não pode selecionar, para informar, o gênero epopeia. Ele precisa realizar o gênero notícia. E mesmo que haja liberdade, em algumas circunstâncias, de escolher o gênero, essa escolha estará limitada, sempre, a uns poucos, que nenhuma atividade é tão multifacetada a ponto de permitir a escolha de qualquer gênero. Nem a mais informal conversa no bar dá essa liberdade ao falante. Podemos facilmente imaginar como, numa conversa dessas, um falante pode decidir expressar-se em versos. Nada o impedirá de fazer isso, mas os interlocutores enxergarão nessa escolha uma subversão da conversa normal, com intento humorístico, pretensioso, etc. — ou seja, todos interpretarão esse enunciado com a referência dos gêneros usuais na conversa de bar, instaurados por negação (do modo como explicamos acima). Sua opção por um gênero diferente não o levará para além do gênero de sempre. O próprio Bakhtin, no trecho citado, matiza a sua afirmação de que a liberdade do falante ocorre na seleção do gênero, pois diz que isso é feito “em função da especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, das

necessidades de uma temática (do objeto do sentido), do conjunto constituído dos parceiros, etc.” (BAKHTIN, 1997b, p.301). Daí que nos pareça limitada a subjetividade que se exerce na escolha do gênero, uma vez que essa escolha é condicionada por toda sorte de pressões sociais. A liberdade do falante, cremos, realiza-se mais intensamente não na seleção do gênero a se realizar, mas em como se realiza o gênero selecionado.⁹

Isso pode deixar a impressão de que o homem não tem liberdade ao falar. Se não pode escolher o gênero e se o gênero submete sua expressão à coerção social, onde está o espaço para a subjetividade? Estamos convencidos, ao contrário, de que a ação do homem cria, muda e substitui os gêneros. Como isso ocorre, porém, se tanto a negação como a afirmação de um gênero fazem dele a referência da fala, e se nem a seleção do gênero é exercida com liberdade pelo falante?

Para responder, citaremos Plekhanov (1971, p.31) uma vez mais:

Enquanto alguns dos subjectivistas, procurando atribuir ao “indivíduo” um papel na história o mais amplo possível, negavam-se a reconhecer o movimento histórico da humanidade como um processo regido por leis, alguns dos seus mais recentes adversários, procurando recalcar o melhor possível esse carácter regular do movimento, estavam dispostos, pelos vistos, a esquecer que *a história é feita pelos homens e que, portanto, a actividade dos indivíduos não pode deixar de ter nela a sua importância*. Consideravam o indivíduo como uma *quantité négligéable* (como uma dimensão pouco apreciada). Teòricamente, este extremismo é tão inadmissível como aquele a que chegaram os mais zelosos subjectivistas. Tão inconsistente é sacrificar a *tese à antítese* como esquecer-se da *antítese* nos arredores da *tese*. E apenas será possível encontrar o ponto de vista acertado quando soubermos somar na *síntese* as partes de verdade que contêm naquelas.

A síntese dos opostos (o social e o individual), portanto, forneceria as respostas sobre como o indivíduo intervém na história. Como exemplo, Plekhanov (1971, p.57) cita a Guerra dos Sete Anos, que a França perdeu sob o comando do general Soubise. Mesmo sem o aval da opinião pública, ele esteve à frente do exército francês, graças à Madame de Pompadour, que intercedia junto a Luis XV para proteger o general. Se Luis XV não fosse o rei, ou se a Madame de Pompadour não apoiasse o general, ou se o general fosse outro, a história da França teria mudado. Isso basta para se ver a influência do indivíduo sobre a história. Mas é preciso entender: por que a Madame de Pompadour não se sentiu impelida a mudar sua atitude, ainda que a opinião pública estivesse contra ela? Porque a sociedade francesa não conseguia exercer pressão sobre ela, devido às condições sociais em que tudo se passava. A organização social da França possibilitava

⁹ Uma leitura global da obra do Círculo não deixa a impressão de que o falante pode selecionar o gênero como quiser. A crítica que fazemos é pontual, restrita ao excerto que citamos.

a uma só pessoa influenciar a história de modo definitivo. A fraqueza de Luis XV, a teimosia da Madame de Pompadour e a incompetência do general Soubise não explicam tudo. As condições sociais em que um era fraco, o outro incompetente, a outra teimosa, sim, explicam. Esse é o modo como a tese e a antítese se somam na síntese. E elas se somam assim também no gênero discursivo. Não há como o gênero se modificar senão pela ação humana. Mas a ação individual não explica a mudança no gênero; a interação com os condicionamentos que o gênero impõe é que explica. Por isso, Bakhtin (1997b, p.314) afirma que, para nos expressarmos, tomamos palavras e expressões que, por serem de outros, “introduzem sua própria expressividade, seu tom valorativo, que assimilamos, reestruturamos, modificamos”. Nem a palavra nos chega com a expressão totalmente pronta, nem nós a criamos plenamente. Modificamos algo dado e, assim, interagimos com as condições da fala — que são sociais, pois esse “algo dado” o é pela sociedade, que elabora formas discursivas no diálogo e por ele.

Chegamos a essas conclusões apoiando-nos, parcialmente, em Plekhanov. Isso talvez seja incomum em estudos linguísticos. A relação entre as ideias dele e as do Círculo não foi, porém, inventada por nós, ainda que a alarguemos aqui. Plekhanov teve grande influência sobre os autores do Círculo, e cremos que retomá-lo ajude a entender melhor as ideias deles. A mais importante dessas ideias herdadas de Plekhanov, ainda não tratamos aqui: a noção de *psicologia social*. Essa noção é retomada por Voloshinov e retrabalhada por ele, para ser associada à de gêneros do discurso. Essa contribuição, uma das mais importantes do linguista russo, é a que será analisada a seguir.

4. Os gêneros discursivos e a psicologia social

Seja o seguinte trecho de Voloshinov (1999, p.41):

O que chamamos de psicologia do corpo social e que constitui, segundo a teoria de Plekhánov e da maioria dos marxistas, uma espécie de elo de ligação entre a estrutura sócio-política e a ideologia no sentido estrito do termo (ciência, arte, etc.), realiza-se, materializa-se, sob a forma de interação verbal.

O autor, acima, estabelece a diferença entre estrutura sociopolítica, psicologia social e ideologia em sentido estrito. Tomada, como ele diz, “em sentido estrito”, a ideologia corresponde a formações sistematizadas em que as ideias tomam um padrão estruturado. Por isso, ele dá os exemplos da ciência e da arte. Na ciência, na arte e em outros campos, como o direito e a filosofia, criam-se e trocam-se sentidos segundo

normas que garantem uma coerência relativa do sistema. E, aqui, referimo-nos a algo importante: nos sistemas ideológicos há o esforço pela organização, pela ordem sobre a elaboração dos sentidos. Numa palavra: há certa *formalização* na ideologia. “Estrutura sociopolítica” é uma expressão que não exige maiores explicações. Trata-se da base produtiva (os meios de produção da vida material), somada ao conjunto das atividades econômicas e instituições políticas emergidas delas. Por fim, a psicologia social. Essa “espécie de elo de ligação entre a estrutura sócio-política e a ideologia” é um espaço em que as ideias brotam de modo mais “espontâneo” e circulam sem grande formalização ou coerência. Nela, há plasticidade e maior espaço para contradição, o que lhe confere uma importante característica: a capacidade de reagir às mudanças da infraestrutura social mais rapidamente do que a ideologia formalizada.

Estudar a psicologia de um povo não é uma ideia original de Plekhanov. Tanto na filosofia como nos estudos linguísticos, muitos tiveram algo a dizer sobre o “espírito do povo”, a “alma da nação”, o “inconsciente coletivo”, etc. Humboldt mesmo fazia considerações desse tipo. Quem queira analisar o modo como as pessoas se comportam e, para isso, preste atenção à sua volta, se verá com a intuição de que nos guiamos de maneira relativamente coesa, como se sofrêssemos influência de algo como uma “mente comum”, seguissemos uma “orientação psicológica geral”. A questão não é assinalar a existência dessa “orientação psicológica geral” (o que já era reconhecido, com matizes e expressões diferentes, há tempos), mas explicar essa orientação, entender como ela surge, como se comporta, como podemos analisá-la. A diferença da noção de psicologia social de Plekhanov está neste ponto. Sua abordagem do problema procura, na tentativa de analisar essa “orientação psicológica geral”, conceituá-la em termos materialistas. A psicologia social, como Plekhanov a vê, não emana da “alma” do povo, do “espírito”, ou de outra fantasmagoria, mas da estrutura sociopolítica e da base produtiva. É o que ele (1978, p.62) diz, expondo o pensamento de Marx e Engels:

Se nos propuséssemos a expor brevemente a concepção de Marx e Engels, sobre a relação entre a célebre “base” e a não menos célebre “superestrutura”, chegaríamos a isto:

1. estados das forças produtivas;
2. relações econômicas condicionadas por estas forças;
3. regime sócio-político, edificado sobre uma “base” econômica dada;
4. psicologia do homem social, determinada, em parte, diretamente pela economia, em parte por todo o regime sócio-político edificado sobre ela;
5. ideologias diversas refletindo esta psicologia.

Plekhanov deriva a psicologia social da matéria, não da ideia. Isso lhe permitiu, a um só tempo, tratar do problema da ideologia e livrar-se do mecanicismo de alguns marxistas de então, que reportavam diretamente a infraestrutura à superestrutura. Em Plekhanov, não há essa remissão direta de uma instância a outra. Em sociedades com a complexidade das capitalistas, é engano supor que a base simplesmente se decalque na ideologia. Há mediações entre as relações materiais e a formalização nos sistemas ideológicos, e elas interferem na ideologia. Isso tem forte concordância, por exemplo, com o que afirma Medviédev (2012, p.58), em defesa de sua ideia de meio ideológico:

Pensar que as obras particulares e separadas da união no mundo ideológico sejam determinadas, em seu isolamento, de forma direta por fatores econômicos é tão ingênuo quanto considerar que uma rima ajusta-se com outra rima e uma estrofe com outra dentro dos limites do poema sob o efeito da ação imediata da causalidade econômica.

Essas contribuições de Plekhanov são fundamentais e influenciam decisivamente os trabalhos do Círculo. Faltava, porém, à análise materialista da psicologia social, um dos seus fundamentos materiais: a materialidade dessa psicologia. Plekhanov e outros que adotaram o conceito trabalharam o conteúdo da psicologia social (VOLOSHINOV, 1999, p.42-3), esquecendo-se de que ela, para ter esses conteúdos, precisa existir. Não há nada de semiótico sem realidade concreta: “todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou outra coisa qualquer” (VOLOSHINOV, 1999, p.33). Medviédev (2012, p.50) concorda: “cada produto ideológico e seu ‘significado ideal’ não estão na alma [...] mas no material ideológico disponível e objetivo, na palavra, no som, no gesto, na combinação das massas, das linhas, das cores, dos corpos vivos, e assim por diante”. Se a psicologia social veicula conteúdos, ela tem natureza semiótica; se o tem, precisa ter realidade material. Mas que realidade material é essa? Medviédev nos informou no excerto acima, e Voloshinov (1999, p.42) corrobora essa posição:

A psicologia do corpo social não se situa em nenhum lugar “interior” (na “alma” dos indivíduos em situação de comunicação); ela é, pelo contrário, inteiramente exteriorizada: na palavra, no gesto, no ato. Nada há nela de inexprimível, de interiorizado, tudo está na superfície, tudo está na troca, tudo está no material, principalmente no material verbal.

Não poderia ser de outro modo. Uma “orientação psicológica geral” exige que as pessoas troquem, de algum modo, suas impressões, compartilhem suas ideias, coloquem suas subjetividades em contato. E isso só é possível pelo diálogo. Na palavra é que se

objetivam os conteúdos subjetivos que viajam daqui para lá, de lá para cá, pelas bocas, pelos papéis, pelas telas dos computadores, costurando o tecido social que nos envolve. E essa posição de Voloshinov e Medviédev é tanto mais importante quando se considera que, para eles, o pensamento humano é verbal.

Se o discurso não se origina do falante, se seu universo interior não brota de si mesmo, é porque a matéria-prima desse universo de sentidos é obtida no meio social, na medida em que se fala. A troca verbal é que faz com que se interiorizem as formas de comunicação social, e são essas formas que farão brotar a subjetividade. Se temos um universo interior, sua gênese, seu *big bang*, não se deu em um ponto no fundo de nossa alma a partir do qual tudo se expandiu, mas ocorreu, ao contrário, de fora para dentro de nós. E no jogo entre o universo de dentro e o de fora, o falante se constrói.

A psicologia social pode ser, assim, explicada e descrita, pois há como explicar e descrever seu material. E ela auxilia também a descrever os enunciados:

A psicologia do corpo social é justamente o meio ambiente inicial dos *atos de fala* de toda espécie, e é neste elemento que se acham submersas todas as formas e aspectos da criação ideológica ininterrupta: as conversas de corredor, as trocas de opinião no teatro e, no concerto, nas diferentes reuniões sociais, as trocas puramente fortuitas, o modo de reação verbal face às realidades da vida e aos acontecimentos do dia-a-dia, o discurso interior e a consciência auto-referente, a regulamentação social, etc. A psicologia do corpo social se manifesta essencialmente nos mais diferentes aspectos da “enunciação” sob a forma de *diferentes modos de discurso*, sejam eles interiores ou exteriores. (VOLOSHINOV, 1999, p.42)

A psicologia social é o ambiente inicial dos atos de fala, a condição inicial da interlocução. A partir dela, o falante trabalhará o que quer dizer, do modo como vimos expondo até aqui (ele tomará as palavras com seu sentido dado para, então, construir seu discurso conforme trabalhe com essas palavras e as modifique; esse ponto de partida, o “sentido dado”, é a psicologia social, “o meio ambiente inicial dos atos de fala de toda espécie” a que, acima, Voloshinov fez referência).

A relação entre psicologia social e gêneros discursivos é fundamental, embora esteja apagada na tradução brasileira de *Marxismo e filosofia da linguagem*. A tradução foi feita a partir de uma edição francesa em que, por infelicidade, o trecho em destaque no excerto acima foi traduzido como *différents modes de discours*, o que foi transposto literalmente para o português: “diferentes modos de discurso”. As traduções espanhola e inglesa, porém, feitas diretamente do russo, discordam da francesa: o termo é traduzido

nelas como *los pequeños géneros discursivos* e *little speech genres*¹⁰. Não é necessário dizer que o desvio na tradução francesa (e na brasileira, por consequência) obscureceu uma consideração teórica da maior importância: a psicologia social se manifesta sob a forma de gêneros discursivos.

Se a matéria da psicologia social é tudo o que há de semiótico, sua forma são os gêneros. No gênero cria-se a estabilidade de certos modos de dizer — e de conceituar, portanto. Ele condiciona como a psicologia social se desenvolve, conforme condiciona nossa expressão e nosso discurso interior. É necessário lembrar que dissemos, há pouco, que a mente do falante tem sua origem na interlocução em que ela é engajada. Isso quer dizer que ela se forma, digamos, dentro dos gêneros do discurso. Toda comunicação social atende a uma forma, e essas formas, que são os gêneros do discurso, estabelecem não só as condições em que a troca verbal se dá, mas também as condições em que se dá a interiorização da troca, que, depois, condicionará o pensamento. A análise dos gêneros do discurso permite entender melhor o pensamento da sociedade e, por isso, o estudo da ideologia não pode deixar de lidar com eles.

Ao adotar esse conceito de psicologia social e ao admitir que o gênero discursivo é a forma dessa psicologia, somos forçados a ver no gênero uma espécie de mediador que liga a fala à infraestrutura social. Isso reforça nossa proposição de tomar por critério para definir os gêneros a atividade em que eles se engajam. Enfocamos, com isso, o trabalho que a humanidade realiza com os gêneros e sobre eles, o que implica ver os enunciados como acontecimentos concretos, capazes de intervir no real, cujo emprego realiza funções nas atividades em que tomam parte (ideias que vimos defendendo até aqui). Essa proximidade que o gênero tem com as atividades em que se engaja é patente nas obras do Círculo, como se vê na passagem em que Bakhtin (1997b, p.285) diz que “os enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso, são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua”. A metáfora das correias de transmissão enfatiza esse papel de mediador.

Os níveis superiores da ideologia do cotidiano que estão em contato direto com os sistemas ideológicos, são substanciais e têm um caráter de responsabilidade e de criatividade. São mais moveis e sensíveis que as ideologias constituídas. São capazes de repercutir as mudanças da infraestrutura sócio-econômica mais rápida e mais distintamente. [...] Logo que aparecem, as novas forças sociais encontram sua primeira expressão e sua elaboração ideológica nesses níveis superiores da ideologia do cotidiano, antes que consigam invadir a arena da ideologia oficial constituída. É claro, no decorrer da luta, no curso do processo de infiltração progressiva nas

¹⁰ A comparação entre as traduções de *Marxismo e filosofia da linguagem* é feita por G. Souza (2003).

instituições ideológicas (a imprensa, a literatura, a ciência), essas novas correntes da ideologia do cotidiano, por mais revolucionárias que sejam, submetem-se à influência dos sistemas ideológicos estabelecidos, e assimilam parcialmente as formas, práticas e abordagens ideológicas neles acumulados. (VOLOSHINOV, 1999, p.120-1)

Pela sua relação mais próxima com a infraestrutura, a psicologia social (referida aqui pela expressão “ideologia do cotidiano”) é mais sensível às modificações sociais e pode refleti-las mais prontamente. Também sua maior mobilidade lhe possibilita isso. As atividades sociais humanas em que se exige interlocução gerariam, assim, gêneros que se ligariam às atividades mais espontâneas, nos quais a psicologia social ganharia forma. Esses gêneros também forneceriam a matéria prima da ideologia estabelecida, fornecendo a ela a seiva de que se formar. Um sistema ideológico que não encontre eco na ideologia do cotidiano definha. Para manter-se existente, ele tem que corresponder ao que está latente na psicologia social. Mas, se a ideologia se forma a partir da psicologia social, depois ela retorna a influência sobre essa psicologia, submetendo-a às “práticas e abordagens” que traz em si. Os sistemas formalizados da ideologia pressionam, assim, a psicologia social, mas são igualmente pressionados por ela. Eles lidam com a psicologia social como a planta com a terra. Se a terra muda de composição química, ou a planta se adapta, ou morre. Mas essas mudanças na terra não ocorrem sem a resistência da própria planta que, lutando para sobreviver, joga seus compostos orgânicos no chão. Assim é a relação entre os sistemas ideológicos formalizados e a psicologia social.

É preciso notar, porém, que não há gêneros discursivos só na psicologia social. As esferas dos sistemas ideológicos formalizados também têm seus gêneros. Assumindo a terminologia sugerida por Voloshinov (isto é, trocando a expressão “psicologia social” por “ideologia do cotidiano”), vemos a ideologia como um terreno extenso, dividido em duas partes: a formalizada e a cotidiana. Esse terreno extenso e dividido é onde brotam os gêneros discursivos. Note-se que, com sua terminologia, Voloshinov enfatiza como a ideologia do cotidiano interage com a ideologia formalizada, já que ambos passam a ser vistos como partes de um todo, que é a ideologia. Deixa-se de focar o deslocamento da psicologia rumo à ideologia, ou vice-versa, e passa-se a enxergar as duas esferas da ideologia em interação. Nesse ponto, é útil lembrarmos a distinção de Bakhtin (1997b, p.281) entre gêneros primários e secundários:

Importa, nesse ponto, levar em consideração a diferença essencial existente entre o gênero de discurso primário (simples) e o gênero de discurso secundário (complexo). Os gêneros secundários do discurso [...] aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e

relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sócio-política. Durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies, que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea. Os gêneros primários, ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos discursos alheios.

Não se trata apenas de opor gêneros simples e complexos, mas da interação viva entre esses gêneros: os complexos construindo-se conforme absorvem os simples; os simples deixando-se absorver nos complexos e sendo ressignificados neles. Isso guarda semelhanças com a oposição entre ideologia do cotidiano e ideologia formalizada. Nas duas dicotomias, um polo é complexo e absorve o outro, mais espontâneo e maleável. Grillo (2008, p.63-5) aproxima gêneros primários e ideologia do cotidiano, de um lado, e gêneros secundários e ideologia formalizada, de outro. A importância disso está em Plekhanov só ter considerado como a ideologia recebia influência da psicologia social para gerar conteúdos, e não ter dito nada sobre como ela os mantinha ativos (TIHANOV apud GRILLO, 2008, p.64). Voloshinov (1999, p.119) é enfático quanto à necessidade de os conteúdos, uma vez estabelecidos na ideologia sistematizada, continuarem tendo eco na ideologia do cotidiano para não se alienarem da vida social e perderem seu valor.

Os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia. Mas, ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos constituídos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano; alimentam-se de sua seiva, pois, fora dela, morrem, assim como morrem, por exemplo, a obra literária acabada ou a idéia cognitiva se não são submetidas a uma avaliação crítica viva. Ora, essa avaliação crítica, que é a única razão de ser de toda a produção ideológica, opera-se na língua da ideologia do cotidiano. Esta coloca a obra numa situação social determinada. A obra estabelece assim vínculos com o conteúdo total da consciência dos indivíduos receptores e só é apreendida no contexto dessa consciência que lhe é contemporânea.

O Círculo coloca, então, uma preocupação nova sobre a relação entre a ideologia do cotidiano e os sistemas ideológicos formalizados. Trata-se de pensar a forma como, nos sistemas ideológicos, sobrevivem certos conteúdos — a lei que determina que esses conteúdos ideológicos não caduquem. Eles só podem se manter vivos se encontrarem respaldo na ideologia do cotidiano. A relação entre as duas esferas da ideologia torna-se, pois, complexa e, por conseguinte, também a relação dos gêneros primários com os secundários. O gênero complexo absorve o simples, e isso é um contato da ideologia formalizada com a do cotidiano. Por esse meio, o adubo dos gêneros primários chega à

seiva dos secundários.

Deixar-se absorver pelos gêneros secundários é a forma que os primários têm de influenciar os sistemas ideológicos formalizados. Mas, se é verdade que esses sistemas também pressionam a ideologia do cotidiano, então, é de se imaginar que os secundários não só recebam influência dos gêneros primários, mas também os influenciem. Não se veem, no entanto, gêneros primários absorvendo secundários. De que forma, então, os gêneros secundários influenciam os primários? A esse respeito, só podemos contribuir com uma conjectura: parece possível que os gêneros primários mudem pela pressão que, sobre eles, exercem os secundários. Cremos não ser inviável supor, por exemplo, que os gêneros secundários da publicidade consigam estimular no público certos modos de falar, de se expressar, de agir, que, depois, podem compor sua forma de se expressar em gêneros primários. Gêneros secundários podem ter largo alcance, pelas mídias em que são publicados ou por seu registro tender a ser escrito, o que permite serem “achados” em bibliotecas, revistas, jornais, sites, etc. Isso faz com que gêneros secundários sejam interiorizados por um grande número de falantes, intervindo, talvez, no modo como eles se expressam em situações espontâneas, típicas de gêneros primários. Isso satisfaria a condição principal para ocorrerem mudanças no gênero primário: a apreciação social. Algumas evidências podem nos levar a esse raciocínio. Redações de escola e textos de livros didáticos (ambos gêneros secundários) talvez pressionem os gêneros primários, já que pesquisas de Sociolinguística mostram que pessoas mais instruídas tendem a falar de modo diferente das menos. Mas isso, repetimos, são só conjecturas. Sabemos que há diferença entre um gênero secundário influenciar um primário e alguém passar a falar uma nova variedade linguística devido à educação formal. Para afirmar qualquer coisa sobre isso, seria necessária uma pesquisa à parte, que nosso trabalho não tem condições de realizar.

Em um terreno de deduções mais sólidas, podemos afirmar que a relação entre ideologia do cotidiano e gêneros primários, de um lado, e ideologia em sentido estrito e gêneros secundários, de outro, não é simples e unívoca. Primeiro, é preciso observar que as características atribuídas à ideologia formalizada nem sempre coincidem com as dos gêneros secundários. O mesmo vale para ideologia do cotidiano e gêneros primários. É sabido, por exemplo, que nos sistemas ideológicos formalizados há maior coerência e rigidez, devido à existência de uma relativa estruturação. Nem todo gênero secundário, porém, é rígido. A poesia é um exemplo. Se ela oferece, por um lado, claras mostras de pertencer à esfera da ideologia formalizada, também não é de se negar que seja enorme

sua mutabilidade, o que lhe permite expressar toda sorte de latências surgidas no corpo da sociedade. Essa característica é normalmente atribuída, porém, não à ideologia em sentido estrito, mas à ideologia do cotidiano. Por outro lado, gêneros primários como as fórmulas de cumprimento e despedida são muito rígidos e não reagem às mudanças na infraestrutura, como é de se esperar que ocorra na ideologia do cotidiano. E esse fato não basta para incluir tais gêneros no sistema formalizado de alguma ideologia. Há a possibilidade, ainda, de um gênero secundário influenciar outro. É comum ouvirmos que a imprensa se deixa influenciar pela publicidade, por exemplo. Isso mostra como um gênero secundário pode agir sobre outro, ainda que ele não seja absorvido, do modo como um gênero primário seria.

Um último aspecto dessa relação entre gêneros primários e secundários merece destaque. Trata-se de como a inserção do gênero primário no secundário pode explicitar, por meio daquele, a dialogização deste. Sobre isso, Grillo (2008, p.68) diz:

[O] princípio dialógico da linguagem se exprime, de modo mais nítido, nos gêneros primários que se constituem majoritariamente dos gêneros do diálogo oral. A língua escrita e os gêneros secundários absorvem os gêneros primários, de onde a presença mais ou menos marcada da dialogização nos gêneros secundários. Portanto, a relação entre os gêneros primários e secundários permite a explicitação do princípio dialógico da linguagem, que permaneceria dissimulado se o estudo dos gêneros se concentrasse exclusivamente sobre os gêneros secundários.

Como se vê, no Círculo se tem uma importante contribuição à psicologia social: além do já tradicional tratamento dos conteúdos, a forma e a matéria dessa psicologia são tornadas, também, objetos de análise. A partição da noção de gêneros discursivos em dois tipos (primários e secundários) e sua correlação às duas dimensões da ideologia (a cotidiana e a formalizada) abrem espaço para se considerar o modo como os sentidos transitam na sociedade, como os consensos se criam, e como se organiza a “orientação psicológica geral” que, não sem conflitos e contradições, nos liga.

5. Suporte teórico para a noção de sujeito

Como fica o sujeito nessa ideologia dividida entre o cotidiano e a formalização? Essa é uma questão relevante. É Brait (1996) quem diz que, para toda teoria do discurso, é necessário o suporte de uma teoria da língua, uma teoria do social e uma teoria do sujeito. Tentaremos explicitar como concebemos o sujeito neste trabalho respondendo, em parte, a opinião de Brait.

Para ela (1996, p.103), “contrariando a valorização exclusiva do social existente

em Bakhtin, [...] [é importante alertar para] a dimensão do inconsciente que também é constitutiva da linguagem [...] acolhendo mais um exterior teórico nas pesquisas discursivas: a psicanálise e, mais precisamente, Lacan”. A psicanálise forneceria, para Brait (ao menos, nessa fase de suas reflexões), a base teórica com que se deve tratar o sujeito do discurso, devido ao seu conceito de inconsciente. De nossa parte, procuramos construir uma interpretação do Círculo afastada da “valorização exclusiva do social”, como foi dito nos itens anteriores. Mas, de todo modo, parece-nos difícil a conciliação entre o Círculo e a psicanálise. Voloshinov recusa enfaticamente a psicanálise em uma obra intitulada *O freudismo* (VOLOSHINOV, 2001). Ele critica tendências nos estudos psicológicos da época (entre as quais, a psicanálise) e, por meio dessa crítica, o autor esclarece que a exigência da teoria do sujeito demandada pelo Círculo não é a adoção do social em lugar do individual, mas do método de análise objetivo em lugar do subjetivo. Não se trata de inclinar-se ao social mais que ao individual, mas de inclinar-se ao materialismo mais que ao idealismo.

Sobre psicologia objetiva, Voloshinov (2001, p.16) diz:

Ao construir-se uma psicologia científica, é necessário sustentar coerentemente e até o fim o ponto de vista da experiência objetiva externa. A inserção dos dados da introspecção destrói a sua unidade e a sua continuidade. Porque tudo o que pode ter algum significado na vida e na prática deve ser dado como grandeza material externa, deve exprimir-se em alguma mudança puramente material. [...] Esse comportamento do organismo vivo é dado inteiramente na experiência objetiva externa, tudo nele pode ser considerado, medido e colocado na necessária relação de causa e efeito com os estímulos e condições externos e as condições do ambiente material. Só esse comportamento materialmente expresso do homem e dos animais pode ser objeto de uma psicologia que queira ser exata e objetiva.

Do que se lê acima decorre uma crítica fundamental à psicanálise. Freud adotara, em seu modelo, concepções que, originalmente, eram de um filósofo alemão chamado J. N. Tetens — concepções que teriam sido adotadas, conforme Voloshinov (2001, p.69-88), por Kant e, depois, outros —, segundo as quais o conteúdo da mente seria formado de vontades, sentimentos e conhecimentos. Os conceitos de Tetens teriam sido usados por Freud na teoria psicanalítica do inconsciente (VOLOSHINOV, 2001, p.68-9). Sobre isso, Voloshinov (2001, p.69) diz:

Acontece, porém, que esses elementos da vida psíquica só existem *para a consciência*. [...] Mas será que temos o direito de construir o inconsciente por analogia com a consciência e supor nele exatamente os mesmos elementos que encontramos na consciência? Nada nos dá esse direito. Abandonada a consciência, passa a não ter absolutamente nenhum sentido conservar sentimentos, representações e desejos.

Basta ler o trecho acima para se ter dúvidas quanto à possibilidade de associar a teoria do inconsciente da psicanálise com o pensamento do Círculo. A crítica acima não é uma objeção qualquer, mas uma recusa radical do modelo da psicanálise. Prescindindo do modelo do inconsciente psicanalítico, o que resta dessa teoria? Pouco. Voloshinov (2001, p.69-70) diz ainda:

Quando o homem motiva subjetiva e conscientemente os próprios atos não pode, evidentemente, evitar referência aos seus desejos, sentimentos e representações; mas quando nós começamos a analisar esses atos de forma objetiva, procurando manter coerentemente e até o fim o ponto de vista da nossa experiência, não encontramos semelhantes elementos em nenhum ponto da composição do comportamento: a experiência objetiva externa deve apoiar-se em componentes *materiais* elementares do comportamento inteiramente diversos, que nada têm em comum com os desejos, sentimentos e representações.

Assim, só à luz da autoconsciência subjetiva o quadro da nossa vida psíquica nos apresenta como luta de desejos, sentimentos e representações. Já a respeito das forças objetivas reais, que servem de base a essa luta, a autoconsciência nada nos pode dizer.

Categorias forjadas para a análise da consciência numa psicologia antiga, que remonta a Kant, avançam, na psicanálise, sobre o inconsciente de forma inadvertida. É como Voloshinov entende o problema, já que, para ele, o uso dessas categorias foi feito, por Freud, “de modo totalmente acrítico” (2001, p.69). Mas haveria outras evidências desse avanço do consciente sobre o inconsciente, entre as quais a mais impressionante está nos mecanismos psíquicos do inconsciente, que Voloshinov acusa de comportarem-se de forma demasiado lógica. Freud considera, por exemplo, a censura um mecanismo que opera de maneira inconsciente. Voloshinov (2001, p.70) ironiza, porém, esse caráter mecânico e inconsciente da censura, chamando a atenção para a “sutileza” com que ela “adivinha” todas as “nuanças morais dos sentimentos”, ao operar. A censura, por sua capacidade de selecionar os sentimentos com critérios éticos, morais, estéticos, etc., não poderia, de modo algum, ser nem mecânica, nem inconsciente. Sua seleção “consciente” do que vai censurar em nada é compatível com o modo como opera um mecanismo.

Voloshinov diz que não há nada de mecânico nos mecanismos teorizados pela psicanálise. O que, na psicanálise, é visto como luta de motivos subjetivos (Id, Ego, Superego, etc.) com caráter natural (pois derivado do desejo sexual), Voloshinov vê como conflito ideológico. Com isso, ele procura criticar, acima de tudo, o *método* psicanalítico, e baseia a crítica nos dados que Freud selecionou e nos quais fundamenta sua teoria. Esses dados teriam sido colhidos de maneira cientificamente inválida e não

serviriam para fundamentar o método. Voloshinov (2001, p.80) afirma que todos os dados foram obtidos pela interlocução com os pacientes (pois a psicanálise se vale do diálogo para sua terapia), e que esses enunciados dos pacientes que dão fundamento ao modelo psicanalítico ocorrem numa relação social específica, a sessão de psicanálise, que se caracteriza, de forma complexa, por uma luta verbal entre o médico e o paciente. Os enunciados desse contexto não refletem a alma individual, como quer a psicanálise, mas a tensão social entre médico e paciente. Segundo Voloshinov (2001, p.79):

O paciente deseja esconder do médico algumas experiências e acontecimentos de sua vida, procura impor ao médico seu ponto de vista sobre as causas da doença e o caráter das suas experiências emocionais. O médico, por sua vez, procura preservar sua autoridade de médico, visa a conseguir revelações do paciente, empenha-se em fazê-lo aceitar o ponto de vista correto sobre a doença e os seus sintomas. Com tudo isso cruzam-se outros elementos: entre o médico e o paciente pode haver diferenças de campo, de idade de posição social, por último, diferenças de profissão. Tudo isso complexifica as relações mútuas e a luta entre eles. [...] As mesmas “vivências psíquicas” do falante, cuja expressão tendemos a ver nessa enunciação, são de fato apenas uma interpretação unilateral, simplificada e cientificamente incorreta de um fenômeno social mais complexo. É uma espécie de “projeção” através da qual investimos (projetamos) na “alma individual” um complexo conjunto de inter-relações sociais. A palavra é uma espécie de “cenário” daquele convívio mais íntimo em cujo processo ela nasceu, e esse convívio, por sua vez, é um momento do convívio mais amplo do grupo social a que pertence o falante.

O contexto imediato (a sessão de psicanálise) e os condicionamentos do contexto mais amplo, sócio-histórico, definem como se trava a luta entre médico e paciente. Há uma projeção desse conflito social para a alma individual, que faz a psicanálise entender esses enunciados como expressão do interior do falante. A teoria do sujeito, se coerente com a posição de Voloshinov, não pode ser apoiada na psicanálise. Ele faz a defesa de uma teoria do sujeito apoiada no método da psicologia objetiva. E vale lembrar que o principal nome dessa tendência dos estudos de psicologia na URSS era Vigotski.

O cerne dos raciocínios dele e de seu discípulo Leontiev já é conhecido nosso e, certamente, era conhecido do Círculo. A prova disso está no próprio *O freudismo*, em que Voloshinov faz a crítica da apologia de Luria à psicanálise. Luria era membro da Escola de Vigotski, e isso é sinal de que Voloshinov acompanhava o que Vigotski e seus discípulos produziam. Apesar dessa crítica a um seguidor da Escola de Vigotski, porém, a linha de raciocínio que segue Voloshinov em seu livro concorda, e muito, com

Vigotski e Leontiev¹¹. A principal característica desses psicólogos era sua certeza de que o psiquismo humano difere do psiquismo animal, e esperamos ter deixado claro que essa diferença se relaciona à forma sócio-histórica do psiquismo humano. O homem é capaz de objetivar-se nos produtos de seu trabalho e, as gerações mais novas, ao se apropriarem desses produtos, interiorizam as aquisições históricas neles fixadas. O meio traz algumas necessidades à humanidade e ela, para satisfazê-las, modifica-o. O meio, depois de modificado, traz novas necessidades e, então, novas modificações devem ser feitas. Assim, um novo meio surge, sócio-histórico — a antiga paisagem natural, agora transformada pelo trabalho humano. Esse novo meio é qualitativamente diferente do meio natural e, por isso, eles não podem ser comparados. A relação do homem com esse meio é igualmente diversa da relação do animal com seu meio. O animal procura entrar em equilíbrio com o ambiente, e o homem, ao lidar com o ambiente, procura objetivar-se nele, submetê-lo ao que quer. Ao exteriorizar sua idealização na concretude do meio, a humanidade não só objetiva a si mesma nele, mas permite que o meio mude a subjetividade dela. Quando o homem modifica o meio, o meio modifica o homem. Assim, sempre são postas novas necessidades ao homem: o mundo que ele modifica por seu trabalho modifica o homem também, muda seus desejos, muda suas vontades, exige dele a satisfação de novas necessidades. Isso é muito diferente de entrar em equilíbrio com o meio natural. O homem não caminha rumo ao equilíbrio, pois ele não tem um conjunto fechado de necessidades a serem satisfeitas. Fosse assim e, satisfeitas essas necessidades, a história não teria por que prosseguir. Mas o homem evolui sempre, pois, ao interiorizar os frutos da sua ação sobre o mundo, torna-se alvo da ação do mundo.

Essa tese, da qual alguns trechos já haviam sido expostos em uma parte anterior deste trabalho, teve a formulação psicológica pelas mãos de Leontiev, em especial. Mas, antes de ser trabalhada por ele, já era uma das teses fundamentais de Marx e Engels¹². Na forma tradicional do marxismo de considerar o homem — um ser sócio-histórico, não totalmente dedutível de seu caráter biológico — reside o que talvez seja o principal atrito entre Voloshinov e a psicanálise. A acusação fundamental dele (2001, p.6) é a de a psicanálise reduzir o homem ao biológico: “[para a psicanálise] o destino do homem, todo o conteúdo da sua vida e criação [...] é inteiramente determinado pelos destinos do seu desejo sexual e só por eles”.

¹¹ Segundo Bezerra (2001, p.XVIII), a leitura dos problemas da psicologia feita por Vigotski parece muito a de Voloshinov, e difere daquela de Luria, que é criticada em *O freudismo*.

¹² Cf. Marx e Engels (1999).

Claro, a escolha de Brait por trabalhar com a psicanálise não é um erro, mas uma opção diferente da nossa. Cabe lembrar que somos nós que lemos, voluntariamente, o Círculo por seu viés marxista, e que é essa opção que nos impede de adotar a sugestão de Brait. Para tentar propor um modo de entender a psicologia do sujeito e sua relação com os gêneros do discurso, exporemos algumas ideias de Vigotski e Leontiev, a partir da leitura que Bronckart faz delas.

Bronckart (1999, p.24-30) interpreta um importante texto redigido por Vigotski em 1927 e lido tardiamente, chamado, na tradução francesa, *La signification historique de la crise en psychologie*. Nesse texto, o psicólogo faz uma retomada dos problemas com que a psicologia vinha lidando e postula que a origem desses conflitos estaria na adoção do posicionamento cartesiano nas pesquisas psicológicas. Descartes fez a defesa, como se sabe, do *dualismo*, segundo o qual haveria distinção absoluta entre o físico e o psíquico. Para ele, o físico, o material, pertenceria a uma substância, e as ideias, os sentimentos, a outra. Essa outra substância, a *substância psíquica*, seria, para Descartes, característica do ser humano, responsável por torná-lo um ser consciente. A separação entre essas instâncias física e psíquica (a natureza dual do homem) pode parecer natural na nossa cultura, mas é, na verdade, uma construção teórica feita por Descartes, à qual outras se opõem. A mais famosa opositora, à qual Vigotski se “filiara” no texto de 1927, é o *monismo* de Spinoza. Segundo ele, a natureza constituir-se-ia de uma substância única, da qual o físico e o psíquico são duas propriedades que comporiam um todo junto com, talvez, outras, inacessíveis à inteligência humana. Essa inteligência não poderia captar o universo em sua totalidade e, por isso, só para ela a matéria homogênea de que o universo se compõe apareceria de forma parcial e descontínua — ou seja, separada em fenômenos físicos e psíquicos. Essa separação, portanto, não seria um fato, mas uma representação mental defeituosa, derivada das limitações de nossa inteligência.

Como o dualismo teria prejudicado a psicologia? De um lado, psicólogos de inspiração behaviorista centrariam suas análises no aspecto físico (condições ambientais de aprendizagem de comportamentos, fisiologia, etc.) e ignorariam o não observável, ou seja, os fenômenos propriamente psíquicos. De outro lado, psicólogos fenomenológicos e psicanalistas limitar-se-iam ao psíquico e abandonariam totalmente a base material do psiquismo, enquanto adeptos do cognitivismo proporiam modelos de interpretação da mente humana que a deduziriam por completo das propriedades do cérebro, abstraindo-a de toda a dimensão comportamental, histórica e social do desenvolvimento humano. Essas tendências, pela separação absoluta entre físico e psíquico, não poderiam explicar

o psiquismo humano. Isso porque

O homem é, efetivamente, um organismo vivo, dotado de propriedades biológicas e que tem comportamentos; mas é também um organismo consciente, que se sabe possuidor de capacidades psíquicas que as idéias, os projetos e os sentimentos traduzem. A psicologia tem como tarefa específica descrever e explicar essa duas ordens de fenômenos, assim como suas modalidades de articulação, com um procedimento metodológico unificado. (BRONCKART, 1999, p.24)

Essa posição legou uma série de questões importantes que dão feição ao trabalho de Vigotski. Não poderemos examiná-las aqui, ainda que algumas reforcem pontos que vimos defendendo. Centrar-nos-emos em apenas um aspecto decorrente dessa posição: a definição da unidade de análise da psicologia. Esse problema é diretamente relacionado à posição monista de Vigotski, que encara os problemas da psicologia pelo ângulo do entrelaçamento de propriedades comportamentais, mentais, sociais e verbais. Ele tinha o projeto de unificar os ângulos dispersos pela tradição psicológica dualista e, para tanto, seria importante definir qual a unidade psicológica que concentraria as características principais do sistema em si. Sua primeira tentativa foi colocar a palavra como unidade psicológica por excelência, posição que, depois, foi reformulada por Leontiev, que usou os conceitos de ação e atividade como unidades do funcionamento psíquico, capazes de entrelaçar, em si, caracteres mentais, sociais, verbais e comportamentais — ou seja, de concentrar todas as características do psiquismo humano como um todo.

Os conceitos de ação e atividades são correlatos ao modo como se organizam as formas de agir propriamente humanas. Para Leontiev, o animal comporta-se de modo prático, voltado a um fim, sendo a obtenção desse fim o motivo do comportamento. O comportamento do homem, porém, nem sempre coincide com seu motivo. Para ilustrar, o autor (1978, p.66-7) dá o exemplo de um caçador que precise espantar uma presa para fazê-la correr em direção a outros caçadores, onde ela será emboscada. O motivo do comportamento do caçador é o intento de abater a presa. Se julgássemos, sem levar em conta os demais membros do grupo, o comportamento do caçador de espantar sua presa, veríamos um conflito entre conteúdo e motivação da ação: espantar a presa não ajuda a abatê-la. O comportamento do caçador não teria sentido. Só se compreende como sua motivação levou a seu comportamento quando se analisa o grupo todo. O grupo é que tem o comportamento justo ao motivo do caçador. *Atividade* é o conceito que se refere a esse comportamento coletivo, e *ação*, ao comportamento individual, isolado dos demais a que se liga. O motivo da ação coincide não com seu conteúdo, mas com o conteúdo da

atividade. A ação, por isso, só tem sentido ao ser enquadrada na atividade da qual faz parte. A alienação é, na consciência, o corte desse vínculo. Leontiev (1978, p.123) diz:

A tecelagem tem (...) para o operário a significação objetiva de tecelagem, a fiação, de fiação. Todavia não é por aí que se caracteriza sua consciência, mas pela relação que existe entre estas significações e o sentido pessoal que têm para ele as suas ações de trabalho. Sabemos que o sentido depende do motivo. Por consequência, o sentido da tecelagem ou da fiação para o operário é determinado por aquilo que o incita a tecer ou a fiar. Mas são tais as suas condições de existência que ele não fia ou não tece para corresponder às necessidades da sociedade em fio ou em tecido, mas unicamente pelo salário; é o salário que confere ao fio e ao tecido o seu sentido para o operário que os produziu (...). Com efeito, para o capitalista, o sentido da fiação ou da tecelagem reside no lucro que dela tira, isto é, uma coisa estranha às propriedades do fruto da produção e à sua significação objetiva.

O operário, assim, participa de uma atividade (o abastecimento da sociedade de fio ou de tecido) cujo motivo é a demanda por tecido. Em sua consciência, o motivo de sua ação nada tem a ver, porém, com abastecer a sociedade de tecidos. Para ele, o que motiva sua ação é o salário. O motivo de sua ação, assim, desconecta-se da atividade de que ela, objetivamente, faz parte. O mesmo se dá com o capitalista, para quem o motivo é o lucro. A lógica do capital dissocia, nas mentes do operário e do capitalista, a ação da atividade. Essa é a descrição psicológica que Leontiev faz da alienação.

Qual é o estatuto da língua nesse quadro? Bronckart (1999, p.30) diz que, se os conceitos unificadores das várias dimensões do comportamento humano são a ação e a atividade, parece lógico supor que o gênero discursivo (ou, para ele, textual) é a unidade privilegiada com que trabalhar, por estar no nível teórico da atividade e da ação — qual seja, o nível *social*, em que o comportamento humano se explica pela interação com o grupo. Essa posição defendida por Bronckart é, cremos, coerente com a interpretação que fizemos, até aqui, dos gêneros discursivos. É Bakhtin (1990, p.96) que afirma:

Estes ou aqueles elementos da língua (lexicológicos, semânticos, sintáticos, etc.) estão estreitamente unidos com a orientação intencional e com o sistema geral de acentuação destes ou daqueles gêneros. [...] Estes ou outros elementos da língua adquirem o perfume específico dos gêneros dados: eles se adequam aos pontos de vista específicos, às atitudes, às nuances e às entonações desses gêneros.

Se a palavra é, como afirma esse trecho de Bakhtin, determinada pelo gênero, se seu sentido varia de acordo com a função em que ela é posta no gênero, parece coerente supor que a atividade psíquica não se guie pelas palavras e as some na consciência até produzir o sentido, mas use essas unidades para realizar funções pré-estabelecidas, interiorizadas na participação em atividades (no sentido de Leontiev) e por meio delas.

Isso nos leva a outra proposta de Bronckart. Para ele, o monismo de Vigotski colocava o problema de articular o social e o psicológico em uma teoria unificada. Para isso, ele precisaria definir as unidades sociológicas e psicológicas com que trabalharia, para, depois, tratar da interação entre as duas esferas. Vigotski mesmo teria se referido à necessidade de distinguir, na teoria, “princípios explicativos” (sociais) e “unidades de análise” (psicológicas). Bronckart (1990, p.30) propõe ligar os conceitos de Vigotski e Leontiev: “é a *atividade* nas formações sociais (unidade sociológica) que constitui o princípio explicativo das *ações* imputáveis a uma pessoa (unidades psicológicas)”. Há muitas considerações, a partir disso, que não são pertinentes a nossos propósitos. Basta dizer que nos parece possível uma analogia semelhante à de Bronckart e inspirada no que ele diz. Trata-se de aproximar os conceitos de atividade e gêneros do discurso, de um lado, e os de ação e enunciado, de outro. Cremos ser essa uma analogia coerente com nossas posições. Assim como na atividade a ação adquire seu sentido, no gênero o enunciado ganha seu valor. Isolado, o enunciado deixa de sê-lo, torna-se período, frase, oração — unidade abstrata, enfim. A ação humana é social como o enunciado pertence ao diálogo. A ação está para a atividade como o enunciado está para o gênero.

Neste ponto, formaliza-se uma noção que introduzimos tacitamente no trabalho. Quando dissemos que o gênero toma parte numa atividade humana, não esclarecemos o que entendíamos por “atividade”. Agora, fica claro esse conceito. Fica claro, ainda, que entendemos, conforme proposto por Bronckart, o gênero como a unidade privilegiada de análise do psiquismo humano, e que reformulamos sua conceituação de gênero como unidade sociológica da explicação do comportamento linguístico, para aproximar os gêneros discursivos mais claramente do conceito de atividade proposto por Leontiev. Julgamos isso necessário, pois, primeiro, não achamos pertinente às ideias que vimos expondo afirmar que a ação é a unidade psicológica e o gênero, a sociológica, já que: (i) o gênero, como dissemos, é tomado por nós como unidade privilegiada da explicação do psiquismo, não podendo, assim, ser separado, em nosso trabalho, do nível psicológico; (ii) a ação, por ser uma unidade de comportamento individual, não perde sua dimensão social (Bronckart não diz isso, mas cremos que esse fato confunde a conceituação da ação como “unidade psicológica”, fazendo-a parecer separada do social); (iii) o social e o individual estão, para as posições que assumimos, em interação dialética, o que nos parece incompatível com a distinção feita por Bronckart entre o “princípio explicativo” (sociológico) e a “unidade de análise” (psicológica). Preferimos propor que o gênero e o enunciado podem ser vistos tanto pelo ângulo social como pelo psicológico, e que sua

diferença não repousa nessa oposição, mas naquela entre ação e atividade. O gênero se relaciona à atividade por construir-se coletivamente e ter motivos sociais. O enunciado se relaciona à ação por ser singular, empiricamente observável, e manter relação com os motivos da atividade de que faz parte e de que não pode se desvincular.

6. Orientações filosóficas do método

Para encerrar este capítulo, cumpre fazer algumas observações sobre o método. Nosso objeto de análise é o leitor fixado no gênero. Percebê-lo exige métodos, digamos, “operacionais”, o “o que fazer” na análise. Por serem pontuais, tratamos esses métodos nos capítulos em que apresentamos as análises. Neste item, exporemos orientações não operacionais, mas gerais do método.

Começemos por nossa posição de considerar os gêneros não como textuais, mas como discursivos. Conforme Rojo (2005, p.192-4), a tendência que nomeia os gêneros de textuais costuma tentar vê-los por regularidades manifestas, como não poderia deixar de ser, na materialidade do texto. A autora cita como exemplos Bronckart, Schneuwly, Dolz (nomes principais do ISD), Marcuschi e Adam. O método deles seria próximo de uma análise de tipo *bottom up*, que parte da análise de textos um a um para estabelecer o gênero (ROJO, 2005, p.199). Embora haja variação no tratamento dado à dimensão extratextual nos estudos de gêneros textuais, a tendência é o extratextual não ter grande destaque nela (ROJO, 2005, p.193). No início deste capítulo, tratamos do conceito de gênero do ISD, que é um exemplo de tendência de análise de gêneros textuais. Trata-se da tentativa de objetivar a percepção espontânea da existência de gêneros com base na análise texto a texto, fixada nas regularidades da materialidade linguística, perceptíveis nos tipos de discurso. Esse método não é adotado por nós, não só porque não o vemos como ajustado aos nossos princípios, mas por não nos satisfazerem as possibilidades de ele *perceber* os gêneros e entendê-los em sua existência *concreta*.

A razão por que cremos que o método de análise de gêneros textuais não é capaz de perceber o gênero se deve a seu modo de lidar com a indução. Embora seja muito utilizada, a indução não é isenta de críticas. Acreditamos que seu potencial explicativo é limitado, se ela é usada como método de *afirmar* o real. É isso o que B. Russell (2001, p.34) ensina, com seu senso de humor peculiar:

A experiência mostrou-nos que a repetição freqüente de uma sucessão uniforme ou de uma coexistência foi até agora a *causa* de esperarmos a mesma sucessão ou coexistência na ocasião seguinte. [...] Sabemos que todas estas

expectativas grosseiras de uniformidade podem ser enganadoras. O homem que alimentou o frango durante toda a sua vida acaba por torcer-lhe o pescoço, mostrando que uma visão mais refinada da uniformidade da natureza teria sido útil ao frango. Mas apesar de enganadoras, estas expectativas existem. O simples fato de algo ter acontecido um certo número de vezes, faz com que animais e homens esperem que aconteça outra vez. Assim, certamente que os nossos instintos fazem com que acreditemos que o Sol nascerá amanhã, mas podemos não estar em melhor posição que o frango a quem inesperadamente torcem o pescoço.

O que Russell ironiza é que, por se observar um fenômeno uma ou mais vezes, conclua-se que ele tornará a ocorrer. Essa não é uma crítica nova. Sua formulação mais antiga é, segundo sabemos, a de D. Hume (2003, p.63-4):

As duas proposições seguintes estão longe de serem a mesma: *Constatei que tal objeto sempre esteve acompanhado de tal efeito* e *Prevejo que outros objetos, de aparência semelhante, estarão acompanhados de efeitos semelhantes*. Admitirei, se lhes agradar, que é correto inferir uma proposição da outra; e sei, de fato, que essa inferência sempre é feita. Mas, se alguém insistir em que ela se faz por meio de uma cadeia de raciocínio, eu gostaria que esse raciocínio me fosse apresentado. A conexão entre essas proposições não é intuitiva. Requer-se aqui um termo médio que possibilite à mente realizar uma tal inferência, se é que ela é de fato realizada por meio de algum raciocínio ou argumento. Qual seria esse termo médio, devo confessar que ultrapassa minha compreensão, e quem deve apresentá-lo são os que afirmam que ele realmente existe e que é a fonte de todas as nossas conclusões referentes a questões de fato.

Para Hume, não há forma de se demonstrar o termo médio faltante entre as duas proposições que ele expõe. O homem, diz ele (2003, p.77), não passa a fazer inferências desse tipo pelo raciocínio, mas apenas pelo hábito. E se o que o leva a conclusões baseadas na experiência não é o raciocínio, isso significa que é irracional concluir algo recorrendo a ela. Pode parecer absurdo dizer isso, devido a certo senso comum de que uma ou outra experiência prova isso ou aquilo. Russell e Hume estão defendendo, porém, que *a experiência não prova nada*. Quem tenha a experiência de observar uma rosa vermelha no jardim não poderá concluir que toda rosa é vermelha, oferecendo sua experiência como prova. Se o fizer, pode ser desmentido por uma rosa branca no jardim do vizinho. E isso não muda, não importa quantas rosas vermelhas sejam vistas. Há sempre a chance de a próxima ser branca (como há, sempre, a possibilidade de o Sol não nascer amanhã, no exemplo de Russell). A única exceção é a de se verem todas as rosas. Quem o fizer e constatar que todas são vermelhas poderá afirmar, com base unicamente na experiência, que as rosas são vermelhas. Mas recorrer a isso é algo bem diferente de recorrer à ciência...

O que dissemos a respeito de rosas vale para textos. Não importa quantos sejam

analisados, o próximo pode ter algo novo. Em termos filosóficos, afirma-se isso dizendo que não se pode asseverar o universal a partir do singular. Essa regra é conhecida como *problema de indução*. A análise de gêneros textuais, fixa demais no empírico, só pode proceder indutivamente: observa textos um a um, elege uma regularidade e a empossa à qualidade de traço distintivo do gênero. É um método que se submete ao mesmo risco do frango a que torcem o pescoço. Como não queremos ficar na posição do frango, não adotaremos esse método para o qual, cremos, valem todas as críticas de Russell e Hume.

Se a indução não pode provar nada, resta como método a dedução. Essa escolha não se distancia, cremos, da que os autores do Círculo tomaram em seus trabalhos. Seja o exemplo do trabalho sobre o discurso no romance. Bakhtin (1990, p.94-5), em certo momento de sua reflexão sobre o plurilinguismo no romance, afirma que a poesia não pode ser plurilinguística. Ele sustenta essa tese argumentando que a solidariedade de um elemento com outro na poesia (ritmos, acentos, etc.) é indispensável, por conferir, à linguagem do poema, unidade; isso tornaria inviável uma representação da linguagem de outrem, como a que há no romance, por meio da poesia. Esse argumento (um entre outros) é um exemplo de dedução. Não se recorre, nele, à análise empírica de poemas, para, a partir dela, generalizar as qualidades dos poemas analisados a todos os poemas possíveis, ou a certa quantidade deles. Ao contrário, seu argumento traz uma cadeia de raciocínio que indica propriedades essenciais dos poemas.

Se Bakhtin não usou sempre um *corpus* na defesa de suas ideias, isso não quer dizer que examinar um seja inútil. Para concluir que o exame indutivo de um *corpus* é capaz de nos oferecer reflexões relevantes, basta conferir um exemplo. Imaginemos que alguém afirme que todas as rosas são vermelhas. A experiência singular de ver uma rosa branca — apenas uma — bastaria para demonstrar que esse enunciado está errado. Isso significa que se, por um lado, o singular não oferece provas do universal, por outro, ele pode oferecer contraprovas. O singular pode nos revelar não o que é universal, mas o que não é.

Nosso trabalho, então, será tentar estabelecer hipóteses dedutivas para, depois, conferi-las indutivamente no *corpus*. É o que sugere K. Popper (1972). Segundo ele, a dedução não tem o poder de asseverar algo em definitivo. Sempre é possível que novos dados, provenientes de quaisquer fontes, abalem certezas que se tinham até então. As teorias científicas, na metáfora dele, são prédios feitos sobre pilares no pântano. Cada vez que a estrutura ameaça ruir, os pilares são enterrados mais ao fundo, o que deixará o edifício firme apenas por ora (POPPER, 1972, p.117). Da mesma forma, uma teoria fica

em pé enquanto sobrevive às ameaças de contraprova indutiva. Desse modo, afirmar por dedução uma teoria é algo que, embora possível, não garante que contraprovas futuras não colocarão o edifício teórico abaixo. Quanto mais a teoria sobrevive às contraprovas, mais ela se afirma, embora ela não possa, nunca, ser tida por eterna e imutável.

Resta verificar qual deve ser a base de nossas deduções. Sugerimos que sejam deduzidas as formas do gênero a partir da atividade em que o gênero toma parte, sempre mantendo em mente que a atividade é histórica e socialmente determinada. Essa opção corrobora a de Voloshinov (1999, p.43): “as formas da comunicação verbal” — ou seja, os gêneros do discurso (ROJO, 2005, p.195) — “são inteiramente determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sócio-política”, sendo essas relações de produção a que ele se refere, as da vida material. Cremos que nossa proposição é coerente, ainda, com a ordem metodológica que Voloshinov (1999, p.124) sugere:

[...] a ordem metodológica para o estudo da língua deve ser o seguinte:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal.
3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação lingüística habitual.

Parte-se, pois, do enquadramento dos enunciados ao seu contexto para, por fim, chegar ao exame das formas linguísticas. É a opção prática do Círculo em trechos como:

A vida social viva e a evolução histórica criam, nos limites de uma língua nacional abstratamente única, uma pluralidade de mundos concretos, de perspectivas literárias, ideológicas e sociais, fechadas; os elementos abstratos da língua, idênticos entre si, carregam-se de diferentes conteúdos semânticos e axiológicos, ressoando de diversas maneiras no interior destas diferentes perspectivas. (BAKHTIN, 1990, p.96)

Se são a “vida social viva” e a “evolução histórica” que criam o plurilinguismo, isso é porque, de algum modo, os falares são dedutíveis desse contexto sócio-histórico. Isso nos autoriza a tomar o contexto sócio-histórico como parâmetro para deduzir como deve se comportar o gênero em estudo. Mas há outras passagens ainda que serviriam de justificativa para nosso método, como:

Deste modo, em cada momento da sua existência histórica, a língua é grandemente pluridiscursiva. Deve-se isso à coexistência de contradições sócio-ideológicas entre presente e passado, entre diferentes épocas do passado entre diversos grupos sócio-ideológicos, entre correntes, escolas, currículos, etc., etc. Estes “falares” do plurilinguismo entrecruzam-se de

maneira multiforme, formando novos “folclores socialmente típicos”.
(BAKHTIN, 1990, p.98)

Aqui, o caráter pluridiscursivo da língua é deduzido do contexto sócio-histórico. Mais um exemplo que tomamos como reforço à nossa posição.

Examinaremos, no capítulo seguinte, os condicionamentos históricos do gênero que estudamos. Veremos sua história, a história dele no Brasil e a do suporte em que ele circula, e as circunstâncias sócio-históricas do avanço das reportagens. Aproximaremos, ainda, nossas ideias teóricas e o *corpus*, conforme pontuarmos esse ou aquele aspecto de nosso raciocínio.

II

MERCADORIA E INFORMAÇÃO: O CONTEXTO DA REPORTAGEM

No capítulo anterior, procuramos determinar, em termos teóricos, a relação entre o contexto sócio-histórico e o gênero discursivo. Como queremos ter deixado claro, não imaginamos o gênero como um agrupamento de textos que o analista cria para atender a seus objetivos de pesquisa. Ao contrário, imaginamos que o gênero, em coerência com as posições adotadas, principalmente, por Voloshinov, tem uma existência concreta, que se pode deduzir do papel que a interlocução toma na realização de uma atividade social. As atividades, assim, condicionariam o uso da língua que se faz a propósito delas; por isso, é dessa relação social — da ação que, efetivamente, se pratica pela interlocução e nela — que sugerimos fazerem-se as deduções da forma do gênero. Essas formas, como as imaginamos, são formas também da própria consciência humana, já que, de acordo com o referencial teórico adotado, a consciência se constitui na vida, em situações de uso da linguagem. São as formas da ideologia do cotidiano.

A consciência humana e a ideologia do cotidiano advêm de relações humanas na produção das condições de existência material da humanidade. Daí que as leis da língua sejam, essencialmente, leis sociológicas, como diz Voloshinov, ou que a psicologia seja subordinada à sociologia, como diz Vigotski. Assumindo isso, não poderíamos passar ao exame do gênero sem analisar seu contexto sócio-histórico. Pretendemos mapear as circunstâncias da emergência histórica da reportagem, de modo a tentar vislumbrar qual é a atividade social humana em que ela toma parte. Isso, imaginamos, conferirá a este capítulo um caráter, por um lado, historiográfico e, por outro, sociológico; é neste segundo caráter que pretendemos colocar ênfase.

Como das dinâmicas sociais é que se deduzem as formas do gênero, vamos, por fim, tentar produzir uma definição algo hipotética e ainda um pouco mal acabada desse gênero a que chamam reportagem. Ela não será uma definição baseada nas convenções dos que trabalham na imprensa, ou na percepção tácita de que há um ou outro exemplar,

com umas ou outras características, a que se deva chamar de reportagem. Por coerência com as posições que assumimos, preferiremos tentar obter uma definição do gênero por dedução, a partir da contextualização que faremos ao longo do capítulo. Também dessas considerações que faremos aqui, extrairemos hipóteses que tentaremos submeter à prova empírica, pelo exame do *corpus*, nos capítulos seguintes.

1. História da imprensa

Para traçar uma história da imprensa adequada aos nossos objetivos, é necessário diferenciar, logo no início, a empresa jornalística que chamamos de imprensa, de outras atividades quaisquer em que algo é impresso. É verdade que já havia impressões desde o século XV, quando Gutenberg inventou sua máquina. Mas nem tudo o que se imprime é imprensa no sentido moderno. A imprensa, tal como a entendemos aqui, é a atividade de imprimir jornais e revistas de circulação periódica, com a intenção de não serem bens duráveis (ou não muito duráveis), para cumprir ações comunicativas diversas, entre as quais as de informar, educar e entreter. A imprensa desse tipo teve seus precursores, mas estabeleceu-se mesmo no século XIX.

Por que a imprensa, no sentido aqui delimitado, só se consolidou no século XIX? Em primeiro lugar, porque os séculos anteriores tiveram uma tecnologia de impressão limitada. Foi o século XIX que trouxe a impressora de alta produtividade. Os dados de O'Boyle (apud CATALÃO JUNIOR, p.56) afirmam que, nesse século, já se imprimiam 1100 páginas por hora. Mas uma tecnologia de impressão como essa só se desenvolve se houver motivos sociais para isso. É preciso muita demanda por informação para que haja a necessidade de impressoras tão produtivas, e é só porque há essa necessidade que os estudiosos desenvolvem impressoras como essas. A questão, então, é por que houve um aumento tão grande da demanda por jornais e revistas.

Para responder a isso, vamos nos basear nas ideias de Alexis de Tocqueville. Sua importante obra *A Democracia na América* reúne ponderações sobre o nascente sistema político dos EUA, observado pelo pensador com um grau de estranhamento que, hoje, a história nos nega. Sua época assistiu a ascensão burguesa e a queda dos aristocratas (o próprio Tocqueville tinha origem aristocrática), e isso lhe possibilitou ver a democracia com algum espanto, essencial para comparar o novo sistema político ao velho. Das suas observações mais interessantes, algumas são sobre a imprensa. A primeira delas é a de que não havia, no século XIX, país com tantas publicações como os Estados Unidos (TOCQUEVILLE, 1973, p.226). Isso se explica não só pelas facilidades econômicas e

legais para se fundar jornais lá, mas pelo grande interesse em fundá-los — interesse que tem relação com uma vida em regime democrático. A democracia arrancou o homem da teia de relações sociais estagnadas do sistema político aristocrático, que centralizava as decisões em poucos dirigentes. Se comparada com a aristocracia, a democracia tende a distribuir a administração da vida pública. Tocqueville (1973, p.290) diz:

É o fracionamento extraordinário do poder administrativo, mais ainda do que a grande liberdade política e a absoluta independência da imprensa, que multiplica de maneira extraordinária o número de jornais na América. [...] no interior da grande associação nacional, a lei estabeleceu em cada província, cidade e, de certo modo, em cada povoado, pequenas associações com fins de administração local. O legislador forçou dessa maneira cada americano a participar, cotidianamente, junto com outros cidadãos, de uma obra comum, e cada um deles necessita de um jornal, para saber o que fazem os outros.

A democracia coloca os homens em igualdade ante a lei, e isso dá a todo homem o dever de gerir a sociedade. Cada homem, em sua localidade, fica obrigado, por isso, a entender como a sociedade se comporta em outros locais, ou como os companheiros se colocam ante os problemas da comunidade. E isso exige um jornal. Na aristocracia, se houvesse tecnologia à disposição, não haveria por que expandir a produção de jornais, uma vez que, nela, não há participação política do povo. Mas essa não é a única razão da demanda por jornais na modernidade. O contexto dos EUA pode ter fragmentado as decisões a ponto de colocar aos cidadãos o dever de cuidar das comunidades, mas há exemplos de democracias em que o poder se mantinha relativamente concentrado, e em que a imprensa prosperou. Além disso, não é impossível que muitos cidadãos prefiram se alienar das decisões de sua comunidade, minando a demanda por informações. Deve haver outra razão para essa demanda. Ainda segundo Tocqueville (1973, p.279):

Quando os homens que vivem no seio da sociedade democrática são esclarecidos, descobrem, com facilidade, que nada os limita, nem os fixa, nem os força a contentar-se com suas fortunas presentes. Todos, portanto, concebem a idéia de aumentá-la e, se são livres, tentam todos fazê-lo, mas nem todos o conseguem da mesma maneira. [...] A utilidade do saber descobre-se com clareza bem particular, mesmo aos olhos da massa. Os que não provam de seus encantos estimam seus efeitos e fazem alguns esforços para atingi-lo. [...] Por isso, ninguém se deixa facilmente reduzir somente às preocupações materiais da vida, e o mais simples artesão, de quando em quando, lança olhares ávidos e furtivos ao mundo superior da inteligência. Não se lê com o mesmo espírito e da mesma maneira que nos povos aristocráticos, mas o círculo de leitores estende-se sem cessar, e acaba encerrando todos os cidadãos.

Se, na democracia, todos são iguais ante a lei, não é dado a alguém, pela herança familiar, um papel social predeterminado (ao menos, não legalmente). Assim, o homem

vê a possibilidade de ampliar sua fortuna e ter ascensão social. Tão logo essa pretensão se ilumina em um homem, ele sente a necessidade de conhecimento para poder realizá-la. Conhecimento é, na democracia, acesso à ascensão social — ou, pelo menos, é isso que ele parece ser. Daí a demanda por informações. Mas por que isso leva à necessidade de uma imprensa, e não de livros?

Nada é mais necessário ao cultivo das altas ciências, ou da porção elevada das ciências, do que a meditação, e nada há de menos próprio à meditação do que o interior de uma sociedade democrática. Não se encontra, como entre os povos aristocráticos, uma numerosa classe que se mantém em repouso porque se sente bem, e outra que não se mexe porque desespera do bem-estar. Todos se agitam: uns querem atingir o poder, outros, apoderar-se da riqueza. Em meio a este tumulto universal, a esse choque incessante de interesses contrários, a essa marcha contínua dos homens em direção à fortuna, onde encontrar a calma necessária às combinações profundas da inteligência? (TOCQUEVILLE, 1973, p.280)

Essa não é uma crítica de Tocqueville à imprensa, mas uma reflexão sua sobre a vida intelectual nos EUA. Ela vale, porém, para que entendamos o aumento do consumo de jornais e não de livros¹³. A paciência para a leitura de um livro complexo é rara nas sociedades modernas. As aspirações individuais e a insegurança que o individualismo traz, bem como o trabalho contínuo na acumulação de capital, inviabilizam a reflexão profunda. As massas preferem resumos, notícias curtas, textos leves e fáceis. A aridez de um raciocínio profundo é indesejada. Eis o terreno para os jornais frutificarem.

Tudo isso, Tocqueville apresenta como tendência natural da vida em democracia e do individualismo que ela promoveria. Embora não discordemos dessa posição que ele assume, acreditamos que cumpre um papel importante na promoção do individualismo o próprio avanço da economia burguesa. A igualdade ante a lei advém de uma argumentação filosófica (da qual, talvez, tenha sido J. Locke o protagonista) em defesa do individualismo. Antes da democracia nos EUA, iluministas liberais e contratualistas já tomavam por valor maior o indivíduo. Essa tese de que o indivíduo, em oposição à comunidade, deve estar no primeiro plano foi aceita pelos liberais iluministas. Dela, advém pontos importantes para as proposições modernas de democracia e república, e também justificativas para o combate ao poder aristocrata. É explicativa a alcunha dos adeptos desse conjunto de valores organizado em torno do individualismo: pensadores burgueses. A aristocracia sufocava a iniciativa individual (necessária à atividade econômica burguesa), via-a como ameaça à ordem instituída. Para a burguesia crescer,

¹³ Não estamos dizendo que o consumo de livros não tenha aumentado. Embora não tenhamos dados a esse respeito, parece-nos certo que esse consumo também aumentou.

ela precisava se livrar do poder aristocrático. Os argumentos do individualismo — todos são iguais ante a lei, as virtudes supremas se encontram no indivíduo, a organização social impõe restrições que limitam a liberdade, etc. — deram base para a crítica dos pensadores burgueses à aristocracia. Essas ideias fizeram vulto conforme a burguesia ampliou sua participação econômica, até se tornarem mote de revoluções que solaparam o poder aristocrático.

O individualismo é, assim, traço fundamental do homem burguês, indispensável para cumprir-se seu ascético papel de acumular riquezas, sem o que o capitalismo não existe. Com efeito, individualismo e capitalismo fundem-se a tal ponto que Max Weber, ao analisar os princípios burgueses enunciados por Benjamin Franklin, sentiu-se no dever de prevenir que a ética burguesa não é só a afirmação de máximas egocêntricas...

Essas reflexões levam a crer, como N. Sodré (1966, p.1) afirma na *História da imprensa no Brasil*, que o avanço da imprensa é o avanço do capitalismo. A economia capitalista, expansionista, liga regiões distantes, impõe o transporte entre as partes de um país e, depois, do mundo, cria meios de comunicação entre terrenos longínquos, põe o planeta em contato. Cria-se, assim, uma inédita homogeneização de atitudes, ideias e costumes, que a imprensa acentua (SODRÉ, 1966, p.1-2).

A liberdade de imprensa também é justificada pela expansão capitalista. Na sua pr -história, houve um controle governamental sobre a imprensa, facilitado por as trocas comerciais e de informações restringirem-se a uma burguesia pouco expressiva. Mas a expansão burguesa trouxe o desejo de se desvencilhar do controle do governo e, para isso, a burguesia reivindicou liberdade de imprensa:

Poderosas fôrças econômicas empenharam-se, desde então, por debilitar êsse contr le [do governo sobre a imprensa], — eram as fôrças do capitalismo em ascensão: o princípio da liberdade de imprensa, antecipado na Inglaterra, vai ser encontrado, então, tanto na Revolução Francesa quanto no pensamento de Jefferson, que correspondia aos anseios da Revolução Americana, sintonizando com a pressão burguesa para transferir a imprensa   iniciativa privada, o que significava, evidentemente, a sua entrega ao capitalismo em ascensão. (SODRÉ, 1966, p.2)

E, assim, a imprensa iniciou sua vida de empresa privada capitalista, cumpridora do papel de suprir uma demanda por informações, opiniões, complementos   educação e entretenimento. A informação só viria a se tornar o centro da atividade de imprensa na cobertura, nos EUA, da Guerra da Secessão e, na Inglaterra, da Guerra da Crimeia. As informações passaram a valer muito, pois o leitor queria saber não a opinião de alguém sobre a guerra ou curiosidades sobre a Crimeia, mas o que acontecia nos campos de

batalha. O modelo opinativo de jornalismo, até então vigoroso, perdeu para as agências de notícias o seu espaço (SODRÉ, 1966, p.4). Os jornais cresceram, em especial, na Grã Bretanha e nos EUA, e devem seu sucesso à expansão burguesa, como este trecho de N. Sodré (1966, p.3) deixa claro:

O desenvolvimento das bases da produção em massa, de que a imprensa participou amplamente, acompanhou o surto demográfico da população ocidental e sua concentração urbana; paralelamente, a produção ascensionial provocou a abertura de novos mercados, a necessidade de conquistá-los conferiu importância à propaganda, e o anúncio apareceu como traço ostensivo das ligações entre a imprensa e as demais formas de produção de mercadorias.

E, assim, a imprensa fundiu-se em definitivo com o todo da produção capitalista, tanto mais quanto tomou o papel de veicular propagandas. Esse foi o elo entre imprensa e setores mais expressivos da produção econômica. Como é a publicidade, desde então, a financiadora da imprensa, torna-se indispensável entender a relação entre uma e outra. Há tensão entre a suposta missão da imprensa e as exigências da publicidade. Ao longo de todo o século XIX, resistiu-se à exposição de anúncios publicitários em jornais e revistas, até que o anúncio passou a ter, na França, apresentação visual mais destacada. Depois, os anúncios deixaram de divulgar casas comerciais, para anunciar produtos — ou seja, desligaram-se da circulação de mercadorias e associaram-se à produção, que é um setor mais poderoso nas economias capitalistas. Nesse ínterim, surge o intermediário entre o anunciante e seu veículo: a agência de publicidade (SODRÉ, 1966, p.5).

Essa divisão do trabalho concentrou nas agências de publicidade enorme poderio, ascendência natural sobre a imprensa: delas passou a depender a prosperidade dos jornais. Como as agências de notícias, especializadas em colher e distribuir informações, as agências de publicidade, especializadas em colher e distribuir anúncios, cedo se entrosaram na economia de monopólio, gerada pelo desenvolvimento capitalista nos fins do século XIX. Essas organizações fizeram a imprensa simples instrumento de suas finalidades: o desenvolvimento da imprensa, em função do desenvolvimento do capitalismo, as gerara; depois de servir à imprensa, serviram-se dela. (SODRÉ, 1966, p.5)

O jornal tornou-se, então, massivo. Depois de ele se ligar à publicidade, passou a ser sustentado pelo anunciante (ou seja, pelo grande capital, já que os anunciantes eram do setor de produção), o que lhe possibilitou baixar preços para um grande número de leitores poder ser atingido por ele — não o jornal, mas o anúncio. A imprensa firmou-se como veículo de massa. É natural: tudo o que ganha vida na economia capitalista (ao menos, a dessa época) tende a ser homogêneo como o carro de uma linha de montagem,

barato como o acessório *made in China*, disponível para o consumo como o Big Mac. Pode-se pôr em questão a qualidade dos produtos do modo de produção capitalista, mas não o fato de eles se pretenderem acessíveis — afinal, só vendendo a muitos se lucra muito. Tornada mercadoria como outra qualquer, a imprensa tomou parte na maquinaria da economia capitalista. E seu produto mais claramente enquadrado nessa máquina é a revista, como tentaremos mostrar adiante.

2. História das revistas

M. Sodré (1973, p.44) afirma que as revistas distanciam-se do setor tradicional do jornalismo, que prioriza informação e opinião, e aproximam-se da publicidade, já que se atêm ao entretenimento e são sustentadas, de maneira ostensiva, pelas indústrias. Embora os jornais sejam também sustentados pela publicidade, é fato que a revista vive uma situação particular. Seu surgimento e desenvolvimento não a atrelam diretamente às lutas ideológicas, políticas e sociais. Distante dessas polêmicas, o ideal da revista, na origem, era falar com um público sobre assuntos de seu interesse. Após algum tempo, a revista continuaria com essa vocação, mas ela já estaria ressignificada. Por distanciar-se da suposta missão da imprensa para com a democracia, a revista poderia ser um produto dessa indústria destinado, unicamente, a verter lucros.

A primeira revista, publicada em 1663, na Alemanha, chamava-se *Erbauliche Monaths-Unterredungen* e tratava de teologia. Publicações semelhantes foram feitas na Europa toda, mas elas têm pouca relação com o que chamamos, hoje, de revista. Seu formato se assemelhava ao do livro (SCALZO, 2011, p.19). Essas revistas só são chamadas assim por veicularem textos periódicos sobre um assunto. A primeira revista semelhante às atuais foi lançada na Inglaterra, em 1731, e chamava-se *The Gentleman's Magazine*. Seu nome era uma referência a lojas de mercadorias variadas, chamadas *magazines*. A palavra, desde então, é usada em inglês e francês para designar revistas. Em breve, a fórmula do magazine seria repetida para as *ladies*. *Ladies Magazine*, de 1749, é, provavelmente, a primeira revista feminina (SCALZO, 2011, p.19-20). Ela trazia informações sobre um pouco de tudo e, se não edificava com seu conhecimento, matava a curiosidade — o que não deixa de ser uma forma de ensinar, mas também de entreter. A vocação da revista já aparecia: educar (mesmo de forma rasteira) e divertir. E divertir-se com alguém é dar, a essa pessoa, intimidade. Esse vínculo é característico da revista. Não à toa, Scalzo (2011, p.37) diz que a revista difere de outras mídias porque “trata o leitor por você”. A demanda que gerou revistas não é, pois, a mesma que

gerou jornais. Se estes surgem ligados à vida pública, aquelas invadem a vida privada.

No século XIX, as revistas tornaram-se moda. Em Londres, surge uma ideia que revolucionaria o modo de concebê-las: a *Illustrated London News* sagra-se a primeira revista ilustrada, que reproduzia os acontecimentos da época pela gravura. Era feita de dezesseis textos e trinta e duas gravuras. O ano era 1842, quando a imprensa começava a se estabelecer como negócio rentável. Essa fórmula aprofundou-se com a fotografia e propagou-se pelo mundo (SCALZO, 2011, p.21). Atendia-se, assim, ao sentimento de urgência por ilustração pessoal. Sentimento socialmente motivado (como discutimos no item anterior), essa urgência torna-se, no capitalismo, demanda de mercado, e gera uma oferta. O produto justo à satisfação dessa necessidade é a revista. Ela oferece erudição de almanaque ao leitor, com a qual ele, a um só tempo, pode proporcionar a si mesmo uma satisfatória ilusão de ascensão social e distrair-se. A revista ameniza a severidade do estudo, dando-lhe um caráter curioso, pitoresco e agradável. Foi assim que o desenho invadiu a revista de maneira tão forte. Mostrar a um leitor do século XIX ou começo do XX uma imagem de povos de outro canto do planeta era, sem dúvida, uma forma de educar, mas também de entreter. Como afirma M. Sodré (1973, p.45):

[...] mais do que qualquer outro veículo impresso, a revista está diretamente vinculada à estrutura capitalística do mercado. E o interesse do editor é que ela se venda, assim como um sabonete ou uma roupa. Por isso, mais que destinada a irrigar a opinião pública, a revista é feita para o entretenimento ou a evasão do consumidor. E a evasão exige que o redator escreva sempre coisas brilhantes ou leves.

Acrescentamos à sua observação a de Scalzo (2011, p.21):

[...] enquanto os jornais, tanto diários como semanais, nascem e crescem engajados, ligados a tendências ideológicas, a partidos políticos e à defesa de causas públicas, as revistas acabam tomando para si um papel importante na complementação da educação, relacionado intimamente com a ciência e a cultura.

As revistas promovem, assim, amenidades e complementos à educação do leitor. Vale observar, porém, que nosso *corpus* não é de revistas que se consideram promotoras de amenidades. Atualmente, revistas como *Caras*, *Quem*, *Contigo*, *Capricho*, etc., são associadas a isso, mas nosso *corpus* é de revistas respeitadas pelo papel de contribuição para o debate público. *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital* aproximam-se do jornalismo tradicional, partidário e ideológico. Parecem diferir da regra das revistas.

Talvez, não tanto. Em verdade, se a regra são revistas como *Caras*, então há algo

estranho nas vendas de revistas no Brasil: a revista mais vendida do país é *Veja* (aliás, a terceira mais vendida do mundo), seguida por *Época* e tendo, em terceiro lugar, *IstoÉ*¹⁴. Três revistas informativas ocupam o pódio no Brasil. Se é assim, então esse tipo de revista não cumpre um papel secundário no mercado e, portanto, serve de protótipo do veículo revista. Não à toa, a revista *Time*, que, segundo Scalzo (2011, p.22), foi a que mais contribuiu para o progresso das revistas na história, era informativa. Surgida nos EUA em 1923, num momento em que a impressão já era bem melhor, a qualidade das ilustrações e fotografias, bastante razoável, e revistas surgiam por todo lado, *Time* optou por trazer notícias da semana, do país e do mundo com uma narração clara e enxuta, e com as informações checadas. É o que *Veja* faz no Brasil desde o lançamento. Além de influenciar essa revista, *Time* é referência das outras semanais informativas do Brasil e de outros lugares do mundo.

A receita de *Times* só foi tão bem sucedida porque, já no começo do século XX, uma sensação de saturação de informação esganava o público. Não circulavam tantos textos como hoje, mas é certo que, comparado ao que se tinha antes, a quantidade de informação parecia já vertiginosa e confundia o leitor. A vantagem de *Time* foi o que poderia ser sua tragédia: ela não dava as notícias assim que elas ocorriam. Esse atraso, pecado mortal na imprensa de jornais, tornou-se o trunfo da imprensa de revistas. Ele permite ao jornalista averiguar a veracidade das informações, depois organizá-las e publicá-las com um princípio de análise, para “não deixar homens ocupados perderem tempo na hora de consumir informação” (SCALZO, 2011, p.22).

A correria que vinha tomando conta da sociedade capitalista levaria à tendência de valorizar a informação rápida. A revista obteve sucesso ao contrariar essa receita. A confusão que a avalanche de notícias trazia ao leitor levou-o a amparar-se na revista para livrar-se do sentimento de dificuldade para entender o que se passa em torno de si. Note-se como há, nessa atitude do leitor, uma forma de ler radicalmente diversa daquela do jornal. A disposição subjetiva que se presume no leitor da revista é, em comparação com a do leitor do jornal, mais afeita à explicação, à interpretação, à delegação de certa confiança, portanto, ao autor-criador da revista — não só confiança na isenção dos dados que a revista apresenta, mas na interpretação que ela faz dos fatos. E, assim, a revista avança sobre o terreno do leitor: a interpretação. Isso altera a atividade social realizada na produção de revistas e afeta o gênero principal do veículo: a reportagem.

¹⁴ Dados do Índice Verificador de Circulação (IVC) de 2009.

Em 1936, novo avanço foi feito com o lançamento da revista *Life*. Tratava-se de uma semanal ilustrada (cuja precursora foi a inglesa *Illustrated London News*), impressa em papel de boa qualidade e com reportagens fotográficas. Seu mote era fazer o leitor “ver o mundo”, e deixou também seguidoras no Brasil, como *Época* em seus primeiros anos. As reformulações aproximaram *Época* do padrão de *Time*, mas nenhuma revista ficou incólume à influência de *Life*. Uma vez que competia com mídias atraentes como cinema, rádio e, mais tarde, televisão, a revista tinha que se tornar mais fácil de ler, mais leve, mais dinâmica. Isso ocorre com o aumento de recursos gráficos. A facilidade da leitura é dada pela condensação de informações na fotografia, que pode ser entendida com um só olhar; a acessibilidade, por não se precisar, sequer, saber ler para entender as reportagens; o dinamismo, pela velocidade com que as imagens se deixam ler; a leveza, pelo encantamento que uma imagem bem tratada causa.

Novas publicações surgiram, conforme se formaram os públicos de massa nos centros urbanos. Eram revistas de fotonovelas, decoração, turismo, etc. Nenhuma delas é objeto de nosso interesse, pois as revistas das quais são extraídos os exemplares do nosso *corpus* assemelham-se a *Time*. Certas observações sobre a tendência geral, porém, interessam-nos. O avanço da revista nesses segmentos só foi possível devido a melhoras nas técnicas de impressão, permitindo o uso cada vez maior de fotografias. A fotografia e a qualidade visual se tornaram obrigatórias na revista. Ela diversificou cada vez mais seus públicos. De revistas sobre assuntos gerais, chegamos a uma situação em que se vendem revistas só sobre esportes, ou só sobre futebol, ou só sobre futebol da série A2, ou só sobre futebol da série A2 do estado de São Paulo... As revistas se especializam em assuntos que, de tão delimitados, quase só são visíveis ao microscópio.

Como se explica essa fragmentação? Cremos que haja dois caminhos de análise. O primeiro está relacionado à publicidade. A publicidade é fundamental na estrutura da economia em que a revista se insere, pois induz as demandas na massa, para estimular o consumo. O crescimento da massa urbana é acompanhado pelo crescimento da demanda por diversos produtos, e essa demanda é orientada pela publicidade. Mas, para isso, ela precisa de veículos de comunicação com a massa. Os editores encontram uma grande oportunidade de mercado nessa conjuntura. Sempre que eles consigam levar uma revista a um público, dão à publicidade a chance de dirigir-se a um consumidor. Basta achar os públicos que interessam a um anunciante e ele, de bom grado, assinará os cheques. Essa busca por novos consumidores acompanha a diversificação da produção. Se a indústria têxtil se firma no mercado, passa a haver interesse em se financiarem revistas de moda;

se a indústria de carros e motos põe seus pátios a funcionar, parte de seu lucro financia revistas de automóveis, etc.

O segundo caminho de análise liga-se à dificuldade por manter a identidade em uma sociedade que é, ao mesmo tempo, de massas e individualista. Se é verdade que a vida na sociedade de massas homogeneiza o comportamento, é verdade também que há uma resistência a essa homogeneização, e que isso acirra as tentativas de sustentar as identidades de grupo. Surgem, assim, demandas específicas dos negros, dos asiáticos, das mulheres, dos homens, dos homens que gostam de futebol, dos estudantes que são de esquerda, etc. Onde há agrupamento, há demanda pelo reforço de uma identidade de grupo. Lá estará uma revista.

3. Apontamentos sobre a história das revistas no Brasil

A história das revistas no Brasil é, para N. Sodré, a história do desenvolvimento capitalista do país. Mas como se iniciam as revistas do Brasil¹⁵? Antes de vir a família real portuguesa, a imprensa era proibida. Quando ela veio, iniciaram-se as publicações aqui. As primeiras revistas duravam pouco tempo, como *As variedades* ou *Ensaio de Literatura*, de 1812 (primeira revista daqui); *O Patriota*, de 1813; *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura*, de 1822; etc. Haveria mudanças a partir da publicação de *Museu Universal*, em 1837, que trazia gravuras, entretenimento e informações sobre cultura, imitando as Exposições Universais na Europa. Muitas revistas semelhantes, pretendendo dar amostras ao público do que ele, no século XIX, só podia imaginar — povos de outros continentes, seus costumes, comidas, etc. —, atestaram o sucesso da fórmula. Em 1849, o lançamento de *A Marmota na Corte* iniciou o momento de revistas de variedades, que abusavam de ilustrações, textos curtos e humor. Mas é no século XX que as revistas encontram público o bastante para tornarem-se um produto de massa.

O início do século XX desenvolveu a economia capitalista, trazendo aumento da população urbana, da classe média, da industrialização e da tecnologia. A imprensa, por consequência, produziu, em 1928, o primeiro fenômeno editorial brasileiro: *O Cruzeiro*, de Assis Chateaubriand. Na metade do século, *O Cruzeiro* vendia 700 mil exemplares, um número que muitas revistas de hoje gostariam de vender. Nesse auge de *O Cruzeiro*, surgiu a revista que usurparia trono: em 1952, *Manchete* vai às bancas e, em algum tempo, torna-se a revista mais vendida do Brasil. O projeto editorial dessas revistas era

¹⁵ Baseamos o resumo da história das revistas brasileiras em Scalzo (2011, p.27-30)

calçado nas imagens. Eram revistas com muita fotografia e pouco texto escrito.

A segunda metade do século torna realidade as tendências que se tinham desde a década de 1930: a maioria da população brasileira passa a viver nas cidades, um parque industrial se desenvolve e diversifica, uma classe média se alastra. É nesse momento que se consolida a revista *Veja*, baseada no padrão da *Time* — ou seja, consolida-se o padrão de revista que se mantém, com poucas alterações, até hoje.

4. A passagem rumo à pós-modernidade e o contexto atual

Procuramos mostrar, nos primeiros itens deste capítulo, a demanda que originou as reportagens de revista. Não averiguamos ainda, porém, o contexto das reportagens de nosso *corpus*. Fazer reportagens de revista na contemporaneidade é algo diverso do que já foi, porque a contemporaneidade é diversa do que já existiu. Que diferença é essa? Talvez, a resposta mais comum a essa pergunta seja a de vivermos num tempo em que tudo transcorre com cada vez maior velocidade. Essa ideia está contida, por exemplo, na famosa metáfora de Z. Bauman (2000, p.2), para quem a modernidade é líquida:

O que todas essas características dos fluidos significam, em linguagem simples, é que os líquidos, diferente dos sólidos, não podem facilmente manter sua forma. Fluidos, por assim dizer, nem fixam o espaço, nem prendem o tempo. Enquanto os sólidos têm dimensões espaciais claras mas neutralizam o impacto, assim diminuindo a significância do tempo [...], fluidos não se mantêm longamente em nenhuma forma e estão constantemente prontos [...] a mudá-la; por isso, para os fluidos é o passar do tempo que conta, mais do que o espaço que, por acaso, ocupam: esse espaço, no fim das contas, eles não preenchem por mais que 'um momento'. Em certo sentido, os sólidos cancelam o tempo; para os líquidos, ao contrário, o tempo é o que mais importa.¹⁶ (tradução nossa)

Ao explicar sua metáfora, Bauman refere-se à incapacidade dos fluidos de sustentar sua forma. O tempo passa a ter muita importância, pois, no quadro de poucos instantes, o líquido abandona a configuração que tinha e assume outra. Para nos mantermos nas metáforas de Bauman, poderíamos dizer que sociedades anteriores foram mais sólidas que a nossa — quer dizer, mais estáveis. Dizemos “estáveis” porque, quando se diz que tudo ocorre hoje com maior velocidade, o que se quer mesmo dizer é que uma sensação de *instabilidade* ronda a vida das pessoas. Cumpre perguntar: essa é uma sensação nova,

¹⁶ What all these features of fluids amount to, in simple language, is that liquids, unlike solids, cannot easily hold their shape. Fluids, so to speak, neither fix space nor bind time. While solids have clear spatial dimensions but neutralize the impact, and thus downgrade the significance, of time [...], fluids do not keep to any shape for long and are constantly ready [...] to change it; and so for them it is the flow of time that counts, more than the space they happen to occupy: that space, after all, they fill but 'for a moment'. In a sense, solids cancel time; for liquids, on the contrary, it is mostly time that matters.

nunca experimentada antes? Apenas na contemporaneidade as pessoas se assombraram com a velocidade das mudanças? Parece razoável dizer que a sensação de agitação não é nova. Tocqueville (1973, p.280) já dizia que, devido à igualdade ante a lei, a sociedade democrática vivia em grande agitação, com todos cobiçando a fortuna, visando ganhar conhecimento e competir para ascender socialmente. Isso levaria a uma situação em que todos viveriam em ebulição constante, cada qual ocupado com seu sucesso e tentando vencer os outros. Tocqueville contrapunha essa situação à que se tem em uma sociedade aristocrática, na qual, ainda segundo ele, uma classe social teria repouso e tranquilidade e, por isso, poderia se dedicar a pensar.

Não queremos fazer com que equivalham o contexto de Tocqueville e o de hoje, mas mostrar que a impressão de vivermos em mudança constante não é tão nova. Desde o século XIX, a mudança ininterrupta era percebida como parte do cotidiano e mesmo no Iluminismo ela estava presente. Se antes havia esforço para representar o mundo como um sistema imutável, no século XVIII, a mudança passou a ser desejada. De lá para cá, essa mudança só se acelerou.

O Iluminismo tinha um projeto para a humanidade que J. Habermas (1985, p.9)¹⁷ resumiu como esforço para “desenvolver ciência objetiva, moralidade e leis universais, e uma arte autônoma, em conformidade com sua lógica própria”¹⁸ (tradução nossa). O projeto envolvia uma ruptura com a tradição, à qual se associava o poder aristocrático e a Igreja. Eram poderes que acabariam confrontados pela insistência dos iluministas em apoiar a ciência. D. Cooper (2003, p.290) diz que o Iluminismo

refere-se a um movimento daquela época [século XVIII] cujos membros — tanto cientistas e educadores, como filósofos — foram, como nunca antes ou depois, inflamados pela esperança de ascensão humana para fora da condição de obscura ignorância e preconceito, por seus próprios recursos. *O estímulo para esse otimismo foi o sucesso das ciências naturais no século anterior.*¹⁹ (tradução nossa, grifo nosso)

Esse projeto atingiu picos de otimismo, chegando a divulgar a crença de que ele levaria o homem ao controle da natureza, ao controle de si mesmo, a uma racionalidade

¹⁷Consultamos esse texto por ele ter sido citado por D. Harvey (2008), que tomamos como “guia” para essa caracterização da passagem rumo à pós-modernidade. O mesmo ocorrerá com outros citados neste capítulo: trata-se de consulta às inúmeras fontes listadas pelo autor, que conferimos diretamente.

¹⁸ Consisted in their efforts to develop objective science, universal morality and law, and autonomous art according to their inner logic

¹⁹ [...] has come to refer to a movement of that time whose members — scientists, educationists, as well as philosophers — were, as never before or since, fired by this prospect of people’s growing out of a condition of dark ignorance and prejudice through their own resources. The stimulus for this optimism was the success of natural science in the previous century.

moral, e mesmo à felicidade (HABERMAS, 1983, p.9). Habermas ironiza isso citando a bomba atômica, uma herdeira direta da razão pragmática iluminista. Essa racionalidade, chamada por vários autores de *racionalidade instrumental*, foi defendida, porém, com a intenção de redimir a humanidade. Isso vem a mostrar que o Iluminismo saudava, com otimismo exagerado, o que chamou de *progresso* — *mudança* com conotação positiva. Não é à toa que Harvey (2008, p.23) diz:

[...] na medida em que ele [o pensamento iluminista] também saudava a criatividade humana, a descoberta científica e a busca da excelência individual em nome do progresso humano, os pensadores iluministas acolheram o turbilhão da mudança e viram a transitoriedade, o fugidio e o fragmentário como condição necessária por meio da qual o projeto modernizador poderia ser realizado.

Parece legítimo situar, assim, o início do processo que Bauman caracteriza com a metáfora da fluidez, no Iluminismo. Não queremos dizer que a pós-modernidade teria se iniciado no século XVIII, ou que o Iluminismo equivale à contemporaneidade, e sim que o processo que culminaria na contemporaneidade já se fazia sentir nos tempos do Iluminismo. Entre tantos eventos que vieram a reboque desse processo, há a Revolução Francesa e a expansão do sistema político liberal-burguês pelo Ocidente, no decorrer do século XIX. O progresso que, no século XVIII, Condorcet saudou e, no século XIX, Tocqueville chamou de tumultuado, passou por várias alterações até chegar ao estágio de modernismo, já quase no século XX, e de pós-modernismo, nos anos 1970. Segundo Harvey (2003, p.37), o fim do projeto iluminista é o ano de 1848, com a rejeição, por Marx e Engels, da tese de que o capitalismo se expandiria e traria benefícios para todos. Isso é, precisamente, o que fora defendido anos atrás por iluministas como Adam Smith e Saint-Simon. O progresso, para o Iluminismo, era o avanço das instituições políticas e práticas socioeconômicas burguesas, em substituição às do *Ancien régime*.

Se o Iluminismo compartilhava com a pós-modernidade uma visão dinâmica do mundo, imaginando-o como sujeito à mudança e passível de progresso, ele difere do pensamento pós-moderno na pretensão universalizante. O Iluminismo cria que a razão era universal e traria, ao homem, melhorias igualmente universais. Esses valores tidos como universalmente bons eram, em geral, burgueses. A unidade da razão iluminista precisou, porém, bater-se com a questão que Marx e Engels colocaram na mesa: quem guiará o projeto da sociedade moderna, burgueses ou proletários? Essa questão obriga a debater quem construiria os valores “universais” da modernidade. É difícil dar a algo o caráter de universal, de transcendente às efemeridades do aqui e do agora, sem gastar

argumento. A questão de Marx e Engels não era, pois, disparatada, ainda mais porque já estavam visíveis as rachaduras na vida social, que distinguiam, na sociedade burguesa, classes sociais antagônicas. Esse antagonismo põe trincas na razão iluminista: a verdade é contada por pensadores burgueses, que pretendem fazê-lo em nome da humanidade toda; mas alguns membros dessa humanidade discordam dessa verdade e querem contar a história a seu modo. Desde então, e mais intensamente conforme a Primeira Guerra Mundial fica mais próxima, começa a ficar clara a dificuldade de representar o mundo numa linguagem simples. A compreensão do real tinha que se construir pela exploração de perspectivas múltiplas, muitas vezes contraditórias. É o início do modernismo.

A análise da transição rumo a um novo período, pós-moderno, é mais difícil. Em verdade, não há consensos claros sobre o que é o pós-modernismo. Concordamos com Harvey, entretanto, quando ele assume que se pode, pelo menos, corroborar a afirmação cautelosa de A. Huyssen (1984, p.8): a partir da década de 1970, o Ocidente passou a experimentar uma mudança de sensibilidade. Não falamos só de sensibilidade estética. Há outras formas de sentir que o fim do século passado parece ter alterado.

Harvey (2008, p.49) define essas mudanças da seguinte forma:

Começo com o que parece ser o fato mais espantoso sobre o pós-modernismo: sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico que formavam uma metade do conceito baudelaireano de modernidade²⁰. Mas o pós-modernismo responde a isso de uma maneira bem particular; ele não tenta transcendê-lo, opor-se a ele e sequer definir seus elementos “eternos e imutáveis” que poderiam estar contidos nele. O pós-modernismo nada, e até se espolia, nas fragmentárias e caóticas correntes da mudança, como se isso fosse tudo que existisse.

Aqui, as diferenças entre o que se passa na contemporaneidade e o que se tinha no século XVIII já são notáveis. O iluminista buscava a razão universal; o pós-moderno constrói sua teoria e sua arte, em grande medida, como forma de reação a essa unidade do pensamento iluminista. Esse parece ser o contexto contemporâneo: um momento em que há enorme heterogeneidade, intensa circulação de ideias díspares e pouco esforço de síntese. A sensação de mudança permanente, de nenhuma estabilidade, de se viver em uma sociedade líquida (para usar a metáfora de Bauman), são características deste tempo. Mas uma mudança dessas no modo de sentir a realidade, de experimentar a arte, a passagem do tempo, a identificação com um local, as raízes familiares, a tradição, etc.,

²⁰ O “conceito baudelaireano de modernidade” é uma referência a um artigo de Charles Baudelaire, em que ele exorta a arte a encontrar o que há de permanente no efêmero. Essa busca caracterizaria uma preocupação modernista; o pós-modernismo teria abandonado essa busca e aceitado a efemeridade como regra. Esse seria um ponto principal de distinção entre modernismo e pós-modernismo.

não pode ocorrer sem motivo. Se a sensação de descontinuidade, disjunção, incerteza, é marca desta época, ela precisa ser explicada por suas causas. Para isso, recorreremos a uma reflexão que, talvez, um adepto do pensamento pós-moderno não admitisse. Na pós-modernidade, é comum desacreditarem-se as grandes narrativas, devido à aceitação do descontínuo e à recusa de sistemas que contam com coerência interna “excessiva”. Está claro que o marxismo é uma das matrizes de nossas ideias, e temos convicção de que dessa matriz podem-se obter boas explicações sobre a realidade contemporânea. É com base no marxismo que tentaremos explicar essa modificação na sensibilidade atual.

Para isso, primeiro, é necessário revisar algumas características do capitalismo, como Marx (1996) o descreve. Basearemos nossa reflexão na interpretação de Harvey do pensamento marxiano, para quem (2008, p.166-9) Marx considera três características como essenciais ao modo de produção capitalista. São elas:

1. Orientação para o crescimento. O capitalismo precisa se expandir. Aumentar a produção é permitir a diminuição do valor da mercadoria e ganhar mercado. A inovação técnica de uma empresa, porém, não lhe garante o mercado por muito tempo, pois, em breve, as concorrentes se apropriam das mesmas técnicas ou de outras semelhantes, e ajustam, com isso, seu preço ao valor praticado pela empresa que inovou antes. Inovar traz lucro só por algum tempo; em breve, os valores são igualados pelos concorrentes. Novos incrementos se tornam necessários, assim, à produção, para garantir-se a vitória sobre a concorrência e a sobrevivência da empresa. Expandido ao todo da produção econômica, esse processo origina um sistema que precisa, obrigatoriamente, crescer. E como fica o trabalhador nesse sistema? Segundo Marx (1996, p.251):

Nas controvérsias em torno desse objeto [o valor que se paga pelo trabalho], geralmente deixou-se de ver o principal, ou seja, a *differentia specifica* da produção capitalista. Força de trabalho é aí comprada não para satisfazer, mediante seu serviço ou seu produto, às necessidades pessoais do comprador. Sua finalidade é a valorização de seu capital, produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que ele paga, portanto, que contenham uma parcela de valor que nada lhe custa e que, ainda assim, é realizada pela venda de mercadorias. Produção de mais-valia ou geração de excedente é a lei absoluta desse modo de produção. Só à medida que mantém os meios de produção como capital, que reproduz seu próprio valor como capital e que fornece em trabalho não-pago uma fonte de capital adicional é que a força de trabalho é vendável.

Por esse raciocínio, a expansão do capital é que leva a contratar o trabalhador; sua força de trabalho só é uma mercadoria vendável na medida em que for funcional ao crescimento do capital. Disso, decorre o ponto seguinte.

2. O aumento da produção não leva a um aumento de capital variável (isto é, de

massa salarial) igual ao de capital constante (isto é, de patrimônio do capitalista, como máquinas, prédios, estruturas de todo tipo, etc.). O capital variável decresce em relação ao capital constante que ele ativa. A lógica disso está na necessidade, explicada acima, de expansão da produção. Uma expansão desse tipo ocorre, preferencialmente, por meio não do aumento do tempo de trabalho, mas da produtividade — isto é, do crescimento da produção em intervalo constante de tempo. Isso é possível devido às melhorias do capital constante, com a obtenção de maquinário de melhor qualidade, instalações de trabalho mais adequadas, etc. Marx (1996, p.255) comenta como o capital constante e o capital variável que se dividiam, nas fiações inglesas do início do século XVIII, à proporção de 1/2 cada, chegaram, com o investimento dos burgueses, ao final do século à proporção de 7/8 de capital constante para 1/8 de capital variável. Por isso:

Essa mudança na composição técnica do capital, o crescimento da massa dos meios de produção, comparada à massa da força de trabalho que os vivifica, reflete-se em sua composição em valor, no acréscimo da componente constante do valor do capital à custa de sua componente variável. [...] A grandeza relativa do elemento do preço que representa apenas o valor dos meios de produção consumidos ou a parte constante do capital, estará na razão direta; a grandeza relativa do outro elemento do preço, que representa a parte que paga o trabalho ou a parte variável do capital, estará geralmente na razão inversa do progresso da acumulação. (MARX, 1996, p.254-5)

Assim, os salários podem até crescer com o aumento do capital, mas isso ocorre numa proporção menor do que o crescimento do patrimônio do capitalista. Isso não quer dizer que os trabalhadores perdem com esse crescimento; é possível ganhar em termos absolutos. Em termos relativos, porém, o trabalhador necessariamente perde, pois, não importa quanto seu salário cresça, isso só será possível mediante a diminuição de sua participação no total de riqueza produzida, isto é, o aumento de sua exploração.

3. A necessidade de vencer a concorrência para garantir lucro (e a sobrevivência de seu empreendimento) obriga o capitalista a inventar novos métodos de incremento de produção. Isso significa que o capitalista individual precisa investir constantemente em tecnologia, como explicamos no item anterior, mas também em novas organizações do trabalho nas empresas, em novos métodos de gerenciamento de funcionários, etc. Isso quer dizer que capitalismo é um modo de produção obrigatoriamente dinâmico, não só por sua necessidade de modificar a estrutura física das empresas (o capital constante), mas também por inovar constantemente nos métodos de controle do trabalho, de modo a garantir que ele renda o lucro esperado. O controle do trabalho extrapola a dimensão da empresa, chega às regulamentações do Estado, aos sistemas políticos de representação

da classe trabalhadora, etc. Se há embaraços à acumulação, devem ser combatidos, ou o capital não se expande e o sistema colapsa.

Essas características não são acessórias, mas essenciais ao capitalismo. Se nossa sociedade, a despeito das transformações que sofreu desde os tempos de Marx até hoje, baseia-se no modo de produção capitalista, então ela ainda vive esses processos de base. Parece-nos tão evidente a atualidade dessas reflexões que nos sentimos dispensados de justificar sua valia para o contexto atual. É evidente, a qualquer um que acompanhe a imprensa, o quanto se discutem novidades e dinamismos na produção, o quanto se fala sobre o desemprego gerado pelo aumento do capital constante em oposição ao variável, o quanto se exorta as economias a crescerem. Esse último ponto, aliás, é particularmente importante ao que estamos discutindo.

A ordem do dia é o crescimento, mas poucos se perguntam por que é necessário fazer crescer a produção. O crescimento faria sentido se visasse suprir as necessidades humanas; ele ocorre, porém, trazendo consigo uma enorme degradação ambiental, e sem resolver o problema da pobreza (ainda que a humanidade já tenha capacidade produtiva para isso). Cresce-se porque essa é a lógica do sistema. Sem isso, ele quebra. O capital não recua ante nenhum impedimento ao crescimento; se houver algum, o caminho deve ser limpo para o capital passar, ou se avizinhará um colapso econômico. As recessões são sinal disso. Evitá-las foi a preocupação que motivou o Ocidente a, depois da crise de 1929 e da Segunda Guerra Mundial, organizar um aparato de produção, gerenciamento de trabalhadores, regulação estatal e organização política de sindicatos, que colocasse o sistema em crescimento constante. Tal organização ficou conhecida como fordismo, à qual se associam regulações keynesianas (p.ex., o acordo de Bretton Woods). Se essas regulações e estruturações políticas, sociais e econômicas foram úteis para retirar a economia da crise da década de 1930, elas se tornaram uma camisa de força a partir da década de 1960. Nesse momento, completou-se a recuperação da Europa Ocidental e do Japão, e saturaram-se seus mercados internos; alguns países de América Latina, graças à CEPAL, investiram em substituição de importações, gerando prejuízos aos países ricos; algumas indústrias se deslocaram ao então chamado Terceiro Mundo, beneficiando-se de legislações trabalhistas frágeis e de facilidades para superexplorar mão de obra. Isso tudo prejudicou o centro do capitalismo nos EUA e na Europa. Some-se a isso o cartel da OPEP na década de 1970, e o que se terá é um terrível quadro recessivo. Era preciso, para salvar o sistema, expandir a produção, mas os acordos com trabalhadores e o rígido sistema de produção taylorista adotado no fordismo impediam isso (HARVEY, 2008,

p.134). O resultado foi uma reação por parte da classe burguesa, que passou a modificar leis, regimes de trabalho, organizações institucionais, etc., para construir outro regime de acumulação. Sobre isso, Harvey (2008, p.140) diz:

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Esse rearranjo só foi possível porque a crise dos anos 1970 gerou desemprego, enfraquecendo sindicatos. Os capitalistas aproveitaram esse enfraquecimento para criar regimes de contratação incomuns, mais flexíveis (ou líquidos, se se quer). Ao invés das tradicionais oito horas diárias, os trabalhadores poderiam concentrar seus trabalhos em uma época do ano para aliviá-los em outra, ou fazer contratos por períodos de tempo pré-fixados, ou trabalhar como autônomos com empresas próprias, etc. Todo tipo de inovação passou a habitar os contratos de trabalho. Em geral, esses contratos ignoram a seguridade social e a segurança do trabalhador em seu emprego. Essas contratações flexíveis levaram ainda à subcontratação, estimulando a abertura de um sem número de pequenos negócios, muitos deles familiares, tornando complexa e variada a organização industrial. Esse desmonte do sistema fordista (cuja ênfase é a padronização) permitiu a aceleração da inovação nos produtos, favorecendo rápidas modificações em mercados como, por exemplo, o da moda. E não citamos esse exemplo à toa: os modismos, nessas condições, passam a interferir em tudo. Como o regime de acumulação flexível permite ao capitalista trabalhar detalhes, diferenciar produtos, explorar nichos, etc., passa-se a atender a todo gosto particular, diversificando-se a produção e abrindo a possibilidade para uma efervescência de gostos variados. Daí que a padronização estética da fábrica fordista tenha sido substituída por “uma estética pós-moderna, que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais” (HARVEY, 2008, p.148). A efemeridade que fica atribuída aos produtos faz com que eles caduquem rápido, acelerando o tempo de giro da produção e do consumo e permitindo uma maior acumulação.

Parece-nos, portanto, que *esse período chamado pós-moderno não é senão uma realização mais acurada do funcionamento próprio do modo de produção capitalista*. A natureza expansionista e a dinâmica desse modo de produção precisaram quebrar a jaula

do fordismo-keynesianismo, e foi assim que se deu a erupção da pós-modernidade. No decorrer deste trabalho, relacionaremos as características desse contexto aos dados das reportagens. Por ora, olharemos algumas das consequências desse novo contexto.

5. O público da reportagem: considerações sociológicas e psicológicas

Para Medviédev (2012, p.53), a organização social que coloca os interlocutores de um gênero em contato interfere diretamente no sentido dos exemplares do gênero. Seu exemplo é: sem sala de concerto, não há sinfonia. Isso porque a forma como se dá a interação entre os interlocutores constitui o sentido do enunciado, e a organização social é elemento fundamental dessa interação. Ouvir música numa sala de concerto é uma experiência que difere totalmente de ouvi-la em mp3 no *player* do computador. A música é a mesma, mas foi uma organização *social* diversa que levou essa gravação digital a ser escutada por alguém; é uma disposição *psicológica* diferente que se espera do ouvinte, que tem com a música uma *relação* distinta da que tem o ouvinte da sala de concerto. O resultado é produzirem-se, dessa experiência, sentidos diversos dos que se esperam no contexto tradicional da música erudita.

Cabe a questão: no novo contexto, da pós-modernidade, qual é a configuração social do grupo que interage pela reportagem? Ou, usando o vocabulário da Retórica: qual a configuração do auditório da reportagem? Para responder, procederemos a uma tentativa de caracterizar a *situação social* em que o amplo público leitor da imprensa se encontra. Deduziremos, a partir dessa situação (seguindo a sugestão metodológica de Voloshinov, de ajustar a dimensão psicológica ao quadro sociológico maior), caracteres da *psicologia social* desse público. Mas antes faremos uma explicação sobre a abstração que é esse “amplo público leitor da imprensa”. Não é invenção nossa referir-se ao leitor da imprensa como “homem médio”, “público médio”, etc. É difícil tecer considerações sociológicas e psicológicas sobre um grupo humano que não é feito de homens, mas de um cálculo. Para evitar esse problema, tentaremos levar em conta só os problemas de âmbito geral — isto é, aqueles que, mesmo originando-se por meio de certa interação entre um grupo e outro, têm o poder de se espalhar e afetar, de maneira razoavelmente homogênea, o todo de uma sociedade.

Aparte feito, vamos aos objetivos deste item. Nos primeiros itens deste capítulo, consideramos que a demanda por reportagens deriva do interesse em ter conhecimento,

para encontrar melhorias de vida num sistema altamente competitivo²¹. A demanda por reportagens é, pois, só mais uma consequência da instabilidade constante que se vive no contexto atual do capitalismo, que prioriza um regime de acumulação flexível. Para explorar como isso forma leitores de características específicas, principiemos por opor as características sociais e psicológicas desse contexto às do fordismo-keynesianismo.

Façamos, então, uma breve descrição do que se tinha no fordismo²². Trata-se de um regime de trabalho que realiza, à sua maneira, também um primado iluminista: o da crescente racionalidade. Mas, de acordo com a expressão consagrada por Horkheimer e Adorno, essa é uma *racionalidade instrumental*. O trabalhador, em regimes antigos, era quem concebia e quem executava o trabalho. Falamos da Idade Média, por exemplo, e seus artesãos. Costurar uma roupa era quase um trabalho de arte. O alfaiate precisava ter conhecimento, originalidade e destreza para ser bom. Suas qualidades eram perceptíveis e ele tinha a oportunidade de realizar-se por elas, com a obtenção de reconhecimento por seu talento. Um trabalho seu era a objetivação de sua subjetividade; no produto de seu trabalho, algo seu ganhava carnadura, deixava a existência ideal e materializava-se. Isso permite ao trabalhador ver a si mesmo nos produtos de seu trabalho, identificar-se com eles, *firmar sua identidade no trabalho e por meio dele*. Pedimos atenção à questão da identidade e de como ela se constrói no trabalho e por ele. Nada semelhante a isso existe na linha de montagem. Não se exige do operário mais que a destreza suficiente para uma ação técnica simples e imediata; conhecimentos, exigem-se menos ainda. O grande problema do fordismo, porém, não é o que ele não exige, e sim o que ele nega. Ao trabalhador, nega o direito a ser criativo, a ser pensante; ele só é autorizado a ser mão que aperta parafusos. Há muitas obras que discutem como o fordismo *desumaniza o homem*, ao aproximá-lo do funcionamento de uma máquina²³. É o trabalhador à deriva nas engrenagens da linha de montagem, eternizado no cinema de Charlie Chaplin.

Em jargão sociológico, dizemos que o fordismo separa o momento da concepção e o da execução das mercadorias. Silva (2003, p.69) traduz isso ao dizer que “o planejamento das tarefas antes internalizado passa a ser desenvolvido pelo setor de produção da empresa (externalizado), perdendo os trabalhadores a propriedade do planejamento”. O trabalhador é submetido a um plano exterior a ele. Impõe-se sobre seu

²¹ Essa afirmação pode parecer simplista, mas gostaríamos de esclarecer, primeiro, que adotamos um conceito de reportagem diferente, em alguns aspectos, do usualmente empregado (ver capítulo II, item 6); segundo, que pretendemos sofisticar um pouco esta afirmação ao longo deste item.

²² Usamos o pretérito, mas é útil recordar que a substituição do fordismo por modelos gerenciais novos é paulatina. Subsistem, decerto, muitas empresas com organização fordista ainda hoje.

²³ Cf. F. Silva (2004), para uma lista exaustiva de autores que interpretaram o fordismo nesse sentido.

corpo uma determinação “de fora”, procurando controlá-lo, discipliná-lo. Do ponto de vista psicológico, o resultado é conhecido: “quanto mais a organização do trabalho é rígida, mais a divisão do trabalho é acentuada, menor é o conteúdo significativo do trabalho e menores são as possibilidades de mudá-lo. Correlativamente, o sofrimento aumenta” (DEJOURS, apud OLIVEIRA, 2003, p.7). O aumento do sofrimento tem relação com a diminuição do papel realmente humano do trabalhador na produção, que é a concepção. Isso esvazia o trabalho de sentido, e trabalhos sem sentido (ao contrário daqueles em que o trabalhador concebe o que faz) ferem a construção da identidade do sujeito. O resultado é uma autoimagem prejudicada pelo empobrecimento da atividade intelectual. O trabalhador vê todos os caminhos à realização pessoal, à qualificação e ao autodesenvolvimento bloqueados (OLIVEIRA, 2003, p.7). Decorre daí o trabalhador sofrer “uma série de danos humanos, como: tiques, eterna dor de cabeça, surdez, neurites, irritação constante e explosões nervosas” (FRIEDMANN, apud SILVA, 2003, p.108). Essas considerações bastam para entendermos, primeiro, que o fordismo é ineficaz aos propósitos do capitalista; segundo, que as agitações sociais são inevitáveis em uma sociedade organizada sobre um regime de produção fordista.

Embora, de início, possa afigurar-se como paradoxal, o primeiro ponto é fácil de entender. Ninguém quer um regime de trabalho que massacra sua individualidade. E, com efeito, ninguém se submete a um. O trabalhador, no fordismo, cria diversos meios de driblar o controle. Conforme diz Silva (2003, p.75):

[...] os cientistas descobrem por meio de suas investigações que as diretrizes formuladas pela administração não eram cumpridas pelos trabalhadores no chão da fábrica — a racionalidade não era perfeita — eles próprios definiam um padrão de produção mais confortável para manter determinado nível de bem-estar físico e mental; dito de outra forma, controlavam, até certo ponto, o processo de exploração ao qual estavam submetidos [...] O que se torna um grande problema para a eficiência da linha de montagem fordista e, logicamente, para a produtividade da empresa.

O segundo ponto é mais simples. Há facilidades para os trabalhadores reunidos em fábricas organizarem-se. Por sua racionalidade, a fábrica homogeneiza as condições de vida dos trabalhadores (ao menos, até certo ponto), promovendo, por efeito colateral, a identificação de classe deles. Advém daí um sindicalismo forte e combativo, como forma de os trabalhadores barganharem melhorias nas suas condições de trabalho e de vida. Com tais exigências, o capitalista, muitas vezes, precisa consentir, se não quiser ver graves crises assolarem seus negócios. Some-se a isso a oposição que esse regime cria entre trabalhador e empresa. As empresas fordistas costumam ter funcionários só

para controlar os trabalhadores. O trabalho é desgastante e penoso, causa sofrimento e, por isso, os trabalhadores tendem a vê-lo como um mal; é necessária, portanto, a figura desse controlador, um funcionário que circula só para fiscalizar, disciplinar, dar ordens, etc. Ele é a expressão da determinação exterior ao trabalho dos operários; sua existência escancara o conflito entre empresa e trabalhador e incentiva a identificação de classe. O fordismo tende, assim, a fortalecer sindicatos. É óbvio que, para o capitalista, seria bom ver-se livre de um regime que favorece a organização de classe dos trabalhadores.

Derivam disso as novas técnicas de gestão empresarial. O léxico do empresário mudou bastante desde o tempo áureo do fordismo: fala-se em motivação, em promover sinergia, em capacidade de liderança como uma qualidade desejável ao trabalhador (o que beira o paradoxo), em empreendedorismo, em criatividade. Com efeito, trata-se de um esforço para restituir ao trabalhador o que lhe foi tomado: subjetividade. Para isso, procura-se dar, a ele, um sentido para seu trabalho:

Na década de 1970, diante da extrema rejeição dos operários aos trabalhos organizados nos moldes tayloristas, algumas empresas desenvolveram e aplicaram variantes do conhecido *Scalon Plan*. [...] a aplicação do *Scalon Plan* é realizada em um contexto de “rebeldia operária”. Esse plano tem como fundamento duas vigas mestras: a) o Programa de Incentivo Salarial; b) o Programa de Interação Humana. Visa modificar a percepção da classe trabalhadora em relação à empresa por intermédio da *valorização da iniciativa individual*. A *massa salarial, tanto dos operários quanto dos gestores, não deve ser rígida*; os trabalhadores manuais devem receber em função da produtividade e os burocratas em razão do volume de negócios. Essa forma de incentivo econômico expõe mais claramente o funcionário às pressões da concorrência, ou seja, à coerção direta do mercado. (SILVA, 2003, p.88-9, grifos nossos)

O trecho acima esclarece pontos importantes, que sustentam o que dissemos sobre a pós-modernidade. O novo regime de trabalho que se organiza dá, ao trabalhador, remuneração proporcional à produção, ou seja, premia-o individualmente pelo sucesso profissional; responsabiliza-o, pois, também individualmente, pelo fracasso. O salário deixa de ser um montante estático, definido pelo contrato de trabalho. Corta-se, assim, o custo de manter um funcionário para vigiar os outros; o serviço de capataz é dado ao próprio trabalhador, que, ciente de que o salário deriva diretamente da produtividade, passa sozinho a cuidar para que seu trabalho contente o patrão. O trabalhador se torna carcereiro de seu próprio cárcere.

A idéia central é reconhecer a inteligência dos empregados e utilizar seus conhecimentos empíricos (tácitos) na melhoria dos processos. A fábrica como “agência educativa” adota — em sua nova linguagem administrativa — o lema: “nesta empresa todos são gerentes”. Os esquemas de participação nos

“conselhos das equipes de trabalho” minimizam as situações de conflito entre contramestre e operários. Além de ser ideologicamente eficaz, esse estratagema gerencial permite uma redução de custos na folha de pagamento. Com a supressão de cargos, a empresa torna-se mais horizontalizada, o que facilita o engajamento com a produção e a redução de fricções hierárquicas, de “conflitos pessoais”. (SILVA, 2003, p.89)

É muito importante observar que isso não significa a atenuação das pressões que o trabalhador vivia no fordismo, mas uma nova interpretação delas, na mente de quem as sofre. O trabalhador que se submetia a um regime de trabalho fordista enxergava essa pressão como exterior a si; o trabalhador na empresa pós-moderna não tem a figura do contramestre, acredita que a remuneração que recebe é proporcional à sua competência, e passa, por isso, a alocar as pressões sociais em seu interior. *Ele internaliza a pressão*. Passa a crer que precisa ser mais produtivo, trabalhar mais rápido, por crer que isso é sua responsabilidade, e que, da intensificação de sua produção em intervalo constante de tempo, advirá seu sucesso pessoal. *O ritmo da máquina impõe-se ao corpo*.

São muitas as técnicas que levam a essa interiorização da lógica capitalista. Não há mais uma imposição perceptível do burguês sobre o trabalhador. O trabalhador passa a se organizar em equipes com metas de produtividade e a tomar decisões para atingi-las, o que lhe restitui seu quinhão de subjetividade e provê seu trabalho de significação. O resultado é sua identidade passar a se construir no ambiente do trabalho. O sucesso da empresa se confunde com o sucesso pessoal. A organização em equipes com poder de decisão faz um trabalhador controlar o outro, um julgar se o desempenho do outro ajuda o grupo. Não há identificação de classe. Os trabalhadores são instados a competir entre si por melhores salários.

Pretendemos demonstrar, com esses exemplos de reformulação do regime de trabalho (há outros possíveis), que, no regime de acumulação flexível, há uma situação desfavorável à organização de classe dos trabalhadores. Eles não se sentem oprimidos pelo trabalho. Passam a realizar, por conta própria, os mecanismos de sua exploração. Claro que, nessas condições — trabalhadores preocupados com o sucesso pessoal, a que se associa o da empresa que os contrata; sindicatos desmobilizados; incentivos para que o trabalhador tome decisões em cada situação singular (em oposição à resposta padrão do fordismo); trabalhadores com o meio de vida associado à produtividade —, serão inevitáveis algumas consequências. A desmobilização política dos trabalhadores facilita o desmonte da rede de seguridade social. Isso foi feito com maior ou menor violência, a depender do caso. Instabilidade, em contratos de trabalho, vira regra. A horizontalização

das empresas, com a saída de cena do contramestre, impele à percepção individualista do sucesso profissional. O esforço para mostrar qualidades individuais ao patrão torna as empresas versáteis, emergindo, assim, vários modismos na produção. A busca por mostrar eficiência à empresa apaga no trabalhador a revolta com a exploração e com a insistência do capitalista para aumentar a produtividade. Se, no passado, o trabalhador se indignava com a velocidade com que a esteira da linha de montagem lhe empurrava peças para parafusar, hoje, ele mesmo faz o papel da esteira.

Há relações claras entre a reestruturação do trabalho e a “sensação avassaladora de fragmentação, efemeridade e mudança caótica” (HARVEY, 2008, p.21) que marca a pós-modernidade. A padronização fordista e a regulamentação keynesiana deram lugar a um vale-tudo. Multiplicam-se os tipos de contrato de trabalho e as subcontratações; as garantias do trabalho estável evaporam. A instabilidade torna-se a condição normal. E o indivíduo é instado a lidar sozinho com ela, uma vez que as instituições de solidariedade entre trabalhadores perderam importância, e o trabalhador passou a identificar-se com a empresa e a acreditar que sua remuneração depende de seu sucesso pessoal, apenas. A infiltração do modismo na produção faz com que todo gosto seja modificável no curto prazo. Cada nicho de mercado, por mais específico que seja, deve ser explorado e verter lucros. A frase irônica atribuída a John Ford, “o cliente pode ter um Ford T na cor que quiser, desde que seja preto”, caduca definitivamente. Essa é uma via de mão dupla: os gostos variados expressam-se na produção diversificada da pós-modernidade, tanto quanto a produção diversificada faz os gostos variarem. Tudo deve ser adaptável, tudo deve poder tomar outra forma, tudo se torna instável. A pós-modernidade não autoriza nada a ficar onde está. Harvey (2008, p.22) comenta:

Se a vida moderna está de fato tão permeada pelo sentido do fugidio, do efêmero, do fragmentário e do contingente, há algumas profundas consequências. Para começar, a modernidade não pode respeitar sequer o seu próprio passado, para não falar do de qualquer ordem social pré-moderna. A transitoriedade das coisas dificulta a preservação de todo sentido de continuidade histórica. Se há algum sentido na história, há que descobri-lo e defini-lo a partir de dentro do turbilhão da mudança, um turbilhão que afeta tanto os termos da discussão como o que está sendo discutido. A modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes.

Essa disjunção histórica, marca da modernidade, deriva, como acreditamos ter esclarecido, do modo de produção capitalista. Para Harvey (2008, p.102), a relação entre o sentimento de efemeridade e as relações de produção estava clara desde Marx:

Como é então que “a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção e, portanto, as relações de produção?” A resposta que Marx dá em *O Capital* é completa e convincente. As “leis coercitivas” da competição de mercado forçam todos os capitalistas a procurar mudanças tecnológicas e organizacionais que melhorem sua lucratividade com relação à média social, levando todos os capitalistas a saltos de inovação dos processos de produção que só alcançam seu limite sob condições de maciços superávits de trabalho. A necessidade de manter o trabalhador sob controle na fábrica e de reduzir o seu poder de barganha no mercado (particularmente sob condições de relativa escassez de trabalho e ativa resistência de classe) também estimula o capitalista a inovar. O capitalismo é por necessidade tecnologicamente dinâmico, não por causa das míticas capacidades do empreendedor inovador (como Schumpeter viria a alegar), mas por causa das leis coercitivas da competição e das condições de luta de classes endêmicas no capitalismo.

Trata-se, pois, de um imperativo econômico, o que move a sociedade capitalista à revolução constante de si mesma. E, para a inovação ininterrupta seguir, é necessária a destruição contínua do passado. Essa destruição é consequência do impulso contínuo da produção — impulso que deve encontrar uma ampliação correlata do consumo, guiada pela mudança de tendências e pela publicidade. O consumo se torna maníaco, os gostos ficam instáveis e tornam-se objeto de luta, e massas crescentes de capital e de trabalho se transferem entre linhas de produção, devastando setores econômicos e arrasando as estruturas sociais amparadas neles.

Abrem-se necessariamente novos espaços quando os capitalistas procuram novos mercados, novas fontes de matérias-primas, uma nova força de trabalho e locais novos e mais lucrativos para operações de produção. O impulso de realocação para locais mais vantajosos (o movimento geográfico do capital e do trabalho) revoluciona periodicamente a divisão territorial e internacional do trabalho, acrescentando à insegurança uma dimensão geográfica vital. A resultante transformação da experiência do espaço e do lugar é acompanhada por revoluções na dimensão do tempo, na medida em que os capitalistas tentam reduzir o tempo de giro do seu capital a um “piscar de olhos”. (HARVEY, 2008, p.103)

Harvey chama essa nova experiência de *compressão tempo-espaço*. A alteração contínua dos espaços e o rompimento dos nexos com o passado e o futuro fazem com que o presente se agigante e se acelere. F. Jameson analisa a identidade nesse contexto, comparando os efeitos psicológicos dessa experiência com os da esquizofrenia. Se a identidade se forma por certa unificação entre passado, futuro e presente na nossa experiência, e se a nova experiência temporal rompe esses nexos, passa a dificultar-se a tarefa de unificar a identidade. Segundo Jameson (1983, p.120):

Note-se que, se a continuidade temporal entra em colapso, a experiência do presente se torna poderosamente, esmagadoramente vívida e “material”: o

mundo aparece diante do esquizofrênico com a intensidade ampliada, trazendo consigo uma misteriosa e opressiva carga de afeto, cintilando de energia alucinatória.²⁴ (tradução nossa)

A esta altura, talvez o leitor se questione quanto à validade de pensarmos sobre o trabalho na fábrica. Se refletimos sobre o estado psicológico do leitor de reportagens na contemporaneidade, é conveniente lembrar que nem todos os leitores são operários. Isso seria um recorte pré-estabelecido por nós? Se nossa sociedade fosse ainda organizada sobre a estrutura do fordismo-keynesianismo, haveria nela uma massa muito grande de operários, mas eles estariam submetidos a condições de vida diferentes, até certo ponto, daquelas do resto da população — é, pelo menos, o que se supõe. Em nossa sociedade, porém, o capital constante acumulou-se a ponto de dispensar muitos trabalhadores. Se é assim, por que nos amparamos numa análise das condições de trabalho na indústria?

Boa parte de nossas considerações são sobre as consequências de certo regime de trabalho na indústria, mas não consequências que dizem respeito só ao operário, mas à sociedade como um todo. A produção afeta a sociedade de modo razoavelmente homogêneo, pois, sem produtos, ninguém vive. Além disso, os métodos de controle do trabalho a que vimos nos referindo não se restringem à indústria. Eles surgiram nela e expandiram-se a outros setores. Como dizem R. Antunes e G. Alves (2004, p.342):

[...] para se compreender a nova forma de ser no trabalho, a classe trabalhadora hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho. Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário.

Creemos que nossas considerações sobre flexibilização do trabalho e instabilidade da vida na pós-modernidade não se restringem, assim, a operários, mas tocam quase a sociedade toda. A indústria diversificar-se e procurar atender a todo gosto, ainda que muito específico, gerando uma infinidade de modismos, cria consequências que não se restringem ao âmbito da indústria, mas vazam para o corpo de toda a sociedade. Todos, nas sociedades pós-modernas, vivem dos produtos da indústria; se eles se diversificam, coloca-se uma miríade de produtos diante de todos; por isso, em algum nível, todos são afetados, e não só as pessoas diretamente ligadas ao trabalho industrial. O aumento da velocidade da produção exige um aumento correlato no consumo. Passa-se a estimular

²⁴ “Note that as temporal continuities break down, the experience of the present becomes powerfully, overwhelmingly vivid and ‘material’: the world comes before the schizophrenic with heightened intensity, bearing a mysterious and oppressive charge of affect, glowing with hallucinatory energy.”

uma mudança de gostos extremamente veloz, com o advento da publicidade e os apelos da moda. Os consumidores abrem mão de produtos que ainda são úteis, para consumir novos produtos, apenas por estarem no bom gosto do último minuto. Quando o apelo da moda não resolve o problema, a indústria utiliza expedientes produtivos que forcem o aumento do consumo, como a obsolescência programada. E, para consumir cada vez mais, a renda do consumidor precisa ser cada vez maior. Todos precisam desempenhar seus trabalhos no tempo de giro da economia capitalista, e não só os operários que dão carnadura aos produtos da indústria. Se eles precisam garantir que a indústria aumente a produtividade, os demais trabalhadores precisam garantir renda que baste para absorver os produtos da indústria, ou a maquinaria econômica do capitalismo desaba. Por fim, os métodos de produção e de acumulação flexível não se limitam à indústria. Eles surgiram nesse meio, mas foram adotados em quase qualquer empresa, devido à sua eficácia. Tornaram-se, mesmo, uma ideologia, e ameaçam forçar sua entrada até na política, com o modelo de gestão pública gerencialista. Com isso, a interiorização da pressão social, o reforço do individualismo, a sensação de insegurança constante ante as flutuações econômicas imprevisíveis, a impressão de aceleração da vida cotidiana e de destruição contínua do espaço — tudo isso invade a sensibilidade de praticamente todo cidadão das sociedades pós-modernas. A compressão tempo-espaço atinge feito um trem quase todo ocidental.

Numa sociedade em que há grande instabilidade, em que a responsabilidade por manter-se num emprego foi interiorizada pelo trabalhador, em que o conhecimento de tendências econômicas difíceis de rastrear afetam a todos, de investidores a operários, é normalmente vendida a ideia de que informação é mercadoria valiosa. O conhecimento, apenas, capacitaria para vencer a concorrência no mercado (seja entre empresas, pelos maiores lucros; seja entre trabalhadores, pelos melhores empregos). Informar-se vira um imperativo. E a imprensa é uma indústria como todas. Ela vive de ampliar a produção para vender mais, pois, para revistas e jornais atraírem anúncios, eles, antes, precisam vender. Além disso, vivemos um momento de produção crescente, que exige consumo crescente e, por isso, publicidade crescente. Divulgar é necessário, e a imprensa precisa estar a serviço de quem a financia; daí a insistência em fazer-se lida muitas vezes por semana, e por muitos. Por fim, como há modificações no estado de coisas ocorrendo o tempo todo, só pode se posicionar frente a elas quem as conhecer. As modificações são rápidas, e isso exige respostas também rápidas de quem lida com elas. Daí a demanda por informação em alta velocidade. A dinâmica capitalista impele a imprensa a acelerar

seu ritmo, assim como faz com qualquer indústria. O mito de que é preciso informar-se o mais rápido possível é análogo ao de que é preciso vestir-se de acordo com a mais nova tendência. Notícias atropelam umas às outras, na sanha de vencer a busca pelo “furo”. Consomem-se informações numa mania comparável à gula com que se comem bombons, ou à ânsia com que se enchem gavetas de cacarecos.

6. A delimitação do gênero

Nossa interpretação do contexto nos permite tentar entender que gênero é esse que analisamos. Como dissemos, nosso conceito de gêneros discursivos pretende-se concreto e, assim, não pode ser construído pela eleição de um traço ao posto de critério para reunir textos. Não queremos dizer que uma reunião de textos desse tipo não interesse a ninguém. Podem-se fazer reuniões assim, desde que não se confunda o método com o objeto — quer dizer, desde que não se afirme a existência concreta do que é um construto teórico. Para nosso conceito de gênero, não basta haver uma regularidade nas reportagens para ela ser o critério que define o gênero, pois sempre pode haver um exemplar novo desse gênero com características novas e imprevistas, que fuja à regularidade. É preciso deduzir as propriedades do gênero, elaborando hipóteses a seu respeito, para depois tentar refutá-las por indução. O problema é “de onde” fazer essas deduções. Baseados, em especial, em Voloshinov, concluímos que as formas do gênero se deduzem da atividade (no sentido de Leontiev) histórica e social em que a interlocução toma parte. Cumpre tentar aplicar essa proposta.

Notemos, de início, que há textos diferentes chamados de reportagem pelos jornalistas. A definição clássica do gênero pode ser vista no Manual de Redação e Estilo (1990, p.67):

A reportagem pode ser considerada a própria essência de um jornal e difere da notícia pelo conteúdo, extensão e profundidade. A notícia, de modo geral, descreve o fato e, no máximo, seus efeitos e conseqüências. A reportagem busca mais: partindo da própria notícia, desenvolve uma seqüência investigativa que não cabe na notícia. Assim, apura não somente as origens do fato, mas suas razões e efeitos. Abre o debate sobre o acontecimento, desdobra-o em seus aspectos mais importantes e divide-o, quando se justifica, em retrancas diferentes que poderão ser agrupadas em uma ou mais páginas. A notícia não esgota o fato; a reportagem pretende fazê-lo.

Essa é a definição de O Estado de São Paulo. A Folha de São Paulo, no *Manual geral de redação*, oferece uma indicação menos clara. Nele (1987, p.42), reportagem é “o relato de acontecimento importante, feito pelo jornalista que tenha estado no local em

que o fato ocorreu ou tenha apurado as informações relativas a eles. A reportagem é o produto fundamental da atividade jornalística”. Um conceito que conceitua pouco. A diferença entre reportagem e notícia praticamente não pode ser observada por essa definição. Quem quiser, pode concluir que a reportagem é uma notícia ampliada, já que a explicação faz referência à apuração das informações. Mas há outras conclusões a que se pode chegar a partir de uma definição tão vaga.

O *Manual de redação e estilo* (1992) de O Globo sofre o mesmo mal. Nele, a notícia não é definida, e a reportagem é tida como texto que pode explorar desde um acontecimento de impacto do dia, até temas sem relação com o momento da edição.

Tem-se a impressão, assim, de que, em geral, para os jornais, a reportagem parte da notícia, ou seja, é uma notícia expandida. O acréscimo de informações que superam o imediatismo do fato e remetem-no a suas causas e consequências torna a notícia em reportagem. O Globo, apenas, foge a essa regra. Como não tem o verbete notícia, não pode considerar a reportagem como expansão de uma. Além disso, O Globo diz que a reportagem pode ser, de um lado, a narração objetiva e impessoal de um fato e, de outro, a expansão dessa narrativa. Ou seja, O Globo chama por um só nome o que outros manuais chamam de notícia e de reportagem. Isso seria o bastante para instalar-se certa dúvida quanto à definição que os jornalistas dão a esses gêneros. Em tese, a reportagem é, conforme O Estado de São Paulo, “a essência da atividade jornalística”; na prática, não se entra em acordo sobre o que ela é. E esse desacordo vai além da confusão entre o que é notícia e o que é reportagem.

Bulhões (2007, p.44), por exemplo, vê na reportagem uma forma desenvolvida da notícia, reforçando a ideia não só dos manuais de redação, mas também de outros teóricos do assunto, como Lima (2009). O atributo que uniria reportagem e notícia é a narração. Ele entra em acordo com Sodré e Ferrari (1986, p.11), para quem as perguntas que a notícia busca responder (o quê?, quem?, como?, quando?, onde?, por quê?) levá-la-iam a constituir-se “de pleno direito uma narrativa”. A reportagem guardaria esse traço. Sodré e Ferrari (1986, p.15) incluem observações sobre outras características que definiriam a reportagem, tais como a humanização do relato (oposta à frieza da notícia), o impressionismo do texto e, ao contrário disso, a objetividade dos fatos narrados. Para Bulhões (2007, p.44), a reportagem é uma das “realizações narrativas dos gêneros jornalísticos”, e a narratividade dela e da notícia justificaria a definição de uma em termos relativos à outra, ou seja, reportagem como “notícia expandida”. Como ambos os gêneros são narrativos, estariam ligados, nascidos um do outro sem se desgarrarem,

feito irmãos siameses. Concordamos com as críticas de Catalão Júnior (2010, p.71-3) à concepção de reportagem desse tipo. Segundo ele, Bulhões (2007, p.45) afirma que a reportagem, expandindo a notícia, inclui segmentos linguísticos “ora mais descritivos, narrativos, expositivos, dissertativos”; Lima (2009, p.22) diz que a reportagem pode ser desde a associação da notícia a suas relações mais óbvias, até o ensaio; diz (2007, p.18) também que a reportagem se liga ao jornalismo informativo e ao investigativo. E isso tudo só pode levar a uma questão:

é possível imaginar-se uma reportagem sem, digamos, alguma forma de descrição? Isso faz, então, da reportagem um texto sempre e necessariamente descritivo? Será também possível imaginar uma reportagem sem alguma forma de exposição, mínima que seja? Isso faz, por sua vez, da reportagem um texto expositivo? Não é sustentável a ideia segundo a qual, por estar a narrativa, “ainda que de forma variada”, “sempre presente” em uma reportagem, esta será sempre um texto narrativo. (CATALÃO JÚNIOR, 2010, p.72)

Isso é o suficiente para vermos que a polêmica não se resume a distinguir notícia de reportagem. Chamam-se ainda de reportagem ensaios como *Os Sertões* (LAGE, apud LIMA, 2009, p.22), defesas de teses, descrições, narrações, etc. Tudo cabe na definição desse gênero. Catalão Júnior argumenta, porém, que essa definição é restritiva, porque não dá conta das reportagens que há no cotidiano da imprensa. Pela análise de dois exemplos (uma reportagem sobre a relação que as pessoas mantêm com seus animais de estimação e um relato de Samuel Wainer sobre o trabalho de repórter), ele mostra como não se pode definir a reportagem nem pela narratividade, nem por ser notícia expandida, e nem por ser, como diz Bulhões (2007, p.45), o texto feito por uma testemunha ocular, que viveu os fatos e creditou-se a narrá-los. Nenhuma dessas definições dá conta da reportagem que Catalão Júnior (2007, p.73-5) oferece como exemplo, em que a autora não parte de fato ou notícia e não narra, mas apenas reflete sobre a relação entre homens e animais. Caso se alargue, no entanto, o conceito de reportagem para caberem nele os textos que não narram, os que não partem de notícias, os que não dão testemunhos, etc., não haveria solução para o problema. Cremos, aliás, que o problema é esse alargamento do conceito de reportagem.

Cremos ser equivocado propor que a definição do gênero reportagem é ruim por não dar conta das reportagens vistas no dia a dia do jornalismo. O problema nisso é buscar uma conceituação que dê conta de textos que são chamados apenas tacitamente de reportagens. Não achamos conveniente aceitar uma definição *tácita* e tentar dar a ela o rigor das definições *teóricas*. Vejamos. Para mostrar que as definições de reportagem

são falhas, Catalão Júnior mostra uma reportagem que as contraria. Isso só faz sentido caso se admita, por premissa, que o texto mostrado é, de fato, uma reportagem. Ora, não há meios de afirmar isso: não se pode considerar que esse texto é uma reportagem, se o que se está discutindo é, precisamente, o que a reportagem é. Essa afirmação (a de que o texto é uma reportagem) tem, como premissa, um conceito de reportagem; mas, se o que está em debate é o conceito mesmo de reportagem, não se pode tomar um por premissa. O conceito de reportagem deve ser o fim do argumento, não seu início.

Consideramos, portanto, que esse argumento falha por incorrer em *petição de princípio*. Essa é uma falácia conhecida, e ela nos diz algo sobre o modo como devemos tratar esse problema: para definir o gênero, não faz sentido analisar textos tomando-os como exemplares dele. Isso fatalmente levará a conclusão a figurar na premissa. Claro, não condenamos, com isso, a assunção de uma definição do gênero por hipótese. Esse é um modo legítimo de proceder. O ilegítimo não é assumir uma hipótese sobre o gênero, mas supor que a análise de textos supostamente pertencentes a um gênero oferece base empírica para o gênero ser definido.

Assumir que os textos chamados pela imprensa de reportagem são exemplares de um mesmo gênero, só porque a imprensa lhes deu um único nome, é assumir que reflexões sobre a relação entre homens e cães, livros como *Os Sertões*, expansões de notícias, etc., pertencem ao mesmo gênero. É o que ocorreria a quem aceitasse como definição a classificação tácita, comum no cotidiano, de carta. Textos diferentes são assim designados. Um teórico que aceite que os textos chamados de carta são membros de um mesmo gênero — o gênero carta — e que, por isso, busque nos exemplares do gênero um traço comum, encontrará problemas parecidos com os que vimos sobre as reportagens. Ele pode definir carta como gênero de textos enviados pelo correio dentro de envelopes, para a comunicação com amigos e parentes. Outro estudioso, porém, não tardará a surgir para mostrar empiricamente, pela análise de um exemplar do gênero, que empresas se comunicam por cartas, mas não com amigos e parentes. Outro pode analisar um exemplar do gênero e mostrar como a definição do primeiro teórico era muito restritiva, deixando claro que há cartas que não se guardam no envelope nem se enviam pelo correio. Mas não há meios, enquanto os teóricos compartilharem o conceito tácito de carta, de propor que cartas comerciais, cartas familiares, boletos bancários, etc. sejam, na verdade, gêneros diferentes.

Recusaremos, de início, qualquer definição tácita de reportagem. Um texto sobre amor entre homens e cães não será considerado um exemplar do mesmo gênero que *Os*

Sertões, até prova em contrário. A isso, chamamos de ceticismo. Sabemos ser possível arguir que as reportagens são costumeiramente feitas na imprensa e, por isso, não parece razoável crer na inexistência de definição objetiva do gênero, ou considerar tácita a sua definição. As contradições dos manuais de redação entre si, porém, e as deles com os trabalhos teóricos dedicados ao tema, e as dos próprios trabalhos uns com os outros, parecem nos dar razões para crer que a definição é, com efeito, tácita. Além disso, se a imprensa chama de reportagem desde trabalhos extensos de pesquisa e defesa de tese, até expansões de notícias ou informações sobre como fazer dieta, parece-nos razoável duvidar de que sua definição de reportagem seja objetiva. Lembrando que, ao dizermos isso, não estamos criticando a imprensa, os jornalistas, ou quaisquer trabalhos teóricos. É certo que o conceito de reportagem, tal como os jornalistas o compartilham, satisfaz as necessidades deles. Mas essas necessidades são diferentes das nossas, e não cremos que compartilhar com eles desse conceito seja proveitoso para nosso trabalho.

A questão que propomos é: qual é a atividade (no sentido de Leontiev) sócio-histórica na qual os textos chamados de reportagem tomam parte? Embora a resposta não seja simples, uma primeira observação pode ser feita. É razoável supor que uma reportagem dedicada a ensinar dietas não toma parte na mesma atividade que a dedicada a debater a vida pública. Não importa que a imprensa as chame pelo mesmo nome. Elas são *concretamente diferentes* e, se a diferença é um fato, o nome que a apaga não deve importar: dois gêneros não se tornam um porque são homônimos. Os textos chamados de reportagem não se engajam na mesma atividade, e isso, segundo nosso critério, leva-nos a concluir que não são do mesmo gênero.

Propomos que se distingam, pelo menos, dois gêneros entre os textos todos que a imprensa chama de reportagem. Essa distinção corresponderia àquela entre *revistas de informação* e *revistas de entretenimento, complementos à educação e amenidades*, do modo como foram descritas nos itens anteriores. Scalzo (2011), ao traçar a história das revistas, afirma que as do século XIX iniciaram uma tendência de dirigir-se a públicos menos amplos que os dos jornais (como o público feminino ou o masculino), e não se dedicaram ao engajamento em causas públicas, mas ao entretenimento e à educação do leitor. Revistas desse tipo nunca deixaram de ser feitas. Sua produção se sofisticou no século XX, com o aumento do letramento e a consequente ampliação da demanda. As reportagens delas ensinam dietas, técnicas de conquista de parceiros amorosos, tipos de motores de carros e comentam a escolha de uma celebridade por esse ou aquele vestido. Scalzo, após descrever esse tipo de revista, descreve o outro tipo, inaugurado pela *Time*.

Time foi a primeira revista voltada ao resumo das informações que abundavam nos noticiários. Com a aceleração da modernidade ao longo do século XX, a sensação de que a informação é importante, mas é muita e nos atropela, gerou a demanda por um mediador que as filtrasse. Alguém que não só simplificasse a semana, mas conferisse a autenticidade das informações e entregasse-as ao leitor com um princípio de análise. O modelo de *Time* criou um novo gênero, diferente daquele existente nas outras revistas. Também chamado de reportagem, esse gênero se dedica a discutir e interpretar fatos recentes da vida pública. É indiferente que ele parta de notícias ou fatos recentes (a notícia mesma parte de um fato recente), mas é essencial que ele se conecte ao presente. Sua temporalidade é a semana, frequência com que a revista despeja mais reportagens no mercado para fazer-se vender. Se não houver fato que relatar, comentar e analisar, mas só comentários e análises, teremos outro gênero. Não será um que cumpre a função de bote salva-vidas do leitor náufrago no mar de informações. Será defesa de tese, artigo de opinião, o que seja, mas não reportagem, como a entendemos aqui.

Chamamos de reportagem o gênero que participa da atividade acima descrita. É o gênero inaugurado por *Time*. Nas revistas que analisamos, não há só os exemplares desse gênero, mas de outros, aos quais, tacitamente, se chama de reportagem. Eles não integram nosso *corpus*. Nossa posição sobre o gênero orientou o corte de reportagens como essas de nossa área de análise. Essa opção também orientou a seleção do *corpus*. *Veja*, *IstoÉ*, *Época* e *CartaCapital* são as revistas semanais mais vendidas do Brasil a veicularem reportagens (do modo como as definimos). Há discrepância entre as vendas delas. *CartaCapital* vende consideravelmente menos que as outras três, que são as mais vendidas do Brasil. As outras revistas, no entanto, que ocupam posição no ranking entre *CartaCapital* e as três mais vendidas, não veiculam reportagens, tal como as definimos.

Em tempo: nossa definição do gênero só importa a trabalhos com objetivos similares aos nossos. Não pretendemos que, no cotidiano, as pessoas deixem de usar a designação tácita de carta para se referir às cartas. Os falantes, em geral, não se preocupam em estudar as categorizações do que dizem. Preferem não ter que escrever uma tese apenas para se referir às cartas: a palavra carta, para eles, é boa o bastante. O problema é transpô-la do uso cotidiano ao técnico, que tem outros objetivos. Do mesmo modo, o termo “reportagem”, tal como é usado entre os jornalistas, não deve perturbá-los. Não estamos sugerindo que eles troquem a palavra que usam no contexto de seu trabalho, mas que não devemos incorporá-la ao contexto do nosso.

III

O VÍNCULO SUBJETIVO ENTRE AUTOR-CRIADOR E LEITOR

As condições em que as pessoas interagem pela reportagem²⁵, das quais falamos no capítulo anterior, promovem uma relação de certo tipo entre quem a produz e quem a lê. Essas figuras — quem produz e quem lê — precisam ser bem delineadas, para que se tenha clareza do que, exatamente, estudamos. Referimo-nos, ao longo de nosso trabalho, ao *autor-criador* da reportagem. Não se trata da pessoa que redige. Autor-criador é tão somente a imagem dessa pessoa, criada pelo enunciado e no enunciado — ou, no dizer de Bakhtin (1997a, p.31), um componente da obra. Essa imagem se opõe ao produtor real do texto, a pessoa de carne e osso que escreve a reportagem em sua casa, em seu trabalho, ao *notebook* ou ao *desktop*. Essa pessoa real é o que Bakhtin chamou de autor homem, e não é dela que nos ocupamos.

De qualquer modo, a reportagem é mesmo escrita por uma pessoa que, sozinha, estica os dedos sobre o teclado? No trabalho dela, não há quem interfira? Ninguém mais colabora, de nenhum modo, para o repórter fazer a reportagem?

A reportagem não é feita pelo repórter — ou melhor, não só por ele. Ele, como todo sujeito, não é totalmente livre para dizer o que quer. É um funcionário de uma empresa, cuja diretriz segue; é subordinado ao editor-chefe, que o fiscaliza; é replicado pelo *ombudsman*, que o critica; é condicionado pelas exigências da pauta, que não deixa sua subjetividade livre para fluir; é pressionado pelos interesses do público-alvo, cuja aprovação viabiliza seu emprego; é forçado a tomar posição no debate público, do qual participam concorrentes, políticos, humoristas, todos. É, enfim, condicionado pelas exigências práticas do exercício de sua função. Mas não só. Ele é um ser que constitui sua individualidade no contato social e por meio dele. Todos os traços que compõem a sua individualidade são um “fenômeno puramente sócio-ideológico” (VOLOSHINOV, 1999, p.58). Assim como a sociedade se compõe dos seus indivíduos, os indivíduos se

²⁵ Daqui por diante, essa palavra só será utilizada do modo como foi definida no capítulo II, item 6.

compõem da sua sociedade. Não é, portanto, só uma pessoa que escreve a reportagem. É também uma sociedade.

Do mesmo modo, não é só uma pessoa que lê. A leitura não se dá fora de qualquer condição. E as condições formatam as estratégias por meio das quais um e outro, autor e leitor, vão interagir.

Imaginamos que o capítulo anterior tenha nos dado informações o bastante sobre essas condições. A partir delas, formulamos algumas hipóteses sobre como se daria essa interação entre autor-criador e leitor. Algumas se mostraram falsas e precisaram ser revistas, em especial o acentuado matiz que demos ao vínculo de confiança entre um e outro. Chegamos a cogitar a quase ausência de esforço de argumentação, o que logo se revelou um exagero que precisou ser corrigido. Mas podemos dizer que o alicerce da hipótese segue firme: o diálogo entre autor-criador e leitor não é desapaixonado e intelectual, nem apenas informativo. Eles mantêm um diálogo marcado por um traço ostensivo de intimidade. É um diálogo quase entre amigos.

Nas conclusões parciais deste capítulo, diremos o que nos levou a essa hipótese. Ao longo das análises, contudo, imaginamos que ficará claro como o *corpus* não oferece desmentidos dessa posição, ainda que ele seja composto da dita imprensa “séria”, que se pauta pelo tripé de política, economia e cultura. Essa intimidade que une os parceiros do diálogo, na reportagem, conduz a uma situação singular. O modo como as consciências se relacionam em uma interação desse tipo dá origem a certa apreciação da atividade de informar os outros e de ler para informar a si mesmo, e traz consequências à ideologia do cotidiano e à vida social.

Analisaremos, na sequência, os recursos ao humor (divididos em categorias, para facilitar a exposição) e os pressupostos compartilhados entre autor-criador e leitor. Em ambas as análises, o que se pode ver é o *acordo* entre os parceiros de interlocução. É a esses acordos que visamos neste capítulo.

1. Recursos ao humor

Por princípio, imagina-se que, nas reportagens, não haja espaço para o humor. Mas, ao contrário, o humor está bastante presente em nosso *corpus*, principalmente em *Veja* e *CartaCapital*. Isso pode nos dar informações sobre o tom que cada empresa tenta criar para si, mas o que nos importa não é isso, e sim a forma particular de interação que o autor-criador estabelece com o leitor quando recorre ao humor. Sem preocupação com categorizações rigorosas, comuns em estudos sobre o riso, dividimos os exemplos do

corpus como julgamos conveniente à exposição dos dados. Nosso principal critério foi o modo como, pelo humor, interage-se com o leitor. Os três tipos de discurso humorístico que definimos têm, claro, semelhanças entre si no modo como realizam essa interação. Enfatizamos as diferenças. Separamos, assim, uma categoria para a *ironia*, para mostrar a afinidade que ela faz supor entre leitor e autor-criador; uma categoria para o *escárnio*, por sua defesa de valores considerados incontestáveis por um grupo (o que leva a crer numa concordância entre autor-criador e leitor quanto a esses valores); e uma categoria à *piada*, por ela não ter alvo, não pretender ridicularizar alguém, mas ser espirituosa, promovendo, assim, um modo de interagir não ofensivo, diferentemente do que ocorre nas duas outras categorias. Essa separação não tem nenhuma pretensão de ser exaustiva. É apenas uma organização dos dados para facilitar sua exposição. Acreditamos que eles servirão para refutar certa hipótese sobre a reportagem de revista, como queremos que se esclareça ao apresentarmos nossas conclusões parciais, no final deste capítulo.

Em cada subitem, segue uma explicação mais detalhada do que entendemos por ironia, escárnio e piada, e uma análise do *corpus* para embasar algumas posições nossas.

1.1. A ironia

Classicamente, a ironia é definida pela inversão do sentido do que se diz. Trata-se da antífrase, aquilo que se diz para fazer com que se entenda o contrário do que foi dito. Para garantir que esse efeito de antífrase seja obtido, o autor-criador deve oferecer uma pista da ironia ao leitor. Isso é obrigatório, é a linha que separa a ironia da mentira. Na modalidade oral, essa pista costuma estar no tom de voz. Na escrita, porém, torna-se mais complexo o trabalho de identificar e descrever a ironia.

Para iniciar nossa reflexão sobre o assunto, comecemos por abandonar a posição clássica e rejeitar a definição de ironia como enunciado que contradiz seu sentido literal. Como é amplamente aceito nos estudos linguísticos atuais, não existe sentido literal em si mesmo. O que há é um sentido esperado, conforme o elabore o contexto. Se procurar o sentido literal não for inútil, decerto será contrário ao nosso referencial teórico. Para o Círculo, algo é dado na língua (seja o já dito, seja o sistema), mas esse algo dado é só expressão potencial. Para concretizar-se em discurso irônico, isso deve se realizar, ser dito, e, quando isso ocorre, o trabalho sobre os signos num contexto, num gênero, numa dada situação, interfere sobre o que era dado e reconstrói o que se diz. Por isso, a busca por um sentido literal, um sentido das palavras em si mesmas, contraria nossas posições. Apenas na forma concreta de enunciado, a palavra realiza-se; o evento de sua realização

faz concorrerem, para formular-se o sentido, elementos exteriores ao signo. Assim, cada enunciado concreto é único e irrepetível. Isso bloqueia a possibilidade do sentido literal em si mesmo, pois isso só seria possível se, na fala, realizasse-se um sentido “puro”, independente de determinação exterior, emanante apenas da própria palavra.

Corroborar nossa posição, também, a Pragmática. Para Brait (1996, p.77), Searle opunha-se à ideia de ironia sem referência ao contexto. Ele dizia, ao contrário, que, ao descrever um enunciado (não só o irônico) sem assumi-lo no contexto, o analista toma, às vezes sem notar, um contexto implícito. Essa assunção tácita do contexto definiria o sentido literal do enunciado, tornando-o um sentido literal não absoluto, mas relativo a um conjunto de elementos previamente assumidos. Não discordamos de Searle, mas seu raciocínio precisa ser ajustado ao nosso referencial teórico, para o qual o contexto é algo diverso. Note-se que Searle não nega a existência de um sentido literal, mas reporta-o a um contexto, ou seja, torna-o relativo. É também a nossa posição. Dissemos que não existe sentido literal *em si mesmo*, não que não exista sentido literal *nenhum*. O que não existe é um sentido puro que emana dos próprios signos. Mas há sentidos que, em certos contextos, são esperados. Esses podem ser tidos como relativamente literais. Tomamos, com Brait (1996, p.83-4), essa posição acerca da literalidade do enunciado, bem como outras, relativas à ironia. São elas: (a) o sentido literal é relativo ao contexto que garante a literalidade; (b) a ironia é, nos termos da autora, da dimensão não do enunciado, mas da enunciação — o que traduzimos ao nosso referencial teórico dizendo que a ironia não é bem *algo que se diz*, mas uma *atitude* frente ao que se diz; (c) a tensão entre sentido literal e sentido figurado é uma característica da ironia, embora não dê conta de toda a complexidade do discurso irônico para ser tida por elemento estruturante dele; (d) o discurso irônico é ambíguo e sua ambiguidade advém de o autor-criador dizer o que não pensa de fato, e dar um sinal de sua falta de sinceridade ao parceiro da interlocução.

A posição (b) leva-nos a considerações importantes. A ironia não está no que se diz, mas em como se diz. Ela é um comportamento, não um conteúdo temático. Dada a frequência da ironia no *corpus*, pode-se concluir que esse modo de se comportar não só não é vedado na atividade que a reportagem realiza, como é útil a ela. Por que o modo de interagir irônico é útil, ou pertinente, ou de algum modo importante à atividade de reportar? Para responder a isso, cumpre fazer outra reflexão. Se a ironia é um modo de se comportar, ela se liga a um autor-criador irônico. Que leitor é esse que se harmoniza com um autor-criador irônico?

Baseada no trabalho de C. Kerbrat-Orecchioni, Brait apresenta-nos reflexões que

ajudam a entender esse leitor. A base dessas reflexões é a distinção de ironia e mentira. Em ambas, o significante recobre dois significados. A mentira, no entanto, é mal vista, e a ironia, não. Mas ser irônico não é, de algum modo, mentir?

Não. A mentira desqualifica o leitor, faz crer que o autor-criador o vê como tolo. A ironia, ao contrário, qualifica o leitor, pois, pelos sinais linguísticos que esclarecem a inverdade do discurso, o autor-criador demonstra crer que seu parceiro é capaz de notar a falta de sinceridade que marca a interlocução. O leitor participa, assim, dessa falta de sinceridade, comprazendo-se com ela (1996, p.50). Para compreender a ironia, exige-se do leitor uma grande afinidade com o autor-criador, pois ele só compreenderá o discurso irônico se notar os sinais que denunciam sua falta de sinceridade.

Assim, a ironia, por um lado, qualifica o leitor, por outro, pressupõe um vínculo de afinidade entre ele e o autor-criador. Há um terceiro ponto: só se faz ironia se houver discurso ironizado. Embora haja quem considere possível haver ironia sem agressão a terceiros — p.ex., Kerbrat-Orecchioni (apud BRAIT, 1996, p.50-1) —, a ironia costuma ser vista como meio de desqualificar discursos adversários. Essa posição é reforçada por Olbrechts-Tyteca (apud BRAIT, 1996, p.53), para quem a ironia não exige a antífrase, mas pode se dar por argumentação indireta ou por analogia. E essas são, sempre, formas de desqualificar alguma posição: a analogia copia o discurso que se quer rebaixar; a argumentação indireta opõe-se, implicitamente ao discurso contrário.

Recusar que a antífrase seja obrigatória na ironia é importante, pois tira a ironia do âmbito frasal e desloca-a a níveis maiores de análise. Além disso, afirmar que ela agride a um terceiro obriga a considerar, no dito, a presença de discursos não ditos, mas perceptíveis. Em perspectiva dialógica, trata-se de tornar o conceito de ironia permeável aos de discurso citado, plurilinguismo, etc. Somando as partes, o retrato que temos é: o discurso irônico põe dialogicamente em relação outros discursos, que participam da produção do sentido; ele se realiza não no conteúdo do que se diz, mas no modo de dizer; a isso, segue-se que o ironista compõe certa imagem de si com o discurso irônico, julgando que essa imagem se harmonizará aos desejos do leitor; por um lado, a ironia desqualifica um terceiro e, por outro, qualifica o leitor. Ela, por fim, não precisa ser vista no nível frasal, mas como organizadora do discurso, um centro que o estrutura. Para Brait (1996, p.31), mais que o “pipocar de frases irônicas” soltas num texto, é um princípio organizador do discurso que define a ironia. Para fundamentar essa posição, ela cita Arrigucci Jr. (apud BRAIT, 1996, p.31), para quem “o princípio formal da ironia” é o de “articular dialeticamente contradições numa estrutura mais inclusiva, cuja

força expressiva reside justamente na ampliação dos significados, numa cadeia poderosa de idéias ao mesmo tempo oponentes e afins”.

Vejamos exemplos da revista *Veja*.

- (1) O maior desafio da candidata petista [Marta Suplicy] é superar a rejeição de 35% do eleitorado paulistano, que não relaxa e goza quando se lembra de sua administração passada. (08/10/2008, p.70)
- (2) Com sua intuição descomunal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva percebeu que é preciso reconhecer que a nave verde-amarela vai pelo menos balançar com as ondas de choque da tormenta externa. (08/10/2008, p.115)
- (3) Marta deve revidar explorando o fato de Kassab já ter tido relações com o ex-prefeito Paulo Maluf e ter participado do governo de Celso Pitta — “esquecendo” que, em 2004, ela mesma fez aliança com Maluf par tentar reeleger-se. (08/10/2008, p.70)
- (4) Pressionado por maus resultados nas pesquisas, McCain opta por manobra de risco: desferir golpes baixos contra o oponente, que já é acusado até de “andar por aí com terroristas”. (15/10/2008, p.122)
- (5) Pode bater que o gigante é manso. O presidente do Equador expulsa a Odebrecht do país, seqüestra os bens da empresa e ameaça dar calote no BNDES. E mas uma vez o Brasil apanha sem reclamar. (01/10/2008, p.118)
- (6) Mulheres na briga. Na tentativa de garantir um lugar no segundo turno contra o prefeito José Fogaça, as esquerdistas Manuela D’Ávila, Maria do Rosário e Luciana Genro estapeiam-se pelo espólio do petismo porto-alegrense. (10/10/2008, p.110)

Os casos acima são claros exemplos de ironia, embora nem sempre de antífrase. Em (1), ela não ocorre, por exemplo. Mas ocorre argumentação indireta e analogia. O discurso ironizado é o da candidata à prefeitura, Marta Suplicy. Sua famosa fala sobre a crise aérea é tomada para se fazer a analogia, com a qual se pretende atacá-la. Em (2), ao contrário, o exemplo serve à ironia tal como a vê a retórica clássica. Ao mencionar a “intuição descomunal” de Lula, o autor-criador o chamava de tolo. A revista comentava a crise de 2008 e o motivo da frase era a acusação de que o governo estaria demorando a reagir à crise. Na época da reportagem, a presidência sacava medidas tentando impedir a quebra de bancos menores, em contraste com declarações otimistas que dera há algumas semanas. A ironia é percebida pelo adjetivo “descomunal”, fora de propósito para aquilo que se diz. Em (3), o que avisa da ironia são as aspas. É também um caso de antífrase: o autor-criador não pretendia dizer que Marta Suplicy esquecera-se das alianças políticas

de Paulo Maluf, mas aludir ao que seria uma atitude canalha da candidata, de criticar o concorrente pelo que ela mesma já fizera. Em (4), há a tomada literal da fala de outros para fazê-la passar por ridícula. Nesse caso, o alvo da ironia é McCain. É interessante notar a ambiguidade das aspas. As convenções ortográficas recomendam-nas tanto para distinguir o discurso citado da fala do autor-criador, como para ironizar uma expressão. Em (4), aparentemente, elas são usadas para o discurso citado, mas subjaz a impressão (que, como todo implícito, pode ser negada) de que elas estão ironizando esse discurso, em especial porque a frase se estrutura em discurso indireto. O discurso direto pediria um verbo de enunciação, que não é utilizado no trecho. Isso dá a impressão de que não se trata, de fato, de citação das palavras de outrem, mas de um comentário sobre essas palavras. Em (5), a expressão “pode bater que o gigante é manso” também não é uma antífrase, mas uma argumentação indireta. Ao dizer isso, o autor-criador não quer avisar que o Brasil é manso, mas criticar uma suposta mansidão da presidência brasileira frente à equatoriana. Em (6), por fim, temos um exemplo de subversão de um discurso que o leitor pode recuperar pela memória. Trata-se do título e do subtítulo de um quadro explicativo. O título, “Mulheres na briga”, parece apoiar as mulheres. Um imaginário feminista é reconstruído, de memória, por quem o lê. O subtítulo revela a ironia: “Na tentativa de garantir um lugar no segundo turno contra o prefeito José Fogaça, as esquerdistas Manuela D’Ávila, Maria do Rosário e Luciana Genro estapeiam-se pelo espólio do petismo porto-alegrense”. Só então fica clara a antífrase do título: não era um enaltecimento da luta feminista, mas um rebaixamento dela. A luta política, que eleva, é substituída pela luta corporal, que rebaixa: as mulheres “estapeiam-se”. O único homem na disputa, José Fogaça, é isentado pelo autor-criador. As mulheres se estapeiam para poder lutar contra ele que, impoluto, aguarda a adversária do segundo turno.

O que isso nos diz do leitor? Em primeiro lugar, a frequência com que a revista usa a ironia mostra que ela se supõe em sintonia com o leitor. Em segundo, os alvos da ironia são todos correlatos: o feminismo; os governos nacionalistas da América do Sul; o PT; o presidente Lula, representante do homem do povo típico (não dizemos que ele o é, mas que ele o encarna no imaginário brasileiro); a esquerda (o conjunto heterogêneo de agentes sociais a que se dá o nome de “esquerda”). Ri-se, enfim, de toda oposição ao *status quo*, pelas instituições ou pela mobilização social. Se há essa sintonia entre autor-criador e leitor em rir desses agentes sociais, é porque tudo se passa como se o leitor já concordasse que eles são risíveis.

Em *Época*, a situação não é tão diferente:

- (7) Marola ou tsunami? Quais foram as medidas adotadas na semana passada pelo governo para reduzir o impacto da crise global no sistema financeiro e nas contas externas do país. (27/10/2008, p.48)
- (8) Ligação. Segundo a polícia, Valério (ao lado) atuava como “conselheiro” da Cervejaria Petrópolis, controlada por Walter Faria (acima). (13/10/2008, p.118)
- (9) Ele [Obama] acredita na possibilidade de uma “síntese” entre as teorias intervencionistas de John Maynard Keynes e o programa de livre mercado de Friedman. (20/10/2008, p.76)
- (10) Será que esta vice é pé frio? A crise financeira fez John McCain afundar nas pesquisas. E sua companheira de chapa, a governadora do Alasca, Sara Palin, também não está ajudando. (06/10/2008, p.123)
- (11) Em outro depoimento, questionada sobre sua falta de experiência internacional, [Sara Palin] recordou que, como governadora do Alasca, tem condições de enxergar o território da Rússia do outro lado do oceano — sempre que as condições meteorológicas o permitem, ressaltou. (06/10/2008, p.124)
- (12) A vez da AIG. A maior seguradora americana é estatizada, por US\$ 85 bilhões. “Que crise? Vai perguntar para o Bush”. Lula, 16/9. (13/10/2008, p.38)

Os exemplos de ironia em *Época* não são tão numerosos como em *Veja*. Mesmo assim, a revista não foge à ironia, e (o que é notável) usa-a principalmente nos títulos, subtítulos, legendas e infográficos²⁶.

Em (7), uma analogia com a fala de Lula sobre a chance de a crise financeira de 2008 atingir o Brasil. À época, Lula declarara que a tempestade nos EUA seria, aqui, só uma “marolinha”. Ao retomar essa fala, *Época* ironiza-a, levando fingidamente a sério a possibilidade de tudo não ter sido mais que uma marola. Ao fazer a pergunta, o autor-criador está, aparentemente, dividido entre duas possibilidades de interpretação: marola ou tsunami? O subtítulo deixa clara a resposta e evidente a ironia da pergunta retórica. Em (8) e (9), o mesmo mecanismo: o uso ambíguo das aspas. Esse é um tipo bastante particular de ironia, pois faz pressupor um leitor capaz de interpretar um sinal pouco perceptível, além de permitir ao autor-criador a máscara: se o acusam de irônico, têm que provar, e não há meios de fazê-lo, pois ele sempre poderá defender-se dizendo que

²⁶ A importância de a ironia ocorrer, principalmente, nos títulos, subtítulos, legendas e infográficos ficará clara no capítulo 5, no item dedicado a discutir o espaço de leitura preliminar.

usava aspas para introduzir um discurso direto. Uma vez mais, porém, nos dois casos, as aspas introduzem discurso direto sem verbos de elocução. O autor-criador, prescindindo do verbo de elocução, integra a fala citada à sua e modifica, com isso, a entonação dela por completo. O resultado é a abertura da possibilidade de leitura irônica dos trechos. Em (10), outra pergunta retórica com aparência irônica. O autor-criador dá a entender que considera a possibilidade de Sara Palin ser “pé frio”, mas o que ele quer demonstrar é como ela, na verdade, é incompetente. Em (11), o autor-criador cita integralmente a fala de Palin, em discurso indireto. Mas seu enunciado está descontextualizado — ou melhor, recontextualizado —, fazendo-a parecer tola. Podia ser que ela só quisesse fazer piada, por exemplo; mas essa possibilidade de leitura foi vetada pelo autor-criador. A ironia se revela pelo travessão e pelo verbo “ressalvou”. O travessão produz uma pausa longa na leitura, essencial para conferir-lhe uma entonação irônica. O verbo, por parecer tomar a sério uma afirmação obviamente ridícula, dá a sensação de que o autor-criador toma em consideração, ingenuamente, a fala de Palin. Ele está, porém, ironizando-a. Ele soa ridículo por levá-la a sério, e é isso que ele quer revelar: como parece ridículo quem toma as ideias de Sara Palin, seriamente, em consideração. Claro que ele não “revela” coisa alguma: por meio da ironia, ele *cria* essa impressão de ridículo, e não a demonstra. O trecho (12) foi extraído de um quadro que comentava como o Planalto²⁷ reagiu à crise de 2008, destacando as declarações de Lula e Dilma. No quadro, acima, é construído — e “construir” é uma ação planejada do autor-criador — o contexto das declarações (“A vez da AIG. A maior seguradora americana é estatizada, por U\$ 85 bilhões”), para, então, inserir-se a fala de Lula ou Dilma nesse contexto (“Que crise? Vai perguntar para o Bush”) e, por fim, informarem-se autor da frase e data (“Lula, 16/9”). O contexto, tal como é construído, faz as falas parecerem inadequadas, e isso as ironiza. O quadro todo é irônico. É interessante mencionar mais um trecho dele:

- (13) O fim de uma era nos EUA. Os últimos bancos de investimento, o Goldman Sachs e o Morgan Stanley viram bancos comerciais. “Até agora, com a graça de Deus, (a crise) não chegou perto de nós”. Lula, 22/9. (13/10/2008, p.39)

O autor-criador quer mostrar a contradição entre as falas de um momento e de outro, conforme a crise se agrava. Podem-se, porém, ler (12) e (13) como sinônimas, e não contraditórias. Ao afirmar que a crise estava nos EUA, Lula podia estar querendo

²⁷ Cf. Anexos, p.242.

dizer o mesmo que ao dar graças a Deus por ela não tenha chegado a nós. Não queremos defender essa leitura de suas falas, mas atestar que essa é uma leitura possível, apenas para esclarecer que, ao ironizar essas falas, *Época* sugere uma leitura delas, leitura que não é a única possível. O autor-criador está, aqui, fazendo o que deveria ser o trabalho do leitor: interpretando para ele as falas de Lula e Dilma.

Essas ironias sinalizam o que seria a tolice de Lula e do PT. Nisso, *Época* e *Veja* são idênticas: consideram o governo petista incapaz de lidar com a crise econômica. Vê-se, em (8) um traço moralista na crítica a Marcos Valério. Vale lembrar que não havia provas da existência do esquema do “mensalão”. Se a revista trabalha com fatos, não pode condenar o suspeito antes da Justiça. A ironia em (8) já o condena moralmente, no entanto. Críticas políticas desse tipo não denunciam o sistema político, econômico ou social — quer dizer, não fazem críticas sistêmicas, mas condenam atos individuais que corromperiam o sistema (o qual passa, o tempo todo, sem críticas). Está pressuposto o individualismo: é o indivíduo o responsável, a ele cabe a punição, e esgota-se o assunto. Não se analisam os processos sociais, econômicos, políticos que se sedimentam e geram a corrupção. E isso torna esse tipo de crítica puramente moral.

Por fim, mais um detalhe: a defesa, em *Veja* e em *Época*, de Obama, e as críticas a McCain. São críticas recorrentes e nem sempre irônicas, mas, por vezes, sarcásticas. Não se desqualificam as políticas de McCain e Palin, mas eles mesmos. Revejam-se (4), (10) e (11). As revistas ironizam falas e atitudes isoladas deles. Isso mostra acordo entre autor-criador e leitor quanto a serem piores os republicanos que os democratas, e quanto à razão da inferioridade. A razão é referente não às políticas que eles apresentam, mas às pessoas que eles são. É, de novo, acordo quanto ao individualismo e, também, quanto ao personalismo — quer dizer, a valorização dos políticos em detrimento dos partidos, propostas, ideias e posicionamentos frente às questões sociais.

A revista *IstoÉ* não quebra as ideias básicas discutidas até aqui, mas usa menos a ironia. Sejam os exemplos:

- (14) A tensão se desloca agora para uma área de influência dos EUA onde a Rússia vai fazer “exercícios de resgate e operações contra terroristas” com a Marinha da Venezuela. (01/10/2008, p.99)
- (15) Centro econômico do Equador, a cidade de Guayaquil abriga o maior foco de resistência à reforma constitucional do presidente Rafael Correa, que se elegeu em 2006 com a promessa de “refundar” o país. (01/10/2008, p.107)
- (16) Sua nova cruzada [de Gordon Brown] é ainda mais ousada. “Talvez seja

necessário uma nova forma de capitalismo”, disse. Será isso possível? É bom não duvidar do poder de Flash Gordon. (22/10/2008, p.114)

- (17) Como diria (e disse) o presidente Lula, agora “a crise é deles”. God bless America. (15/10/2008, p.41)

São poucos os exemplos de ironia em *IstoÉ*. Em (14) e (15), o recurso à ironia ocorre, uma vez mais, pela ambiguidade das aspas. Em (16), o nome “Flash Gordon”, referência ao herói dos quadrinhos, ironiza “os poderes” de Gordon Brown, quanto à pretensão de construir um novo capitalismo. É uma desqualificação da fala de Brown por meio do clássico recurso à antífrase: a frase em que se recomenda não duvidar do poder de Flash Gordon quer, na verdade, dizer o contrário. Colabora para desqualificá-lo a fotografia²⁸, na qual se recorre a uma montagem grosseira que o coloca vestido como o super-herói. A grosseria da montagem denuncia o caráter mentiroso da qualificação: Gordon Brown fica ridiculamente falso quando visto como herói, e dessa falsidade (e de quem crê nela) que autor-criador e leitor riem. Em (17), nova antífrase. A frase “God bless America”, em geral, é usada para exaltar os EUA; mas, aqui, ela diz (como a frase anterior deixa claro) que os EUA precisarão de ajuda divina para se recuperar da crise.

O leitor que essas ironias desenham é um pouco contraditório. Ele tem um traço de oposição aos EUA, confundido com ufanismo patriótico — o que, em *Veja* e *Época*, não se vê. Embora as ironias não deixem isso claro sempre, é possível ver, ao longo da pesquisa, como ataques aos EUA, tal qual o do exemplo (17), destinam-se a mostrar que o centro do capitalismo desloca-se deste país aos emergentes, entre os quais, o Brasil. Daí a concordância com Lula no exemplo (17), a respeito da mesma frase que *Época* criticara. Mas, se *IstoÉ* apoia o PT e adota o nacionalismo, então é de se esperar que ela defenda a intervenção do Estado na economia — que o PT, em pequeno grau, fez — e apoie parcerias do Brasil na América do Sul, fortalecidas pelo PT. Nada disso ocorre no *corpus*. A ironia contra Gordon Brown mostra que, para a revista, “outro capitalismo” é uma ideia risível. Os “poderes” de “Flash Gordon” a que a reportagem fez alusão eram os de estatizar bancos aos quais o Estado concedesse ajuda financeira. *IstoÉ* e seu leitor riem de uma medida contrária à liberdade de mercado. Os governos da América do Sul também são ironizados: Chávez e o apoio à Rússia, Correa e a briga com a Odebrecht. A revista parece apoiar só o PT e Lula, mas, de modo algum, uma guinada mais forte na

²⁸ Cf. Anexos, p.243.

política. Ou seja, *IstoÉ* não visa a um leitor esquerdista e, se apoia o PT, é porque, ao contrário de *Veja* e *Época*, não o vê como um partido de esquerda (pelo menos, não se entendermos que a esquerda se oporia à liberdade de mercado e exigiria maior controle, em algum grau, dos mecanismos econômicos).

Por fim, em *CartaCapital* encontramos o recurso mais frequente à ironia.

- (18) A oposição ao pacote juntou gente da esquerda à direita. Eleitores republicanos compararam a intervenção estatal a “socialismo”, enquanto democratas protestaram contra o que seria uma recompensa àqueles que estão na origem da crise. (01/10/2008, p.26)
- (19) Considerado “a joia da coroa” do DEM nas eleições municipais deste ano, Kassab melhorou sua imagem após o início do horário eleitoral gratuito na tevê. (01/10/2008, p.32)
- (20) Como o termo [“civis”] teria sido incluído [no artigo 19 das Disposições Transitórias da Constituição]? Jobim talvez saiba. Se ele não souber, só resta esperar que a revelação se dê por milagre. (08/10/2008, p.34)
- (21) Do pico de 14.165 pontos a seu aniversário em 9 de outubro, a queda nominal foi 39,4%. Mas Bush júnior está otimista. Em telefonema a Lula, dia 8, disse que o efeito do pacote será sentido em “duas semanas e meia”. (15/10/2008, p.38)
- (22) Tradução: ao contrário do que acreditam vários “analistas”, Lucia Avelar ressalta que os programas sociais federais, iniciados no governo FHC e fortalecidos no mandato de Lula, reduzem o populismo, ao tirar dos coronéis uma moeda de barganha eleitoral. (15/10/2008, p.30)
- (23) O paraíso perdido do neoliberalismo. Laboratório das ideias de Hayek, a Islândia dá com os burros n’água e pede socorro ao Kremlin. (22/10/2008, p.30)

CartaCapital repete o que vimos. Em (18), a ambiguidade das aspas desqualifica o discurso de que o pacote de salvamento dos bancos é “socialista”. Em (19), uma antífrase, sinalizada pelas aspas (que, nesse caso, não são ambíguas). Em (20), ironiza-se o então ministro Nelson Jobim, que declarara, à época da Constituinte, ter alterado, em sigilo, dois artigos da Constituição. A revista apura que essa alteração teria sido a inserção da palavra “civis” no artigo 19 das Disposições Transitórias, como se pode ver pela leitura do quadro colocado ao fim da reportagem²⁹. Ao questionar se Jobim saberia como essa palavra apareceu no artigo, o autor-criador não quer obter a resposta, mas

²⁹ Cf. Anexos, p.244.

incriminar o ministro. Na frase seguinte, nova ironia: o autor-criador não espera que a revelação se dê por milagre, mas cobra uma atitude contra o ministro. Em (21), o caso é análogo a (18), em que se recorre à ambiguidade das aspas para sinalizar, de forma sutil, a discordância frente ao discurso citado. O caso (22) é análogo a (19): as aspas não têm ambiguidade, são claramente irônicas. Este é um exemplo agressivo, pois depõe contra a competência de certos analistas no estudo do Bolsa Família. Em (23), a ironia está na palavra “perdido”. Ao referir-se a um “paraíso perdido”, a imagem que se recupera é de um santuário intocado; por tratar-se do paraíso perdido do neoliberalismo, imagina-se que o autor criador falaria de um lugar em que as medidas neoliberais teriam logrado bons resultados. O subtítulo modifica essa interpretação e revela a antífrase: por “perdido”, deve-se entender não “intocado” ou “escondido”, mas realmente “perdido”, em sentido literal: aquilo que sumiu, que se perdeu. A Islândia teria assumido as ideias neoliberais e a crise a fez deixar essa política e aproximar-se do Kremlin (e associações com o passado soviético da Rússia vêm à mente, reforçando a ironia).

O leitor que essas ironias nos permitem ver é diferente do que se tem em *Época* e *Veja*. É um leitor que não só não crê que o pacote de salvamento, de fato, salva a economia mundial — como se vê em (21) —, mas que comemora, ainda, o desastre das medidas neoliberais — como (23) deixa claro. O leitor não compartilha da ideologia de livre mercado. Em (19), verifica-se a oposição política do leitor ao DEM (partido de oposição ao governo Lula) e em (22), vê-se que esse mesmo leitor não oferece crédito aos analistas que avaliam mal o principal programa social do PT. Trata-se de um leitor favorável a Lula e ao PT, portanto. E, aqui, há coerência em imaginar que se trate de um leitor para o qual o PT é um partido de esquerda, já que ele é petista e contrário ao livre mercado. O exemplo (20) nos mostra um leitor comprometido não só com a ética, mas com a denúncia de um ministro cuja colaboração com os militares é notória. Trata-se, pois, de um leitor ligado ao passado político e contrário à impunidade dos envolvidos em ações da ditadura. Por fim, o exemplo (18) faz crer num leitor com conhecimento de economia e política. O autor-criador não se dá ao trabalho de explicar como o pacote de salvamento não é socialista. Ele apenas fez a ironia, supondo um leitor que conhecesse o assunto o bastante para captar o sinal e rir.

Neste momento, é importante tocar no que é um ponto obscuro da análise: afinal, esses traços que estamos atribuindo ao leitor não são, na verdade, do autor-criador? Qual é a garantia de que o leitor concorda com o que o autor-criador diz? A garantia está em como se diz. A garantia é a ironia. O discurso irônico, como dissemos, supõe

três elementos: o autor-criador e o leitor, entre os quais deve haver uma fina sintonia, e um terceiro a ser ironizado. Essa “sintonia” é um acordo. Não se ri junto com alguém de algo, se não se concorda que esse algo é ridículo. Por isso, se *Veja* faz uma ironia cujo alvo são as feministas, não se imagina que queira cativar, com isso, leitoras feministas; se *CartaCapital* ridiculariza o neoliberalismo, não se espera que ela queira cativar, com isso, leitores neoliberais, etc. Além disso, há, na ironia, o ironizado. Reconhecendo esse terceiro, descobrimos uma característica do leitor: ao que ele se opõe. Deve-se salientar a situação de “terceiro”: autor-criador e leitor falam entre si, em uma interlocução, até certo ponto, íntima. O alvo da ironia é um terceiro, está fora da interlocução. Entre o autor-criador e o leitor inscrito nos textos não há discurso conflituoso, quando o debate é irônico. Entre eles, há, nesse caso, harmonia, um laço reforçado pelo acordo quanto ao que é risível, e pelo vínculo criado entre eles, quando compartilham sua não sinceridade.

1.2. O escárnio

Além da ironia, é frequente o escárnio em nosso *corpus*. Também ele instaura um terceiro na interlocução: o que será escarnecido. Escarnecer é imputar a um portador de um discurso contrário a pecha de ridículo. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.233), o ridículo “é a sanção da transgressão de uma regra aceita”, é a resposta à defesa de uma posição que, de tão inexpressiva, não merece resposta. Os autores (1996, p.234) dizem ainda que “o ridículo se exerce em prol da conservação do que é admitido [...] O ridículo é a arma poderosa de que o orador dispõe contra os que podem, provavelmente, abalar-lhe a argumentação, recusando-se, sem razão, a aderir a uma ou outra premissa de seu discurso”. O papel do escárnio é, pois, impedir a contestação do que é tido como certo, do que é premissa de uma discussão. Ri-se, no escárnio, de um discurso a que se opõem tanto autor-criador, como leitor. O escárnio permite-nos conhecer valores aceitos a tal ponto pelo leitor, que, à transgressão deles, ele reage com uma gargalhada.

Uma vez mais: não se ri de algo sem concordar que isso é risível. Assim como a ironia, o sarcasmo é usado pelo autor-criador por ele esperar que o leitor concorde que é risível aquilo de que se ri. Caso contrário, ele não faria a piada.

Em *Veja*, o escárnio é um recurso comum. Sejam os exemplos:

- (24) No primeiro turno, a verdadeira refrega em Porto Alegre se dá no campo feminino. Três candidatas de perfil semelhante disputam uma vaga no segundo turno contra o prefeito José Fogaça, do PMDB, à frente nas pesquisas. Elas são esquerdistas, deputadas e reverenciadas musas de sua

agremiação. (01/10/2008, p.110)

- (25) Como a petista [Maria do Rosário], Manuela ganhou fama no movimento estudantil e obteve seu primeiro mandato de vereadora pelo PCdoB. A diferença é que Maria do Rosário trocou de partido depois que foi eleita. Manuela continua lá, mas adotou um comunismo desbotado. Até na bandeira. Em vez do clássico pavilhão, seus correligionários usam um lilás. Em quarto lugar está Luciana Genro, do PSOL, que faz escova e caprichou na maquiagem. (01/10/2008, p.110)
- (26) [...] Crivella tenta conter a arrancada de Gabeira de maneira um tanto peculiar: exibindo o apoio do secretário-geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães, e do ministro de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger. Isso é que é desespero, convenhamos. (08/10/2008, p.72)
- (27) A ficha caiu. O presidente Lula, da tranquilidade ao superlativo: "Uma das maiores crises que o mundo já viu". (08/10/2008, p.115)
- (28) [...] o governo percebeu que a previsível contaminação em série cruzou rapidamente o hemisfério e mostrou que a propalada imunidade brasileira não era tão absoluta como se tentava fazer crer. (08/10/2008, p.120)
- (29) Pastel de vento. Marta tem comido muito durante a campanha, mas não engordou seu eleitorado. (15/10/2008, p.72)

Os traços presumíveis do leitor, por esses exemplos, são, em geral, os mesmos já obtidos pela análise da ironia. Em (24), há deboche ao associarem-se dados importantes para o assunto em discussão (o cargo público das candidatas e sua orientação política) à desnecessária informação de elas serem “reverenciadas musas de suas agremiações”. O autor-criador não está só oferecendo informações sobre as candidatas, mas seleciona-as de maneira intencional para ridicularizá-las. Em (25), seguem piadas no mesmo tom, comentando as cores das campanhas delas, sua atenção à maquiagem, à escova, etc. O trato à aparência das candidatas poderia ser visto como natural, num contexto em que a política eleitoral está completamente invadida pela publicidade. Atestamos isso não para criticar a revista, e sim para mostrar como a forma de ela dispor as informações não é “natural”, mas reflete sua visão de mundo, com a qual se presume que o leitor concorde. Esses exemplos mostram autor-criador e leitor compartilhando um olhar machista, pois riem de símbolos que o autor-criador apresenta como sinal de feminilidade — o que já é, por si só, passível da acusação de machismo, uma vez que, nas campanhas eleitorais contemporâneas, a estética é regra e vale para mulheres como para homens. Cuidados com cabelo, roupa, maquiagem, etc., não são exclusivos das candidatas; nas campanhas,

homens também se maquiam, arrumam o cabelo, escolhem a roupa, etc. Associar esses atos exclusivamente à mulher é uma escolha do autor-criador, que ele acha ajustada ao desejo do leitor. Em (26), Crivella mostra-se ridículo por precisar do apoio de figuras que o autor-criador desvaloriza, sem dar motivos — o escárnio os substitui. Em (27), o desvalorizado é Lula. A acusação que pesa sobre ele é a de reagir com lentidão à crise de 2008. O escárnio é sutil: no lugar do adjetivo “propalada”, poderia ter sido usado um mais comum, como “divulgada” ou “comentada”. A palavra restrita a círculos fechados, erudita, denuncia o escárnio. O deboche provém de o adjetivo estar deslocado de seu contexto habitual. Em (29), a fotografia compõe o escárnio junto com a escrita³⁰. Marta Suplicy sorri e come pastel numa foto que poderia parecer simpática, mas é tornada ridícula pela artificialidade (o sorriso claramente forçado, a mão no peito ao comer, a cabeça caída para o lado, denotam um prazer exagerado). A legenda reforça a crítica da imagem. Ao dizer que a candidata comeu muitos pastéis e não engordou o eleitorado, o autor-criador escarnece da artificialidade da imagem: Marta só come o pastel visando à identificação com o eleitor. Essa falta de sinceridade é o que se ridiculariza. O jogo de palavras satírico (comer pastel, engordar eleitorado) liga-se ao título: “pastel de vento”.

Acordos entre autor-criador e leitor: olhar machista; oposição à esquerda (e ao PT, visto, aqui, como esquerdista); desmoralização da política (vista como mero jogo de poder). Cumpre notar a continuidade desses valores. A desqualificação do feminismo e a da esquerda são correlatas, já que o feminismo é associado à esquerda. Marta Suplicy, alvo constante do escárnio de *Veja*, tem uma história ligada ao apoio à causa tanto dos homossexuais, como das mulheres. Lula, outro alvo do escárnio, tem a história política atrelada ao sindicalismo, que também é enquadrado no grupo rotulado de “esquerda” pela revista. Os integrantes desse heterogêneo grupo são diferentes, mas comungam de um ponto: opõem-se ao *status quo*. Se *Veja* vê seu leitor como contrário a esses agentes sociais, é por achar que esse leitor pertence ao *status quo* ou é simpático a ele.

Em *Época*, o escárnio é mais raro, mas está presente, principalmente, na leitura preliminar. Sejam os exemplos:

(30) Mudanças. Gabeira trocou o papel pela internet para fazer campanha. A defesa da liberação da maconha virou fumaça. (13/10/2008, p.104)

(31) A barragem de Correa. O presidente equatoriano aceita o dinheiro. Mas mantém a expulsão da construtora brasileira Odebrecht. (06/10/2008,

³⁰ Cf. Anexos, p.245.

p.126)

- (32) Um herói improvável. Com uma idéia do século passado, o primeiro-ministro Gordon Brown virou uma referência na tempestade. (20/10/2008, p.49)
- (33) O mundo real e o Palácio do Planalto. As reações do presidente Lula e da ministra Dilma Rousseff desde o início da crise. (13/10/2008, p.38-9)

Em (30), o alvo do escárnio são as ideias que Gabeira defendia. O trecho é uma legenda de fotografia³¹, inserida na reportagem intitulada “Como Gabeira quer chegar lá”, cujo subtítulo é: “O ex-guerrilheiro das idéias de vanguarda modera o discurso para conquistar o voto conservador e embola a disputa no Rio”. Seu “vanguardismo” é visto com desdém, como se a reportagem dissesse que ele não é razoável e que Gabeira só se tornou um candidato viável ao abandoná-lo. Em (31), a palavra “barragem” tem duplo sentido: pode referir-se à barragem construída pela Odebrecht no Equador, ou à decisão do governo equatoriano de barrar a empreiteira e investigá-la. O duplo sentido mostra que, para o autor-criador, Correa agiu de má-fé; esse autor-criador não tenta provar isso, ri disso. O riso revela-nos que ele supõe um leitor já alinhado a essa ideia. Em (32), ridiculariza-se Gordon Brown por aumentar a participação do Estado na economia, em resposta à crise de 2008. Esse aumento de participação é ideia “do século passado”, que o desajeitado herói — o “herói improvável” — coloca em prática. Em (33), uma suposta tolice de Lula e Dilma, por não reconhecerem na crise, desde o início, uma ameaça à economia brasileira, é ridicularizada. A oposição entre “o mundo real” e “o Palácio do Planalto” dá o tom debochado que a revista tomou para criticar o governo.

Nessas passagens, as ideias com que o leitor deve concordar para rir das piadas são: repulsa à presença do Estado na economia; defesa, portanto, do livre mercado; desprezo pelo que se considera tolice do presidente (que não tem escolaridade formal); desprezo por governos da América do Sul; enaltecimento do empresariado, em oposição aos governos. Se dissemos que *Época* mostra desprezo não pelo governo do Equador, mas pelos governos da América do Sul, isso se deve a um dado presente na crítica às medidas de Gordon Brown: a intervenção do Estado na economia. Esse é o fio que une o primeiro ministro britânico, o presidente do Equador e o governo do PT (ainda que em escalas diferentes). Consideramos, pois, que a crítica ao governo do Equador, em seu contexto, aplica-se a vários governos e é, na verdade, não a crítica ao Equador, mas o

³¹ Cf. Anexos, p.246.

elogio ao livre mercado.

Em *IstoÉ*, são também raros os exemplos de escárnio. Sejam os exemplos:

- (34) Quem vai pôr ordem no cassino? Apesar da aprovação do pacote de Bush, a crise que assola o mundo vai exigir mais intervenções e um mecanismo de controle global dos mercados. (08/10/2008, p.37)
- (35) O que está se desenhando na Europa e nos EUA é a criação de um novo órgão multilateral responsável pela governança global do mercado financeiro. [...] Esse papel deveria ser exercido pelo FMI, mas a instituição se manteve apática até agora. O que não é novidade. (08/10/2008, p.39)
- (36) A exemplo da Sadia, que teve prejuízo de R\$ 760 milhões no mercado futuro, outros grupos estariam com problemas porque apostaram na eterna valorização do real. (15/10/2008, p.42)
- (37) O crepúsculo do Maia. Derrotado nas eleições, o prefeito Cesar Maia (DEM) revela em entrevista à *ISTOÉ* que pretende enfrentar o governador Sérgio Cabral (PMDB) em 2010 e chama Eduardo Paes de “Frankenstein”. (15/10/2008, p.48)

Os casos de escárnio em *IstoÉ* são raros. Em (34), a expressão “cassino” para se referir à bolsa de valores rebaixa-a, de ambiente de negócios, a espaço de jogatina. A comparação não foi inventada pela revista. Os críticos do mercado financeiro usam essa expressão correntemente para opor-se à liberdade que ganharam as modalidades de crédito nas economias modernas. O alvo da crítica é, aqui — pelo menos por princípio —, o livre mercado. Fizemos a ressalva porque *IstoÉ*, como ficará claro, é contraditória nessa questão. Em (35), a expressão “o que não é novidade” depõe contra o FMI, faz com que ele pareça inútil. É uma crítica a um instituto que foi, em décadas passadas, protagonista na difusão do neoliberalismo. Aqui nova crítica ao livre mercado. Em (36), nova comparação entre apostar e investir. A expressão “apostar” pode ser tomada como satírica, dado o contexto de crítica ao neoliberalismo das reportagens. Mas o escárnio é mais intenso devido à expressão “eterna”. É óbvio que apostar na valorização “eterna” de uma moeda é maluquice. Ao dizer que a Sadia apostou nisso, o autor-criador faz passarem por tolos os investidores e justifica o prejuízo que tiveram. Em (37), o alvo do escárnio é o ex-prefeito carioca, Cesar Maia, cuja aliada acabara de perder a chance de ir ao segundo turno. O título da entrevista, “o crepúsculo do Maia”, é escarnecedor. O termo “crepúsculo” é comum para dizer que algo está caducando.

Qual o conjunto de traços que se pode ver no leitor de *IstoÉ*, a julgar por esses exemplos? Primeiro, um traço contraditório com os resultados das próximas análises,

que apresentaremos a seguir: a oposição ao livre mercado. Em (34), (35) e (36) está claro, em primeira instância, que autor-criador e leitor estão de acordo a respeito de os neoliberais serem risíveis. Em (37), há uma agressão gratuita a um político tradicional do Rio de Janeiro. Ao se associar essa agressão ao contexto de alianças políticas e de posições mais amplas na vida social, podemos vislumbrar um leitor contrário ao partido de Cesar Maia, o DEM, e, portanto, à direita. Seria um leitor mais próximo da esquerda e, então (podemos supor pelas análises anteriores), afeito ao PT e a Lula. Esse perfil não se confirmará em todas as reportagens e, em breve, será revisto.

Em *CartaCapital*, pode-se ver um conjunto de valores similares a esses de *IstoÉ*, com a diferença de esse conjunto permanecer estável ao longo das análises.

- (38) Reflexos eleitorais. Bush quase vai às lágrimas em redes de tevê em busca de apoio da população, enquanto McCain perde terreno para Obama. (01/10/2008, p.26)
- (39) McCain suspendeu a campanha e rumou para Washington, como se a sua presença na capital fosse capaz de superar o impasse [da crise econômica de 2008]. (01/10/2008, p.26)
- (40) [Manuela D'Ávila] Tolera com elegância os comentários que os conservadores aliados do PPS fazem à guisa de elogio. “Tão feminina e tão firme”. “Outro astral para a cidade”. (01/10/2008, p.34)
- (41) Queixume. Depois de perder a disputa em Fortaleza, Tasso Jereissati pediu “reforma política”. (15/10/2008, p.28)
- (42) Pacote remendado. Aprovadas no Senado, as medidas de Paulson geram dúvidas no mercado. (08/10/2008, p.38)
- (43) É oportuno esclarecer que a palavra “especulação” utilizada acima exprime tão somente o modo de ser, a natureza, da economia de mercado, também conhecida como capitalismo. [...] Quem produz e exporta salsichas não o faz para suprir as necessidades dos consumidores, senão para acumular riqueza monetária. (15/10/2008, p.40)

Em *CartaCapital*, há muitos exemplos de escárnio. Em (38), o alvo da zombaria é Bush, que “quase vai às lágrimas” ao pedir apoio. Referir-se assim a uma tentativa de angariar suporte para um programa de resgate financeiro é uma forma de rebaixamento da matéria tratada, que pediria certo respeito. O que seria grave — o pedido de Bush —, torna-se risível. Em (39), a suspensão da campanha de McCain à presidência poderia ser considerada corajosa, solidária, oportuna. O autor-criador prefere dar a entender que é ridícula. Em (40), o alvo do escárnio são os políticos do PPS apoiadores da candidatura

de Manuela D'Ávila, do PC do B. Embora seja uma dissidência do antigo PCB, o PPS é conhecido, por muitos, como partido de direita. Os comentários de seus políticos soam, no trecho, patéticos, por tentarem fazer elogios à candidata que demonstrem respeito e admiração pela mulher, e acabarem, de maneira involuntária, sendo machistas. “Tão feminina e tão firme” faz pensar que é incomum ver firmeza em uma mulher; “um outro astral para a cidade” parece referência à beleza da candidata, o que é inoportuno, já que isso é irrelevante para o exercício de um cargo político. Esse não é caso de ironia, pois o autor-criador não assume, com falsa ingenuidade, as palavras dos políticos do PPS para si. O ridículo delas advém do contexto em que se inserem: a candidata as “tolera” com “elegância” por serem ditas “à guisa” de elogio. (41) é a legenda de uma fotografia de Tasso Jereissati de braços cruzados e rosto fechado³². A palavra “queixume” escarnece dele, pois dá a impressão de a reivindicação de Jereissati advir de sua derrota política. Sua atitude é avaliada como a de um mau perdedor. Amplifica-se esse escárnio pela imagem, semelhante à de uma criança fazendo birra. Em (42), o pacote de salvamento do sistema financeiro, bem visto em outras revistas, aparece como “pacote remendado”. Uma medida econômica dessa monta, orçada em mais de U\$ 700 bilhões, é um assunto sério. Ao chamá-lo, contudo, de “pacote remendado” o autor-criador rebaixa-o. Por fim, em (43), o caso de escárnio mais agressivo do *corpus*. A especulação, em *CartaCapital*, é vista como um motivo de problemas financeiros. Trata-se de uma prática mal vista na imprensa como um todo, recusada por todos os autores-criadores do nosso *corpus*, mas nem sempre explicada por eles. A expressão parece ter um valor negativo em si mesma, assim como certas palavras (p.ex., palavras de baixo calão) soam ruins por si. Associa-se, em (43), a especulação ao capitalismo e, então, oferece-se um exemplo de como ela ocorre: o da fábrica de salsichas. Naquela semana, a Sadia contabilizara um prejuízo de valor considerável no câmbio. O escárnio está implícito — portanto, sempre pode ser negado pelo autor-criador —, mas o leitor e ele entenderam o que foi dito: a Sadia teve prejuízos por especular com o valor do real.

O leitor, aqui, é contrário ao partido republicano dos EUA. É, também, avesso ao neoliberalismo (cujas medidas são mais defendidas, nos EUA, pelos republicanos). Nas outras revistas, o leitor também se opunha a esse partido, mas não ao livre mercado (com exceção de *IstoÉ*). É um leitor contrário ao sexismo. Esses valores aproximam-no da esquerda. E há, ainda, um dado a mais a ser observado: é um leitor contrário ao livre

³² Cf. Anexos, p.247.

mercado e às grandes empresas. É como se ele tivesse um ranço tão grande contra os empresários que já os condenasse como especuladores sem o autor-criador ter provado a acusação, sem ele sequer ter dado o nome da empresa que, implicitamente, culpou.

Esse último ponto é importante, pois não é exclusivo nem de *CartaCapital*, nem do exemplo (43). Todos os exemplos citados até aqui são iguais nisso: não argumentam. Pelo menos, não no sentido de estabelecer uma cadeia de raciocínio que leve o leitor a chegar a uma conclusão intelectual, junto com o autor-criador. Quando se faz ironia, já há acordo quanto àquilo de que se ri; quando se faz escárnio, também. Não é nunca uma pessoa que ironiza ou escarnece; são sempre duas. Ironizar e escarnecer são atos que só se realizam para o gozo de uma plateia.

O leitor que toma parte nesse tipo de interação é um que já tem um acordo bastante avançado com o autor-criador, que não polemiza com ele, que não precisa ser convencido, domado, forçado, mas que já está em acordo a respeito de muito do que se coloca em discussão.

1.3. Humor sem alvo: a piada

Sem nos preocuparmos com a nomenclatura habitual em estudos sobre o humor, chamaremos de *piada* os atos verbais que pretendem provocar riso, sem cobrir terceiros de ridículo. Ele pode ser observado aqui e ali no *corpus*, em raros exemplos. A exceção é a revista *IstoÉ*, que usa piadas com frequência e, por isso, analisaremos com brevidade um exemplo dela.

Esse exemplo é o da reportagem “A um passo da maioria absoluta” (01/10/2008, p.42-5)³³: uma ilustração de vários políticos em disputa pelas prefeituras das capitais, na qual há o título “Parque das eleições” (paródia de “parque de diversões”), e o subtítulo: “Para uns poucos — aqueles que estão confortavelmente na dianteira — as eleições trazem a euforia dos brinquedos arrojados. Para outros, elas podem representar — como outros brinquedos — o impasse, a reviravolta ou a queda”. Na ilustração, a caricatura de vários políticos em brinquedos de parque de diversões, com legendas explicativas. Acima e à esquerda, Beto Richa gira no chapéu mexicano, com a legenda: “Assim como carros potentes não precisam de retrovisor, o candidato disparou e não precisa sequer olhar para trás”. Abaixo, Fernando Gabeira e Paulo Maluf estão sentados no carrossel, com a legenda: “Como cavalos de carrossel, nessas eleições existem os candidatos que correm, correm, mas não conseguem sair da posição de largada”. No tobogã, Jô Moraes

³³ Cf. Anexos, p.248.

e Jandira Feghali: “Assumir a ponta nem sempre é sinal de vitória. A queda pode ser radical”. E nesse tom segue o desenho.

Há um primeiro ponto a esclarecer: alguns candidatos estão no desenho, outros não. Os candidatos presentes nele são aqueles sobre os quais o autor-criador supõe que o leitor quer ser informado. Não são os de partidos menores. Trata-se, pois, de um leitor conservador, pois se interessa pelos candidatos mais cotados, e não por renovar o poder com figuras que, até então, tiveram menos oportunidades de ocupar os cargos públicos. Mas é a representação da política como um grande parque de diversões que chama mais atenção, pelo recurso à carnavalização, ao rebaixamento e ao entretenimento.

A política é observada pelo leitor como se ele não fosse parte dela. É um parque de diversões em que os políticos se batem, escorregam, sobem e descem... O leitor olha a cena e ri, como se assistisse a um filme de comédia. Ele está posto à distância desses acontecimentos, olha-os de fora. O leitor mais se distrai com a política do que se engaja nela. A revista é invadida pelo entretenimento. Qual a razão disso? A mais óbvia é a da própria tradição das revistas: falar com intimidade ao leitor, para ganhar a simpatia dele e garantir vendas. Uma leitura não árida, como a da educação aristocrática, mas sim pragmática, suave e, se possível, graciosa. A satisfação do desejo pessoal de se divertir (contrária à força de vontade exigida dos que leem para estudar, para entender, para conhecer) é um modo de impor o capricho individual sobre a exigência social. É como se o leitor, ao ler, já deixasse claro que não quer saber se o tema é importante, urgente, se exige atenção ou não. Importa, antes, que ele seja pessoalmente cativado. A relação pessoal com o texto revela um modo de ler individualista, típico do mundo burguês.

Em alguma medida, esse é o leitor de todas as revistas de nosso *corpus*. Embora o recurso à piada seja mais frequente em *IstoÉ*, não cremos que haja razão para pensar que a ironia e o sarcasmo não cumpram esse papel. Há modos de contrariar um discurso de um terceiro com mais respeito do que pela ironia e pelo sarcasmo. A opção por esses tipos de humor na reportagem advém, cremos, da intenção de divertir o leitor.

2. A pressuposição

Ao examinar o humor, afirmamos que está pressuposta a adesão do leitor à ideia de que o objeto do riso é risível. Neste item, expandiremos essa reflexão para ver outras ideias que são pressupostas e, portanto, presumem adesão do leitor. Para Ducrot (1972, p.91), “pressupor certo conteúdo é colocar a aceitação desse conteúdo como a condição

do diálogo ulterior”³⁴ e, por isso, os pressupostos condicionam “as possibilidades de fala do interlocutor”³⁵. Isso porque não há como dialogar sem compartilhar ideias que sirvam de base para a construção dos sentidos. Não se trata de dizer que a argumentação exige premissas (o que a lógica sempre soube), mas que todo enunciado as exige. Nada é discutido sem acordo entre os interlocutores quanto aos termos da discussão. Esse é um acordo necessário para a interlocução prosseguir; sem ele, o diálogo deixa de ser o que era e torna-se outro.

A rejeição dos pressupostos resvala a afronta pessoal: não se debate mais o dito, mas o próprio direito de dizer, ou seja, o direito do locutor de escolher e organizar a experiência posta em discurso, segundo suas conveniências e intenções. Nesse caso, a função da fala do interlocutor torna-se metalingüística, ou melhor, polêmica. Se um diálogo prossegue materialmente depois da contestação dos pressupostos, não se trata mais do mesmo diálogo entrevisto e oferecido pelo locutor: este foi interrompido, ocasionando uma transformação do conjunto das relações discursivas entre os interlocutores. (KOCH, 1996, P.60)

A Retórica trata o pressuposto desse mesmo modo. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.118) afirmam que “as premissas da argumentação consistem em proposições admitidas pelos ouvintes”. Devemos lembrar, é claro, que Perelman e Olbrechts-Tyteca são retores e tratam, pois, da aceitação de premissas por pessoas reais. Sua preocupação é evitar a recusa das premissas pelo auditório, para sustentar o progresso da argumentação. O mesmo vale para os trabalhos da Pragmática e, certas vezes, da Linguística Textual. Essas linhas de pesquisa tratam do comportamento linguístico de interlocutores reais. Interessa-nos, porém, a imagem do leitor em textos. Importa-nos que os pressupostos, recusados ou não pelo leitor real, revelem-nos a imagem do leitor presumido, tal como ele pode ser percebido pela análise dos enunciados.

Como se vê, pode haver alguma discordância entre nossa posição acerca do ato de pressupor e a defendida por retores, pragmatistas e linguistas do texto. Mas, em um ponto, concordamos: o pressuposto é necessário ao progresso do diálogo. Pressupondo, agimos como se algo estivesse fora de questão. Como nossa preocupação metodológica é conseguir fazer a leitura mais objetiva possível dos textos, uma leitura que não seja só “mais uma leitura possível”, parece-nos de especial relevância considerar o pressuposto. Encontrá-lo é encontrar algo que o autor-criador crê que o leitor não recusaria. É, pois, algo que aproxima nossa leitura da objetividade, uma vez que o pressuposto, quando é

³⁴ présupposer un certain contenu, c’est placer l’acceptation de ce contenu comme la condition du dialogue ultérieur.

³⁵ les possibilités de parole de l’interlocuteur.

demonstrado, não pode ser negado. Negar os pressupostos é parte do trabalho de tirar as palavras do contexto, de transformar os enunciados em frases. Quando, em um contexto determinado, alguém diz que “o maior problema do Brasil é a corrupção”, pressupõe-se, *necessariamente*, que o Brasil tem vários problemas, que corrupção é um problema, etc.

Os linguistas costumam se interessar por pressupostos marcados no texto, mas é aceito que pressupostos possam ser inferidos pela leitura sem, necessariamente, ter uma referência direta no dito. Koch (1996, p.61) diz que o pressuposto não marcado no texto é baseado nas condições de enunciação — ou seja, no contexto. Koch faz referência aos artigos de Ducrot publicados a partir de 1977, nos quais essa pressuposição fundada no contexto é definida pelo que ele chama de *lei de encadeamento* (1996, p.61). Para um estruturalista, o problema é como um pressuposto pode ser percebido e compreendido, se ele não é dito no enunciado. Esse é o problema do estruturalista porque, para ele, o sentido emana das estruturas do que é dito. Não é o caso da perspectiva dialógica. Dessa perspectiva, um enunciado só faz sentido por inserir-se num diálogo, seja um imediato, seja um em grande escala. O sentido de um enunciado está unido a outros pelo contexto semiótico, material, etc. Parece-nos, pois, que a lei de encadeamento de Ducrot seja, na perspectiva dialógica, mais simples que no estruturalismo, por não exigir a busca de um “sinal” do pressuposto na estrutura do enunciado. Ao contrário, o dialogismo permite verem-se pressupostos pela inserção dos enunciados nos contextos. Voloshinov (2000, p.6), sobre isso, diz: “um enunciado concreto como um todo significativo compreende duas partes: (1) a parte percebida ou realizada em palavras e (2) a parte presumida”, sendo o enunciado, ainda para Voloshinov (2000, p.6), definido como um “entimema social objetivo”, cuja premissa funcionaria como senha conhecida pelos falantes de uma comunidade social, que lhes permitiria dialogar. Voloshinov (2000, p.6) diz, ainda, que a parte presumida do enunciado não é uma premissa individual, mas social:

O individual e o subjetivo têm por trás, aqui, *o social e o objetivo*. O que eu conheço, vejo, quero, amo, etc. não pode ser presumido. Apenas o que todos nós falantes sabemos, vemos, amamos, reconhecemos — apenas estes pontos nos quais estamos todos unidos podem se tornar a parte presumida de um enunciado. Além disso, esse fenômeno fundamentalmente social é completamente objetivo; ele consiste, sobretudo, da unidade material do mundo que entra no horizonte dos falantes [...] e da unidade das condições reais de vida que geram uma comunidade de julgamentos de valor — o fato de os falantes pertencerem à mesma família, profissão, classe, ou outro grupo social, e o fato de pertencerem ao mesmo período de tempo.

Assim, a parte presumida do enunciado condiciona a interpretação. O conteúdo

presumido, por ter existência objetiva, pode ser recuperado pela análise e confere maior objetividade a ela — e é isso que buscamos.

O que foi dito acima não significa que autor-criador e leitor não possam conflitar sobre o que é posto num enunciado, mas que, até para conflitar, eles precisam concordar sobre os termos da polêmica. Discute-se o que é *posto*; para isso, concorda-se quanto ao que é *pressuposto*.

Começemos por *Veja*.

- (44) Se existe um líder capaz e visionário, o custo de uma crise fica menor. Mas, se esse líder não existe, como é o caso agora, [...] o custo da crise aumenta. (01/10/2008, p.77)
- (45) [A aprovação do pacote de U\$ 700 bilhões de socorro financeiro] Foi um grande salto para a Casa Branca, que, ao falhar na votação inicial, na segunda-feira, disseminou pânico, fez as bolsas desabar (sic) e colocou o país mais perto do precipício da recessão [...] (08/10/2008, p.115)
- (46) Com a aprovação do pacote de ajuda, Tio Sam salvou o mundo do colapso [...] (08/10/2008, p.115)

Esses poucos exemplos servem para que tenhamos ideia do que fica pressuposto, normalmente, em *Veja*. Em (44), um pressuposto comum na revista: o individualismo. O trecho foi escrito para criticar Bush, então presidente dos EUA, acusado de não saber reagir à crise. Para dizer que um homem com as qualidades certas faria crises custarem menos, deve-se pressupor que um homem sozinho pode enfrentar a crise, ou, ao menos, que a ação de um indivíduo pode ser decisiva na resolução de problemas que afetam o mundo como um todo. O pressuposto do individualismo surge, em *Veja*, muitas vezes. Na reportagem “Um perigo em cada curva”, (VEJA, 15/10/2008, p.108-16), narram-se as atitudes de Henrique Meirelles para o leitor conferir sua ação durante a crise. Bastaria citar números, mas *Veja* escolhe outro rumo. São dessa reportagem os seguintes trechos:

- (47) No Brasil, coube ao presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, a missão de proteger o país dos efeitos mais nefastos da crise. (15/10/2008, p.110)
- (48) No início da tarde, o preço da moeda americana passou a cair com mais intensidade. Encerrou o dia valendo 2,28 reais. “Derrete, dólar!”, disse Meirelles em tom de vitória. O desabafo, explicou o presidente do BC, tinha uma razão específica. (15/10/2008, p.112)
- (49) Na tarde daquela quarta-feira, Meirelles fazia duas coisas ao mesmo

tempo. Negociava a edição de uma nova medida provisória que lhe daria mais liberdade e agilidade para usar a munição necessária para enfrentar a crise. E acompanhava, em tempo real, o impacto das três intervenções que o BC fizeram no mercado de câmbio. (15/10/2008, p.112)

O trecho (47) tem o mesmo pressuposto do individualismo conferido em (44): não é dita palavra alguma sobre os processos sociais que regulam a economia. A missão de regulá-la é de uma pessoa só. Em (48) e (49), Meirelles é tornado um herói, por ter suas ações narradas como num folhetim romântico. Meirelles tornou-se uma espécie de personagem, protagonista da narrativa em que ele, por mérito pessoal, enfrenta a crise. O leitor anseia por um herói capaz de salvá-lo da crise, a reportagem oferece um. Isso se dá, também, na reportagem “Príncipe pelo preço de sapo” (VEJA, 08/10/2008, p.128-9):

(50) Buffet, hoje com 78 anos, ingressou no mundo dos negócios ainda criança. [...] O pequeno Warren comprava pacotes de bala e goma de mascar na loja de seu avô. Depois, em vez de devorá-los, revendia-os pelas ruas. (08/10/2008, p.128)

Buffet é mostrado como um bilionário que, desde pequeno, sabia fazer dinheiro vendendo balas às outras crianças, o que faz com que ele pareça uma espécie de gênio com talento inato e justifica sua fortuna por seus talentos. A concepção de homem aqui pressuposta é comum na literatura romântica, tipicamente burguesa. A leitura de toda a reportagem confirma a conclusão que extraímos desse trecho³⁶.

O trecho (45) é um exemplo em que se pressupõe a aceitação do livre mercado. O pacote bilionário, moralmente questionável, não é discutido. Pressupõe-se que ele é bom para a economia. Aceitam-se, assim, monetarismo e neoliberalismo por premissa.

Em (46), o autor-criador mostra admiração pelos EUA. Está pressuposto o poder desse país de salvar o mundo. Afirma-se, ainda, que o pacote salvaria o capitalismo, o que o jornalista não poderia afirmar com certeza na época (com efeito, a crise ainda se seguiu após essa medida). Pressupõe-se a capacidade do pacote de evitar o colapso. O leitor não precisou de provas; aceitou isso como pressuposto para a discussão. Aceitou, mais uma vez, um argumento neoliberal e monetarista, favorável ao livre mercado.

Em *Época*, os pressupostos são bastante parecidos:

(51) Diversas tentativas de mobilizar recursos do Estado para recuperar a economia [japonesa] foram rejeitadas — em função do ódio do cidadão

³⁶ Cf. Anexos, p.249.

comum e da falta de capacidade dos políticos para dobrá-lo. (06/10/2008, p.39)

- (52) Apenas em 1997, com o país exausto [o Japão], foi possível aprovar um pacote de US\$168 bilhões [...] A demora para entrar em ação teve seu preço. Depois da aprovação do pacote, a economia japonesa levou mais de cinco anos para se recuperar. (06/10/2008, p.39)
- (53) Há uma segunda explicação para o desagrado com o plano do governo. [...] as medidas adotadas agora dão ao governo um poder inédito para intervir na economia. (27/10/2008, p.48)
- (54) Se esta não fosse uma época horrorosa, de poucas certezas e grandes abismos, desde a última segunda-feira o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, poderia ser exibido em praça pública como um animal pré-histórico. No país onde Margareth Thatcher iniciou a revolução liberal [...] na semana passada Gordon Brown assinou um cheque de US\$ 70 bilhões que trouxe o Estado de volta à economia. (20/10/2008, p.49)

Pressupõem-se os mesmos valores que em *Veja*: aceitação do socorro financeiro e, portanto, do neoliberalismo, chegando à naturalização — como se vê em (51) — dele; repulsa à presença do Estado na economia, como se vê em (53) e (54); e a importante oposição, em (51), do “cidadão comum” a um presumido cidadão “não comum”, que seria o especialista. O adjetivo “comum” não é justificado ou definido. Para *Época*, o leitor concorda que a sociedade se faz de alguns luminares que guiam os “comuns”. Não é ocorrência isolada: a expressão “cidadão comum” é muito usada na revista. A divisão entre categorias de cidadãos põe os “comuns”, a maioria, fora da política:

- (55) [...] a força decisiva foi a ação dos eleitores de cada comunidade que, aos poucos, abandonaram a reação puramente indignada dos primeiros dias para tentar enfrentar o perigo de uma recessão batendo à sua porta. “Todo deputado presta conta a um pequeno banco regional, um sindicato de trabalhadores, a um conjunto de pequenas empresas”, afirma Ryder. “Essas pessoas leram os jornais, começam a sentir os efeitos da crise e se mobilizaram para aprovar o pacote na segunda votação”. (06/10/2008, p.41)
- (56) Dentro do Congresso, mesmo os sindicatos trabalharam pesado para conseguir votos a favor do pacote. (06/10/2008, p.41)
- (57) Quem foi ao Congresso, na quinta-feira, viu uma situação curiosa. Ativistas de movimentos sociais da periferia das grandes cidades disputavam espaço e audiência nos gabinetes com senhores sisudos de paletó e gravata — cada um com seu panfleto e seu discurso. Com laços históricos com essas lideranças, berço de sua ação política, Barack Obama

foi ao telefone para arrancar votos de “sim” da bancada de parlamentares negros do Partido Democrata. Mesmo assim, ativistas que denunciavam o pacote com cartazes e fantasias, na entrada do Congresso, eram saudados com palmas e buzinas de simpatia dos cidadãos comuns. (06/10/2008, p.41)

Em (51), o “cidadão comum” rejeita o socorro “por ódio”. Sua participação na política é desastrosa (já que, para autor-criador e leitor, os pacotes de socorro salvam a economia). Em (55), a participação política, ao contrário, é positiva. Mas isso é visto como exceção. Primeiro, faz-se uma explicação para elucidar por que o cidadão tomou parte na decisão política. Se o autor-criador achou necessário ou desejável explicar isso, é por crer que seu leitor estranharia a participação do “cidadão comum” na política. Em (57), confirma-se a estranheza, ao qualificar-se a pressão dos cidadãos sobre os políticos como “curiosa”. A carnavalização da participação popular, no trecho, torna os ativistas tolos. Tudo faz crer que manifestação popular é boba e incomum, e que, se foi positiva, é exceção. Em (56), o termo “mesmo” mostra os sindicatos como opositores de medidas que o autor-criador considera saudáveis para a economia. Ele poderia considerar natural a atuação dos sindicatos, já que a prioridade deles é manter empregos e alguns direitos sociais, algo impossível se o patrão falir. Mas o autor-criador os considera opostos às medidas econômicas tidas por positivas, pressupondo o caráter negativo da ação política deles. É uma indisposição com a esquerda, à qual o movimento sindical é associado. Há mais: o sindicato é canal tradicional para o “cidadão comum” fazer política.

Em *Veja* também há trechos em que a participação política é mal vista. As duas revistas quase só trazem fotografias de políticos profissionais, ao falar de política. Em *Veja*, só há duas fotografias de participação política popular, ambas com viés negativo. Na reportagem “Vale-tudo eleitoral” (22/10/2008, p.80-2)³⁷, a fotografia mostra os grevistas da polícia civil frente à tropa de choque, ativando, pela manipulação das emoções do leitor, antipatia pela greve. A reportagem afirma que “grevistas armados” fizeram “bagunça” e queriam “invadir” o Palácio dos Bandeirantes. A tropa de choque “defendeu” o prédio, ao ser “desafiada” pelos grevistas. Não importa, aqui, não quais as qualificações do autor-criador aos grevistas, mas elas não serem justificadas, como se não fossem polêmicas. Elas são: não se insinua que um movimento grevista é criminoso sem explicar por quê. Essa polêmica é fato, pois circula objetivamente pela sociedade nos textos que se dedicaram ao conflito. Não se trata de não existir polêmica sobre o

³⁷ Cf. Anexos, p.250-1.

tema, mas de tudo se passar, nesta reportagem, como se não houvesse polêmica *entre autor-criador e leitor*, quando são eles a debater o tema.

A reportagem “Um perigo em cada curva” (15/10/2008, p.108-16)³⁸, que narra ações de Meirelles no Banco Central, insinua os mesmos pressupostos. Meirelles não é cidadão comum, mas luminar. Por isso, sua atuação merece ser narrada. Ao fim do texto há uma fotografia de manifestantes em torno de um líder que discursa em praça aberta. Seria uma foto prosaica, mas a legenda guia a interpretação de outro modo: “O horror. Manifestantes pedem a demissão do presidente do Banco Central da Islândia, país varrido pela crise atual [...]”. Sem explicações, a manifestação popular é nomeada de “o horror” (o artigo definido intensificando o substantivo). Pressupõe-se, mais uma vez, a repulsa à esquerda e à atuação política do “cidadão comum”.

Essa oposição entre cidadão comum e luminar se imiscui em nas críticas a Lula, que, ao invés de se voltarem a seu governo, tentam desqualificá-lo como pessoa. Caso tentemos estabelecer um nexos entre o tipo de ataque a Lula e os pressupostos analisados aqui, veremos coerência entre se opor à participação política do “cidadão comum” (tipo encarnado por Lula no imaginário) e desqualificar o ex-presidente, tendo-o por tolo.

Em nosso *corpus*, só em uma reportagem a fotografia principal está no centro da página, mostrando a participação política do povo. Trata-se da reportagem “A tigrada desconfia” (CARTACAPITAL, 01/10/2008, p.24-8)³⁹. Ela fala como Henry Paulson, secretário do tesouro dos EUA de então, tentou obter aprovação do congresso ao pacote de resgate financeiro. Se outras revistas focaram representantes de instituições políticas, *CartaCapital* concentrou-se, aqui, em vários agentes sociais: parlamentares, o secretário do tesouro e os presidentes do FED e da república, presidentes de países mais pobres, o secretário-geral da ONU — e o povo. Essa é a única reportagem deste *corpus* em que o cidadão não é aliado da política.

Em outras passagens, *CartaCapital* revela mais pressupostos:

(58) Mas nem tudo se perdeu naquele emaranhado de interesses políticos, onde pontificou o articulado “Centrão”, formado por parlamentares conservadores de todos os partidos e que acabou impondo limites a muitos dos avanços esperados pela sociedade. (08/10/2008, p.33)

(59) Ainda assim [com a entrada dos direitos sociais na Constituição de 1988], a criminalização dos movimentos sociais tem avançado e aumentado o conflito trabalhista. Para isso, despontam no horizonte novas reformas

³⁸ Cf. Anexos, p.252.

³⁹ Cf. Anexos, p.253-5.

constitucionais, com ímpeto capaz de matar a criança no berço. (08/10/2008, p.34)

- (60) O capitalismo de Estado desenvolvimentista, que também atende por “socialismo do século XXI” (como dizem Hugo Chávez e Rafael Correa) ou “capitalismo andino-amazônico” (como prefere Evo Morales), consolida-se no vazio deixado pelo há muito finado consenso de Washington. (08/10/2008, p.46)
- (61) Derrotado [o pacote de salvamento da economia], note-se, pela maioria republicana, que relutava em associar o partido a um plano que supostamente salvaria os engomadinhos de Manhattan e desconsideraria o homem comum, seu eleitor, que não consegue pagar as prestações da casa própria. (08/10/2008, p.38)
- (62) Kassab avançou em redutos da ex-prefeita em São Paulo. Marta só venceu nos extremos da periferia paulistana e perdeu por larga vantagem nos bairros ricos e médios. [...] No bairro operário de Ermelino Matarazzo, na zona leste, [Marta] perdeu outros 10 mil [votos]. (15/10/2008, p.26)
- (63) O revés das oligarquias. Nordeste, os principais clãs saíram derrotados nas disputas municipais. (15/10/2008, p.28)

Apesar de a reportagem “A tigrada desconfia” introduzir o “cidadão comum” na política, isso não é recorrente em *CartaCapital*. Em (58), o autor-criador pressupõe que os conservadores impedem o progresso social. Parece tolo dizer isso, pois é óbvio que o conservador quer conservar as coisas como estão e, por isso, opõe-se à mudança. Mas interessa ver que conservadores não consideram a mudança um progresso, e sim uma piora. É possível referir-se ao conservador como um protetor de valores e ideias caras à sociedade, frente à ameaça de dissolução. Afirmar, por isso, que alguém é conservador, não é sempre criticar essa pessoa. A crítica ao conservadorismo não é “o normal”; é um pressuposto escolhido entre outros possíveis. Em (59), lamenta-se a criminalização de movimentos sociais, pressupondo a legalidade deles. Circula, porém, na sociedade, que muitas ações de movimentos sociais são criminosas. Quem quer convencer que um movimento social não comete um crime ao ocupar (ou invadir, como queiram) alguma propriedade, precisa argumentar. Em (60), temos posições sofisticadas sobre os modelos econômicos sul-americanos, que o autor-criador não explica. Chávez não chamava seu plano econômico de “capitalismo de Estado desenvolvimentista”, mas de “socialismo do século XXI”, ou “socialismo bolivariano”. São diferentes esses modos de se referir ao plano econômico de Chávez, e adotar uma em lugar da outra exigiria argumentação. O autor-criador vê no leitor alguém de acordo com Chávez não ser socialista, mas

desenvolvimentista. Esses primeiros exemplos, talvez, possam trazer alguns elementos para refletir. Há coerência entre pôr o “homem comum” no centro da política, defender movimentos sociais, direitos constitucionais, renovações sociais e criticar projetos que só são revolucionários em aparência, nos governos da América do Sul. Some-se a isso a asserção do fracasso do consenso de Washington.

Mas os exemplos seguintes tornam esse leitor mais complexo. Em (61), adota-se a expressão “homem comum”, oposta a parlamentares e “engomadinhos de Manhattan”, ou seja, investidores do mercado financeiro. Ainda que o autor-criador escarneça deles, ele os distingue do “homem comum”, que está fora da política. Esse sinal evidencia um leitor que espera a salvação do povo vinda de fora dele, de agentes políticos que não ele mesmo — uma vez que o povo constitui-se de pessoas “comuns”, isto é, não especiais, não capazes de “grandes” ações. Essa posição, contrária ao que vimos na reportagem “A tigrada desconfia”, confirma-se mais de uma vez no *corpus*. Em (62), há a associação pressuposta de Marta Suplicy a eleitores pobres e operários e o termo “reduto”, que dá a impressão de esses eleitores serem passivos e votarem nela porque ela os “possui”. Esse voto fiel e acrítico é pressuposto. Em (63), a opinião sobre a política nordestina reforça a ideia de povo acrítico. As “oligarquias” (referidas como “famílias”, ou por “coronéis”, na reportagem) sofrem revés; se sofrem revés, existem; se existem, o voto é acrítico. Em um sistema democrático, supõe-se que só haja oligarquias se os eleitores não exercerem de forma crítica o voto. Advêm daí afirmações, em aparência, não relacionadas a isso:

(64) Sobre o tal do neoliberalismo, só cabe discutir o custo do enterro. Voltou o Estado interventor. (15/10/2008, p.42)

Esse trecho escarnece do neoliberalismo. Mas a referência ao Estado interventor é clara quanto à posição do autor-criador: não se trata de oposição ao capitalismo, mas ao neoliberalismo. Não se trata de marxismo, mas de keynesianismo. Outro exemplo:

(65) Ninguém duvida da necessidade de o pacote ser aprovado, dada a gravíssima situação financeira dos EUA, que estende as teias para todo o mundo. A questão era limitar os poderes do Tesouro. Não dar tudo de mão beijada para Wall Street e desproteger o contribuinte. (01/10/2008, p.25)

Pressupõe-se a necessidade de salvar o capitalismo — salvar o sistema, ao invés de revolucioná-lo. E salvar o sistema de si mesmo é a obrigação que Keynes, de certo modo, dá à política econômica. O que autor-criador e leitor esperam é proteção social,

como pressupõe (65). Nada mais que *Welfare State*: um Estado que proteja as pessoas, não pessoas que revolucionem o Estado. Outro modo de considerar “comum” o cidadão.

Por ser comum, o cidadão não aparece, em nenhum momento, nas reportagens que tratam das eleições municipais. Nem em *CartaCapital*, nem em nenhuma revista. É sempre o político profissional em campanha nas fotos e linhas da reportagem. Tratam-se as eleições como mera jogatina, em que alianças fazem-se e desfazem-se conforme as oportunidades de acessar o poder. A política é mostrada sempre como um jogo, às vezes imoral, às vezes divertido, mas jogado exclusivamente por profissionais. O cidadão não o joga e, se o faz, é como um desajeitado amador.

Em *IstoÉ*, as alianças e conchavos dos políticos têm espaço garantido:

- (66) Em São Paulo, os líderes do PSDB e o DEM arrancam os cabelos com a estratégia adotada por Geraldo Alckmin (PSDB) e atacar o prefeito Gilberto Kassab (DEM) na reta final. Os dois hoje estão empatados nas pesquisas. Se continuarem brigando, podem contaminar a possibilidade de uma aliança para derrotar Marta Suplicy (PT) no segundo turno. (01/10/2008, p.45)
- (67) Os EUA, sem dúvida, se ressentem da absoluta falta de liderança política. A queda recorde de Wall Street na segunda-feira, 29 de setembro, quando o Dow Jones despencou 777 pontos, foi prova incontestável de crise de autoridade de George W. Bush. (08/10/2008, p.37)
- (68) A leitura eleitoral dos parlamentares espalhou pânico pelos continentes. Ao negar apoio ao pacote de U\$ 700 bilhões, a classe política gerou uma perda patrimonial nos EUA superior a U\$ 1 trilhão. (08/10/2008, p.38)

Em (66), a forma como se descrevem as relações entre os políticos despreza o povo como agente e os processos históricos e sociais que levam à eleição de alguém. Só se comentam as assim chamadas “estratégias” — expressão que, não à toa, é do jargão militar. O que está se travando é uma guerra, em que “alianças” são feitas aqui e ali. É pressuposto esse imaginário de que temos uma democracia representativa que não nos representa, com o detalhe de que isso não é exposto de forma crítica, mas natural. Em (67), mais uma vez, pressupõe-se o individualismo. Explica-se a crise pela suposta falta de liderança de Bush, pressupondo que um só homem pode determinar a economia mundial. Em (68), o que leva os parlamentares ao rechaço do pacote é uma preocupação “eleitoral”. A pressão popular sobre os representantes é daninha, pois obriga o luminar a condescender ao desejo do povo. A ideia de que a consciência do eleito é superior à vontade do eleitor está pressuposta.

O recurso ao humor mostra muitas informações que pediriam reflexão profunda tratadas como se não suscitassem polêmica. O mesmo ocorre com os pressupostos. Já se pressupõe o acordo em temas polêmicos, a respeito dos quais haveria necessidade de um debate. Temos, na reportagem, excesso de acordo nesses temas polêmicos. Tudo ocorre como se fosse uma interlocução entre pessoas com ideias iguais. Um não precisa tentar convencer o outro dos pontos fundamentais, mas só de questões pontuais. O sentido não se constrói na tensão entre interlocutores que debatem. O gênero realiza uma conversa de amigos. Mas há algo de bajulador nessa conversa. Pouca análise, poucos argumentos, muita piada e muitas ideias polêmicas pressupostas revelam que a reportagem preocupa-se menos em conduzir a reflexão a uma conclusão, e mais em afirmar a conclusão que o leitor já assume. Isso enfraquece o debate e fortalece os consensos de grupo.

3. Conclusões parciais e discussão

A interação entre autor-criador e leitor interessados na vida pública levaria, em tese, à necessidade de polêmica, de disputa pelo sentido do que se narra. A condução dessa tensão entre os dois deveria obrigar este a ser crítico quanto ao que aquele diz e, por consequência, aquele a convencer este. Essa é a hipótese mais comum, que surgiria naturalmente a quem imaginasse a reportagem como um campo de disputas discursivas em torno da vida pública. Por essa hipótese, a reportagem seria uma arena do combate pelo sentido da efervescência social — uma espécie de *Ágora* moderna.

Não era essa a nossa hipótese. Fosse, e estaria fartamente rechaçada pela análise do *corpus*. Isso porque uma interação dessas é incompatível com o compartilhamento de pressupostos polêmicos, sobre os quais há muita discussão inconclusa percorrendo os espaços da vida social. Pressupostos como esses são muitos dos que conferimos acima, tanto na seção dedicada a eles, quanto na dedicada aos acordos prévios perceptíveis pelo humor. Isso nos levou a algumas conclusões. Cremos não ser preciosismo expô-las com calma, por meio de um silogismo em *modus tollens*.

Adotamos como premissa maior de nosso silogismo a sentença condicional: “Se o debate da vida pública pelo gênero reportagem se dá de maneira realmente crítica, não há acordos prévios em questões polêmicas da vida pública, entre o autor-criador e o leitor da reportagem”. A premissa menor foi colhida da análise empírica do *corpus*: “Há acordos prévios em questões polêmicas da vida pública entre o autor-criador e o leitor da reportagem”. Isso não pode levar a outra conclusão: “O debate da vida pública por meio do gênero reportagem, portanto, não se dá de maneira realmente crítica”.

Cumpra explicar os detalhes desse silogismo, que tem premissas nada inocentes, entre as quais, julgamentos de valor que devem ser fundamentados. Em primeiro lugar, por que assumimos que acordos prévios em questões polêmicas da vida pública minam as condições de debate crítico? Em verdade, não há discussão que não parta de acordos. Se assumíssemos que não pode haver acordos para haver debate crítico, precisaríamos assumir que o debate crítico é impossível. Não cremos nisso. Acordos prévios são uma necessidade; só o que dizemos é que eles não podem incorrer sobre pontos polêmicos. Há muitas questões sobre as quais nossa sociedade não conseguiu firmar consenso. Se assumirmos acordo sobre essas questões — quer dizer, se assumirmos acordo sobre algo a respeito do qual não há acordo —, suprimimos o debate e encerramos o pensamento crítico. É um salto ilegítimo à etapa seguinte da discussão. Num debate, por exemplo, sobre a legalização do aborto, pressupor que a vida se inicia na concepção é arrasar as chances de diálogo crítico sobre o tema, já que, por premissa, ter-se-ia adotado o que deveria ser um ponto importante da discussão. Como premissas não são discutidas, mas aceitas de antemão, um debate indispensável torna-se impossível e, com isso, perdem-se as condições para qualquer diálogo que se possa chamar de crítico.

Pode-se discordar dizendo que, nas academias, nas ciências e em outros espaços de argumentação crítica, compartilham-se acordos sobre questões polêmicas. Quando se reúne um congresso, por exemplo, de teoria crítica ou de marxismo, os interessados que debatem já têm acordos em temas muito polêmicos (a maior parte da argumentação da Escola de Frankfurt, num caso, e de Marx e Engels, noutro — argumentações longe de estarem livres de polêmica). A questão é, porém, que casos como esses só são possíveis em espaços extremamente especializados. Num congresso de teoria crítica, reúnem-se pessoas que discutem em profundidade temas já discutidos, também em profundidade, por outros; muitas dessas discussões lograram consensos em grupos reduzidos, que têm acordos internos quanto a pontos que, fora do grupo, seriam passíveis de discussão. Se há o que debater nesses congressos, é devido aos acordos do grupo deflagrarem, aos que os aceitam, novos debates. Quem mantém acordo sobre esses pontos pode avançar um debate entre si, e deve, eventualmente, retomar o debate sobre os pontos polêmicos, ao discutir com aqueles que não os aceitam. Isso se dá, repetimos, em contextos de extrema especialização. Não é o caso da reportagem. Por ser um produto cultural de massa, de uma indústria que almeja maximizar vendas, ela visa ao maior público possível (dentro de seu nicho, que, no caso de nosso *corpus*, não é de especialistas). Da reportagem, o

que se espera é a ampliação do debate, a generalização da discussão. Não se imagina a coexistência de acordo prévio em questões polêmicas e debate crítico na reportagem.

Outra objeção pode, ainda, ser levantada. Quando dizemos que não pode haver acordo prévio em questões polêmicas, assumimos um julgamento de valor implícito no adjetivo “polêmicas”. Como determinar qual questão é polêmica? Alguma questão está livre de polêmica? Claro que tudo pode ser polemizado. Como se distinguem, então, as questões polêmicas das não polêmicas?

Acreditamos ser razoável supor que mesmo aquilo que é assumido como a maior das verdades não pode, com efeito, gozar do estatuto de uma certeza absoluta. O ponto, no entanto, não é esse. A questão não é a verdade de uma afirmação, mas o consenso a seu respeito. Quando dizemos que um ponto *não é* alvo de polêmicas, isso não equivale a dizer que ele *não pode ser* alvo de polêmicas. A questão não é se um valor *pode ser posto em discussão*, mas se ele *está, efetivamente, posto em discussão*. Para isso, só há um recurso: as relações dialógicas que ligam um enunciado a outro. Não nos referimos a textos diretamente citados nas reportagens do *corpus*, mas ao que se pode recuperar pela memória ao lê-las. Isso traz um problema. As análises tentaram mostrar questões que, embora fechadas na reportagem, estariam abertas na sociedade. Se só pudermos fazer isso recuperando as polêmicas pela memória, as análises ficarão cerceadas por nossas limitações de leitor. Só podemos revelar polêmicas se nosso conhecimento permitir. É indesejável essa situação; o estudioso preferiria poder analisar os objetos de estudo sem vinculá-los à sua subjetividade. cremos, porém, que se pode concordar num ponto. Um leitor pode corroborar ou não certos pontos de vista defendidos nas revistas, mas não pode negar a polêmica em torno desses pontos de vista, uma vez que ela tenha sido demonstrada. Se conseguirmos evidenciar uma contra-argumentação, em circulação na sociedade, àquilo que a reportagem afirma, fica clara a existência da controvérsia. É o que queremos ter conseguido neste capítulo.

É verdade também que, por suas limitações, o estudioso não poderá perceber, no *corpus*, todos os pontos polêmicos sobre os quais há acordo nas reportagens. cremos, porém, que isso não perturba a análise. Os acordos polêmicos que notamos bastam para aferir nossa tese e, se é possível presumir a existência de outros acordos polêmicos no *corpus* não percebidos por nós, isso só reforçará ainda mais nossa posição.

Há, por fim, uma última questão a se considerar sobre nosso silogismo. Foi dito nele que o debate da vida pública não se dá de maneira realmente crítica. É possível que se questione o que quisemos dizer com a expressão “realmente crítica”. Por “crítica”, o

que quisemos foi referir-nos a um debate com espaço para o confronto de posições. Essa é, imaginamos, uma definição suficientemente objetiva para ser conferida por análise empírica. Várias frentes das análises discursivas desenvolveram métodos para verificar confrontos de pontos de vista num enunciado. Como se viu, nosso argumento é o de que não há argumentação realmente crítica, e isso pode induzir nosso leitor a crer que, no *corpus*, não são feitos confrontos de opiniões. Ao contrário, os conflitos de pontos de vista existem e serão examinados nos capítulos seguintes. Sua existência nos obrigou a rever uma hipótese inicial, introduzindo o advérbio “realmente” para matizar o adjetivo “críticas”. O uso desse advérbio deve-se a pretendemos assinalar não o, digamos, “grau de criticismo” do debate na reportagem, mas a qualidade do criticismo. Conformamo-nos com o termo “realmente”, referente a “real”, sabendo que isso pode causar alguma incompreensão, por não imaginarmos outro melhor. Trata-se de notar a ausência de algo necessário ao senso crítico: critérios que permitam valorar as afirmações antes de aceitá-las. Sem eles, não há meio de definir quais afirmações são aceitáveis e quais não. Se a aceitação de afirmações polêmicas, nas reportagens, faz-se sem discussão que lhes dê base, elas acabam aceitas sem se cotejarem com critérios que permitem valorá-las. Com efeito, as afirmações aceitas sem discussão que mostramos, por serem premissas, são os critérios de valoração daquilo que se discute no corpo dos textos. Só é aceitável, como dissemos, tomarem-se como premissas (isto é, como critérios de valoração) afirmações polêmicas, em contextos de muita especialização. Os debates das reportagens de nosso *corpus*, porém, não distam muito das premissas — quer dizer, não aprofundam o debate, como nos contextos especializados —, então, cremos poder-se dizer que, no *corpus*, o debate não é “realmente crítico”. Falta-lhe algo essencial à crítica: critérios para validar as afirmações polêmicas. Esses critérios estão ausentes porque as afirmações polêmicas não estão, sequer, debatidas, mas pressupostas; elas são, aliás, premissas das afirmações que as reportagens fazem — quer dizer, elas são critérios de validação do que se diz, ao invés de serem, elas próprias, validadas.

Essas são as justificativas que temos a apresentar para as nossas premissas. Se o leitor deste trabalho as aceitar, acreditamos que pode aceitar nossa conclusão de que o gênero reportagem não é promotor de um debate, de fato, crítico. Caso adotássemos a hipótese de que a reportagem promove debates realmente críticos, haveria contraprova suficiente no *corpus* para derrubá-la. Tentaremos sustentar outra hipótese. Segundo a leitura feita no capítulo anterior, acerca do contexto da pós-modernidade, vivemos em situação de insegurança, o que compele todos à necessidade de ganhar conhecimento.

Sem informação, as pessoas sentem-se, primeiro, à mercê de flutuações econômicas rápidas e inesperadas; segundo, em desvantagem na competição pelos melhores postos de trabalho. Quanto maior o desemprego, maior a pressão por aprimoramento individual do trabalhador, por seu ajuste aos desejos do capitalista que o contrata. Essas pressões seriam o motor que impulsiona a produção sempre crescente de notícias. Os sofrimentos psicológicos que isso suscita, também tivemos a oportunidade de discutir no capítulo anterior. Essa enormidade de informações à disposição coloca ao leitor um desafio que ele, por vezes, não está aparelhado para enfrentar: ler, organizar, entender e formular uma interpretação por conta própria, daquilo que se passa na vida da comunidade. Isso exige conhecimento (não pouco) e disposição. Essas mesmas pressões que estimulam a produção de notícias, porém, minam a disposição para leitura atenta e reflexão. Essas circunstâncias teriam gerado a demanda por uma reportagem no padrão da revista *Time*, que estamos analisamos aqui. Essa reportagem não pretende ser informativa. *As notícias informam; as reportagens, acima de tudo, interpretam.*

A reportagem seleciona para o leitor (quer dizer, no lugar dele) o que se deve ler. Ela, portanto, faz a primeira etapa da leitura, e não o leitor. Além de selecionar os fatos que ele deve ler, a reportagem ainda os conecta. Essa não é, nunca, uma conexão neutra. O sentido das conexões, a reportagem faz, também, no lugar do leitor. Ela ainda inicia a interpretação dos fatos, oferecendo uma análise deles. Essa análise deveria, também, ser campo de atuação do leitor. Na reportagem, o autor-criador faz um trabalho que deveria ser do leitor. Isso fecha, claramente, o sentido do texto numa direção.

Aceitando-se essa posição, resta a pergunta: por que o autor-criador não tenta convencer o leitor? Por que ele não apresenta sua leitura acompanhada de argumentação suplementar a respeito dos pontos polêmicos? Ora, é justamente desse esforço que o autor-criador pretende poupar o leitor. Esse leitor não é entendido como alguém com disposição para uma argumentação complexa. Haverá, naturalmente, muitos pontos de acordo entre ele e o autor-criador. O recurso ostensivo ao humor ainda nos revela algo mais. O autor-criador não simplesmente oferece uma interpretação pronta da semana ao leitor, como conversa com ele de maneira agradável, mais semelhante a uma conversa de amigos do que a uma prestação de serviço. Esse aspecto diferencia a reportagem da notícia. Faz sentido que seja assim. O leitor pede ao autor-criador a seleção do que deve ler, a conexão dos fatos, a interpretação deles. Essa tarefa exige confiança. E confiança é um vínculo subjetivo, que aproxima quem escreve de quem lê. O vínculo entre autor-criador e leitor na reportagem tem traços pessoais, afetivos, envolve intimidade. Decorre

disso a existência de tantos acordos, mesmo em temas polêmicos. O autor-criador, por razões mercadológicas, necessita da confiança do leitor, necessita construir com ele um vínculo com forte marca de subjetividade. Não é, pois, uma intimidade “espontânea” a que há na reportagem, mas uma especulação a respeito dos valores assumidos pelo leitor e uma reprodução desses valores para ele, de modo a impedir um conflito que faria o vínculo de confiança se quebrar. É, portanto, uma relação de intimidade, mas também de mercado. O leitor paga para o autor-criador lhe dizer o que ele quer ouvir. Um clichê do meio empresarial diz que “o cliente tem sempre razão”. É o caso da reportagem.

Essa é nossa hipótese. O capítulo seguinte nos dará a oportunidade de submetê-la à prova. Nele, analisaremos a argumentação. É o campo em que fica claro o conflito entre autor-criador e leitor: os momentos em que um precisa “dobrar” o outro. O exame da argumentação pode revelar a disputa em curso pelo sentido do referente.

IV

O PAPEL DA ARGUMENTAÇÃO NA REPORTAGEM

Nos estudos linguísticos, a argumentação tem estatuto singular. Ela foi definida de várias maneiras ao longo dos tempos, pelas principais tradições que dela se ocuparam — a saber, a Lógica, a Retórica e, modernamente, a Linguística. Sobre ela falaremos neste capítulo. Não poderia faltar um trecho, neste trabalho, dedicado à argumentação pelo simples fato de ela ser uma dimensão em que ocorre com clareza interação entre autor-criador e leitor. É na argumentação que o modo de um lidar com o outro se revela.

Para um trabalho dedicado a verificar as características de um gênero, cremos ser importante conferir o papel do leitor, uma vez que ele pode estruturar o gênero, dar a ela as características importantes e condicionar, em ampla medida, a sua configuração. Essa importância do leitor não é ignorada mesmo em estudos antigos. As considerações do papel desse “outro” da interlocução são antigas e remontam, em especial, à Retórica. Não é por acaso: quem se ocupa da argumentação deve pensar em como as palavras vão repercutir no auditório, ou não poderá obter a adesão dele. A Lógica, devido a suas particularidades, foge a essa regra. O que ela chama de argumento é algo diverso do que os retores estudavam, e essa diferença leva as tradições a considerar de modo bastante diferente aquele a quem a argumentação se dirige.

Se a reportagem é, realmente, um gênero que discute a vida pública, pode-se ver nela um espaço para a sociedade debater a si mesma. Sem embargo, essa é uma imagem que a imprensa, muitas vezes, reivindica para si: a de promover espaço para os debates que garantiriam a democracia. Se é assim, a função que a reportagem cumpre, então, na sociedade, pode ser chamada de retórica, no sentido elevado do termo. Mas, se o debate não é qualificado o suficiente, ou mesmo não é frequente, ou nem sequer existe — nesse caso, teríamos que localizar a função social da reportagem em outro ponto, que não esse de ser o espaço privilegiado para a sociedade se discutir e se pensar.

Neste capítulo, examinaremos algumas tradições de pensamento que trabalharam sobre a argumentação (a Lógica, a Retórica e a Linguística) e usaremos o instrumental

delas para analisar o *corpus*, na medida em que ele for pertinente. Supomos não haver necessidade de argumentar em profundidade na reportagem e, se estivermos certos, argumentações lógicas ou retóricas racionais surgirão no *corpus* com frequência restrita. Isso faria crer que a reportagem não é um gênero de discussão, mas de afirmação de consensos de grupo. Essa é nossa hipótese já revista. Antes de iniciarmos os estudos, tínhamos uma posição semelhante, mas mais radical, que precisou ser modificada, por revelar-se insustentável ante os dados do *corpus*. Esses dados estarão dispostos adiante, após as explicações sobre as tradições de estudo da argumentação que examinamos. Esperamos que esses dados e análises bastem para justificar nossa hipótese. No final, ao apresentarmos as conclusões parciais, cruzaremos os resultados obtidos pela análise dos dados com a interpretação do contexto histórico que fizemos no segundo capítulo.

1. O problema da argumentação

Para refletir sobre argumentação, tentaremos responder duas questões. Primeiro: por que analisar a argumentação? Segundo: o que entendemos por argumentação?

Começemos pela primeira questão. Por que se deveria analisar a argumentação? O que esperamos encontrar em uma análise dessas? É preciso dizer, antes de tudo, que não julgaremos as posições que as reportagens defendem. Nossas únicas considerações sobre essas teses serão feitas nos casos em que isso servir para apoiar outras conclusões, e nunca para fazer julgamento de valor sobre a opinião veiculada em um ou outro texto. O que nos importa é *como o autor-criador argumenta*, e não em defesa do quê. O modo de argumentar revela o modo de interagir com o leitor. É o que nos interessa.

A segunda questão nos exigirá um pouco mais de esforço. A argumentação não é um conceito tão simples como pode parecer à primeira vista. Dissemos que ela recebe tratamento distinto em, pelo menos, três matrizes de pensamento: a Lógica, a Retórica e a Linguística. Há diferenças entre essas tradições, mas cremos que elas não se anulam, nem se excluem. As três serão de nosso interesse. Passemos a um breve resumo delas.

A Lógica é, talvez, a teoria que deu ao conceito de argumentação a acepção mais estrita. Seus mestres lapidaram-no para tentar garantir, com ele, padrões de pensamento que conduziram a conclusões verdadeiras. A Lógica chama, por isso, de argumento, um feixe de proposições, entre as quais algumas são premissas e uma, conclusão. Esse feixe deve ter uma organização que permita, das premissas, deduzir a conclusão, de modo que aquelas sejam a condição de verdade desta (COPI, 1972, p.23). Note-se que o conceito

de argumento da Lógica é restrito aos objetivos dessa disciplina: compreender se, num raciocínio, a conclusão se deriva adequadamente das premissas. É um conceito focado no raciocínio, não na interlocução. Por isso, a preocupação da Lógica com argumentos é livrá-los da ambiguidade e da contradição. A linguagem da Lógica é, assim, distinta, em essência, da linguagem ordinária. Ela se constrói pelo esforço de negar a tendência da língua à polissemia.

Em Retórica, argumentar é algo bastante diverso. Perelman e Olbrechts-Tyteca são taxativos em esclarecer que “*toda argumentação visa à adesão dos espíritos*” (1996, p.16). A adesão dos espíritos não é problema para a Lógica. Ela não se importa se os que estão expostos à demonstração de uma tese se sentirão persuadidos a aderir a ela ou não. Para a Lógica, aderir à conclusão validada racionalmente é uma obrigação de todo ser racional. Ela exclui, por isso, de seu campo de análise, as condições psicológicas das pessoas que argumentam, as condições sociais do debate, as próprias pessoas a debater e, muitas vezes, até mesmo o assunto em debate, como é o caso de certa Lógica formal e simbólica, à qual interessa, apenas, estabelecer sistemas formais livres de ambiguidade e contradição, dos quais se deduzam, de maneira válida, conclusões a partir de axiomas — axiomas esses de cuja comprovação a Lógica não se ocupa, por considerar essa uma preocupação alheia a seu foco (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.15-6).

Se a Lógica recorta tão profundamente seu objeto de estudo, a ponto de só se preocupar com a análise do modo como as proposições se relacionam uma com a outra para derivar novas proposições, a Retórica, ao contrário, não pode ser tão restritiva. Ao visar à “adesão dos espíritos”, ela necessita de reflexões de caráter psicológico, social, certa consideração sobre o contexto e os participantes da discussão, etc. É para dar conta disso que a Retórica criou o conceito de *auditório*, chamado por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.22) de “*o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação*”. Da necessidade de levar o auditório em conta, advêm as preocupações da Retórica. Trata-se da necessidade de conferir ao argumento sua dialogicidade⁴⁰. Mas não só as reflexões da Retórica diferem das da Lógica, como também os propósitos. Se a preocupação da Retórica não é guiar o raciocínio à verdade, mas obter adesão, então não faria sentido que ela definisse argumento como a extração de conclusões válidas a partir de premissas. Nem sempre conclusões válidas obtêm a adesão dos espíritos (elas,

⁴⁰ Usamos *dialogicidade* para nos referirmos à propriedade do enunciado de dirigir-se a alguém. Isso difere de *dialogismo*, conceito que visa dar tratamento teórico específico à dialogicidade. É possível dizer, por exemplo, que a Retórica trata a dialogicidade de um modo particular, e o dialogismo a trata de outro.

muitas vezes, repelem-nos...). É frequente que conclusões nada válidas, e mesmo ações linguísticas que em nada lembrem deduções ou raciocínios, tenham grande adesão. A Retórica, dados os seus fins, não pode ignorar isso. Nela, os enunciados cuja forma é logicamente inválida não são descartados como meras falácias. Se forem persuasivos, a Retórica os estudará. E isso não se aplica só a falácias: todo enunciado, se servir para obter adesão, pode ser objeto de interesse da Retórica.

Chegamos a uma diferença importante entre Retórica e Lógica: se os manuais de Lógica coletam falácias apenas para compor um capítulo sobre como não argumentar, a Retórica inclui as falácias nos seus tratados. Isso não quer dizer que a Retórica pratique, apenas, jogos de palavras para manipular emoções do auditório. Os retores sabem que, em muitas situações, ganha mais adesão o argumento que convence racionalmente. Isso significa que a Retórica pode, às vezes, importar métodos da Lógica, dialogar com eles, e mesmo criar métodos próprios de argumentação racional. Talvez a racionalidade da Retórica seja menos “rígida” que a da Lógica, mas é imbuída da preocupação de, pelo menos, guiar o pensamento a uma conclusão de bom senso.

Cumpre perguntar: que “bom senso” é esse? O “bom senso” se define, conforme nossa interpretação de Perelman e Olbrechts-Tyteca, pela extensão do auditório que se quer atingir. Um auditório pequeno tende a ter crenças definidas e homogêneas e, por isso, o bom senso, o razoável, importam pouco para quem tenta obter sua adesão. Sua homogeneidade permite, a quem argumenta, ver o real com as lentes desse auditório e conferir o que ele aceitaria como razoável. É um bom senso unilateral, assumido apenas pelo grupo que compõe o auditório. Como sabemos que o “razoável” é uma construção social historicamente determinada, e que muito do que já se considerou “bom senso” no passado é, hoje, uma piada para a maioria dos auditórios, devemos ter dúvidas a respeito do “bom senso” de um auditório pequeno e homogêneo. É realmente razoável o que ele assume sê-lo? Como saber? Como medir a razoabilidade de consensos de grupo? Em primeiro lugar, é importante notar que, por ser consensual, o “bom senso” é relativo ao grupo que o cultiva. O enfraquecimento desse consenso é, assim, o enfraquecimento da razoabilidade desse conjunto de proposições, seu rebaixamento da condição de “bom senso” à de equívoco, velharia, piada, bobagem, etc.; sua ampliação é, simetricamente, a ampliação de sua razoabilidade. Pode-se ter isso como um princípio: *uma proposição é tão mais razoável quanto mais aceita*. Se a adesão do auditório homogêneo pode ser obtida com argumentos cujo “bom senso” limita-se ao próprio auditório, a de auditórios heterogêneos exige a transcendência dos consensos localizados. Num desses auditórios,

o retor dever ter em conta os interesses de um integrante como os de outro; os interesses localizados, as posições parciais, devem se anular, para haver consenso. Se for aceita nessas condições, a argumentação pode ser considerada razoável. E, por isso, pode-se dizer que a extensão do auditório define a razoabilidade das proposições. O auditório mais extenso — o *auditório universal* —, constituído “por todos os homens adultos e normais” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.34), tenderia a só admitir a proposição cuja aceitação é a mais ampla possível e, assim, a mais razoável possível.

Se isso tudo, por um lado, dá-nos subsídios para discutir a *razoabilidade* de um conjunto de proposições, por outro, diz-nos pouco sobre a *verdade* delas. Antes de tudo, deve-se ver que o auditório universal não existe de fato. Ninguém argumenta com todas as pessoas adultas e mentalmente saudáveis da humanidade, e sim com uma imagem do auditório universal que espelha as expectativas de razoabilidade do retor.

Pareto observou admiravelmente, em páginas penetrantes, que o consentimento universal invocado o mais das vezes não passa da generalização ilegítima de uma intuição particular. É por esse motivo que é sempre temerário identificar com a lógica a argumentação para uso do auditório universal, tal como a própria pessoa o concebeu. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.37)

Sucede disso que os autores (1996, p.37-9) entendam o auditório universal como uma construção do retor, que, às vezes, pode coincidir com o auditório de elite de uma especialidade, ou com uma imagem particular do que se crê ser a totalidade das pessoas “razoáveis”. Daí não coincidirem a verdade dos lógicos e a razoabilidade que tentamos definir aqui. A argumentação que visa à verdade nem sempre convence a um auditório que se considera universal. A adesão do auditório universal pode ser obtida de muitos modos, conforme variem as características que o retor lhe imputa.

Apesar de o auditório universal ter uma definição relativamente vaga, ela serve para uma distinção importante, entre argumentação *convvincente* e *persuasiva*. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.31) sugerem que a argumentação, se dirigir-se ao auditório universal, seja chamada de convincente; se dirigir-se a um auditório particular, seja chamada de persuasiva. Essa distinção é importante, pois se associam a esses modos de argumentar não só meios diferentes de obter adesão, mas atitudes diferentes frente ao auditório. Convencer é uma atitude racional, feita se o retor concebe o auditório como formado por quem adere à argumentação baseada em evidências, demonstrações, etc. Persuadir é uma atitude emocional, dirigida a um auditório influenciável, que se deseja motivar a uma atitude qualquer, do voto ao consumo de refrigerantes.

Creemos que o *corpus* deve conter argumentos baseados na Lógica e na Retórica. É de nosso interesse ver se esse *corpus* esforça-se para argumentar com lógica, retórica convincente ou retórica persuasiva. Cada escolha faz supor um modo de interagir com o leitor e de concebê-lo.

Há mais um detalhe a se considerar, para evitar mal entendidos. Argumentação, tal como a entendem a Retórica e a Lógica, é um comportamento, digamos, “especial”. Argumentar, para ambas as tradições, exige treino e habilidade individual. Há, porém, certa reflexão da Linguística que se opõe a isso.

A interação social por meio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso — ação verbal dotada de intencionalidade — tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o *ato de argumentar*, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato lingüístico fundamental, pois a *todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia*, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia — a da sua própria objetividade. (KOCH, 1996, p.19)

A conclusão acima, de I. Koch, é a de que não se pode falar sem argumentar. Se quem fala realiza uma seleção de palavras, formas sintáticas, tom de voz, etc., entre as possíveis, para ajustar o que diz a uma intenção que quer realizar sobre outrem — se é assim em todo enunciado, então toda escolha linguística é argumentativa. Toda escolha linguística esconde uma intenção e uma orientação a um interlocutor, sobre o qual se age. Não são, pois, escolhas arbitrárias ou aleatórias, mas calculadas para incidir sobre o interlocutor. Koch torna, assim, o conceito de argumentação coextensivo a toda fala.

Quando Koch diz, entretanto, que toda escolha linguística implica uma forma de argumentação, é claro ela não está se referindo à argumentação lógica ou retórica — ou, pelo menos, não a elas em especial. Não se trata desses sistemas artificiais, duramente construídos para eliminar ambiguidades e contradições, nem desses tratados que tentam controlar a reação do auditório, prever sua psicologia, compreender seu modo de pensar, seus condicionamentos sociais, etc. Quando se diz que toda escolha enunciativa implica uma argumentação, o que se quer dizer é que não existem escolhas enunciativas neutras ou inocentes. Concordamos com isso. Acreditamos que o fato de um autor-criador de uma reportagem ter escolhido a palavra X, quando tinha à sua disposição a palavra Y, já sinaliza a tentativa dele de interferir no comportamento do leitor. Mas isso é diferente

de argumentar no sentido da Lógica ou da Retórica. Essa diferença é importante, pois o esforço deliberado de apresentar argumentos diz muito sobre a relação entre o autor-criador e o leitor. Se o autor-criador narra um conto, ele busca a adesão do leitor, mas a argumentação implícita na narração é um tipo de epifenômeno, uma ação pressuposta na principal. Já quando o falante argumenta com retórica ou lógica, argumentar não é um meio de ter a atenção do leitor presa ao ato de narrar, ou a outro ato principal. Em casos como esse, argumentar é a própria ação que se quer realizar.

Para evitar mal entendidos, portanto, referir-nos-emos à argumentação lógica ou retórica pela palavra *argumentação*, e à busca de adesão para se realizar alguma outra ação enunciativa pela palavra *argumentatividade*.

Exporemos, abaixo, nossas análises da argumentação nas reportagens. Pode ser que, em um momento ou outro, digamos que alguém “não argumenta”; isso é referente, claro, à argumentação lógica ou retórica. Principiaremos não pela análise de argumentos racionais, mas pela falta deles — ou seja, pelas afirmações categóricas.

2. O acordo presumido

Iniciaremos nossa análise do *corpus* por uma argumentação que visa a algo bem semelhante àquilo que tratamos no capítulo anterior: o acordo. Chamamos a esse acordo de “presumido”, pois, nos exemplos abaixo, o autor-criador não tenta obter um acordo com o leitor, mas presume a existência desse acordo, e tenta reforçá-lo. Em Lógica, é possível dizer que o autor-criador não argumenta; em Retórica, é possível encontrar, na suposta ausência de argumentos, uma manobra argumentativa. Não adiantaremos mais detalhes, para não prejudicar a ordem de exposição que desejamos dar aos dados.

De início, analisaremos os enunciados que parecem não trazer consigo nenhum argumento. Chamaremos esses enunciados de *categóricos*. Analisaremos os *argumentos por autoridade* logo depois, sempre enfocando um tipo especial dos que aparecem no *corpus*, que é o que pretende à autojustificação, e não se dá ao trabalho de conquistar, de maneira ativa, a adesão do leitor. Os detalhes estão dispostos nos itens a seguir.

2.1. Afirmações categóricas

São abundantes em nosso *corpus* as afirmações feitas sem prova, justificativa ou evidência que lhes dê sustentação. Claro que não há como escrever um texto fazendo o esforço de fundamentar cada observação em dados, raciocínios, exemplificações, etc. Mas há casos nos quais a argumentação deveria ser indispensável — seja com lógica,

retórica convincente ou retórica persuasiva. Isso significa que há momentos em que se deve reconhecer *o caráter polêmico do que se diz*. Por que o autor-criador agiria como se o que ele diz fosse natural, óbvio, quando é algo que exige justificativa? A resposta a essa pergunta nos leva ao modo como ele concebe seu leitor.

Cremos que uma afirmação polêmica sem discussão é não uma fuga ao debate, mas uma certeza de que esse debate não é do interesse do leitor. O autor-criador sempre precisa levar em conta aquilo que o leitor deseja (a não ser nos casos de autoritarismo, o que não inclui a reportagem). Se o autor-criador diz algo ao leitor, é por ter calculado que isso poderia ser dito a ele. O contrário é válido: se o autor-criador não diz algo ao leitor, é por pensar que ele não quer a informação, ou a dispensa. Dá-se ao jornalista a obrigação de selecionar as informações “dignas” de estampar as páginas da imprensa, e ele se vale disso em suas tomadas de decisão. Não é o que analisamos aqui. Tratamos das informações colocadas no texto, mas não justificadas, em contextos nos quais essa justificação pareceria importante. Há informações que, na imprensa, não se pode deixar de justificar, como acusações de pessoas com interesses no que se acusam, afirmações controversas, interpretações de fatos recentes, tentativas de prever o desenrolar de um fato, etc. Se ela se dispensa disso, é por crer que seu leitor aceita as afirmações sem discussão. Vejamos alguns exemplos:

- (69) Os países viáveis fazem parte da ordem capitalista mundial que produz prosperidade crescente para todos mas, de tempos em tempos, esvai-se em crises também globais. É tola utopia querer participar apenas da prosperidade, mas é sinal de sabedoria se preparar para sofrer o menos possível com as inevitáveis e sazonais crises do sistema. (VEJA, 08/10/2008, p.120)
- (70) A delinquência eleitoral culminou, na última quinta-feira, com a transformação das ruas próximas ao Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, em uma praça de guerra. O que parecia ser um confronto entre a Polícia Civil, que está em greve e tentava invadir o palácio, e a Polícia Militar, que defendia o prédio, era, na verdade, uma ação engendrada por sindicalistas irresponsáveis, liderados pelo deputado federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, que preside a Força Sindical apesar de ser acusado de desviar dinheiro público do BNDES com a ajuda do dono de um prostíbulo. (VEJA, 22/10/2008, p.80)
- (71) Tão globalizado [o mundo] que, no dia seguinte, quando a solução para a crise financeira estava finalmente encaminhada, as bolsas voltaram a cair. Motivo? O temor de uma recessão global severa. (VEJA, 22/10/2008, p.86)
- (72) Não custa lembrar que o que pôs a pique a credibilidade da economia

americana foi a quebra do banco Lehman Brothers, numa atitude intransigente do Federal Reserve e do secretário do Tesouro, Henry Paulson. No Brasil, se um tamborete de esquina fechar as portas, a reação será imprevisível. (*ISTOÉ*, 29/10/2008, p.39)

Cremos que os exemplos acima precisem de justificação. Mas como determinar, de maneira minimamente objetiva, se eles precisam? Tentaremos fazer isso com base na possibilidade de contra-argumentar. Nosso intento não é questionar o ponto de vista da reportagem, mas mostrar se esse ponto de vista pode ser questionado sem dificuldades. Se há contra-argumentos prestigiados nos meios em que a sociedade debate sua vida pública, então seria dever da reportagem não ignorá-los e tentar rebatê-los para sustentar suas posições, ao invés de enunciá-las como se fossem indiscutíveis.

Dito isso, vamos às análises. Em (69), temos uma posição recorrente em *Veja*, e também presente em *Época* e *IstoÉ*: a naturalização da crise financeira. O trecho diz, em resumo, que as crises são cíclicas, e que quem aproveita o período de bonança tem que enfrentar o período de crise, quando ele sobrevém. Esse discurso simplesmente omite as causas das crises. Em verdade, há estudos econômicos críticos que debatem a frequência das crises financeiras e visam às raízes delas⁴¹. Não há nenhum tipo de consenso quanto à “naturalidade” de crises econômicas, quanto a elas simplesmente “surgirem” de modo tão natural quanto um tsunami. As afirmações sobre a bonança e o prejuízo, também, carecem de argumentação que as sustente, pois a reclamação que, muito comumente, vinha sendo feita no contexto de nosso *corpus* era a de os ricos terem lucrado muito e, agora, os pobres pagarem as contas do prejuízo causado pela bonança. A aprovação da transferência de recursos públicos da ordem de US\$ 1 trilhão para salvar bancos causou a indignação de muitos, que não tiveram oportunidade de se apropriar da bonança que a bolha ajudou a criar. Essas críticas da época são, pelo menos, plausíveis o bastante para precisarem ser rebatidas.

Em (70), a reportagem atribui explicitamente a responsabilidade pelo conflito entre as Polícias Militar e Civil, durante uma greve desta enfrentada por aquela, a um sindicalista, e não sem afirmar que esse sindicalista agiria em conluio com o partido de oposição, que pleiteava a prefeitura de São Paulo à época. Tudo, segundo a reportagem, não passaria de um ato calculado pelo PT, por meio de seus tentáculos nos sindicatos, para agredir a imagem de José Serra e, com isso, manchar o nome de candidato que ele

⁴¹ Cf. CHESNAIS, F. A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominância financeira. *Novos estudos CEBRAP*, novembro de 1998, n°. 52, p.21-53, tradução de Alexandre Comin.

apoiava, Gilberto Kassab. Uma acusação dessa natureza é extremamente grave, e não se pode fazer irresponsavelmente. Imagina-se que quem diga isso na imprensa disponha de provas. A reportagem, porém, não as apresenta, como se pode ver pela leitura do texto como um todo⁴². Simplesmente afirma isso, como se sua palavra tivesse autoridade suficiente para provar o que diz.

Em (71), temos um caso curioso. Trata-se de uma contradição patente, assumida pelo autor-criador sem o menor medo de crítica por isso. A reportagem vinha afirmando que a crise havia sido adequadamente administrada pelo governo dos EUA, que aprovou um pacote financeiro de alta monta para impedir o crédito de secar. Dessas atitudes, o autor-criador diz, de forma incisiva: “deu certo”. O argumento de que tais medidas realmente deram certo eram os números de alta das bolsas de valores do mundo todo. Desmembrando esse raciocínio, tem-se: a) a conclusão de que a crise está sob controle; b) apoiada na reação do mercado à aprovação, com retomada da atividade econômica. Isso implica que, para o autor-criador, mede-se o grau de controle da crise pela resposta do mercado. Após esse raciocínio⁴³, a reportagem traz o trecho (71), em que se diz que a solução da crise estava encaminhada, *apesar* da reação ruim do mercado no outro dia. Não há lógica nisso: se a boa reação do mercado conduz à conclusão de que a crise está sob controle, a má reação deveria, por coerência, conduzir à conclusão de que a crise não está sob controle. Com efeito, não há esforço algum do autor-criador para justificar sua contradição, ou para explicar-se. Ele simplesmente afirma o que quer, como se suas afirmações fossem verdade só por ele as ter afirmado. Destacamos, ainda, a assunção de que a queda das bolsas foi motivada pelo temor à crise. Não conseguimos imaginar uma única forma racional de provar que as emoções dos investidores foram a causa de um problema econômico — e não estamos dizendo que elas não tenham sido, mas apenas assumindo que produzir a prova ou a evidência que sustenta esse raciocínio parece-nos inviável. Vale repetir: não queremos discordar nem concordar dessa leitura da realidade, mas apenas mostrar que ela pode ser questionada sem muito esforço. Isso não significa que ela está errada, mas que ela não tem argumentação suficiente para se sustentar.

Em (72), temos uma frase solta sobre as imprevisíveis reações que ocorreriam no Brasil, se um “tamborete de esquina” fechasse as portas. Não se oferece nenhum motivo para o leitor crer que a situação do Brasil é tão alarmante. A impressão é de que o autor-criador julga sua afirmação tão óbvia que se dispensa do esforço de convencer o leitor.

⁴² Cf. Anexos, p.256-7.

⁴³ Cf. Anexos, p.258-9.

Há um exemplo gritante de recurso à afirmação categórica na reportagem “Pode bater que o gigante é manso” (VEJA, 01/10/2008, p. 118-9)⁴⁴. Ela analisa como os países vizinhos lidam com o Brasil. O autor-criador afirma que Rafael Correa (não a polícia, o governo ou a justiça) “tentou prender” quatro diretores da Odebrecht; que Evo Morales “tomou duas refinarias da Petrobras”, “rasgou contratos para aumentar o preço do gás”, e orientou “milícias camponesas a invadir fazendas de brasileiros”; que Fernando Lugo é o presidente que quer “obrigar o Brasil a pagar mais caro pela energia de Itaipu” e “fazer reforma agrária nas propriedades dos brasileiros”. Essas ações são chamadas de “surrupio” e “saque”. Não são, porém, criminosas, ainda se discutíveis. Impedir a saída dos executivos brasileiros do Equador poderia ser considerado natural, já que estão sob investigação. As reformas agrárias boliviana e paraguaia não são crimes, pois reformas não são crimes, assim como não é crime a revisão do contrato de Itaipu. A reportagem condena, ainda, Cristina Kirchner, que “dificulta a compra de empresas locais por companhias brasileiras” (o que pode ser considerado um direito do governo argentino, que não é obrigado a facilitar a compra das empresas de seu país por investidores do país vizinho), e Hugo Chávez, que “limitou a importação de carros brasileiros a pretexto de economizar divisas e estimular a produção doméstica” (meios comuns de proteção a economias vulneráveis, chamados, sem explicações, de “pretexto”). Mais uma vez, não pretendemos concordar ou discordar dessa leitura dos fatos, mas notar outro fato: se o autor-criador chama de crimes ações que, embora questionáveis, não são criminosas, ele deveria justificar-se. O que importa a esta análise é a falta dessas justificativas, que leva a crer que o autor-criador não acha necessário convencer o leitor de que reforma agrária e revisão de contratos sejam sinônimos de roubo.

Os exemplos acima mostram o *modus operandi* da afirmação categórica: trata-se de não discutir uma afirmação que, por um lado, é importante ao que se diz e, por outro, é polêmica. Sem discuti-la, essa polêmica desaparece e torna-se possível seguir o texto sem tropeços. Não é nada de que já não tenhamos falado. Ao discutir a pressuposição, vimos como a reportagem assume acordos com o leitor para seguir o texto. Pressupor um conteúdo é tirá-lo de discussão, tomá-lo como base para discutir outros conteúdos. Se dizemos que as reportagens fazem afirmações categóricas, assumimos, justamente, que elas fazem pressuposições. Quer dizer: consideram desnecessários os argumentos,

⁴⁴ Cf. Anexos, p.259.

porque pressupostos. Omite-se, com isso, a polêmica; faz-se de conta que ela não existe. Esse procedimento tem valor persuasivo, mas não para qualquer leitor. Pensemos: caso se discutisse o machismo com uma feminista, ela aceitaria manter pressuposta a ideia de que o homem é superior à mulher? Claro que não. Ela se recusaria a aceitar afirmações que pressupusessem isso e obrigaria à exposição das premissas e à discussão delas. Só admite justificativas pressupostas quem já as aceita.

Se o autor-criador não tenta convencer o leitor, é por julgá-lo já convencido. Ao falar com o leitor, o autor-criador seleciona o que crê interessar ao outro e exclui o que imagina que ele dispensa. Nenhum autor-criador deixaria de fundamentar sua posição acerca do sentido da reforma agrária, se pretendesse afirmar que ela é, em essência, um roubo, para um leitor crente do contrário. Isso só ocorre se o autor-criador não buscar a adesão do leitor (se quiser ofendê-lo, provocá-lo, ridicularizá-lo, etc.). Não é o caso. No *corpus*, não há indício de polêmica aberta entre autor-criador e leitor, nem há motivo para crer que, numa interlocução mediada por interesse comercial, quem escreve queira agredir aquele que o financia. Cremos, pois, que a falta de justificativas em afirmações polêmicas é sinal de que o autor-criador entende que seu leitor não se opõe àquilo que se afirma na reportagem. Se é assim, o autor-criador estaria deixando a argumentação de lado para não chatear o leitor: ele não dá motivos para o que afirma porque o leitor não quer saber. Isso mostra que, *nas reportagens de revista, o autor-criador entende que se dirige a um auditório particular*. Dirigindo-se ao auditório universal, o autor-criador não poderia deixar de expor seus argumentos. Por definição, por sua própria natureza, o auditório universal é concebido como racional, ainda que as compreensões acerca de sua razão possam variar; se é racional, ele será um auditório a se convencer. Se aceitar afirmações polêmicas sem debate, o auditório não é racional e, por isso, não é universal.

Mas a reportagem dirigir-se a um auditório particular não significa que ela, por isso, precisa fugir da polêmica. É sempre possível dirigir-se a um auditório circunscrito com a intenção de provocar suas certezas. É certo que todo diálogo deve se assentar em acordos, mas isso não significa que tudo o que se dialoga precisa repetir o que o leitor já admite. Entrar em acordo sobre os pontos de partida não significa abandonar a polêmica acerca dos pontos de chegada. É possível que o autor-criador parta do que o leitor já admite, para conduzi-lo a conclusões que ele tenha dificuldade em aceitar. Seria esse o caso da reportagem? Para concluir algo sobre isso, devem-se abandonar as afirmações categóricas e examinar casos em que o autor-criador argumenta. Começaremos pelo tipo de argumento mais frequente de nosso *corpus*.

2.2. Argumentos por autoridade

Na primeira posição por uma distância confortável, o argumento por autoridade é o mais comum nas reportagens. Trata-se de fundar uma posição acerca de algo com a citação do discurso de outrem, ao qual se deve reputar algum prestígio. Faz sentido esse ser o modo de argumentação mais frequente em nosso *corpus*. Nos manuais de redação dos jornais, é comum recomendar-se a fundamentação de afirmações com entrevistas, e a imprensa, por isso, utiliza-se largamente das aspas para sustentar posições. Isso nos dá algo em que pensar.

A primeira questão é: se argumentos por autoridade tentam consolidar um ponto de vista citando palavras de alguém tido como autoridade no assunto, é por imaginar que a autoridade dessa pessoa é aceita pelo leitor. É inútil argumentar com comunistas citando passagens do *Mein Kampf*, como é inútil tentar obter adesão de neonazistas com trechos da Torá. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.350) dizem, por isso, que “uma mesma autoridade é valorizada ou desvalorizada conforme coincida ou não com a opinião dos oradores”, para notarem, não sem humor, que “ao adversário conservador que lança com desprezo ‘é coisa de Condorcet’, o orador liberal oporá as declarações do ‘ilustre Condorcet’”. Ao usar um argumento por autoridade, o autor-criador admite a autoridade de alguém e espera que o leitor faça o mesmo. Verificar, portanto, as fontes de autoridade do autor-criador, é identificar as fontes cuja autoridade ele julga aceitas pelo leitor. Além disso, notar do que o autor-criador se sente na obrigação de convencer, revela-nos o que ele crê que o leitor não aceitaria sem reservas. Caso haja motivos para pensar que as razões por que o autor-criador apela à autoridade são outras, caberá a nós tentar entender que razões são essas. Sejam os exemplos:

- (73) “Não foi um duelo entre forças policiais, mas um movimento incitado politicamente. Houve participação da CUT, que é ligada ao PT, e da Força Sindical, ligada ao PDT”, denunciou o governador José Serra. (VEJA, 22/10/2008, p.81)
- (74) “Agora temos de criar a arquitetura financeira adequada para a era global”, disse o primeiro-ministro da Inglaterra, Gordon Brown, festejado como “Flash Gordon”, o homem que salvou o mundo do colapso financeiro ao assinar um cheque de 90 bilhões de dólares para comprar parte dos bancos ingleses. (VEJA, 22/10/2008, p.86)
- (75) O alto preço [do iPhone no Brasil], segundo Cox, deve-se às altas taxas do Brasil. “Aqui pagamos muitos impostos”, argumenta. Para se ter uma

idéia, nos Estados Unidos um iPhone com 8GB sai por R\$ 362. Já a Vivo apresenta o iPhone pós-pago com 8GB a partir de R\$ 899 e o com 16GB por R\$ 1.199, dentro do pacote de serviços mais caro. No pré-pago, os preços variam de R\$ 1.899 a R\$ 2.199. (*ISTOÉ*, 01/10/2008, p.109)

- (76) Presidente do PP (Partido Progressista), o senador Francisco Dornelles participou da reunião no Planalto e saiu convencido de que o presidente Lula está enfrentando a tempestade como manda o figurino. “O que existe é uma crise de confiança e assim está sendo combatida. O presidente está certo. Não há motivos para alarmismo”, afirmou o senador à *ISTOÉ*. (*ISTOÉ*, 15/10/2008, p.41)
- (77) A Artplan entende tudo de propaganda e o grupo Votorantim, apesar de ter perdido 2,2 bilhões em operações de câmbio, sabe como ninguém qual é a hora de investir. Se dizem que o Brasil é um bom produto, é melhor acreditar. (*ISTOÉ*, 15/10/2008, p.42)
- (78) Delfim Netto, por exemplo, acredita que o efeito residual do crescimento deste ano, de 5%, já garante algo em torno de 2,8% para o ano que vem. “A não ser que ocorra uma tragédia, a economia vai crescer entre 3,5% e 4% em 2009”. Até agora, portanto, não há motivo para pessimismo. (*ISTOÉ*, 08/10/2008, p.41)

Os exemplos acima trazem uma consideração importante: todos eles tomam por autoridade uma figura diretamente envolvida no assunto que se discute.

Em (73), Serra acusa os manifestantes grevistas de terem sido insuflados pela oposição a ele, numa tentativa de desestabilizar o governo para colher frutos eleitorais. É esse o argumento da reportagem que liga a greve da Polícia Civil a supostas tramoias eleitoreiras do PT. Serra, porém, é interessado em deslegitimar o movimento grevista, já que era ele o alvo da greve. Ele, além disso, apoia uma candidatura opositora à do PT e, portanto, é de seu interesse associar a confusão a esse partido. Não se trata de concordar ou discordar de Serra, mas de ver que ele é envolvido demais no caso para sua opinião ser fonte de autoridade.

Em (74), o primeiro-ministro britânico Gordon Brown é citado para defender a tese de que, na atualidade, é necessário criarem-se estratégias globais de combate à crise econômica. A fala de Brown, porém, pode ser vista só como defesa de sua situação, já que, como chefe de Estado de uma nação fortemente atingida pela crise, ele foi levado a adotar práticas políticas interventoras na economia de seu país. É natural alguém em sua posição sair em defesa de regulação econômica em nível global. Essa ligação entre suas palavras e seu papel político não é feita pela reportagem, que as cita como se fossem uma observação desinteressada.

Em (75), um caso mais escancarado. Para fundamentar a ideia de que o iPhone é caro no Brasil devido ao imposto que incide sobre ele, a reportagem recorre à opinião de um empresário envolvido nas vendas do produto. João Cox, a cuja autoridade se apela, é o presidente da Claro, operadora de telefonia móvel, obviamente, interessada na redução dos impostos sobre produtos do setor. Após citar sua fala, a reportagem cita dados para sustentá-la, que mostram como, no Brasil, o iPhone é mais caro que em outros lugares. Isso não prova, porém, que a diferença de preço se deva a impostos.

Em (76), a reportagem fundamenta uma leitura da política econômica do Brasil, em momento de severa crise externa, buscando a autoridade do ex-ministro da Fazenda Francisco Dornelles. Dornelles, quando foi consultado, cumpria mandato de deputado federal pelo PP, partido da base de apoio do governo federal. Não faz sentido imaginar que esse político colocaria seu prestígio a serviço da causa dos adversários. Claro, seu diagnóstico do governo do qual ele participa só poderia ser o melhor possível. Pode-se dizer o mesmo de (78), em que se toma o prestígio do ex-ministro da Fazenda Delfim Netto para defesa de uma tese acerca da política econômica do governo Lula. Delfim não é um analista desinteressado. Ele, à época, estava filiado ao PMDB, partido da base aliada do governo federal. Não há razão para crer que ele atacaria o governo que apoia.

Em (77), é feito, além de um enorme elogio às empresas que vinham divulgando as vantagens de investir no Brasil, o recurso a essa opinião como forma de fundamentar a ideia de que o Brasil passaria ileso, ou quase, pela crise internacional. Ocorre, porém, que é do interesse dessas empresas manter o mercado brasileiro aquecido, para o que é muito salutar divulgar a ideia de que o Brasil passará pela crise sem maiores problemas.

O fato de as reportagens não se fazerem de rogadas ao usar a autoridade de quem está envolvido no caso em discussão mostra como o argumento por autoridade não é sempre racional. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.348) admitem que se pode, em uma argumentação particular, questionar o valor da autoridade em questão. Parece-nos que a autoridade, nos casos citados, deveria estar em suspeição. Mas, se argumentos como esses estão presentes no *corpus*, isso é porque, para o leitor, a autoridade dessas figuras permanece intacta, mesmo que elas tenham interesses próprios no debate.

O fato de o leitor não se incomodar com uma parte interessada na questão ser tomada como autoridade mostra que ele já está convencido de que, nessa questão, uma das partes tem razão. Se, numa polêmica entre a parte A e a parte B, reconhece-se a autoridade da opinião da parte A, é porque já se estava de acordo quanto à correção das ideias de A. A argumentação torna-se circular, e carece de valor lógico ou racional. Mas

para que argumentar, então? Por que não apenas afirmar, se o leitor já está de acordo? Cremos que se trata de um esforço não para raciocinar, mas para *racionalizar* uma conclusão. Entendemos a racionalização como a atribuição de aparência racional a algo que não é. É o que fazem as falácias: assemelham-se a um argumento lógico, sem ter valor lógico. Com isso, a reportagem faz parecer que os valores já assumidos pelo leitor foram obtidos por dedução racional. Isso legitima aquilo em que o leitor já acredita.

Nem sempre é esse o caso do argumento por autoridade. Em verdade, na maior parte de nosso *corpus*, não são ocorrências como essas as que se verificam, e sim usos de argumentos fundados na opinião de especialistas “neutros”. Trata-se, em sua maioria, de professores de universidades dos EUA e de intelectuais ligados não às universidades brasileiras, mas a institutos de pesquisa e de consultoria. Esses não são sempre institutos e empresas conhecidos do grande público. Vejamos alguns exemplos:

- (79) “Depois da eleição municipal começa o jogo da sucessão presidencial e os primeiros minutos parecem bem desfavoráveis ao projeto de Lula e do PT”, avalia o cientista político Murilo de Aragão, da empresa de consultoria Arko Advice. (*ISTOÉ*, 22/10/2008, p.38)
- (80) Experiente no trato com grevistas, o ex-ministro do Trabalho Almir Pazzianotto recomenda cautela. “Pedir aumento todos podem, o que eles não podem é partir para um comportamento agressivo”, afirma. (*ISTOÉ*, 22/10/2008, p.92)
- (81) “O plano de Obama é bom. Resta saber se ele terá condições políticas e econômicas de implementá-lo”, afirma o diretor da Coppe/UFRJ, o físico Luiz Pinguelli Rosa. (*ISTOÉ*, 22/10/2008, p.102)
- (82) Da maneira como o pacote foi esboçado inicialmente, Paulson colocava-se acima de qualquer recurso judicial. Também enfatizava que o Estado não se tornaria um acionista dos bancos quebrados que receberam ajuda. Tal postura foi considerada ditatorial, segundo Peter Cohan, da consultoria Peter S. Cohan Associates. E provoca: “É o mesmo Paulson que há um ano dizia que os Estados Unidos estavam muito bem, obrigado”. (*CARTACAPITAL*, 01/10/2008, p.24)
- (83) “Ele [Gilberto Kassab] ganhou votos nas franjas da cidade graças a essas políticas públicas [de construção de colégios e hospitais na periferia]”, afirma o cientista político Fernando Abrúcio, colunista de *ÉPOCA*. (*ÉPOCA*, 13/10/2008, p.102)
- (84) Como disse Marcus Figueiredo, cientista político e professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, “o desfecho será palanque pró-Lula, se ganhar o Eduardo Paes (PMDB), ou anti-Lula, se ganhar o Fernando Gabeira (PV), para 2010.” (*ISTOÉ*, 15/10/2008, p.49)

Nos fragmentos acima há a utilização do prestígio de algumas figuras para obter-se adesão às teses de cada autor-criador. Não são casos de argumentações não racionais, e sim de uso de uma autoridade que o leitor não teria motivos para assumir. Em (79), há o exemplo de uma autoridade comum no *corpus*: o consultor. Não é um analista ligado a instituições de pesquisa prestigiadas (p.ex., universidades) ou a órgãos tradicionais de representação de uma categoria (p.ex., sindicatos). Trata-se, ao contrário, do funcionário de uma empresa privada, prestadora de serviço a um segmento da sociedade. Não temos motivo para crer que, no seletor público-alvo dos serviços de consultoria de um cientista político, esteja o leitor. Empresas de consultoria como a citada não atendem a massa e, portanto, não fazem propaganda para a massa. Queremos dizer, com isso, que são instituições desconhecidas do leitor da reportagem. Que motivo ele teria para aceitar o prestígio de instituições que ele não conhece? O mesmo se pode dizer de (82), em que se apela à autoridade de uma empresa estadunidense, Peter S. Cohan Associates. Ainda que a reportagem trate de uma crise econômica nascida nos EUA, não há motivo para se considerar mais lógico buscar uma autoridade só por ela ser estadunidense; com certeza, muitos especialistas brasileiros teriam algo a dizer sobre a crise financeira que não é só dos EUA apenas por ter se iniciado lá, mas afeta o mundo todo. É possível que a Peter S. Cohan Associates tenha algo a dizer sobre a crise; acreditar na autoridade, porém, de uma empresa desconhecida não parece razoável. É muito desejável, para crer-se em uma autoridade como essa, que sejam apresentados, junto com a empresa, as razões por que se deveria acreditar nela.

Alguém poderia contra-argumentar dizendo que, se a reportagem se dirige a um auditório particular, ela não fala com o público de massa e, por isso, pode-se imaginar que o leitor não é, necessariamente, desinformado a respeito de figuras como as citadas acima. Isso, entretanto, só pode ser razoável se crermos que o auditório da reportagem é especializado o bastante para reconhecer a autoridade dessas consultorias. Não temos motivos para crer nisso. Fosse assim, e a reportagem trataria em profundidade os temas que discute. Essa profundidade dos debates especializados não pode ser vista em nosso *corpus*. Consultorias como as citadas são conhecidas apenas por grupos envolvidos no que se reporta. De um clube tão restrito, o leitor não é sócio.

Podemos, ainda, ver outra crítica à nossa posição. Trata-se de ver, na autoridade dessas figuras desconhecidas, o prestígio advindo não delas, mas de sua função. Pode-se ter uma forte autoridade ao citar Einstein, mas, na falta dele, basta citar outro físico. Se

não é um físico conhecido do público, informe-se a universidade em que ele trabalha, que ela deve ser conhecida. Se ela não for, basta dizer que o entrevistado é “um físico”, e alguma autoridade estará garantida. Queremos dizer que há, nesse tipo de argumento, graus de autoridade a que se pode apelar. Quanto menos conhecida é a figura a cujo prestígio se apela, menor é esse prestígio junto ao público não especializado. Portanto, não é correto dizer que as figuras citadas pelas reportagens não têm prestígio, mas sim que seu prestígio é fácil de contestar, por ser baixo. O autor-criador cita essas figuras imaginando que o leitor não questionará a autoridade delas.

Isso se deve, cremos, a uma “inversão” de autoridade, que faz recordar a clássica análise dos meios de comunicação de Lazarsfeld e Merton (1971, p.236-7):

Para alguns, as opiniões editoriais do *Times* representam o juízo ponderado de um grupo de especialistas e, por esta razão, merecem o respeito de leigos. Trata-se, contudo, de apenas um dos elementos desta primeira função dos meios de comunicação de massa, uma vez que eles conseguem aumentar o *status* de qualquer pessoa [...] Os meios de comunicação conferem prestígio e fortalecem a autoridade de indivíduos e grupos pela *legitimação de seu “status”*. O reconhecimento por parte da imprensa, rádio, revistas e atualidades, proclama a chegada de alguém, indica que beltrano é suficientemente importante para ser identificado em meio às grandes massas anônimas, atesta que o comportamento e as opiniões de fulano são bastante significativas a ponto de exigir divulgação pública. [...] Em suma, suas declarações constituem um testemunho de seu próprio *status*. (grifos dos autores)

A análise de Lazarsfeld e Merton olha o argumento por autoridade pelo avesso: *se, por um lado, citar especialistas confere o prestígio deles à revista, por outro, citá-los confere o prestígio da revista a eles*. A razão disso está na sociedade de massas. Se todos se diluem nela, o que conseguir manter-se distinto parecerá prestigiado. Ao ver a opinião de alguém em uma reportagem, é normal supor algum mérito a essa pessoa, que lhe conferiria o destaque ante a indiferença generalizada. O simples fato de uma figura ser citada acaba por atribuir a ela o prestígio com que se justificará sua citação.

Claro, nada disso ocorreria se o leitor se dispusesse a questionar a autoridade, ainda mais em se tratando de autoridades de baixo prestígio. Ao que parece, não é assim que o autor-criador o imagina. Ele entende que seu leitor reconhece a autoridade mesmo de desconhecidos; e, se crê nisso, é por imaginar um leitor pouco crítico. Essa posição é fundamentada com exemplos como (83), em que a revista apela, quase explicitamente, à sua própria autoridade. Embora tenhamos selecionado um exemplo de *Época*, na revista *CartaCapital* estão alguns dos exemplos mais chamativos desse tipo de procedimento. Em suas avaliações da crise econômica de 2008, na reportagem “Pacote remendado”

(08/10/2008, p.38-41), a revista apela a Nouriel Roubini, que é colunista da publicação. O apelo foi feito em grande destaque, acoplando, na reportagem, uma entrevista em que o economista desfia longamente as suas opiniões. Já na reportagem “Não há grana que baste” (15/10/2008, p.38-42), a revista insere, no corpo do texto, um artigo de opinião, o qual deveria explicar em relativa profundidade os problemas da economia de mercado que teriam conduzido à crise de então. Esse artigo de opinião inserido na reportagem é de autoria de Luiz Gonzaga Belluzzo, que é, também, colunista da revista. Seria salutar, a quem quer ser ou parecer imparcial, consultar figuras independentes e desinteressadas, que não pareçam diretamente implicadas no que se reporta. *CartaCapital* não parece tão preocupada com isso: assume explicitamente sua autoria na interpretação dos fatos, e — e esse é o detalhe que nos interessa — apela à sua própria autoridade para convencer ao leitor. É surpreendente, e é um reforço à tese de Lazarsfeld e Merton.

Em (81), temos mais um exemplo de certo “descuido” no uso do argumento por autoridade. O autor-criador buscou uma fonte de autoridade que o leitor, provavelmente, conhece: um renomado físico da UFRJ, tradicional universidade brasileira, que comenta as possibilidades políticas de Obama realizar um plano de energia nos EUA. É certo que físicos são especialistas em energia, mas o ângulo pelo qual a questão foi vista não é aquele em que físicos são autoridades. Seria mais lógico entrevistar um cientista político ou economista, a não ser que o tema fosse não as condições políticas para implementar um plano de energia, mas a própria energia. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.352) consideram a autoridade restrita a uma área. Citar as ideias de Einstein sobre culinária é tão eficaz quanto citar a opinião do *gourmet* sobre o efeito fotoelétrico. Se a opinião é restrita a uma área, lá deve ficar, a não ser que se justifique o apelo a uma autoridade fora de sua especialidade. Também é possível imaginar que se recorra a uma autoridade em lugar de outra devido a conflitos de autoridade. Se é preciso opor uma autoridade a outra, deve-se discutir os fundamentos da autoridade. Essa discussão não é comum no *corpus*, já que a maioria dos casos, assim como (81), não fazem oposições desse tipo.

Por fim, os casos (80) e (84) diferem dos outros. Neles, trata-se não de recurso a autoridade infundada, mas de recurso infundado à autoridade. O exemplo (80) é menos óbvio. Nele, entrevista-se um ex-ministro do Trabalho, figura que, por óbvio, é fonte de prestígio. Mas quais palavras dele são citadas na reportagem? Uma afirmação trivial, para a qual a opinião de uma figura tão importante não precisaria ser requisitada. O caso (84) é mais gritante. A autoridade entrevistada disse o que qualquer um sabe: se ganha a coligação apoiada por Lula, há palanque pró-Lula; se ganha a de oposição, há palanque

anti-Lula. Essa não é uma argumentação que se possa qualificar de racional. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.349) preferem qualificá-la de ridícula.

Até este momento, apresentamos duas conclusões a respeito dos argumentos por autoridade. A primeira é a argumentação por autoridade poder ser usada, na reportagem, sem que haja valor racional nisso; a segunda é a autoridade nem sempre emanar da figura citada, mas, às vezes, da própria revista. Esses resultados reforçam a ideia de a reportagem ser um gênero dirigido a auditórios particulares. Não fosse assim, e não se chegaria à segunda conclusão. Reforça essa ideia também o fato de o autor-criador não parecer se preocupar com a racionalidade. Como dissemos no início do item, auditórios particulares prescindem, muitas vezes, de argumentação racional. Reforça-se, por isso, uma interação de confiança. Mas há mais. Se a argumentação racionaliza o que o leitor já pensa, ela reforça a sintonia com o leitor, como se a conversa fosse entre iguais.

Há mais um aspecto a se considerar sobre o argumento por autoridade. Como se sabe, esse não é um argumento de prestígio indiscutível na Lógica. Copi (1972, p.81), por exemplo, inclui o “apelo à autoridade” no capítulo de falácias e, ainda que faça uma concessão a certos usos desse argumento, dizendo que ele “nem sempre é rigorosamente falaz”, o autor deixa claro que ele não constitui um meio de prova: “embora [o apelo à autoridade] *não prove o que se sustente*, há uma tendência certa para corroborá-lo” (grifo nosso). Quanto à autoridade, tal como requisitada em (80) e (84), é referida por ele como a falácia *argumentum ad verecundiam*. A crítica da Lógica ao argumento por autoridade é a de que a figura cuja autoridade é invocada pode não estar certa, pouco importando se ela tem prestígio ou não. Assim como não se pode, para a Lógica, recusar um argumento porque quem o elaborou não tem prestígio — a falácia *argumentum ad personam* —, não há sentido em assumir um argumento porque seu autor é prestigiado. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.348-9) corroboram essas críticas, mas defendem o argumento por autoridade dizendo que, embora em questões de verdade ou falsidade não haja o que fazer senão demonstrações lógicas, não se pode reduzir toda questão a juízos de verdadeiro ou falso. Os autores dão o exemplo dos juízes: eles não podem julgar com base, apenas, na Lógica; têm que pensar na paz social e na justiça (nem sempre lógica), e isso requer a tradição jurídica, manifesta na jurisprudência. Para isso, o apelo à autoridade é necessário. Para o apelo à autoridade ser válido na reportagem, então, ela precisaria ser um gênero em que não fosse sempre necessário ocupar-se de questões de verdade e falsidade.

Não é da verdade e da falsidade, porém, que a reportagem se ocupa? Com efeito,

a autoridade é reclamada, na reportagem, se há uma posição a ser confirmada, uma tese a ser defendida. A defesa de tese é, de certo modo, a afirmação da verdade de algo. Se a reportagem deve provar a verdade do que diz, e se o apelo à autoridade não faz isso, é preciso dizer por que esse argumento é comum nas reportagens. Em primeiro lugar, cremos que o vínculo de confiança entre autor-criador e leitor faz o gênero prescindir, em larga medida, da racionalidade. Em segundo lugar, cremos que isso seja fruto da pretensão da reportagem de dar a conhecer relatos de envolvidos, de especialistas, de testemunhas, etc., para dar ao leitor uma visão complexa dos acontecimentos narrados. Esse é um procedimento também das notícias, em que se exorta o autor-criador a trazer sempre “os dois lados” de uma questão. Notícias, porém, dão a isso um sentido diverso. Recolhem-se testemunhos antagônicos não para defender uma tese, mas para confirmar a narração dos fatos. Os discursos citados, por isso, não são argumentos por autoridade — quer dizer, não são sequer argumentos, tal como essa palavra é entendida na tradição da Lógica e da Retórica. Cabe à reportagem ligar acontecimentos para conferir-lhes um sentido, analisar a semana. A citação tem, nela, outro motivo: não o de informar, mas o de interpretar. Daí a frequente ausência do contraditório nelas. Ao invés de “dois lados”, a reportagem costuma citar só o que defende a tese do autor-criador.

3. O acordo visado

Quando a argumentação, como nos casos anteriores, pretende reforçar consensos ou fortalecer um ponto de vista contra a ofensiva de outros, há o que a retórica costuma chamar de discurso epidíctico. É um discurso conservador, no sentido de ser aquele que tenta manter os consensos do grupo a que dirige a argumentação. A reportagem que se dirija, portanto, ao partido comunista, será chamada de conservadora (no sentido em que entendemos este termo) se reforçar, para os comunistas, o acordo que eles já têm. Note-se que esse é um uso do termo muito diferente de outro, bastante corrente, que qualifica quem defende posições políticas associadas à direita.

Há, porém, a argumentação não conservadora, que não é, portanto, epidíctica. É a que não presume o acordo do leitor, mas busca-o. Ela não parte da premissa de que o leitor está de acordo, mas tenta criar acordo. A argumentação que será analisada a seguir não ignora a polêmica, mas adentra-a; não ignora questões do leitor, mas responde-as. É a argumentação que não trata de certezas, mas de dúvidas; que visa dirimir as dúvidas, construir consensos. Daí o título deste subitem: “o acordo visado”. É a argumentação que visa ao acordo, e não a que parte dele para apenas reforçá-lo.

É preciso, para evitar dúvidas, lembrar que toda argumentação parte do acordo. Isso já foi dito: ou há acordo quanto às premissas, ou não há debate. Diferem-se, pois, os argumentos que analisamos antes dos que analisaremos agora, não por um partir do acordo e o outro da polêmica, mas por um partir do acordo para reforçá-lo, e outro partir de um acordo para tentar, por meio dele, construir novos acordos. Os argumentos vistos no item anterior partiam de um valor consensual qualquer, e chegavam de novo a ele. Os que analisaremos neste item, ao contrário, partem de um acordo qualquer (sobre o qual não falaremos), para chegar a uma conclusão diferente desse acordo inicial. Isso quer dizer que o autor-criador não está preocupado em afirmar ao leitor o que esse leitor já pensa, mas em levar o leitor a pensar algo que ele ainda não pensa.

O estudo deste item é importante porque, por meio dele, podemos notar *as ideias que o autor-criador supõe que o leitor não tem bem formadas, ou não tem de nenhum modo*. Ou seja, quais são ou as dúvidas, ou as ignorâncias do leitor. São lacunas que o autor-criador vai, com seu discurso, preencher.

3.1. Argumentação racional

Reservamos para este item a discussão sobre alguns argumentos que respeitam os limites de uma argumentação racional. É preciso, antes de tudo, esclarecer que não nos referimos, aqui, a argumentações necessariamente lógicas, mas tão somente às que são razoáveis, o que inclui argumentações retóricas convincentes.

O argumento utilizado com mais intensidade em nosso *corpus* é um tido como ilógico: o argumento por autoridade. Mas, apesar de os manuais de Lógica o incluírem no capítulo de falácias, o argumento por autoridade pode ser considerado razoável, caso se respeitem algumas condições. Nos casos que citamos no item anterior, o argumento por autoridade é irracional, pois apela a autoridades em que não há motivo para confiar, ou a autoridades que fazem declarações triviais, ou a autoridades erradas, etc. Mas é, de todo modo, frequente em nosso *corpus* o uso adequado desse tipo de argumento. Ele será tratado neste item, assim como os argumentos justificados com base em dados, os argumentos por comparação, os argumentos pelo exemplo (quando esses tipos todos de argumento não engendram distorções ou equívocos) e, claro, o argumento lógico.

Principiemos por atestar que argumentos rigorosamente lógicos — silogismos e entimemas — são raros no *corpus*. Vejamos alguns exemplos:

(85) O segundo recado das urnas mostra que, em se tratando de eleição

municipal, a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não se transfere automaticamente. [...] A presença de Lula na campanha também não foi suficiente para eleger Luiz Marinho em São Bernardo do Campo, a eleição em que o presidente mais se empenhou pessoalmente. [...] Na eleição, Lula gravou mensagens de apoio para 94 candidatos e 45 deles perderam a parada. (*ISTOÉ*, 15/10/2008, p.44-5)

- (86) Maria Fernanda Coelho sustenta que não há o que temer. “Vamos trabalhar com uma governança claramente estabelecida. Seguiremos as regras de mercado”, diz. O BB não agirá de forma diferente, mesmo porque deve satisfação a seus acionistas. (*ISTOÉ*, 29/10/2008, p.40)
- (87) As urnas entusiasmarão os peemedebistas a exigir, “no mínimo”, a vaga de vice na chapa que teve de ser encabeçada por Dilma Rousseff. Com “no mínimo”, querem dizer que ameaçam veladamente ter candidato próprio. Ninguém de bom senso acredita nisso, porque nenhum deles está disposto a entrar em uma campanha presidencial sem o PT. (*VEJA*, 15/10/2008, p.76)
- (88) Desde que a Europa, com a Inglaterra à frente, decidira comprar ações de seus bancos, os EUA não tinham outra opção senão tomar o mesmo caminho, sob pena de deixar seus bancos na chuva. Coisas do mundo globalizado. (*VEJA*, 22/10/2008, p.85-6)
- (89) Criados com a finalidade de tornar mais seguras as operações de crédito, eles [os derivativos] ganharam vida própria e se transformaram em uma espécie de Godzilla, o monstro que sai dos mares totalmente fora de controle e destrói as cidades. Entre 2002 e 2008, o valor dos derivativos em circulação no mercado global saltou de US\$ 106 trilhões para nada menos que US\$ 531 trilhões de dólares. É, literalmente, uma quantia inimaginável, totalmente descolada da economia real, perfeita representação daquilo que o financista Warren Buffet definiu como “arma financeira de destruição em massa”. (*ÉPOCA*, 13/10/2008, p.49)
- (90) A crítica à centralização do poder era algo mais fundada que esses dois falsos problemas. A Constituição recém-aprovada, a vigésima na história do país, dá ao presidente o poder de dissolver a Assembleia Nacional uma vez em seu mandato, desde que convença a Corte Constitucional de que os deputados se arrogam poderes que não lhes correspondem ou bloqueiam sistematicamente seu Plano de Desenvolvimento, que deverá apresentar formalmente. (*CARTACAPITAL*, 08/10/2008, p.46-7)

Os exemplos acima lançam mão de técnicas argumentativas gestadas na Lógica. Elas consistem em silogismos ou entimemas válidos, embora não estejam escritos com os rigores do formalismo lógico. Como se sabe, é possível expressar argumentos lógicos sem recorrer à linguagem, bastante artificial, da Lógica. Nosso *corpus* não tem casos de silogismos expostos enquanto tal, ou de entimemas cujas proposições (com exceção das

elípticas) fossem expostas na linguagem da Lógica.

O exemplo (85) é uma adaptação para a linguagem comum de um silogismo em *modus tollens*. Adaptado à linguagem da Lógica, ele pode ser escrito da seguinte forma:

Se é possível a Lula transferir votos aos seus apadrinhados, eles serão eleitos;

Eles não foram eleitos;

Portanto, não é possível a Lula transferir votos aos seus apadrinhados.

Há, claro, muito que se discutir sobre a verdade das premissas desse argumento. É sempre possível interpretar os mesmos dados de outro modo, escrevendo uma frase como “Lula mostrou que consegue transferir votos a seus apadrinhados, como se vê pelos números: 49 candidatos apoiados por ele se elegeram, num total de 94 — ou seja, mais de 50% dos seus herdeiros políticos alcançaram sucesso eleitoral”. O mesmo fato, assim dito, seria argumento em favor de Lula. A maleabilidade dos dados é evidente a qualquer um minimamente familiarizado com o uso deles para sustentar teses. No nosso exemplo, os dados são manipulados pela premissa maior. Dela, depreende-se que todos os candidatos apoiados por Lula precisariam se eleger, para provar-se a capacidade dele de transferir votos; isso sustenta a conclusão que nega essa capacidade. Pode-se ver na premissa outro sentido: o de que, para provar a tese da transferência de votos, não é preciso elegerem-se todos os apoiados por Lula, mas apenas a maioria deles. Mas, fosse esse o caso, e os números estariam em favor de Lula, já que a maioria desses candidatos apoiados por ele teve sucesso (pouco mais de 50%). Se alguém assumisse, por fim, que, ao invés de a maioria, Lula teria que eleger muitos candidatos, restaria a necessidade de explicar quantos candidatos são necessários para concordarmos que ele elegeu muitos. O que permite a manipulação é, portanto, a ambiguidade da premissa condicional. Ela permite criticar o argumento, não por sua invalidade, mas por um possível erro material. De todo modo, se é discutível a verdade da conclusão, a validade do silogismo não é.

Em (86), há o inverso do que se viu em (85): um silogismo em *modus ponens*. Ele pode ser adaptado à linguagem lógica da seguinte forma:

Se o Banco do Brasil deve satisfação a acionistas, seguirá regras de mercado.

O Banco do Brasil deve satisfação a acionistas.

Portanto, ele seguirá regras de mercado.

Há, outra vez, o que se discutir quanto à verdade das premissas desse argumento. A forma do argumento, porém, é incontestavelmente lógica.

Em (87), podemos adaptar o argumento para um silogismo categórico de forma típica:

Nenhum candidato ao poder Executivo se oporá ao PT.

O PMDB é candidato ao poder Executivo.

Portanto, o PMDB não se oporá ao PT.

Os silogismos dos tipos (85) e (86) são mais complexos, porque sua forma exige a adoção de uma premissa condicional — isto é, uma premissa na qual haja não uma, e sim duas proposições. O silogismo acima é mais simples, e leva à conclusão pelo termo médio “candidato ao poder Executivo”. Apesar dessa simplicidade, (87) não é fácil de defender apenas com os dados dispostos no argumento. Isso porque o argumento, na formulação original, traz o verbo “opor-se” modalizado pelo “querer”. Não faz sentido dizer que nenhum candidato ao Executivo se oporá ao PT. Fosse assim, e não haveria eleições. O correto é dizer que ninguém *quer* se opor ao PT. Mas o fato de ninguém querer se opor ao partido no poder não leva à conclusão de que ninguém se oporá a ele. A premissa maior, por isso, não se sustenta; sem ela, o raciocínio desaba. Isso não quer dizer, porém, que este não seja um raciocínio válido. Ainda que seja fácil contestar suas premissas, ele é formalmente correto.

O exemplo (88) traz um problema um pouco mais complexo. Ele também pode ser exposto por *modus ponens*. Sua tradução para uma linguagem técnica seria:

Se, num mundo globalizado, a Europa estatiza bancos, os EUA também devem estatizá-los.

A Europa, num mundo globalizado, estatizou bancos.

Portanto, os EUA também devem estatizá-los.

Esse é outro silogismo correto do ponto de vista formal, e difícil de aceitar. Sua premissa maior é facilmente contestável, pois é difícil sustentar que, só porque estamos num mundo globalizado, se a Europa estatizar um banco, os EUA se obrigarão a tomar a mesma atitude. Essa parece uma afirmação arbitrária, injustificada, feita *ad hoc*. Ao traduzir o argumento, tornamos em adjunto adverbial da premissa maior uma afirmação que, no argumento original, está no fim do trecho. O argumento original parecia usar essa informação (a de o mundo de hoje ser globalizado) para justificar o que fora dito antes (a necessidade de os EUA estatizarem bancos, devido à Europa tê-lo feito). Isso é um sinal de que o autor-criador previa a estranheza que suas palavras causariam. Ele, por isso, lamenta: “Coisas do mundo globalizado”. É uma frase jocosa, cúmplice como uma piscadela, que sugere certo grau de experiência compartilhada entre autor-criador e leitor. Essa intimidade visa substituir a falta de justificação para a premissa maior.

Em (89), o autor-criador fundamenta-se em dados. Parece possível traduzir

argumentos desse tipo na forma de silogismos que incluem a premissa de que os dados provam o que está em causa. Assim, o argumento ficaria traduzido do seguinte modo:

Toda operação financeira cujo valor se descola da economia real é perigosa.

O valor dos derivativos descolou-se da economia real.

Portanto, os derivativos são perigosos.

A premissa maior que formulamos acima dá conta de que os dados realmente bastam para provar aquilo que se deseja que eles provem. É da aceitação dessa premissa (feita de maneira tácita pelo leitor) que advém o poder de persuasão desse argumento. O que cumpre questionar é, sempre, se os dados realmente provam o que visam provar — quer dizer, é a premissa maior que está em questão em argumentos desse tipo. Claro que a premissa não está em questão, ou o raciocínio estaria impedido de prosseguir.

Por fim, o argumento (90) pode, também, ser exposto na forma de um silogismo categórico de forma típica. Seja ele:

Toda Constituição que dá ao Executivo o poder de dissolver o Legislativo é centralizadora.

A Constituição do Equador dá ao Executivo o poder de dissolver o Legislativo.

Portanto, a Constituição do Equador é centralizadora.

Como se vê, os argumentos acima podem ser facilmente descritos como válidos, embora nem todos como verdadeiros. Isso não deve nos perturbar. É sempre possível questionar a verdade de uma premissa, pois premissas sempre dependem da aceitação de quem as compartilha. Se o leitor aceita premissas tão questionáveis quanto as de (86) e (87), temos a imagem de que ele, embora desconfiado e demandando um raciocínio da parte do autor-criador, não é tão atento para submeter esse raciocínio a um exame mais detalhado.

Importa-nos asseverar, em primeiro lugar, que os argumentos lógicos são mais raros em nosso *corpus* do que outros modos de interação com o leitor, como a ironia. O raciocínio lógico parece, entretanto, a argumentação racional mais “natural”. Se o autor-criador quase não recorre a formas argumentativas simples e eficazes como essas, é por não as julgar adequadas ao leitor. Assim, o perfil de leitor inclui a ideia de uma figura pouco afeita à Lógica. Reforça essa posição o fato de nenhum argumento, mesmo se silogístico, ter sido exposto na linguagem da Lógica. Os argumentos assumem sempre o contorno de conversa descontraída, nunca de raciocínio rigoroso.

Vejamos outros argumentos racionais presentes em nosso *corpus*:

- (91) Nesse ambiente de incerteza, o Brasil, obviamente, não poderia passar incólume. A crise bateu às portas das empresas brasileiras que se financiam no Exterior. “As fontes de crédito secaram. O canal de financiamento externo não está funcionando”, constata o economista Ilan Goldajn, da Ciano investimentos”. (*ISTOÉ*, 08/10/2008, p.39)
- (92) Duas décadas depois, portanto, a Constituição está aí tal como antes: festejada e criticada, respeitada e contestada. O que mudou foi o Brasil que surgiu a partir daqueles 18 meses de debates que envolveram 489 deputados e 72 senadores e mobilizaram a sociedade. O caso da licença-paternidade é exemplar. Autor da emenda, o deputado Alcení Guerra (DEM, ex-PFL do Paraná) subiu à tribuna sob os risos do plenário. “Como diz Chico Anysio, o dia dos pais é nove meses antes”, ironizara, segundos antes, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Pediatra, Alcení relatou histórias de mães que precisaram estar com o marido ao lado na maternidade, inclusive o caso do seu quarto filho. Hoje, o debate é sobre a ampliação a licença. (*ISTOÉ*, 08/10/2008, p.65-6)
- (93) Assim como o PT se apropriou de bandeiras do ex-presidente Fernando Henrique no governo federal, como o Bolsa Escola e a estabilidade da moeda, Kassab tomou para si iniciativas da gestão petista. (*VEJA*, 15/10/2008, p.72)
- (94) O método [para atacar Kassab] foi o mesmo usado por Lula na eleição presidencial de 2006, quando foi surpreendido por ter de disputar o segundo turno contra Geraldo Alckmin (PSDB). Naquele momento, Lula, também assessorado por João Santana, surpreendeu o oponente com uma “acusação” polêmica: tachou Alckmin de ser um privatista inveterado. A estratégia garantiu a reeleição de Lula. A diferença crucial é que o ataque de Lula não fazia alusão à vida privada. (*ÉPOCA*, 20/10/2008, p.42)
- (95) O mais difícil, segundo o professor da FGV Aloisio Campelo, é determinar até que ponto o encarecimento dos empréstimos e a desaceleração da economia são determinados diretamente pela falta de liquidez externa ou são simplesmente os efeitos da política monetária. Vale lembrar que a taxa básica de juros, a Selic, foi elevada de 11,75% para 13,75% nos últimos seis meses, enquanto os países desenvolvidos vão na direção contrária. (*CARTACAPITAL*, 08/10/2008, p.43)

Os exemplos (91) e (95) utilizam, de maneira racional, o apelo à autoridade. Em ambos os casos, a tese a ser sustentada não é trivial, e a autoridade selecionada para dar-lhe sustentação é renomada, reconhecível pelo leitor e estudiosa do tema em discussão. As teses defendidas, porém, são opostas: uma autoridade dá conta de que o crédito desapareceu, no Brasil, devido à contaminação pela crise internacional; a outra diz que o crédito secou devido ao encarecimento causado pela elevação da taxa básica de juros.

Os argumentos (93) e (94) fazem aquilo sem o que Perelman e Olbrechts-Tyteca

(1996, p.274) creem que a argumentação não poderia ir muito longe: comparação. Não é preciso refletir muito para observar que essas comparações carecem de valor lógico. O fato, porém, é que o bom senso não encontra motivo para recusá-las sem considerar a possibilidade de sequer discuti-las. O argumento (93) prevê um ataque à candidatura de Kassab e previne o leitor contra ele, comparando essa candidatura à de sua rival, Marta Suplicy; o argumento (94) tenta provar que os ataques a adversários são uma constante do PT comparando a atuação de campanha de Marta Suplicy à de Lula em 2006.

O argumento (92) não utiliza nem a comparação, nem o apelo à autoridade, mas também uma constante em nosso *corpus*: o exemplo. Mais uma vez, estamos diante de um caso de argumentação que não é lógica, pois, como afirmamos no primeiro capítulo, baseados em Hume e Russell, o exemplo não é meio de prova para uma tese. Exemplos, se tomados para isso, visariam provar o universal a partir do singular, e incorreriam no problema de indução. Ainda assim, insistimos, esse é um apelo à razão e ao bom senso. É, portanto, uma tentativa de argumentação racional, ainda que não lógica.

Como se vê, há uma grande quantidade de argumentações racionais não lógicas em nosso *corpus*. Trata-se de argumentos retóricos que buscam o convencimento, e não a persuasão. O argumento retórico, mesmo se convincente, não é capaz de oferecer ao leitor uma prova de que algo está certo. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.50-1) têm razão ao dizer que a argumentação promove uma tendência à adesão (e não uma certeza absoluta), ao contrário da prova, que traz a verdade consigo e exige pouco do orador. Se há um recurso tão mais intenso à argumentação racional de tipo retórico do que à lógica, isso pode nos levar a duas conclusões. Primeiro, reforça a ideia de que o leitor não parece conseguir acompanhar uma argumentação lógica formada com todo o rigor da disciplina; segundo, que a discussão tende a cair sobre pontos acerca dos quais não há certeza. Essa segunda consideração é importante, e queremos analisá-la com calma.

Começamos pela questão: por que o autor-criador acha necessário argumentar? Que imagem ele tem do leitor que, em certas situações (relativamente raras), leva-o a considerar necessário convencer o leitor por evidências lógicas ou por retórica racional? A resposta parece simples: há questões das quais o leitor não está certo. A reportagem é produzida para esclarecer ao leitor aquilo que ele não entende. Esse é, com certeza, um dos elementos da resposta. Mas nem tudo pode ser explicado pela dúvida do leitor. A dúvida exigiria do autor-criador a resposta, nada mais. Ela não leva, necessariamente, o autor-criador a argumentar. Para isso, deveria haver motivos para o leitor não confiar na palavra do autor-criador.

Isso pode contrariar quase tudo o que vimos argumentando até o momento. Nos capítulos precedentes, esforçamo-nos para mostrar que os dados do *corpus* resistiam à hipótese de a reportagem de revista não praticar um diálogo realmente crítico, mas uma conversa íntima, baseada na confiança. Esses novos dados contrariam a hipótese inicial? Somos forçados a admitir que sim. Em parte, esses dados a contrariam. Se a reportagem fosse uma simples reunião de compadres, não haveria, nela, esforço para obter a adesão do leitor, mas apenas a reafirmação para ele de valores que ele já assume. Foi preciso, por isso, reformular a hipótese inicial.

Para esclarecer a modificação feita em nossa hipótese original, analisemos um detalhe de (91) e (95). Esses argumentos demonstram que é possível argumentar, na reportagem, em defesa de posições díspares: se (91) diz que o Brasil sofre a falta de crédito devido ao contágio pela crise internacional, (95) afirma que a falta de crédito se deve à alta da taxa básica de juros. Essa é, com efeito, uma das razões por que muitos filósofos desacreditavam a argumentação retórica: se é possível, por meio dela, defender ideias contraditórias, é porque ela não guia a conclusões de validade universal. Cremos haver alguma razão nessa crítica, mas o importante não é isso, e sim o fato, assumido nessa crítica, de que a argumentação retórica planta suas raízes no solo da polêmica. Se considerássemos que, na reportagem, houvesse só acordo entre autor-criador e leitor, não haveria motivo para argumentação, nem existiriam os exemplos acima.

O motivo da argumentação não é a simples dúvida do leitor, mas uma polêmica, explícita ou velada, em que o leitor se enreda. Se o autor-criador defende uma posição, ele faz isso em oposição frontal a outras posições, defendidas por outros participantes de um diálogo em grande escala. Esse diálogo em grande escala é travado entre as próprias revistas, que disputam a interpretação da semana entre si.

Se fosse o caso de dar testemunho das posições políticas presentes nas revistas de nosso *corpus*, poderíamos dizer que *IstoÉ* e *CartaCapital* são mais favoráveis ao PT, enquanto *Época* e *Veja* são mais críticas a esse partido e mais favoráveis ao PSDB. As duas primeiras diferem entre si no apoio ao livre mercado. *IstoÉ* é favorável a políticas econômicas mais próximas de Friedmann; *CartaCapital*, de Keynes. *Época* e *Veja* têm posições parecidas, divergindo no tom que assumem: *Veja*, mais agressiva, sarcástica, humorística; *Época*, mais sóbria, ponderada. Se fosse o caso de dispor as quatro revistas num espectro político, à esquerda estaria *CartaCapital*, *IstoÉ* estaria ao centro, *Época* à direita e, à direita dela, *Veja*. A variação de posições revela não só opiniões diferentes das redações, mas posições diferentes das revistas no “mercado de opinião”. Graças à

diferença de opinião de cada veículo, cada um consegue o seu filão, o seu público-alvo. Cada público-alvo espera ler o seu próprio ponto de vista na sua própria revista. Assim, as reportagens de revista tendem a reforçar no leitor o que ele já pensa. Mas, quando há dúvida, quando o público-alvo não sabe exatamente o que pensar, o quadro fica mais complexo. Em alguns casos, o autor-criador apenas diz ao leitor como ele deve entender os fatos. É o caso da afirmação categórica. Há dúvida sobre como interpretá-los, mas não polêmica: o leitor não tem por que desconfiar do autor-criador. Em certos casos, porém, outros enunciados podem problematizar a posição do autor-criador. Não resta ao autor-criador, então, nada além da polêmica — de preferência, a *polêmica velada*.

Polêmica velada é um conceito elaborado por Bakhtin (1981) que dá conta das modalidades discursivas em que há um diálogo tenso entre duas vozes, embora uma das duas esteja suprimida do texto. É uma modalidade discursiva bivocal, pois, nas palavras de um, percebe-se a voz do outro. O argumento (95) é claro exemplo disso. Se fosse o caso de simplesmente defender a tese de que o crédito secou devido à alta da taxa básica de juros, sem polemizar com quem defende teses diferentes, o autor não se perguntaria “até que ponto o encarecimento dos empréstimos e a desaceleração da economia são determinados diretamente pela falta de liquidez externa”. Essa pergunta retórica enseja a elaboração não de um argumento, mas de um contra-argumento à tese defendida pelos demais veículos de imprensa. Por meio desse recurso, insere-se uma voz externa na fala do autor-criador. É a fala de seus contendores, a quem ele reage.

Na sequência, expandiremos as reflexões acerca da bivocalidade dos enunciados argumentativos e da polêmica entre as revistas. Para explicar esses pontos, citaremos e analisaremos alguns argumentos não racionais. Ao fim dessas explicações, tentaremos reformular a hipótese quanto ao gênero, na conclusão do capítulo.

3.2. *Argumentação não racional*

Como ficou demonstrado no item 2 deste capítulo, nem sempre a argumentação da reportagem é racional. Naquele item, tratamos de argumentos que funcionavam para reafirmar consensos de grupos. Aqui, tomaremos exemplos de argumentos não racionais que sirvam não para reafirmar consensos, mas para buscá-los.

Cumprе fazer uma pequena explicação do que consideramos “não racional”. Não ser racional é argumentar de qualquer maneira que utilize procedimentos diferentes dos racionais. Apelos à emoção não são racionais, mas emotivos; falácias (entendidas como argumentos com estrutura formal sem validade, mas semelhante à dos válidos) extraem

poder persuasivo da estrutura aparentemente válida; argumentos *ad personam* não têm semelhança com argumentos racionais, sendo, portanto, totalmente irracionais.

Antes mesmo de analisar os argumentos, uma questão pode surgir. Argumentar é atitude que atende a um projeto, consciente ou não. Para obter adesão, quem argumenta traça uma imagem do interlocutor e uma estratégia adequada a essa imagem, ou tenderá ao fracasso. São imagens muito diferentes do interlocutor, as que levam à argumentação convincente e à persuasiva. São persuasivas as argumentações dirigidas a, no jargão da retórica, auditórios menores e mais homogêneos; sua tendência é ser emotiva. Visam convencer as argumentações dirigidas a auditórios heterogêneos o bastante para recusar argumentos que partem de acordos delimitados, como os emotivos, o humor, o apelo ao senso comum do grupo, etc. Em conjuntos heterogêneos, grupos de pessoas diferentes reagem de forma diferente tanto a uma piada, como a um apelo ou exortação. Essa é a razão por que, para esses auditórios, espera-se argumentação racional. À razão, todos reagem, em tese, do mesmo modo — desde que esses “todos” sejam pessoas adultas em condições mentais de exercer sua racionalidade.

Se as afirmações acima estão certas, deve haver algum problema na forma como o leitor da reportagem de revista é imaginado. Não faz sentido lançar mão, na mesma argumentação, de argumentos convincentes e persuasivos; não parece haver lógica em dirigir-se a todo ser capaz de racionalidade em um argumento e, depois, tentar obter a adesão de um grupo delimitado. Se, no item anterior, demonstramos que o autor-criador realiza argumentos racionais, como explicar que haja outros, não racionais, usados pelo mesmo autor-criador (o autor-criador o gênero, não o de cada reportagem singular)?

Para tentar responder esse questionamento, seguem alguns exemplos do *corpus*.

- (96) A ex-ministra [Marta Suplicy] também se empenha em vincular a imagem de Kassab à do deputado Paulo Maluf mas não conta que o parlamentar pertence à base aliada do presidente Lula e nem que em 2004 ela mesma procurou obter o apoio de Maluf na disputa contra o tucano José Serra. (ISTOÉ, 22/10/2008, p.38)
- (97) Aliado de Marta, ele [Paulinho da Força] insuflou os policiais contra o governador José Serra, para atingir a candidatura de Kassab, apoiada pelo tucano. Paulinho escancarou seu objetivo em um discurso feito a policias na semana passada: “Estamos chegando às vésperas do segundo turno. O chefe de vocês, que é o José Serra, sabe que tem de ganhar as eleições. E sabe que uma greve da polícia tem repercussão nacional. A proposta que eu quero fazer aos companheiros é que, na semana que vem, na quinta-feira, a gente faça uma passeata saindo do Morumbi, com carro de som, com bandeira, com faixa. E, do Morumbi, vamos para a porta do Palácio

dos Bandeirantes”. (VEJA, 22/10/2008, p.80-1)

- (98) No passado, crises muito menores do que a de hoje provocaram abalos bem maiores. [...] Em algumas situações, o país chegou à situação humilhante de pedir moratória. Mas se o dólar pulou de R\$ 1,59 para quase R\$ 2,50 nas últimas semanas, é bom lembrar que já foi cotado a R\$ 3,85 em outubro de 2002, quando ainda se pensava que o PT iria fazer loucuras ao assumir o poder. Na mesma época, o risco Brasil atingiu o recorde de 2.440 pontos. Hoje, apesar de toda a incerteza, está pouco acima dos 400 pontos. (ISTOÉ, 15/10/2008, p.39)
- (99) A experiência histórica mostra que nos 124 episódios de crise, entre 1970 e 2007, em 59 dos casos os custos foram de 14,8% do Produto Interno Bruto (PIB). É só fazer a conta e tirar conclusões: 700 bilhões de dólares são apenas 5,1% do PIB dos EUA de 13,7 trilhões de dólares. Mesmo aprovado o pacote, a cavalaria do governo norte-americano está longe da glória de ter salvado eu, você e o restante do planeta. (CARTACAPITAL, 01/10/2008, p.28)
- (100) Embora a economia não seja uma ciência exata e o mercado insista em pregar peças em tantas autoridades que pretendem conduzi-lo, é razoável acreditar que este seja o começo do fim da catástrofe. (ÉPOCA, 06/10/2008, p.39)

Em (96), é dado a Marta Suplicy o que ficou conhecido como contra-argumento por retorção. Trata-se de devolver a alguém o que ela mesma disse, tentando demonstrar que ela não segue as convicções que propaga. É um contra-argumento ilógico: o fato de alguém não seguir suas próprias convicções não demonstra que essas convicções estão erradas. Mas é um contra-argumento retoricamente poderoso, pois, mesmo que não dê prova da causa que defende, acaba por desmoralizar um adversário em uma discussão. É interessante notar que o uso de contra-argumentos pressupõe a polêmica. Só se fazem contra-argumentos para defender-se da agressão de outrem a uma causa defendida por nós. Quando o autor-criador contra-argumentou, ele assumiu a existência da polêmica e posicionou-se nela; a intromissão de um discurso alheio torna-se, por isso, inevitável. Há, na contra-argumentação, um conflito entre vozes, sendo uma o discurso do qual se quer dissuadir o leitor, e a outra, o discurso que faz a dissuasão.

Em (97), o autor-criador brada ao leitor com uma “prova” de que a greve da Polícia Civil era uma simples manobra eleitoreira arquitetada por Paulinho da Força. O problema é que a prova apresentada não prova nada. A fala de Paulinho de Força não dá conta da motivação eleitoreira da greve; ela apenas revela que o sindicalista queria que o momento de enfraquecimento do governador fosse explorado pelos grevistas.

Em (98), temos um caso de polêmica velada. O autor-criador responde a uma crítica contra o governo petista, segundo a qual o país estaria entrando em crise. Note-se que sua resposta pode soar falaciosa, pois não demonstra que o país não está em crise. Ao invés disso, ele apenas diz que o Brasil já esteve pior em crises de menor escala, e refere-se ao valor do dólar no final do governo de Fernando Henrique Cardoso. É uma alfinetada no partido de oposição, e um ataque à posição contrária. No texto, isso tem o efeito de atenuar as acusações de que, sob o governo do PT, o país está em crise (ainda que, como dissemos, o argumento não prove isso). A reportagem, se lida como um todo, apresenta mais do que apenas este trecho. Ela argumenta baseando-se em dados e apelos à autoridade e, por isso, mesmo que este argumento isolado seja irracional, ele está em uma reportagem que faz uso considerável da argumentação racional — não dizemos que não. Apenas nos interessa salientar a relação lógica que a reportagem tentou criar onde não há lógica nenhuma: a tentativa de provar que a situação econômica presente é boa, por meio da comparação com uma má situação econômica passada. Se, no passado, uma situação econômica foi ruim, isso não prova que a situação econômica atual seja boa.

Em (99), o autor-criador procura demonstrar seu ponto de vista por meio de um cálculo, mas incorre num raciocínio que consideramos uma falácia formal. Assume-se, no início do argumento, um percentual (59 casos de crises, num universo de 124, foram resolvidas apenas depois do recurso a 14,8% do PIB). Isso significa que apenas 48% das crises exigiram, no passado, o uso dessa soma. O autor conclui, entretanto, que os EUA teriam que investir muito para chegarem ao final da crise — conclusão que a premissa não autoriza. Se, em 48% dos casos, necessitou-se de 14,8% do PIB, há, ainda, 52% de chance de os EUA não precisarem disso. Da correlação estatística, que só indica uma possibilidade, o raciocínio saltou a algo semelhante a uma determinação causal. Embora esse argumento não seja totalmente racional, vale notar que a semelhança dele com os argumentos válidos basta para ele ser persuasivo. Isso revela que o autor-criador sentiu necessidade de persuadir. Ele precisou tentar obter a adesão do leitor, e isso se deve a ele supor que o leitor duvidaria da tese defendida. Afinal, o leitor deve poder obter, pela memória, outros dados. A mídia bombardeava que esse era o maior pacote de resgate financeiro da história. Dizer ao leitor o oposto causa estranheza e exige argumentação.

Em (100), novo exemplo de procedimento persuasivo adotado em nosso *corpus*: a estratégia de concessão. Trata-se de condescender com o ponto de vista contrário, para tentar parecer imparcial e equilibrado. Isso faria o leitor confiar no autor-criador e aderir a suas ideias. O autor-criador assume a crítica de o mercado pregar peças e impedir uma

afirmação exata, para, então, fazer uma afirmação que se pretende exata. É, claro, uma argumentação ilógica. A concessão tenta absorver uma crítica, arrancando-a, assim, dos críticos. Isso faz o argumento parecer mais firme e serve para obter a adesão do leitor.

Essas análises, e também as do item anterior, deixam-nos com certas perguntas. A primeira: por que se argumenta na reportagem de revista? O que leva o autor-criador a pensar que deve argumentar? Além da incerteza do leitor, há algo mais: os argumentos de adversários em circulação pela sociedade. O gênero imagina um leitor não totalmente imune à opinião contrária. Não é um leitor “homogêneo”, mas alguém exposto a ideias que abalam seu conjunto de certezas e o colocam em dilema. Este ponto é importante: cada revista concebe seu público-alvo; ele tem uma coerência relativa, a ponto de poder ser tido por um (no jargão da retórica) auditório particular. Os capítulos anteriores e o item 2 deste capítulo dão evidências disso. Se é um auditório particular — quer dizer, um leitor relativamente bem definido —, isso não significa que ele esteja fechado num círculo, dentro do qual só haja suas próprias ideias. O leitor precisa debater seu ponto de vista. Para isso, conta com os especialistas em interpretar os fatos para ele — inclusive, para lhe dar os contra-argumentos de que ele precisa para manter-se convencido de seu conjunto de valores, e protegido da ofensiva dos valores alheios.

Esse último ponto nos leva à nossa segunda consideração. Se as argumentações partem mesmo de uma polêmica, é necessário reconhecer que, na maioria dos exemplos acima, ela não é explícita. Há algumas exceções, como a retorção do exemplo (96) ou a tentativa de matizar a tese adversária em (95). Na maior parte dos casos, a reportagem de revista produz um argumento para a defesa de uma tese, mas não faz referência aos adversários. Suas palavras, claro, tornam-se determinadas pelas deles, mesmo se não são citadas (a presença da argumentação já supõe as falas deles). Em alguns casos, como em (98) e (99), a polêmica velada é perceptível, não só porque há argumentação, mas porque há contra-argumentação (nem sempre revelada como tal). Nesses casos, os enunciados ganham uma densidade diferente, refratando as palavras de outrem e dando a elas tratamento próprio. Tornam-se bivocais. A bivocalidade⁴⁵ é muito frequente no *corpus*, e está evidente nos exemplos (98) e (99), visível na acentuação externa sobre o discurso de Paulinho da Força em (97), e em outros exemplos. Parece uma constante, e sinaliza que a hipótese original nossa, de a reportagem de revista comodamente repetir ao leitor o que ele quer, não resiste ao exame do *corpus*. Aproveitaremos as conclusões

⁴⁵ A bivocalidade será explicada mais detalhadamente no próximo capítulo.

deste capítulo para tentar reformular essa hipótese.

4. Conclusões parciais e discussão

Estas conclusões parciais precisam recobrir duas lacunas deixadas pelas análises feitas dos exemplos deste capítulo. Primeiro: explicar por que o autor-criador opta, às vezes, por argumentação convincente e, outras vezes, por argumentação persuasiva. A maneira de argumentar atende a um projeto, e esse projeto, a uma imagem do auditório (como dizem os retores). A argumentação convincente imagina um auditório universal, composto por quem deve ser influenciado de maneira racional (ainda que varie a forma como a racionalidade é concebida). A argumentação persuasiva imagina um auditório particular, e tende a selecionar argumentos emocionais. Segundo: reformular a hipótese que tínhamos, mas agora sob a luz da constatação de argumentos, racionais ou não, disputando com o leitor o sentido daquilo que se narra. Esse novo dado deve se somar aos demais, que apresentavam não uma polêmica, mas um consenso muito forte entre autor-criador e leitor.

Princiaremos pelo segundo ponto. A reportagem dá mostra de ser um gênero mais complexo do que parecia, e essa complexidade advém da necessidade de absorver o discurso de outrem, à qual a reportagem é induzida pela atividade social em que se engaja. Com efeito, tudo seria mais fácil para o autor-criador da reportagem se ele pudesse, simplesmente, afirmar ao leitor o que o leitor já pensa, e nada mais. Se o leitor fosse colocado numa bolha, ouvindo apenas o discurso do autor-criador, tudo seria mais fácil, mas o fato que o autor-criador precisa encarar é o de que *o leitor está em contato com discursos de outrem*. Isso obriga o autor-criador ao diálogo com esses discursos.

Se, no entanto, imaginarmos que a reportagem é tão somente uma arena em que se faz o debate de pontos de vista, também teremos dificuldade para explicar o amplo conjunto de dados contrários essa hipótese, sinalizando o compartilhamento ostensivo de premissas polêmicas e a argumentação pouco profunda, pouco crítica, e que, muitas vezes, só diz ao leitor o que ele já pensa. Esses dados também precisam ser explicados. Mais que isso: esses dados são mais frequentes que a argumentação em busca de acordo e, por isso, devem ser mais importantes no desempenho da atividade social de que o gênero é parte. Esse é, portanto, o primeiro ponto a ser elucidado. O compartilhamento de premissas já foi alvo de nossa reflexão; cumpre refletir sobre os argumentos que, em vez de visar, presumem acordos. Tanto argumentos por autoridade mal formados como os do tópico 2.2, como afirmações categóricas, realizam um esforço para obter a adesão

do leitor. A questão é: obter a adesão do leitor ao quê? Como queremos ter esclarecido, são argumentos que visam obter a adesão do leitor àquilo em que eles já acreditam.

Note-se, aqui, um detalhe importante. Já falamos de como a reportagem repete ao leitor o que ele já pensa, quando queríamos dizer que ela abre mão de argumentar. O caso, porém, é diferente aqui. *A reportagem está, com efeito, argumentando, mas para levar o leitor a aderir ao que ele já adere.* Ela se esforça ativamente para dar ao leitor argumentos que reforcem suas crenças. A maior parte da argumentação de nosso *corpus* tem essa função. Em ampla medida, portanto, não há na reportagem um *raciocínio* que interpreta a vida pública, mas uma *racionalização* que legitima interpretações da vida pública prontas de antemão. Nesse sentido, pode-se dizer que a argumentação cumpre, na reportagem, um papel próximo ao do que os retores chamam de *gênero epidíctico* (na acepção particular que a palavra “gênero” tem para eles). Para Aristóteles (2005, p.124-30), esse gênero julga o belo e o feio, para dar exemplos de condutas aceitáveis. Sua descrição do gênero aproxima-o do discurso sacerdotal. Preferimos uma definição mais contemporânea. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.57), ainda que incluam nesse gênero os discursos catequéticos, definem-no como aquele que reforça valores caros ao grupo. Isso amplia o alcance do gênero, incluindo nele não só o discurso do sacerdote, mas também o do professor, do ideólogo, do político, etc.

Esse modo de interagir exige que a reportagem se dirija a grupos específicos na massa. Se ela é, por um lado, um produto cultural de massa, por outro, segue precisando se dirigir a um grupo na massa — um *nicho de mercado*, em linguagem empresarial. As argumentações, como as descrevemos, não levam a crer que a reportagem visa à adesão de todo ser humano. *A reportagem foca-se num público-alvo.* Ao contrário da notícia, que parece neutra e almeja, com isso, a universalização, a reportagem volta-se a leitores específicos, empenha-se em manter um contato próximo com ele, em fazer parte do seu grupo, em fortalecer o consenso de que ele participa. A atividade em que a reportagem toma parte não faz, portanto, uma discussão desapaixonada com a intenção de chegar a uma verdade. Já se tem a verdade assumida previamente, e argumenta-se no sentido de reforçá-la. É a verdade do público-alvo.

Dissemos em vários trechos deste trabalho que a reportagem é parte da indústria da informação, que pretende, como toda indústria, maximizar as vendas. Não seria, pois, correto supor que o autor-criador deveria dirigir-se ao auditório universal, já que, assim, ele se faria lido por um grupo maior de leitores? É de se imaginar que, se o autor-criador não defender nem os valores do grupo A, nem os do grupo B, ambos os grupos, A e B,

sentir-se-ão à vontade para ler. Embora esse seja um raciocínio comum, repetido vez ou outra por jornalistas e leitores, parece-nos que essa é uma hipótese fadada à recusa após a análise empírica. A reportagem não realiza a atividade de informar o leitor, mas de dialogar de forma íntima com ele, para participar da construção da sua visão de mundo. O leitor dá esse espaço à empresa jornalística que decide ler porque confia nela; confia porque se identifica; identifica-se porque comunga valores com ela. O que está em jogo é a criação e a sustentação de uma identidade. No contexto da pós-modernidade, em que grandes massas reuniram-se nas cidades, em que não há respeito à tradição, em que as fronteiras das nações diluem-se, e em que viceja o maior individualismo já conhecido na história, torna-se difícil firmar identidades de grupo. As pessoas procuram, na revista, não só a interpretação da semana, mas conforto frente ao turbilhão. Esse conforto é, de um lado, uma ordem no caos de informações em que o leitor precisa entrar e, de outro, um reforço da identidade corroída pelo movimento incessante da pós-modernidade.

Há mais. Como dissemos, a pós-modernidade abre espaço à profusão de uma miríade de gostos. Graças à reestruturação produtiva, a padronização estética do fordismo deu lugar a um esforço para satisfazer cada pequeno gosto local. Esse é outro modo de maximizar vendas: em vez de impor o gosto universal, flexibilizar a produção para atender a gostos particulares. Quando dizemos que a reportagem foca-se em um grupo específico na massa, afirmamos nada mais que a expressão na imprensa dessa explosão de gostos e tendências. Assim como as demais indústrias, a imprensa está submetida ao ecletismo pós-moderno e precisa lidar com ele, se pretende vender. Isso não significa, porém, que houve o abandono de um aspecto da lógica do fordismo: impor, de cima para baixo, os produtos que o consumidor deve ter. Se é verdade que hoje nem todo carro é preto, também é fato que a propaganda induz ao consumo de carros, e os capitalistas tentam criar métodos de insuflar e controlar as tendências e gostos. O consumo não passa, muitas vezes, de reação ao funcionamento de uma indústria da qual o consumidor não é o sujeito, mas o objeto. O mesmo vale para a reportagem, embora, cremos, em menor escala. Ela especula sobre a consciência do leitor para elaborar um plano, relativamente racionalizado, de como dirigir-se a ele. Por que “menor escala”? Primeiro porque, ao especular sobre a consciência de grupos em dispersão na massa, a indústria deve lidar com a psicologia social, que é, por sua natureza, caótica. Isso dificulta a especulação e a eficiência da indústria. Segundo porque, pela própria natureza do produto que se está oferecendo, o leitor é colocado numa posição ativa. Ele não pode ter grau zero de subjetividade. Isso obriga a indústria

a lidar com condições indesejáveis para ela, dificultando-se, assim, sua hegemonia. Essa é a razão porque, mesmo podendo-se ver o comportamento do leitor como uma função de uma atividade de consumo, não se pode encará-lo como totalmente assujeitado. Mas, mesmo se resguardado o seu quinhão de subjetividade, não cremos ser conveniente ignorar as limitações ao exercício pleno dela — limitações essas que podem ser vistas como derivadas da atividade de consumo da qual a reportagem é parte.

Estamos em boa posição para discutir os dados que parecem contrariar nossa hipótese. Se o que dissemos acima for verdade, não haveria motivo para argumentos (racionais ou não), buscando a adesão do leitor (e não a presumindo), surgirem nas reportagens. Por que, então, existem, na reportagem, o argumento por autoridade, pelo exemplo, pela lógica, etc.? A resposta, já a demos no parágrafo anterior. A ideologia do cotidiano é muito plástica, e o leitor não está de quarentena em uma bolha. Ele procura manter-se coerente com seus valores, mas, vez ou outra, não pode evitar encará-los a frio. Essa insegurança quanto aos próprios valores é um traço característico, justamente, da vida pós-moderna: a efemeridade de valores de grupo, que dificulta a unidade e a coesão tanto de agrupamentos sociais, quanto da personalidade dos indivíduos.

Imaginemos, para efeito de comparação, a vida na sociedade medieval. No que pese as evidentes transformações sociais que ocorreram ao longo desse período, parece claro que, ao homem medieval, o mundo se afigurava muito mais como uma rocha que como um líquido. Mas, se a Idade Média é uma rocha, a modernidade é líquida... É difícil manter os valores que garantem coesão social e unidade psicológica na pós-modernidade; nela, todas as pessoas são suscetíveis, todas em transformação tão rápida e tão perturbadora quanto o próprio mundo. Alguns exemplos do *corpus* testemunham isso. O tema que mais ensejou polêmica foi a crise financeira internacional. Por que esse tema? Vimos nos capítulos anteriores como a pós-modernidade advém das relações de produção capitalistas, instáveis por sua própria lógica. A crise financeira é uma dessas instabilidades do capitalismo. Ela produz imensas dúvidas, que levam à necessidade de debates em muitas esferas da vida pública. O leitor de *Veja* terá passado alguns anos vendo a revista corroborar suas posições neoliberais. Quando ele é informado de uma crise que ameaça passar por cima do seu mundo feito um rolo compressor, e de toda uma argumentação que atribui isso, de forma razoável, ao neoliberalismo — quando o leitor se vê nessa situação, ele, confuso, torna-se alvo de discursos contrários aos que sustentava. A obsessão com que a pós-modernidade se revira do avesso torna frequentes esses casos em que o indivíduo vê suas posições fragilizadas. A revista se vê, assim, na

necessidade de argumentar contra as posições contrárias, primeiro, para sustentar o mínimo de credibilidade, e segundo, para manter os valores do grupo com o qual ela dialoga. Isso porque *manter esses valores é manter o público-alvo coeso e, portanto, as condições de sua própria existência enquanto empresa capitalista*.

A causa, portanto, da argumentação epidíctica é a mesma da argumentação que visa ao acordo, em vez de presumi-lo: ambos derivam da instabilidade no estágio atual do capitalismo. É preciso dizer, claro, que, por mais frágeis que sejam os consensos de um grupo, é sempre mais fácil manter a argumentação que refuta posições contrárias e mantém a fidelidade do leitor aos valores dele, do que fazer o contrário. Essa é a tese de estudos de comunicação de massa como o de J. Klapper (1971, p.167), que afirma como a comunicação de massa serve mais ao reforço de valores do que à mudança, e o de T. Adorno (1971, p.288), que enxerga na indústria cultural o efeito colateral do reforço, nas massas, da mentalidade delas.

Nossa hipótese, portanto, deve ser reformulada para incluir a necessidade de argumentação ativa em busca da adesão do leitor, no que diz respeito aos temas em torno dos quais se cria polêmica. Podemos enunciá-la da seguinte forma:

O gênero reportagem de revista procura, por motivos mercadológicos, não contrariar seu leitor; tende, por isso, a não incluir polêmicas, a torná-las veladas tanto quanto possível, e a apenas reforçar valores de grupo e racionalizar as conclusões que o leitor já apoia. As inevitáveis instabilidades sociais colocam, porém, a necessidade constante de negociar certos valores, revê-los, gerando não só insegurança, mas também uma incessante disputa pelo sentido dos acontecimentos que afetam a coletividade. Isso obriga o gênero a absorver o discurso de outrem, a adentrar as polêmicas e a esforçar-se para argumentar contra teses adversárias e em favor das teses do grupo ao qual visa. Mesmo assim, é forçoso reconhecer que o debate aberto pelo gênero não visa alcançar a verdade (no sentido que os lógicos dão a isso), mas apenas à construção de consensos contingenciais, coerentes com o sistema de valores adotado pelo leitor. A finalidade, portanto, não é polemizar, mas anular a polêmica; não é a reflexão junto ao leitor até uma interpretação dos fatos que se sustente, mas o esforço para sustentar a identidade de grupo do leitor — o esforço para ser o dique de contenção contra o discurso adversário.

Essa é a nossa hipótese. Se a finalidade da argumentação não muda, há uma importante alteração na dinâmica do gênero, caso a adotemos. Ela dá à reportagem um caráter análogo ao referido por T. Eagleton (1997, p.51) quando comenta a ideologia:

Se as ideologias não são tão “puras” e unitárias quanto elas próprias gostariam de acreditar, isso ocorre porque, em parte, existem somente em relação a outras ideologias. Uma ideologia dominante tem continuamente de negociar com as ideologias de seus subordinados, e essa abertura essencial a impedirá de alcançar qualquer espécie de auto-identidade pura. A verdade, aquilo que confere poder a uma ideologia dominante — sua capacidade de intervir na consciência daqueles que ela subjuga, apropriando-se da experiência deles e reinflectindo-a — é também o que tende a fazê-la internamente heterogênea e inconsistente.

A reportagem, assim como a ideologia no comentário de Eagleton, não pode ser tão coerente e unitária quanto desejaria. Nossa hipótese inicial uniformizava em excesso o gênero e retirava dele boa dose de sua dialogicidade interna. Essa dialogicidade ocorre pela necessidade de inclusão da voz alheia, seja para legitimar posições e seduzir o leitor, seja para refutar posições (veladamente ou não). Isso faz o gênero mudar, cindir-se, deixar de ser uma construção teórica equilibrada e bem acabada, tornar-se processo em vez de produto. Acreditamos, por isso, que a hipótese reelaborada dá conta, com mais fidelidade, das contradições do gênero.

Resta comentar, ainda, a tensão entre argumentação convincente e persuasiva. É preciso esclarecer, de início, que consideramos convincente a argumentação lógica, a racional não lógica, e mesmo as falácias persuasivas pela semelhança com argumentos válidos, e os argumentos válidos, mas falsos, por assumirem premissas indefensáveis. Esses são casos em que o autor-criador, com maior ou menor sucesso, apela à razão. Com efeito, o que causa estranheza é a presença de argumentos convincentes no *corpus*. Se é o caso de reforçar consensos de grupo, não haveria necessidade de ser racional. Bastaria o humor e alguns expedientes argumentativos de caráter subjetivo e emocional.

Primeiro, note-se que o argumento lógico é raro e nunca surge na linguagem da Lógica. Os que expusemos continham premissas fáceis de contestar e que (como está no capítulo 2), se são aceitas sem maiores discussões, é por já haver um acordo avançado entre autor-criador e leitor em questões polêmicas. Isso posto, podemos dizer, talvez em oposição ao que se pensa, que *o esforço da argumentação racional costuma restringir o público*. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.22) definem o auditório com base nas pretensões do retor; o auditório é aquele a quem o retor pretende atingir. Isso significa que a argumentação racional é fruto da *pretensão* do retor de manter um diálogo que toda “pessoa razoável” poderia corroborar, o que não significa que o retor conseguiria, com esse discurso racional, efetivamente, apoio universal à sua tese. Para uma indústria que pretende lucrar, não faz sentido restringir tão dramaticamente o círculo de leitores como a argumentação verdadeiramente racional faria.

Mas, como a racionalidade adotada na reportagem é limitada (pelos argumentos que não são lógicos, mas convincentes apenas; pela assunção de premissas contestáveis; pelo uso de falácias; etc.), cremos que ela não exige um esforço tão grande a ponto de o público ver-se restrito demais por isso. O leitor aí suposto não vai revisar criticamente a argumentação, em busca de erros. Supomos, pois, que a argumentação racional tende à *universalização dos pontos de vista particulares do grupo ao qual o leitor pertence*. Não se trata de simplesmente afirmar valores de grupo, mas de retirá-los de sua validade unilateral, dando-lhes a aparência de verdade fora de discussão. É, também, prática comum no gênero que os retores chamam de epidíctico:

Não receando a contradição, nele [no gênero epidíctico] o orador transforma facilmente em valores universais, quando não em verdades eternas, o que, graças à unanimidade social, adquiriu consistência. Os discursos epidícticos apelarão com mais facilidade a uma ordem universal, a uma natureza ou a uma divindade que seriam fiadoras dos valores incontestes e que são julgados incontestáveis. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996, p.57)

No contexto da pós-modernidade, vive-se em confusão contínua. Nas academias, há quem viva tranquilamente refletindo sobre a valia relativa da verdade que se assume aqui e ali; no cotidiano, porém, sob as pressões do mercado de trabalho, demanda-se um alicerce para apaziguar o sofrimento psicológico que a insegurança contínua causa. É nossa hipótese a de que isso induz à universalização (simbólica apenas, é evidente) de consensos restritos ao grupo leitor. Na demanda pela informação, o que o público quer é não só ver o real, mas ver a sua versão do real; quer (como cremos que tenha ficado claro) cultivar um conjunto de valores, o que implica protegê-los do ataque de outras versões da verdade. Além do uso ordinário, então, da argumentação não racional ou do abuso de acordos pressupostos, em alguns momentos o autor-criador pode utilizar-se de uma argumentação convincente, com graus variáveis de racionalidade, para tentar tornar um ponto de vista particular em universal. Isso é necessário: o real é um só; se o leitor quer ver os valores do seu grupo tidos como “os reais”, eles não pode admitir que sejam reais ao lado de outros. A inquietação causada pela pós-modernidade pode se apaziguar quando se estabelecem alguns valores de grupo; esses valores são, porém, contestáveis, se forem contingentes. Universalizá-los, ainda que apenas em aparência, é uma forma de desobrigar o leitor de se expor à instabilidade da vida moderna.

V

O GÊNERO IDEALIZADO E O GÊNERO REALIZADO

Nem todo gênero discursivo tem um metadiscurso a seu respeito — quer dizer, um conjunto de textos que o debatem. Não é o caso da reportagem de revista. Sobre ela, há manuais de redação e materiais didáticos; cursos universitários de jornalismo a debatem; muita reflexão é feita acerca de como a reportagem deve ser escrita.

Note-se o que foi dito: muita reflexão é feita sobre como ela *deve ser* escrita. É a dimensão do *dever ser*: o que se discute em cursos de Jornalismo, materiais didáticos e manuais de redação jornalística pertence a uma dimensão diversa do que realmente se pratica na imprensa. De um lado, há a *prática*, o que ocorre de fato na reportagem; de outro, a *normatização*, o metadiscurso que visa regular a prática. É de nosso interesse conferir esse gênero tal como o metadiscurso o imagina, pois, como se supõe, o gênero imaginado interfere no gênero de fato, pressionando-o para limitar-se a suas normas.

Não se deve, claro, imaginar que essa é uma normatização é perfeita. Haver um metadiscurso sobre o gênero não é garantia de o gênero espelhar esse metadiscurso. Na prática, condicionantes não previstos pela teoria, situações diversas das exemplares, casos não arquetípicos, etc., devem perturbar a ordem suposta pelo metadiscurso. O que esperamos é extrair uma reflexão proveitosa da comparação entre o gênero praticado e o imaginado. No que diz respeito a nossos objetivos, cremos que o gênero é normatizado de um modo por se conceber certa interação com o leitor como aceitável ou desejável, dentro da atividade social historicamente situada em que ele se engaja. O modo como o leitor é concebido é fator estruturante do gênero; se o gênero não adota a estrutura, é por haver motivos para imaginar que ele concebe seu leitor de um modo diferente.

Nesta parte de nosso trabalho, dedicamo-nos ao exame dos textos em que o metadiscurso normativo do gênero se manifesta. Analisamos esses textos no capítulo II, item 6. Aqui, faremos referência, em especial, às *definições* de reportagem. A definição deve informar *o que o gênero é*, quer dizer, conter a essência do gênero, o que o torna distinto dos demais. É preciso dizer, porém, que há mais do que definições. Em muitos

materiais, várias instruções são dadas aos repórteres, e não raro elas contrariam as definições e criam dificuldades para esse metadiscorso. Vamos nos concentrar naquilo que o gênero deve ser: sua definição.

1. Considerações sobre a polifonia na reportagem de revista

Iniciaremos nossa investigação sobre a definição da reportagem de revista por uma revisão de alguns textos sobre o tema. Mas é preciso, antes, prevenir-se contra a armadilha em que materiais didáticos podem se transformar para nós. Há, por um lado, os materiais que oferecem prescrições para o jornalismo de revista; há, por outro, os que fazem prescrições para a própria reportagem. Os do primeiro tipo tratam do suporte em que o gênero circula; os do segundo, do gênero em si. Embora haja diferenças entre os dois, ambos devem, em algum nível, ser analisados por nós. E isso se deve ao fato de não termos encontrado, em nossas pesquisas, uma definição para reportagem de revista. Definições, em geral, estão em materiais didáticos e manuais de estilo; a reportagem, tal como é lá considerada, é um gênero não de revistas, mas de jornais. Há, porém, alguns materiais didáticos dedicados a jornalismo de revistas. O que eles dizem, às vezes, pode ser atribuído ao gênero reportagem, embora essa atribuição seja, no mais das vezes, uma extrapolação feita por nós.

Para iniciar nossas reflexões, é útil relermos algumas definições do gênero:

[...] a notícia, de modo geral, descreve o fato e, no máximo, seus efeitos e conseqüências. A reportagem busca mais: partindo da própria notícia, desenvolve uma seqüência investigativa que não cabe na notícia. Assim, apura não somente as origens do fato, mas suas razões e efeitos. Abre o debate sobre o acontecimento [...] (MARTINS FILHO, 1997, p.254)

Essa é a prescrição do *Manual de Redação e Estilo* de O Estado de São Paulo. Citamos este trecho no capítulo II, mas tornamos a citá-lo aqui, dessa vez, para analisar a instrução de “abrir o debate sobre o acontecimento”. O gênero seria, assim, obrigado a incluir uma multiplicidade de vozes sobre o tema. Em outro trecho, o mesmo manual (MARTINS FILHO, 1997, p.17) diz:

Lembre-se de que o jornal expõe diariamente suas opiniões nos editoriais, dispensando *comentários* no material noticioso. As únicas exceções possíveis: textos especiais assinados, em que se permitirá ao autor manifestar seus pontos de vista, e matérias interpretativas, em que o jornalista deverá registrar versões diferentes de um mesmo fato [...]

Vê-se, aqui, que a opinião do autor só é permitida no editorial e no artigo de

opinião; nas “matérias interpretativas” — uma designação genérica que pode incluir a reportagem —, há espaço para o ponto de vista, mas não o do autor, e sim os pontos de vista variados sobre o mesmo fato. Longe de ser uma acepção exclusiva de O Estado de São Paulo, essa instrução é bastante comum. Bahia (1990, p.50), por exemplo, diz o mesmo em seu material didático, ao definir a reportagem como “soma das diferentes versões de um mesmo acontecimento”. Já a definição de reportagem do *Manual geral da redação*, da Folha de São Paulo (1987, p.122), diz que “a reportagem é o núcleo essencial do jornalismo. Ela deve sempre conter: a descrição do fato, todas as versões das partes envolvidas e, se possível, a opinião de especialistas. [...] Todas as versões contraditórias devem ser oferecidas ao leitor”. O manual (1987, p.95) ainda recomenda ao jornalista evitar advérbios e adjetivos na reportagem, o que visa normatizar a escrita para impedir a subjetividade do jornalista de se sobrepor aos dados que ele coletou — e as vozes dos entrevistados estão entre eles.

Essas prescrições podem ser resumidas dizendo que a reportagem é vista como um gênero em que se debate um tema a muitas vozes — entre as quais há contradição, uma vez que não se trata de coletar vários depoimentos aleatórios, mas as versões de um fato que conflitem entre si —, e no qual o autor não se impõe às falas que cita. É um debate *inconcluso*, que não encerra a oposição entre vozes que compõem o enunciado. Dito de forma sucinta: *os materiais didáticos prescrevem à reportagem a polifonia*. É a conclusão de Grillo, para quem (2005, p.6) “a polifonia é a própria essência desse gênero [reportagem] que se propõe a dar a ver, por meio do discurso citado, as posições ou vozes em confronto sobre o fato noticiado”. A polifonia é desejável ao gênero por um motivo ético: ela garantiria um autor-criador idôneo, imparcial.

Essa é a prescrição. Cumpre conferir se ela se transfigura pela prática. Para isso, começemos por expor, brevemente, o conceito de polifonia. Bakhtin (1981) elaborou o conceito para tratar de um modelo específico de romance, surgido ao longo do século XIX. Os teóricos de então se batiam com dificuldades para interpretar as inovações estéticas trazidas à arte do romance por Dostoiévski, e Bakhtin terminou por considerar que essas dificuldades eram fruto dos métodos da estilística tradicional. Essa estilística estava ajustada para perceber nuances da estética clássica, mas não captava as sutilezas do romance dostoiévskiano. Era um romance feito de um modo novo porque tratava de uma realidade nova: da dinâmica econômica do capitalismo, emergia uma sociedade de massas (como comentamos no capítulo II). Grupos de diferentes origens, com diferentes culturas, aglomeravam-se nas cidades que avançavam pelos mapas. O comércio global

intensificava-se e o contato com a diferença ficou tão constante que abalou a convicção sobre o certo e o errado. Descreve muito bem esse período a afirmação de E. Benveniste (1976, p.55), segundo a qual a inteligência típica do século XIX era a “inteligência comparativa”, que revelava, na “universal dessemelhança”, a “universal contingência”. O choque de diferentes modos de pensar e agir destruía, assim, a certeza de um desses modos ser, em face dos outros, necessário. Esse é o contexto de Dostoievski. A ele, ofertou-se uma sociedade que aprendia a viver sem certezas absolutas; ele a representou com uma técnica romanesca em que vozes opostas debatiam sem impor-se uma a outra, mantendo-se todas, mesmo a do autor-criador, em tensão. Nascia o romance polifônico.

As principais características desse tipo de romance, em oposição ao antigo, são resumidas por Bezerra (2005, p.191): “à categoria de monológico estão associados os conceitos de monologismo, autoritarismo, acabamento; à categoria de polifônico, os conceitos de realidade em formação, inconclusibilidade, não acabamento, dialogismo, polifonia”. Queremos nos atentar para a noção de inconclusibilidade: natural que, para haver polifonia, é necessário que as vozes em contradição não componham uma síntese. O momento da síntese dissolve a contradição, encerra o diálogo em uma conclusão e dá ao todo um sentido final. Só há polifonia quando se mantém irresolvida a contradição, já que da contradição viva é que o romance polifônico se alimenta.

Não queremos, ao argumentar em favor de se considerar a possibilidade de haver polifonia na reportagem, cair na vulgarização do conceito criticada por C. Tezza (2003, p.245-6), para quem

a aposta de Bakhtin no crescimento do que ele chamou de “gênero polifônico do romance”, uma aposta de fato não concretizada, espalhou-se de tal modo que a vulgarização do conceito, de raiz filosófica e ética, profundamente imersa nas obras filosóficas da juventude, acabou por desfigurá-lo. E, como vimos, criou-se no imaginário crítico a ideia da superioridade intrínseca do tal “romance polifônico” (e ninguém se lembrava de ler Bakhtin e levantar a lista exigentíssima dos pressupostos do gênero, que apenas Dostoiévski foi capaz de preencher), gerando uma espécie de “caça à polifonia”, a qualquer preço.

Ao contrário, acreditamos que a polifonia é um conceito possível à reportagem, ainda que ele tenha sido gestado na literatura. Segundo Bakhtin (1981, p.237):

Consideramos a criação do romance polifônico um imenso avanço não só na evolução da prosa ficcional do romance, ou seja, de todos os gêneros que se desenvolvem na órbita do romance, mas, generalizando, também na evolução do *pensamento artístico da humanidade*. Parece-nos que se pode falar francamente de um *pensamento artístico polifônico* de tipo especial, que ultrapassa os limites do gênero romanesco. Este pensamento atinge facetas do

homem e, acima de tudo, *a consciência pensante do homem e o campo dialógico do ser*, que não prestam ao domínio artístico se enfocados de *posições monológicas*.

Se o pensamento artístico polifônico ultrapassa o romance e atinge a consciência do homem, parece-nos correto considerar a possibilidade de haver gêneros polifônicos exteriores à esfera literária.

Um último questionamento é importante. Pode-se opor à ideia de a reportagem de revista ser polifônica a constatação de ela não abrir espaço para o estilo das falas citadas. Não há, na reportagem, representação do modo de falar dos entrevistados; ao contrário, as falas se submetem a um estilo único, pois são “corrigidas” pelo jornalista. Isso é fato, mas é importante lembrar que Bakhtin não crê que a polifonia advenha da representação da variedade de jargões, modos de falar, etc. Ao contrário, o romance monológico, segundo ele (1981, p.157-8), sempre fez esse tipo de representação, mas de modo a impor ao discurso citado o intento discursivo do autor-criador. O resultado é a reificação da fala citada.

O problema não está na existência de certos estilos de linguagem, dialetos sociais, etc., existência essa estabelecida por meio de critérios meramente lingüísticos; o problema está em saber sob que *ângulo dialógico* eles se confrontam ou se põem na obra. Mas é precisamente esse ângulo dialógico que não pode ser estabelecido por meio de critérios genuinamente lingüísticos, porque as relações dialógicas, embora pertençam ao campo do *discurso* não pertencem ao campo puramente lingüístico do seu estudo. (BAKHTIN, 1981, p.158)

A questão, portanto, é o modo como os discursos citados interagem uns com os outros e, talvez mais importante, o modo como eles interagem com o autor-criador. Se há imposição do discurso do autor-criador sobre o discurso citado, a inconclusibilidade malogra e emerge, em seu lugar, um discurso que utiliza as falas citadas para realizar os propósitos do autor-criador. Por isso, Bakhtin (1981, p.198-9) afirma que a polifonia, para se realizar, exige um autor-criador “protocolar”, “seco”; ele não pode suplantar as vozes que cita, deve deixá-las falar por si sós.

Os materiais voltados para revistas dão instruções que parecem contrariar essas que conferimos. Os que consultamos mais amiúde foram Scalzo (2011) e S. Vilas Boas (1996). Do primeiro, extraímos reflexões que nos levaram a crer na emergência de dois gêneros (pelo menos) distintos, ambos chamados de reportagem. O segundo faz pensar sobre aspectos da produção da reportagem na revista.

O material de Vilas Boas não define reportagem — que é, precisamente, o que

nos interessa. Muitas de suas observações parecem poder se atribuir a reportagens, no entanto. Isso porque ele parece assumir, tacitamente, que reflexões pertinentes a revistas são, também, a reportagens. Em alguns momentos, ele chega a referir-se abertamente à reportagem: “toda reportagem de revista traz no texto, implícito ou não, uma espécie de *ponto de vista*, que aqui não deve ser confundido com qualquer tipo de opinião” (VILAS BOAS, 1996, p.21). Vilas Boas, como se vê, admite que a reportagem de revista oferece um grau maior de subjetividade ao autor, permitindo-lhe manifestar um ponto de vista — o que, nas notícias, é negado. Ponto de vista, esclarece o autor (1996, p.21), é uma interpretação do que se narra. Isso contraria o conceito de polifonia: se há interpretação, há fechamento de sentido e, assim, não se tem condições válidas para a representação do discurso de outrem. Contraria, ainda, a noção de um texto polifônico, as instruções que o autor (1996, p.15) dá de escrever com “tempero”, que nada mais é que um pedido de estilização do texto. Isso dificultaria a adoção de um estilo protocolar, que é o que se espera em um discurso polifônico. Vale ressaltar que o estilo protocolar não deixa de ser uma estilização. Em estilo, não há “grau zero”: mesmo o estilo seco é um estilo. Ao pedir para “temperar” o texto, no entanto, a impressão que fica é a de que o autor da reportagem deveria “florear” as frases, adorná-las, e não estilizá-las tornando-as secas, diretas — pois, fosse esse o caso, e seria dispensável o conselho de “temperar” o texto, uma vez que o estilo seco é uma constante do jornalismo. De todo modo, essa não é uma instrução ao autor de reportagens, mas ao jornalista que trabalha em revistas; como dissemos, fazemos uma extrapolação ao acreditar que suas considerações valem ao suporte tanto quanto ao gênero.

Embora defenda posições como essas (e há outras), o material didático de Vilas Boas é relutante em admitir a subjetividade do autor no texto. O autor afirma (1996, p.39) que “toda revista segue o mesmo preceito dos jornais diários”, quando comenta o estilo. Ele se referia à necessidade de o estilo tocar todos os públicos, mas sabemos que o estilo jornalístico não pretende apenas isso, e sim garantir a idoneidade da informação. Se há compartilhamento de preceitos estilísticos em jornais e revistas, ambos devem ter a mesma preocupação quanto à objetividade e ao público-alvo. O público-alvo seria essa espécie de auditório universal, a que se chama leitor médio. E, como o auditório é universal, o diálogo com ele seria pautado pela objetividade, pois, uma vez que o autor aferra-se a uma interpretação do real, ele restringe o grupo de leitores que se conectarão a ele. Essa afirmação parece-nos, por isso, contraditória com a de o autor da reportagem ter direito à defesa de um ponto de vista.

Uma das expressões dessa contradição em seu material está na sua tentativa de dizer, frontalmente, se a reportagem expressa ou não o ponto de vista do autor:

Dentro do assunto tratado, a reportagem de revista repercute um *ponto de vista* genérico, que poderíamos chamar de *tendência*. Mas de forma velada. Exemplo: um texto que apresente um diagnóstico das estatais brasileiras pode conter, nas entrelinhas, um posicionamento (tendência) favorável à privatização. Não quer dizer, necessariamente, que a revista está opinando sobre o factual da reportagem. Significa que o texto pode suscitar — ou mesmo induzir a pensar — que o melhor caminho seria vender as “paquidérmicas” estatais. (VILAS BOAS, 1996, p.41)

Este é um trecho que consideramos contraditório. Segundo o autor, a reportagem afirma, de forma velada, um ponto de vista sobre os fatos que narra, mas não opina. Mas, se decidiu defender uma “tendência”, a revista opinou — não há por que pensar o contrário, só por ser sua opinião um “ponto de vista genérico”. Não temos como afirmar que um ponto de vista é totalmente idiossincrático; eles são sempre, em alguma medida, coletivos. Essa contradição (se não julgamos mal o autor) é a trinca nas instruções: a reportagem deve ser livre de manipulação, mas deve ser manipulada para atrair o leitor.

Há, por fim, um trecho em seu material em que o autor quase define reportagem. Esse trecho lembra as definições dos manuais de estilo dos jornais: “a reportagem é uma notícia, mas não uma notícia qualquer. É uma notícia avançada, na medida em que sua importância é projetada em *múltiplas versões, ângulos e indagações*” (VILAS BOAS, 1996, p.43, grifos nossos). Novamente, temos aqui uma referência à multiplicidade de pontos de vista, como elemento da reportagem. Mas, se a característica da reportagem de revista é a interpretação do autor, como podem se desdobrar os fatos dela em “múltiplas versões”?

Como se pode ver, os materiais que ensinam a trabalhar com revistas não fazem uma definição do conceito de reportagem (pelo menos, os que consultamos). Se eles se centram na produção da revista, dão a ela características que parecem contradizer as esperadas no gênero reportagem. Em alguns momentos, os materiais, tanto de jornais como de revistas, parecem concordar. E isso perturba a imagem do gênero que esses materiais criam. Afinal, reportagem é um gênero polifônico? Esse é um gênero que abre espaço para uma multiplicidade de vozes debaterem o que se narra? Ou há fechamento do sentido nele? Se há fechamento, há meios de sustentar que o gênero opõe pontos de vista, para ampliar o leque de reflexões do leitor?

Tentaremos conferir a validade dessas ideias no *corpus*. As análises que fizemos nos capítulos anteriores dão-nos algo que dizer sobre isso, mas preferimos, por ora,

apresentar análises diferentes. Ao apresentarmos as conclusões parciais, cruzaremos os resultados das análises com os resultados anteriores, para visualizar um quadro um pouco mais completo das possibilidades de se considerar polifônica a reportagem. As análises se voltarão à construção composicional do gênero, com considerações sobre a estrutura e os modos de discurso citado, ambos importantes para a polifonia. Ao longo da exposição de resultados, não especularemos sobre o gênero ser ou não polifônico. Trataremos disso apenas ao final do capítulo.

1.1. O espaço de leitura preliminar

As reportagens que fazem parte de nosso *corpus* apresentam-se sempre com título em destaque, subtítulo e, na primeira ou segunda página do texto (dependendo da paginação), ao menos uma imagem principal com legenda. Esses elementos atraem o olhar do leitor tão logo ele se fixe na página, capturam sua atenção antes de ele ler o texto. São elementos lidos antes do corpo da reportagem, que, embora aparentemente alheios e espalhados pela página, não são independentes. Há, entre eles, um nexos que faz cada elemento ser necessário à compreensão dos outros. Esses elementos, dispostos e encadeados assim, se dão a uma leitura prévia, que chamamos de *leitura preliminar* da reportagem. Ela oferece um resumo da reportagem, como é óbvio, mas não só isso. Não se trata de qualquer resumo, e sim de um com a função de atrair o leitor. Devido à necessidade de cumprir essa função, selecionam-se e dispõem-se, no espaço de leitura preliminar, informações especiais, medidas à régua. A imagem do leitor deve, neste espaço, ser levada em muita conta, para que se possa fisgá-lo. Nada que leve ao risco de afastar o leitor pode ser dito no espaço da leitura preliminar. Isso pode nos dar uma medida de qual leitor é pretendido pelo autor-criador, desde que saibamos responder à pergunta: quem ficaria instigado a ler a reportagem após uma leitura preliminar como esta?

Iniciemos por mostrar a relação entre os componentes da leitura preliminar. Não é são apenas elementos que antecipam informações, ou que são independentes e podem ser lidos como o leitor quiser. O entendimento de cada elemento depende do outro, o que significa que esses elementos são uma totalidade. Eles dependem uns dos outros e a leitura de um deles só pode se concretizar em conjunto com a dos demais. Não temos exemplares no *corpus* que neguem essa regra. Como exemplo, seja a reportagem “A

batalha será longa”, (ÉPOCA, 6/10/2008, p.38-40)⁴⁶. Nela, o título insere-se na ilustração: o desenho traz uma bolha negra (dentro da qual o título é colocado) e um pequeno homem, correndo dela para um buraco. O desenho não faria sentido, não fossem o título e o subtítulo: “A aprovação do pacote do governo americano dá esperanças no combate à crise financeira. Mas a economia real vai demorar para se recuperar”. Dificilmente, ao ver um círculo negro num papel, o leitor saberá que ele é uma bolha (e não uma bola, pedra ou coisa que o valha). O semicírculo negro pode ser entendido como bolha apenas se o leitor souber as informações do título e do subtítulo. Só sabendo que o assunto da reportagem é a bolha imobiliária, o desenho é compreendido. Também o buraco para onde o homem corre só ganha seu sentido metafórico para o leitor, se ele está de posse das informações do título e do subtítulo. Esses elementos formam, pois, um todo lido à parte, antes da reportagem, e que depois orientará a interpretação dela.

Neste exemplo, a relação entre os elementos da leitura preliminar é clara devido a ela ser intencional. O autor não quis omitir-se ou criar a ilusão de objetividade, de que as imagens falam por si. A fotografia pode causar uma ilusão de objetividade maior que a do desenho. Nele, sabe-se que a imagem foi criada para compor o sentido — no caso, o humor negro. É um desenho que visa às emoções do leitor, porque trata justamente dos temores que podemos supor nele ao ler uma reportagem sobre uma crise financeira excepcionalmente grave. Os tons escuros, o tamanho diminuto do homem ante a bolha, sua falta de alternativas (de um lado, bolha; de outro, buraco), tudo vai ao encontro do alarme do leitor; a vestimenta elegante do homem em fuga (raro alguém correr nesses trajes) e o estilo do desenho, próximo ao das histórias em quadrinhos, dão comicidade à ilustração. Mais que piada fora de ocasião, humor negro é o riso capaz de diminuir a dor ante a algo, fazendo rir do que a causa. Assim, o texto cria uma relação de solidariedade com o leitor, fazendo-o rir para aliviar a tensão; o autor-criador visa, ao mesmo tempo, informar a gravidade da situação e atenuar os sentimentos do leitor. Não há, pois, por que criar ilusão de objetividade: é uma relação subjetiva a que se está estabelecendo. O autor-criador não quer mostrar um fato, mas fazer piada, e o leitor sabe disso. Isso nos mostra um traço importante da leitura preliminar: se, comparada à notícia, a reportagem permite uma expressão mais autoral, é na leitura preliminar que a autoria é mais clara.

A regra desse exemplo vale também para as reportagens em que o autor-criador

⁴⁶ Cf. Anexos, p.261.

quer preservar a ilusão de objetividade. Por exemplo, há as reportagens “Um banho de votos” (VEJA, 15/10/2008, p.73)⁴⁷ e “Só falta rolar na lama”, (ÉPOCA, 20/10/2008, p.)⁴⁸. Na primeira, o título só pode ser entendido com o subtítulo: “Fernando Gabeira começa a campanha do segundo turno empatado com Eduardo Paes e encalacra a vida de Lula no Rio de Janeiro”. Só então fica claro que o “banho de votos” é a expressiva votação de Gabeira. Na foto ao lado, Gabeira sai da piscina de toalha, “visto” pela imagem de uma mulher em traje de banho, sorridente, num cartaz ao lado. À direita, outra foto: Eduardo Paes com expressão grave. A legenda: “Corpo a corpo. No dia seguinte à eleição, Gabeira foi à piscina. Paes foi panfletar”. A legenda instaura a comparação entre uma fotografia e outra: o corpo a corpo de Paes foi panfletar; o de Gabeira, foi exibir o corpo na piscina. Desautomatizar a expressão “corpo a corpo”, normalmente usada para se referir ao que Eduardo Paes fez, cria humor pelo trocadilho. Na legenda, compararam-se os dois: o corpo está em sentido literal para Gabeira; para Paes, em sentido figurado. A conexão dos elementos, aqui, é clara: título e subtítulo fazem-se interpretar a fotografia prosaica de Gabeira na piscina como expressão de vantagem no pleito. Sem o título e o subtítulo, a foto não estaria relacionada à política. Também o humor na legenda não seria claro, se não soubéssemos, pelo título e pelo subtítulo, que Gabeira “deu um banho de votos” em Paes, e não remetêssemos a afirmação à imagem de Gabeira saindo da piscina.

Na reportagem de *Época*, o título “Só falta rolar na lama” está à esquerda, com o subtítulo: “Um confronto de policiais em São Paulo e as insinuações sobre a vida pessoal da Kassab abaixam o nível da disputa na reta final”. Ao lado, três fotografias da tropa de choque enfrentando a polícia civil. As fotografias mostram: cenas de conflito; cenas da tropa de choque organizada e pronta para combater; e, na fotografia à direita, um soldado armado. A legenda diz: “É guerra. Cenas do confronto entre policiais civis e militares em São Paulo. A greve foi invadida pela política eleitoral”. É um discurso que apela aos sentimentos do leitor. O título apresenta uma frase enigmática, que o leitor só entende ao ver as fotografias. É como se o título comentasse as imagens. Elas podem levar a crer que a “lama” é o conflito entre as polícias. Mas o subtítulo orienta a leitura a outra direção: “lama” é a disputa eleitoral. As fotografias não dariam essa impressão, nem o título. A legenda diz que a política (pejorativamente adjetivada como “eleitoral”) invadiu a greve. O subtítulo e a legenda explicam as fotos e o título. Essa relação de

⁴⁷ Cf. Anexos, p.245.

⁴⁸ Cf. Anexos, p.262-3.

explicação é fundamental para a elaboração do sentido nessa leitura preliminar.

O recurso às emoções é muito intenso na leitura preliminar dessa reportagem, e isso não é exclusivo dela. Esse recurso visa assegurar que o leitor seguirá lendo. É como se o leitor estivesse folheando a revista distraidamente e precisasse ser levado a parar na reportagem, ser conquistado por ela. Como se trata não de levar o leitor a concluir algo, e sim de levá-lo a adotar uma atitude (a de ler), recorrer à emoção é uma estratégia mais eficaz do que fazer um título objetivo ou racional.

Em *IstoÉ*, há os espaços de leitura preliminar mais espetaculares do *corpus*. Em “O Brasil real contra o baixo-astral” (15/10/2008, p.36-42)⁴⁹, o título está à esquerda, com o subtítulo: “O governo compra briga com especuladores e põe dinheiro no mercado, analistas vêem o País mais forte e cabe agora às empresas manter os investimentos”. O subtítulo explica o título, esclarecendo qual “Brasil real” é esse de que se fala, e qual “baixo astral” deve ser enfrentado. Mas a característica que torna essa leitura preliminar chamativa é sua fotografia. Uma foto panorâmica que ocupa a metade inferior de duas páginas traz uma plataforma da Petrobrás ao fundo e Lula, no centro, levantando uma bandeira do Brasil e cercado pelo povo — os funcionários da Petrobrás. Entre o povo, a então pré-candidata à presidência, Dilma Rousseff, comemora. Ao lado de Lula, Dona Marisa sorri. Essa fotografia não é uma pose, mas não pode ser entendida como um flagra. Ao contrário, a composição é tão cuidadosa que parece fruto de uma estetização. Comparada a uma pintura, ela seria como as famosas cenas panorâmicas de guerras. Em quadros desse tipo, o olhar é organizado pelo foco panorâmico, de onde se distinguem os elementos da história narrada: de um lado, o exército vencedor; de outro, o perdedor; etc. A intenção de pinturas desse tipo não é mostrar a guerra objetivamente, mas eternizar um momento histórico. Essa aura de obra que marca o momento histórico é o que se tem, guardadas as proporções, na fotografia dessa reportagem. Seu enfoque panorâmico é semelhante ao dos quadros de guerra. A paginação conta as duas páginas da revista como um conjunto visual único. Ao virar a página e “entrar” na reportagem, é como se o leitor fosse absorvido por ela.

Essa paginação dupla é comum, também, em *CartaCapital*. A reportagem “No colo do Estado” (22/10/2008, p.28-31)⁵⁰ é um exemplo. Seu título se mantém no canto superior esquerdo, como o de *IstoÉ* (lugar que, devido à ordem habitual de leitura, é visto antes). O subtítulo celebra: “Os investidores que se cuidem: o que se viu até agora

⁴⁹ Cf. Anexos, p.264.

⁵⁰ Cf. Anexos, p.265.

é só o começo do ajuste à queda do muro de Wall Street”. Abaixo, mas em tamanho grande, duas fotos simétricas, uma em cada página: mesmo tamanho e formato. Na da esquerda, um operador da bolsa de valores sorrindo, olhos brilhantes. A legenda: “Fase maníaca. Na segunda-feira, 13 de outubro, altas sem paralelo na última década”. Na da direita, um homem de terno se debruça sobre uma cadeira com a mão na testa. A legenda: “Fase depressiva. Em 48 horas, todos os ganhos foram devolvidos. A crise está no princípio”. Impressiona, nessa leitura preliminar, a condensação de informações. Supõe-se um leitor bem informado para poder interpretar o que foi dito. Primeiro, há a referência não explicada ao “colo” no título, ironia que só pode ser entendida por quem sabe como o Estado socorreu investidores privados com dinheiro público. O subtítulo traz uma ironia que, para ser compreendida, exige também muito conhecimento prévio, como se vê pela citação implícita ao muro de Berlim, cuja queda marca o fim do socialismo soviético. A revista aproveita essa memória para sugerir o fim do modelo de capitalismo neoliberal, mas isso também só pode ser compreendido por quem conhece a história do muro de Berlim; por quem sabe que *wall* significa *muro* e que Wall Street é o centro do mercado financeiro global; por quem conhece o discurso hegemônico sobre o capitalismo após a derrocada da URSS; por quem entende que Wall Street se associa não simplesmente ao capitalismo, mas a um modelo de capitalismo monetarista e neoliberal, muito acusado de promover desregulamentações financeiras; por quem sabe que desregulamentações financeiras são consideradas, por muitos, a causa da crise de 2008 e de outras; etc. As fotografias não teriam humor sem as legendas e dependem de conhecimento prévio do leitor sobre distúrbios psicológicos, para realizarem seu sarcasmo. O autor-criador vê no leitor alguém com conhecimento prévio suficiente para decifrar todos esses implícitos. A sintonia entre autor-criador e leitor é, nesse caso, muito grande.

Cremos que esses exemplos mostrem como os elementos dispostos no espaço da leitura preliminar encadeiam-se para produzir sentidos e, encadeados, funcionam como uma totalidade. Não há independência entre esses elementos em nenhum exemplar do *corpus*. Os traços principais, conferidos até aqui, da leitura preliminar, são o recurso às emoções, o olhar subjetivo e o humor. Isso mostra a preocupação, na leitura preliminar, em persuadir. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.30) dizem que, segundo Pascal, “o autômato é que é persuadido, e ele entende com isso o corpo, a imaginação, o sentimento, em suma, tudo quanto não é a razão”. Eles (1996, p. 30) concordam com isso, dizendo que a persuasão liga-se à ação: “para quem se preocupa com o resultado,

persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação”. O autor-criador espera do leitor uma ação: que ele pare de folhear a revista, e a leia. Daí sua escolha por persuadir.

Não importa, por princípio, como será a reportagem, a leitura preliminar tentará persuadir. Mas, embora estejamos dizendo que são dois momentos diferentes da leitura, é claro que eles se encadeiam. A leitura preliminar orientará a leitura da reportagem e a insistência na persuasão não será sem valor, se o leitor, cativado, dirigir-se ao corpo do texto. Mas há mais que apenas estratégia na abordagem persuasiva da leitura preliminar. Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p.31) consideram persuasiva a “argumentação que pretende valer só para um auditório particular”. Pela natureza da persuasão, ela precisa abrir mão do auditório universal. A notícia pode se pavonear de sua “imparcialidade” para ser lida pelo maior número possível de pessoas, mas não a reportagem de revista. A situação coloca à reportagem a obrigação de persuadir e, como toda persuasão se dirige a um público específico, a reportagem se limitará a um. A pretensa universalidade da notícia não tem lugar na reportagem. Na leitura preliminar, não há lugar também para a objetividade da notícia. O leitor da leitura preliminar não seria cativado se algo racional fosse posto no título. É um leitor que decide ler por motivos subjetivos; sua relação com o texto é pessoal. Ele valoriza a subjetividade mais do que a racionalidade objetiva. Um leitor típico do mundo burguês, crivado por uma ideologia individualista.

São sinais disso a linguagem mais descontraída, menos formal, desse espaço. É o caso, por exemplo, de títulos como “Pegaram ele” (ao invés de *pegaram-no*), “Será que esta vice é pé-frio?”, “Como Gabeira quer chegar lá”, “A zebra mineira”, “Na lama com Obama” (em que a rima produz efeito cômico), “Vale-tudo eleitoral” (em que o apelo emocional pode atrair o leitor pela curiosidade), “A tigrada desconfia”, “É pau, é pedra” (em que a canção “Águas de março” é citada para referir-se a agressões mútuas de dois candidatos nas eleições de 2008) etc. Há títulos com frases de efeito: “Na lama com Obama” (parece um verso de poesia), “O inferno são os outros” (uma citação de Jean-Paul Sartre), “Príncipe pelo preço de sapo”, “A periferia da crise” (antecipando a tese da reportagem: os países periféricos não estão no centro da crise). Há perguntas no título: “Será que o Brasil agüenta?”, “O prefeito quer ficar? Bom sinal”, “Quem vai pôr ordem no cassino?”. As perguntas visam à dialogicidade, chamam para conversar, e antecipam a pergunta que o leitor faria. Ao antecipar a dúvida do leitor, o autor-criador tenta se harmonizar com ele. A descontração do estilo serve também para criar intimidade com ele. É assim que a reportagem de revista trata o leitor, para fazê-lo ler, o que leva a crer

que ele só se convencerá a ler se isso for uma conversa pessoal, como a que ele tem com uma pessoa próxima.

Um sinal dessa proximidade já foi tratado em capítulos anteriores: a informação pressuposta. Os pressupostos da leitura preliminar podem reaparecer no corpo do texto, mas fazemos a análise em dois tempos: primeiro, a leitura preliminar; depois, o corpo do texto. Fazemos isso porque a leitura preliminar precisa ser autossuficiente. O autor-criador cria o espaço dessa leitura para fazer o leitor seguir lendo. A leitura preliminar, então, tem que ser compreendida sem recurso à reportagem, que autor-criador não sabe se será lida. No item deste trabalho que dedicamos à análise dos pressupostos, incluímos alguns que advêm do espaço de leitura preliminar; mesmo se esses pressupostos foram depois discutidos na reportagem, na leitura preliminar, eles continuam pressupostos.

É importante observar que a leitura preliminar prepara a leitura da reportagem. Se a leitura da reportagem é feita em dois tempos, isso não significa que eles serão dois momentos completamente desvinculados um do outro. Ao contrário, parece-nos que a leitura preliminar condiciona a interpretação do que virá. Sejam os exemplos:

(101) O plano de Obama para a energia (*ISTOÉ*, 22/10/2008, p.102)

(102) Marta perde o eixo (*ISTOÉ*, 22/10/2008, p.36)

(103) Só falta rolar na lama. Um confronto de policiais em São Paulo e as insinuações sobre a vida pessoal de Kassab abaixam o nível da disputa na reta final. (*ÉPOCA*, 20/10/2008, p.40)

(104) Serra leva o 1º round. Com surpresas em São Paulo, no Rio e Belo Horizonte, o governador paulista se fortalece e Aécio Neves tropeça. (*CARTACAPITAL*, 15/10/2008, p.24)

(105) O Brasil agüenta? O dólar dispara e o governo — enfim — começa a se preocupar com a maior crise na história do capitalismo desde 1929. Não há como escapar dela. (*ÉPOCA*, 13/10/2006, p.36)

(106) O mundo real e o Palácio do Planalto. As reações do presidente Lula e da ministra Dilma Rousseff desde o início da crise. (*ÉPOCA*, 13/10/2008, p.38-9)

(107) Salvos, mas e agora? Diz-se que os economistas previram cinco das três últimas recessões. Espera-se que estejam exagerando também quanto às próximas. (*VEJA*, 22/10/2008, p.84-5)

(108) No colo do Estado. Os investidores que se cuidem: o que se viu até agora é só o começo do ajuste à queda do muro de Wall Street. (*CARTACAPITAL*, 22/10/2008, p.28)

O exemplo (101) é uma amostra de como um título pode ser “protocolar”. Ele anuncia o tema da reportagem, o que conduz a atenção do leitor ao ponto desejado, mas não avança uma interpretação. Perceba-se que ser protocolar não é, de modo algum, ser neutro. De algum modo, o título orienta a leitura; só o que ele não faz é fechar a leitura em um sentido. De (102) em diante, porém, os títulos e subtítulos fecham o sentido do tema, induzindo a interpretação a certo acabamento. Em (102), o tema é a sugestão da campanha de Marta Suplicy de que seu concorrente à prefeitura, Gilberto Kassab, era homossexual. A reportagem não pode deixar de incluir o ponto de vista do PT, de Marta, dos profissionais de sua campanha, etc. Mas o título já esclarece como os pontos de vista deles devem ser lidos. O mesmo em (103): a reportagem não apresenta prova de que haja relação entre a greve da Polícia Civil e seu confronto com a Polícia Militar (e isso pode ser conferido com uma leitura atenta da reportagem como um todo⁵¹), e chega a declarar a necessidade de apuração para que se averigue o que, de fato, ocorreu, ao dizer que “eventuais incitações criminosas ao confronto só poderão ser esclarecidas por uma investigação independente” (ÉPOCA, 20/10/2008, p.41). Não se pode afirmar, apesar disso, que o autor-criador manteve a sua imparcialidade: o título e o subtítulo da reportagem orientam a leitura do que virá na sequência, no corpo do texto. O leitor já se engaja na leitura orientado a presumir a existência de manipulação eleitoral na greve da Polícia Civil.

Em (104), uma claríssima interpretação daquilo que será narrado no texto. Os fatos narrados na reportagem são os resultados do primeiro turno das eleições; como se vê, o título orienta a interpretação desses fatos num sentido determinado: a vitória no pleito de São Paulo não é referida, no título, como de Kassab, mas como de Serra. Serra era o governador do estado na época, apenas apoiava Kassab nas eleições municipais, e rivalizava com Aécio Neves pela indicação do partido à presidência, que seria disputada dois anos depois. O leitor é orientado pelo título e pelo subtítulo a ver nos resultados a derrota de Aécio e a vitória de Serra — quer dizer, a transportar os resultados da eleição municipal para o nível federal, considerando-a uma prévia da disputa pela presidência.

Em (105), o uso da pergunta também conduz a consciência do leitor a encarar os fatos sob um ângulo determinado. É possível que alguém não tivesse em mente nenhum questionamento como o que foi sugerido pelo título, mas, uma vez feita, pouco importa

⁵¹ Cf. Anexos, p.262-3.

se a questão é sensata ou não: ela demandará resposta. É muito diferente ler um texto com os conhecimentos prévios e presunções habituais, e lê-lo com uma pergunta prévia “implantada” na mente pelo autor. É um título que interfere fortemente na interpretação dos fatos que o leitor acessa pelo texto.

Em (106), temos o título de um quadro em que se analisam as reações de Lula e Dilma Rousseff à crise, conforme ela se acentuava. O título já orienta a leitura das citações de Lula e Dilma, fazendo-as parecer descoladas da realidade. Se o título fosse “O planalto acalma os mercados”, por exemplo, a apreciação valorativa do que disseram Lula e Dilma naqueles contextos seria diferente.

Em (107) e (108), temos dois títulos de reportagens sobre o mesmo tema. É útil a comparação para ver-se até que ponto a reportagem é um gênero que interpreta, e não só informa. Os exemplos são opostos: enquanto um contemporiza e relativiza o discurso de que a crise pode ser devastadora, o outro adverte que o que se viu foi “só o começo”. As duas reportagens citarão os discursos em circulação a respeito da crise, mas eles já serão lidos com a acentuação imposta pelo título.

Nem todo título e subtítulo é um avanço do autor-criador sobre as vozes que cita no corpo do texto. Claro que o título e o subtítulo não poderão ser neutros, mas isso não significa que a interpretação que eles carregam será *imposta* aos outros discursos citados no corpo da reportagem. Os exemplos acima não são, porém, raros; cremos que bastam para vermos se o autor-criador abre espaço para as vozes que ele cita expressarem suas acentuações valorativas próprias, ou se ele as reifica.

1.2. *Modos de discurso citado*

A modalidade preferencial de citação das palavras de outrem para se construir um discurso polifônico é o discurso direto. Com ele, o autor-criador dá liberdade à voz citada para expor seus pensamentos nas suas palavras. Não é raro, porém, o discurso indireto na reportagem. Voloshinov distingue dois tipos dele: o analisador do conteúdo e o analisador da expressão. O discurso indireto analisador de conteúdo

apreende a enunciação de outrem no *plano meramente temático e permanece* surda e indiferente a tudo que não tenha significação temática. [...] A tendência a tematizar o discurso de outrem é incontestavelmente inerente a essa variante, e assim ela preserva a integridade e a autonomia da enunciação, não tanto em termos sintáticos mas em termos semânticos [...]. Esses resultados, contudo, só são obtidos ao preço de uma certa despersonalização do discurso citado. (VOLOSHINOV, 1999, p.161).

Dos casos que citamos, (11), (22) e (37) são exemplos desse modo de citação do discurso de outrem. Para facilitar a consulta, repetiremos esses exemplos abaixo:

- (11) Em outro depoimento, questionada sobre sua falta de experiência internacional, [Sara Palin] recordou que, como governadora do Alasca, tem condições de enxergar o território da Rússia do outro lado do oceano — sempre que as condições meteorológicas o permitem, ressaltou. (*ÉPOCA*, 06/10/2008, p.124)
- (22) Tradução: ao contrário do que acreditam vários “analistas”, Lucia Avelar ressalta que os programas sociais federais, iniciados no governo FHC e fortalecidos no mandato de Lula, reduzem o populismo, ao tirar dos coronéis uma moeda de barganha eleitoral. (*CARTACAPITAL*, 15/10/2008, p.30)
- (37) O crepúsculo do Maia. Derrotado nas eleições, o prefeito Cesar Maia (DEM) revela em entrevista à *ISTOÉ* que pretende enfrentar o governador Sérgio Cabral (PMDB) em 2010 e chama Eduardo Paes de “Frankenstein”. (*ISTOÉ*, 15/10/2008, p.48)

Em (11), a fala de Sara Palin é despojada da acentuação original, que poderia, talvez, ser debochada, irônica, humorística, etc. Não temos, contudo, acesso à acentuação de suas palavras, se elas são citadas por meio do discurso indireto analisador do conteúdo. Destituir suas palavras do acento original foi essencial para ironizá-las, pois só assim se pode dar a impressão de que quem as assume como sérias é tolo. Se fosse acessível ao leitor o tom particular de Palin (supondo que ele fosse humorístico), ficaria claro que ela não é tola a ponto de achar que pode ver a Rússia do Alasca, mas estava apenas sendo bem humorada. Em (22), ao contrário, o autor-criador adotou essa modalidade de citação para aproximar-se do discurso citado. Ao citá-lo com o discurso indireto analisador de conteúdo, o autor focou a atenção no dito, retirando das palavras o modo particular de expressão de quem originalmente as usou. Assim, as palavras são assimiladas ao enunciado do autor-criador. Em (37), analisa-se o conteúdo com o verbo “revela”, dando à fala de César Maia o caráter de um segredo. O discurso direto mostraria o acento original, e ele talvez não transmitisse a impressão de revelação de segredo, eliminando uma conotação importante para a informação jornalística, que é a de ineditismo.

Nos exemplos (4), (8), (14) e (41), a citação foi em discurso indireto analisador da expressão. Repetiremos, uma vez mais, os exemplos abaixo:

- (4) Pressionado por maus resultados nas pesquisas, McCain opta por manobra

de risco: desferir golpes baixos contra o oponente, que já é acusado até de “andar por aí com terroristas”. (VEJA, 15/10/2008, p.122)

- (8) Ligação. Segundo a polícia, Valério (ao lado) atuava como “conselheiro” da Cervejaria Petrópolis, controlada por Walter Faria (acima). (ÉPOCA, 13/10/2008, p.118)
- (14) A tensão se desloca agora para uma área de influência dos EUA onde a Rússia vai fazer “exercícios de resgate e operações contra terroristas” com a Marinha da Venezuela. (ISTOÉ, 01/10/2008, p.99)
- (41) Queixume. Depois de perder a disputa em Fortaleza, Tasso Jereissati pediu “reforma política”. (CARTACAPITAL, 15/10/2008, p.28)

Segundo Voloshinov (1999, p.162-3):

[O discurso indireto analisador da expressão] integra na construção indireta as palavras e as maneiras de dizer do discurso de outrem que caracterizam a sua configuração subjetiva e estilística enquanto expressão. Essas palavras e maneiras de dizer são introduzidas de tal forma que sua especificidade, sua subjetividade, seu caráter típico são claramente percebidos. Na maioria das vezes, elas são colocadas abertamente entre aspas. [...] As palavras e expressões de outrem integrados no discurso indireto e percebidos na sua especificidade (particularmente quando são postos entre aspas) sofrem um “estranhamento”, para usar a linguagem dos formalistas, um estranhamento que se dá justamente na direção que convém às necessidades do autor: elas adquirem relevo, sua “coloração” se destaca mais claramente, mas ao mesmo tempo elas se acomodam aos matizes da atitude do autor — sua ironia, humor, etc.

Esse trecho é autoexplicativo. Se a variedade analisadora de conteúdo estranha o tema do discurso citado, a analisadora de expressão estranha as palavras do discurso citado. É assim que se cria a impressão de as aspas em (4), (8) e (14) serem irônicas. É como se o autor não só citasse a fala de outrem, mas tomasse, ante essa fala, postura crítica. Ele, para isso, mantém a acentuação original, pois é ela o que o autor-criador estranha. Assim se deu o efeito de ambiguidade das aspas nesses exemplos. Já em (41), a citação atenta para as palavras citadas. É como se o autor-criador não acreditasse no que foi dito e sussurrasse, incrédulo, ao leitor: “ele falou ‘reforma política’ mesmo!”.

Há, também, o recurso ao discurso direto. Em (12) e (16), temos exemplos desse tipo de recurso. Abaixo, nós os repetimos:

- (12) A vez da AIG. A maior seguradora americana é estatizada, por U\$ 85 bilhões. “Que crise? Vai perguntar para o Bush”. Lula, 16/9. (ÉPOCA, 13/10/2008, p.38)
- (16) Sua nova cruzada [de Gordon Brown] é ainda mais ousada. “Talvez seja necessário uma nova forma de capitalismo”, disse. Será isso possível? É

bom não duvidar do poder de Flash Gordon. (ISTOÉ, 22/10/2008, p.114)

Não basta, porém, o discurso direto para dar autonomia à fala citada. Nos casos de (12) e (16), há uma preparação muito grande do contexto, que contamina o discurso citado e orienta o modo de lê-lo. Em (16), o autor assume, sem sinceridade, a possibilidade de Gordon Brown reformar o capitalismo, apenas para ridicularizar sua fala. Em (12), o contexto é ainda mais elaborado. A frase de Lula poderia ter sido dita com intenção muito diversa da exposta. A maneira de citar seu discurso, porém, retira dele sua acentuação original e, mais que isso, recontextualiza-a. A recontextualização da fala faz com que ela se ressignifique e, assim, é obtido o resultado sarcástico que induz o leitor a ver boçalidade na fala de Lula. Observe-se isso: a fala de Lula foi destituída da acentuação original e invadida pela acentuação valorativa do autor-criador, por meio do preparo do contexto. Esse preparo para a apreciação do discurso citado é chamado, por Voloshinov, de discurso direto preparado. Ele diz (1999, p.166) que, nesse modo de citação, “os temas básicos do discurso direto que virá são antecipados pelo contexto e coloridos pelas entoações do autor. Dessa maneira, as fronteiras da enunciação de outrem são bastante enfraquecidas”.

Essas formas de citação são frequentes no *corpus* e submetem a acentuação original a outra, exterior, advinda do autor-criador. Na reportagem de revista, o autor-criador não abre espaço para as vozes que cita dizerem o que querem da sua maneira; o uso da bivocalidade é feito no sentido de permitir ao autor-criador interferir no que se diz e subordinar as falas alheias à sua própria. É um autor-criador que controla o sentido do que se diz. Contrapondo-se à notícia, poderíamos afirmar que, nas reportagens, o autor-criador não faz esforço para parecer neutro. A ilusão de fala transparente, comum na notícia, é substituída, na reportagem, por certo grau de opacidade. A “intromissão” do autor-criador explica-se por a reportagem interpretar da semana, e não só a resumir. Como se vê, mesmo quando dá a conhecer muitas versões de um fato, o autor-criador impõe a essas versões a sua; é a sua voz que ressoa o tempo todo, e isso porque ele tem que oferecer ao leitor não os acontecimentos em si, para que o leitor os julgue, mas o julgamento pronto — e, de preferência, adequado às expectativas do leitor, tal como quem escreve as presume. Os acordos vistos no capítulo III e a argumentação epidíctica vista no capítulo IV mostram que essa voz imposta às citadas é não a expressão “livre” da consciência do autor-criador, mas a tentativa dele de obter a identificação do leitor. Espera-se um acordo dos dois quanto à apreciação dos relatos.

2. Seleção de conteúdo

H. P. Grice (1975), num famoso trabalho, tentou elaborar regras que se deveriam seguir para produzir enunciados que não quebrassem o vínculo entre os interlocutores em cooperação. Neste trabalho, Grice fez uma reflexão que parece pertinente às nossas: aquela relativa às máximas da categoria de quantidade. Por elas, tenta-se definir quanta informação é aceitável num enunciado, sem perder-se, por excesso ou falta, o vínculo dos interlocutores. Ele enuncia essas máximas como ordens: “faça sua contribuição tão informativa quanto se requer (para os propósitos da troca corrente)”⁵² e “não faça a sua contribuição mais informativa do que o necessário”⁵³ (GRICE, 1975, p.45-6, tradução nossa). Ainda que assumamos que as preocupações de Grice diferem das nossas, há uma sabedoria por trás dessas máximas que nos interessa: se todo enunciado toma parte numa interlocução, *então não se pode falar com legitimidade a alguém sobre algo que não lhe interessa*. A pessoa a quem se fala é sempre levada em conta na interlocução, tenham consciência disso ou não os que dialogam. Isso quer dizer que o falante não constrói sozinho o conteúdo temático do diálogo. Ao falar, ele verifica sinais dados pelo parceiro (com quem deve cooperar para o diálogo ter sucesso), e procura notar se peca pelo excesso ou pela falta. Limitam-se, assim, as possibilidades do conteúdo temático; sem isso, rompe-se o laço entre os participantes do diálogo, e a interlocução define-se.

As máximas de Grice e nosso comentário sobre elas são, claro, idealizações. Não há meios de garantir que um enunciado seja tão bem elaborado a ponto de manter um vínculo perfeito entre os interlocutores. Esse vínculo é uma negociação sujeita a idas e vindas, acertos e desacertos. Não há cálculo preciso de quanta informação adéqua-se ao interesse dos interlocutores. Mas parece certo dizer, ainda assim (e já entrando em nosso tema), que o jornalista, quando faz uma reportagem, pensa em colocar nela apenas o que crê interessar ao leitor. Esse nos parece um ponto de partida para observar, no conteúdo temático, a imagem do leitor tomada como referência pelo autor.

Nossa questão é: o que o falante considera que seu interlocutor acha necessário dizer? Partimos da suposição de que todo conteúdo temático é selecionado segundo um cálculo do autor-criador acerca dos interesses do leitor. Ele sempre tenta dizer o que o outro acha necessário, tal como presume isso. O fato de isso corresponder ou não àquilo que interessa ao leitor real não importa, pois nosso trabalho não se volta ao leitor real,

⁵² Make your contribution as informative as is required (for the current purposes of the exchange).

⁵³ Do not make your contribution more informative than is required.

mas ao leitor inscrito no gênero. Partimos de questionamentos como: quais os temas das reportagens e quais recorrências eles apresentam? Que interesses ou necessidades do leitor supõe-se que as reportagens pretendiam suprir, ao falar do que falavam? Quais diferenças há entre o conteúdo temático das revistas de nosso *corpus*? Quais questões poderiam ser inferidas dos temas, mas não foram respondidas? Por que o autor-criador supôs que essas informações não interessavam ao leitor? Etc. Não temos a pretensão de listar, aqui, respostas sistemáticas a esse questionário. São só perguntas motivadoras, que iniciaram a reflexão. Essas questões levaram a necessidades específicas, ligadas aos métodos de análise. Nosso intento foi verificar a *função* dos conteúdos selecionados na interlocução, isto é, a ação visada por eles *sobre o leitor*. Separamos os excertos em categorias criadas por nós para organizar os dados, e vamos expô-los desse modo, para, ao fim, interpretá-los.

Uma explicação é necessária. Chamamos de *seleção de conteúdo* as escolhas do autor-criador sobre o que falar — escolhas que, como dissemos, inspirados na máxima da quantidade de Grice, não ignoram o interesse do leitor. Isso não significa que elas *apenas* tentam atender ao interesse do leitor, mas que *também* tentam fazer isso — necessariamente. Supõe-se que a maior parte do conteúdo selecionado nas reportagens refira-se aos fatos da semana. Isso não é nossa prioridade. Não cremos que esses temas levem-nos muito além do óbvio: as reportagens voltam-se aos fatos da semana. Embora haja interesse em examinar esse conteúdo cuja presença é, em tese, “natural”, é mais importante para nosso trabalho o exame daqueles surpreendentes, inesperados, curiosos, que se destacam da regra na reportagem. Isso porque se revela a seleção de conteúdo no que não é óbvio. A seleção, quando reproduz a regra do gênero, parece apenas natural; o inesperado revela o esforço do autor-criador de ajustar-se ao leitor. Isso permite inferir mais facilmente os critérios da seleção de conteúdo. É preciso, porém, saber antes: qual é essa tal “regra do gênero”? Não temos meios de afirmar que um conteúdo ou outro se desvia da regra, se não sabemos que regra é essa. Podemos afirmar com segurança que há uma regra, pois o gênero condiciona, obrigatoriamente, a seleção de conteúdo. Mas precisamos esclarecê-la, antes de voltar nossa atenção às suas exceções.

Claro, não podemos afirmar o que é regra no gênero sem tê-lo analisado antes, sob o risco de incorrermos em petição de princípio. Para lidar com isso, tomamos uma regra *como hipótese*, para iniciar as análises. Hipóteses, nós sabemos, não são inocentes. Nosso olhar para o *corpus* não está isento de pressupostos, e eles condicionam o que veremos. Para lidar com isso, tentamos *fundamentar* as hipóteses, para, depois, *cotejá-*

las com os dados da análise e, por fim, *reformulá-las*. Acreditamos que esse modo de proceder auxilia a impedir que tomemos posições predefinidas ingênuas ou acríticas.

Nossa hipótese parte do metadiscurso sistemático sobre a reportagem. Parece-nos um bom modo de proceder, uma vez que a reportagem é construída com certo grau de consciência por parte dos que dialogam por meio dela. Sobre ela, há material crítico e teórico, e espera-se que esse material se relacione à prática. Ele nos ofereceria, assim, um quadro realista do jornalismo. Vale dizer: materiais didáticos e manuais de redação são normativos e, por isso, *regram* o gênero; como é a *regra* o que procuramos, eles são adequados para fornecer a hipótese que nos permita iniciar nosso trabalho.

Como já foi dito aqui, a reflexão mais comum dos materiais didáticos e manuais de redação é a de que a reportagem é narrativa, pois parte de uma notícia (forçosamente narrativa), examina suas causas e consequências e a expande. Imagina-se, pois, que a reportagem *seleciona como conteúdo o que se relaciona diretamente ao acontecimento central*, que pode advir de uma notícia ou de uma ocorrência recente, mas que é sempre *um acontecimento delimitável, que se pode considerar singular* (no sentido de não se poder decompor em uma cadeia de acontecimentos). Não queremos dizer que só há, na reportagem, o acontecimento central, mas sim que, da cadeia de acontecimentos que ela pode expor, um é central, o elo que une os demais. Se a notícia narra o acontecimento central, a reportagem expande-o, relaciona-o a suas causas e consequências, a opiniões de especialistas, a relatos de envolvidos e a acontecimentos correlatos.

Assumida essa hipótese, procuramos exemplos que a contrariam. Eles seriam os conteúdos temáticos surpreendentes, curiosos, as fontes de informações extraordinárias. A questão é: se a reportagem deveria tomar um fato central e expandi-lo, associando a ele outros fatos, causas e consequências, relatos de especialistas, etc., então, por que o autor-criador decide, em nossos exemplos, selecionar conteúdos que não cumprem essas funções? Qual a *função* exercida pelo conteúdo que escapa às expectativas geradas pelo metadiscurso normativo do gênero?

A análise do *corpus* levou-nos a separar em categorias os dados colhidos, para sistematizá-los. Apresentá-los-emos a seguir.

2.1. Anedota

Sejam os exemplos:

(109) Para desemperrar o mercado, o Banco Central brasileiro determinou a

venda de 4 bilhões de dólares no mercado à vista, por meio de três leilões realizados ao longo do dia. À tarde, enquanto o remédio começava a fazer efeito, Meirelles encontrava-se no gabinete da presidência do BC em São Paulo. Um interlocutor mostrou a ele uma folha de papel em que, separadas por uma linha horizontal, estavam escritas as palavras “céu” e “inferno”. Instado a mostrar em que ponto naquela linha se situava a economia brasileira, se mais perto do céu ou do inferno, o presidente do BC desenhou um X na metade do caminho. Insatisfeito com a resposta, diplomática demais, o interlocutor perguntou, então, para que lado os ventos empurravam o Brasil. Meirelles desenhou uma flecha em direção ao inferno. Esperou alguns segundos. Desenhou, então, uma segunda flecha, em sentido oposto, em direção ao céu. E riu. Foi sua maneira de ilustrar o que já vem dizendo há tempos: ao contrário da ciclotimia dominante, a verdade é que a economia brasileira não está à beira de ser varrida pela crise externa, nem 100% blindada contra ela. (VEJA, 15/10/2008, p.110-2)

(110) Esse tipo de operação existe há décadas em todo o mundo. No Brasil, é previsto desde 1964. Por que então a necessidade de fazer uma nova MP para dispor sobre o assunto? Os consultores jurídicos consideravam que a lei existente era suficiente. Aí entrou a precaução de Meirelles, sabedor dos problemas jurídicos que atormentam até hoje a vida de ex-presidentes de bancos centrais. Um grupo de juristas foi chamado a lançar uma lupa na questão, e descobriu uma brecha: havia uma indefinição legal sobre o mecanismo para determinar o preço a ser atribuído a um ativo (no caso, as carteiras de crédito). Incrivelmente, o rascunho da MP existia já desde janeiro deste ano, e desde então Meirelles tentava convencer seus colegas de governo da necessidade de aprová-la. “Sem MP, eu não faço”, dizia Meirelles, referindo-se ao resgate de bancos pequenos em dificuldades. (VEJA, 15/10/2008, p.115)

(111) Na reunião, Meirelles ouviu indagações curiosas. Uma delas: “Por que o senhor insiste em apresentar sua proposta por meio de uma medida provisória, em vez de um projeto de lei? Qual é a urgência?”. Meirelles foi direto ao ponto: disse que, sem a possibilidade de socorrer os bancos menores com os empréstimos de redesconto, essas instituições correriam o risco de quebrar, contaminando todo o sistema financeiro do país durante os meses (se não anos) em que o projeto fosse debatido no Congresso. As perguntas pararam aí. (VEJA, 15/10/2008, p.116)

Os trechos acima foram todos extraídos da mesma reportagem: “Um perigo em cada curva”, publicada em *Veja* (15/10/2008, p.108-16). São exemplares de um caso frequente no *corpus*: o da inserção de trechos narrativos relativamente longos sem função clara na expansão do acontecimento central. Nenhum desses exemplos apresenta opiniões de especialistas ou envolvidos (a não ser implícita ou indiretamente, que não é o esperado na imprensa), consequências ou causas do acontecimento central, estudos a respeito dele, ligações dele com outros acontecimentos, etc.

Em (109), o autor-criador cria uma narrativa relativamente longa (se comparada com a extensão da reportagem), sem acrescentar informação relevante ao fato central. Não há ganho nenhum, do ponto de vista informativo, em narrar o fragmento (109), ou dirigir-se, imediatamente, à última frase do trecho. É só nessa última frase que, para o tema em debate, diz-se algo relevante: a tese. Dizemos que esse trecho todo não traz ganho informativo nenhum porque a narrativa sobre Meirelles traçando a posição do Brasil numa linha imaginária entre o céu e o inferno não ajuda, de modo algum, a tornar clara a situação do país frente à crise econômica, ou o papel de Meirelles na tentativa de solucionar o problema. É uma informação “sobrando”, que, em tese, contraria a máxima de quantidade de Grice. Melhor: *contrariaria* essa máxima; com efeito, não a contraria. Se o autor-criador decidiu iniciar o trecho com uma narrativa que não ajuda a cumprir a prescrição dos manuais, isso se deve a ele tentar realizar uma ação que esses manuais ou ignoram, ou não enfatizam — é conveniente lembrar, nesse momento, que os manuais não de redação, mas que ensinam a fazer revistas, como o de Vilas-Boas (1996), dizem que o jornalista deve tornar o texto atrativo. Isso significa que nem todos os materiais ignoram essa função, ainda não definida por nós, desempenhada pela reportagem. Só o que se deve é observar que “temperar o estilo” não deveria significar “incluir enormes trechos de narração que não contribuem para o objetivo do texto, que é examinar todas as causas e consequências de um fato central”. O estilo deveria estar ligado a *como falar* algo, e não a *o que falar* — pelo menos, é o que se imagina por princípio.

De todo modo, não se pode crer que o autor-criador acrescentou esse trecho sem nenhuma suposição acerca da reação do leitor, e sem tentar atender às expectativas dele. Se o autor-criador busca atingir os interesses do leitor, se há uma cooperação entre eles, então a seleção do conteúdo deve cumprir uma função no texto, que um julga interessar ao outro. Tentaremos verificar qual função em breve.

Em (110), situação semelhante. Nenhuma ou quase nenhuma das informações no trecho seguem a regra que nortearia a seleção de conteúdo da reportagem. Embora haja, entre (109) e (110), uma diferença quanto ao “tipo” de história narrada — em (109), a história é descontraída; em (110), a história se liga diretamente à política e ao direito e, por isso, é mais sisuda —, ambas são dispensáveis para expandir as informações sobre o acontecimento central da reportagem. Em (110), o fragmento, se não é inútil para isso, poderia ser, ao menos, reduzido a poucas linhas, sem prejuízos.

O mesmo vale para (111). A narrativa não ajuda a expandir o acontecimento central, posto que só o que importa, para isso, seriam as consequências da reunião. Não

é necessário debater cada querela do encontro entre representantes do Banco Central e parlamentares. A questão de um parlamentar não identificado é mencionada apenas para ser ridicularizada na narrativa da reação de Meirelles. Se, simplesmente, fosse noticiado que Meirelles obteve do Congresso a aprovação da medida provisória, já bastaria.

Vale dizer: esses exemplos não indicam que as reportagens contrariam a máxima de Grice, mas que fazem uma interpretação diferente das necessidades do leitor daquela expressa na regra extraída por nós do metadiscurso. As reportagens, por isso, agregam trechos que não realizam funções previstas nessa regra, mas outras, ajustadas a algo que a regra não prevê.

Qual a função desses três exemplos? Cremos que eles sirvam, em primeiro lugar, para *envolver o leitor*. São narrativas curtas, intercaladas a narrações mais propriamente jornalística, a exposições de dados, a argumentações, etc. Seu estilo não é o esperado, normalmente, no jornal. Não se trata de um estilo denotativo, objetivo, trabalhado para desvincular as informações narradas do eu que as narra, na esperança de criar a ilusão de que os fatos narram a si mesmos. É, ao contrário, o relato de algo que o autor-criador testemunhou e conta ao leitor, ainda que seja fato irrelevante ou marginal. Seu estilo, condizente com isso, é leve e subjetivo, aproximando-se de (embora não se igualando a) um bate-papo. O que há, aqui, é um esforço do autor-criador por manter-se dialogando com o leitor de modo descontraído. Contar a história de Meirelles traçando o X entre o céu e o inferno, ou de suas peripécias para a aprovação de uma medida provisória, ou da pergunta esdrúxula de um parlamentar em reunião com o presidente do Banco Central, não é o que se pode chamar de “manter a objetividade jornalística”. Não há aqui, sequer, a pretensão disso. A linguagem desses trechos é pontuada por expressões subjetivas (“Meirelles *foi direto ao ponto*”, o trecho grifado interpretando a resposta de Meirelles); perguntas retóricas (“Por que então a necessidade de fazer uma nova MP para dispor sobre o assunto?”), que sustentam a dialogicidade; etc. O mais chamativo, no entanto, é como se cita o discurso de outrem nesses exemplos.

A pergunta em (111), por exemplo, não é uma citação como as que normalmente se vê na imprensa: não cita declarações de especialistas ou de envolvidos num incidente. O mesmo vale para o trecho “Sem a MP, eu não faço”, em (110). Essas citações são como “ilustrações” do texto, permitindo ao leitor ver, como em um filme, o que ocorre com os personagens em cena. É uma função mais próxima da que têm os diálogos em textos de ficção. O mesmo se pode falar do relato das ações de Meirelles em (110), cujo valor está em manter o leitor atento, visualizando a cena. E, claro, divertindo-se.

Trechos como esses são os que chamamos de *anedotas*. A palavra foi escolhida por ser usada para se referir, em geral, a ocorrências jocosas ou curiosas à margem dos acontecimentos mais importantes. A anedota é um relato típico de conversas informais, curiosidades do tipo das que se contam à mesa do bar. Ela cria, entre autor-criador e leitor, uma interação semelhante a diálogos entre conhecidos. Perceba-se: a anedota, por sua natureza (por ser curiosa, pouco importante, marginal), exige o testemunho direto do jornalista. Ou, pelo menos, cria a ilusão de advir de um testemunho direto, e isso porque a anedota não é uma informação que se pode obter por levantamento de dados ou pesquisa. É preciso ter estado lá para ver; o jornalista apresenta-se como quem esteve e, por isso, conta ao leitor. Se as notícias valorizam impessoalidade e idoneidade, as reportagens, ao contrário, valorizam a pessoalidade, para angariar confiança não pela transparência, mas pela intimidade. Vejamos outros exemplos:

(112) Em 1998, durante a campanha de reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso, o publicitário Nizan Guanaes costumava se comparar a um cirurgião plástico que precisaria fazer retoques no rosto de Cindy Crawford. Se tudo desse certo, poucos reconheceriam seus méritos e o sucesso seria creditado à natureza que propiciou um rosto lindo à atriz. Se desse errado, entraria para a história como vilão, responsável por macular a beleza da musa hollywoodiana. (*ISTOÉ*, 29/10/2008, p.41)

(113) No Palácio do Planalto a ofensiva de Marta gerou preocupação. Há o temor de que os ataques contra o prefeito teriam sido produzidos com o aval de Gilberto Carvalho, chefe de Gabinete de Lula, que desembarcou em São Paulo para auxiliar a ex-ministra. Ele, na verdade, só soube da propaganda quando ela já estava pronta. Quando viu, reclamou a um dos coordenadores de campanha: “Em 2006, alguns aloprados levaram a eleição nacional para o segundo turno. Agora, parece que uma nova geração de aloprados quer tornar irreversível nossa derrota em São Paulo”. (*ISTOÉ*, 22/10/2008, p.38)

(114) Frasista inspirado, Bufett é o autor de tiradas que fazem parte do anedotário da crise atual. Alguns anos atrás, quando o mundo ainda vendia euforia, soltou ele: “Só saberemos quem está sem roupa quando a maré baixar”. Touché. (*VEJA*, 08/10/2008, p.129)

Em (112) há uma declaração de um marqueteiro de campanha política. Essa não é uma informação relevante para a regra que inferimos. É, ao contrário, uma informação paralela, marginal, que tem função ilustrativa e serve, apenas, para despertar interesse no leitor. É verdade que não se trata, também, de narrativa, como em (109). Não é bem algo que o autor-criador deveria presenciar para relatar. Mesmo assim, incluímos esse

exemplo na categoria de anedotas, pois serve ao mesmo propósito de reforçar o vínculo entre autor-criador e leitor, por um lado, e de sustentar, por outro, o interesse do leitor. Sua estratégia é diferente das outras que analisamos. Nela, o autor-criador não dá um testemunho, mas cita uma frase que não é de conhecimento público e, por isso, torna-se anedota. O autor-criador, ao citá-la, ganha um estatuto semelhante ao da testemunha: o de quem ouviu uma frase curiosa, mas pouco conhecida, e conta-a. Isso dá a impressão de essa frase ter sido dita em ambiente íntimo e restringir-se ao círculo restrito dos que participam das campanhas políticas e conhecem as pessoas do meio.

Em (113), um exemplo de como a anedota investe o autor-criador de autoridade. Note-se que é feita, nesse exemplo, uma narrativa de cuja verdade não há evidências. Não se trata, porém, de uma narrativa inocente, como seria a de Meirelles apontando no papel se o Brasil está no céu ou no inferno. Há muitas declarações de Meirelles e de outras autoridades afirmando que a posição oficial do governo brasileiro era a que se viu manifesta naquela anedota. Nesta, porém, a anedota traz um elemento importante: uma confissão do então presidente Lula, mentor da candidatura de Marta à prefeitura de São Paulo, condenando o modo como a campanha foi conduzida. Ao se contar a anedota, o presidente é poupado dos respingos que a campanha lançou sobre as autoridades do PT. Uma informação séria como essa precisaria de fontes. O autor-criador a narra, porém, como anedota, e o vínculo de confiança entre autor-criador e leitor substitui a fonte.

Em (114), o autor-criador cita uma frase de Warren Buffett, dita em um contexto que nada tem com o de uma entrevista jornalística. Essa é uma frase comum, dita pelo bilionário numa circunstância não explicitada. Na sequência, a palavra “touché” não só corrobora a frase de Buffett, como introduz um tom jocoso, típico das anedotas.

Em (92), vimos o uso de uma anedota na argumentação. O autor pretende levar o leitor a concordar que o Brasil mudou desde os tempos da Constituinte até hoje. Para isso, ele faz com que o leitor recupere pela memória o episódio em que um deputado foi ao plenário defender a proposta da licença-paternidade. A proposta dessa licença foi alvo de ironia machista no plenário, e isso levaria o leitor a aderir à tese de que o Brasil atual é diferente do Brasil de então. A argumentação, aqui, é pelo exemplo — assim interpretamos (92) no capítulo anterior. A anedota como forma de argumentação baseia-se no poder de exemplificar um ponto de vista por meio da narrativa anedótica. Claro, exemplos não são, obrigatoriamente, anedóticos — (92) pode ser substituído por algo como: “um bom exemplo foi o projeto de lei que previa licença-paternidade, que, na época, motivou risos no plenário e, hoje, é visto com naturalidade”. Dizendo isso, o

exemplo já estaria dado. Exemplificar com uma anedota, como o autor-criador faz, é mais do que argumentar. Dando ao argumento um caráter de bate-papo, o autor-criador ainda cumpre funções básicas da anedota: reforça o vínculo entre autor-criador e leitor por meio de uma conversa íntima e confere ao texto a leveza típica de uma crônica, útil para manter o leitor concentrado.

Qual leitor prefere informar-se com textos que usam recursos a anedota? Trata-se de um leitor que prefere entreter-se enquanto se informa. Se o leitor almejado pela notícia é idealizado como aquele que se informa por textos imparciais e, depois, julga o que lê em sua consciência e forma sozinho a sua opinião, o da reportagem parece ser um interessado num bom bate-papo com o autor-criador. É um leitor cujo prazer se mescla à atividade de leitura; cujos critérios para definir o que quer ler passam por crivo íntimo. Esse leitor não seleciona suas leituras baseado em uma elevada consciência de seu papel social. Esse seria o crivo do leitor da notícia, tal como ele é idealizado; o da reportagem importa-se menos com isso que com o texto diverti-lo — e o entretenimento tem uma importante função na manutenção social. Há muita argumentação sobre seu papel na evasão das pressões da sociedade moderna. Comentaremos isso ao final.

2.2. Romantização

A romantização guarda semelhanças com a anedota. Não achamos conveniente, contudo, enquadrar ambas numa só categoria, devido a uma diferença, que tentaremos esclarecer a partir da análise de alguns exemplos. Sejam eles:

- (115) A cronologia foi de pânico mundial nos dois lados do Atlântico. Em Washington, no sábado 11, o presidente George W. Bush encontrou-se pela manhã com os ministros da Fazenda dos sete países mais ricos do mundo. “Estamos diante de uma crise global que requer uma firma resposta global”, disse Bush, cenho eternamente franzido. No fim da tarde, ele apareceu, desta vez de surpresa, no encontro das autoridades econômicas do G-20, que reúne os países emergentes, Brasil incluído. Queria dizer que nenhuma “resposta global” resultaria numa sangria de capital dos emergentes. No mesmo prédio, acabara a reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI), cujo diretor-gerente, Dominique Strauss-Kahn, saiu dizendo que o sistema financeiro mundial estava “à beira de um derretimento sistêmico”. Clima de pânico. No domingo, em Paris, o presidente Nicolas Sarkozy recebeu seus colegas europeus. “Precisamos de medidas concretas, precisamos de unidade”, conclamou. Dos ricos aos emergentes, de Washington a Paris, a tropa de choque mundial corria para salvar o sistema financeiro despejando a cifra colossal de 1 trilhão de dólares nos bancos que desmilinguiam. (VEJA, 22/10/2008, p.85)

- (116) Desde que a crise financeira se aprofundou, há um mês, investidores ao redor do mundo venderam seus ativos para recolher-se à segurança dos títulos americanos. Enquanto isso, a empresa de investimentos comandada pelo lendário investidor Warren Buffett, a Berkshire Hathaway, fez o caminho inverso: despejou 20 bilhões de dólares na compra de participação em grandes companhias do país. [...] Buffett, em suma, foi às compras num dia frio e de chuva, enquanto os outros consumidores se esconderam sob os cobertores. (VEJA, 08/10/2008, p.128)
- (117) Na manhã da última quarta-feira, seis dos principais bancos centrais do planeta executaram uma ação inédita. Liderados pelo Federal Reserve (o Fed, banco central americano), eles fizeram uma redução coordenada em suas taxas de juro. Foi o mais recente esforço dos Estados Unidos e da Europa na tentativa de reavivar os mercados financeiros e desbloquear as linhas de crédito entre os bancos, artérias fundamentais no sistema que irriga empréstimos em todo o planeta. Mais uma vez, no entanto, as intervenções cavaleares não bastaram para restabelecer a confiança. Para muitas bolsas, foi a pior semana de todos os tempos — caso da bolsa de Nova York, cujo índice Dow Jones acumulou uma perda de 18%, a maior sangria em uma única semana nos 112 anos de sua história. No Brasil, coube ao presidente do Banco Central (BC) Henrique Meirelles, a missão de proteger o país dos efeitos mais nefastos da crise. Naquela mesma quarta-feira de pânico global, o mercado de câmbio brasileiro amanheceu travado. Na abertura dos negócios, às 9 horas, não havia nenhuma pessoa, empresa ou instituição financeira disposta a vender ou comprar dólares. Ninguém. A cotação da moeda começou a subir rapidamente e atingiu 2,48 reais, o valor mais elevado desde 2006. (VEJA, 15/10/2008, p.110)
- (118) Marcos Valério vinha desfilando livre, leve e solto pelo país. Ele vive nababescamente em sua casa na região da Pampulha, em Belo Horizonte, e mantém um escritório em outro bairro nobre da capital mineira. No ano passado, desembolsou 6 milhões de reais para comprar uma fazenda perto da cidade. (VEJA, 15/10/2008, p.126)
- (119) No Palácio do Planalto, em reunião com o grupo de coordenação política na quarta-feira 1º, Lula cobrou da equipe econômica medidas compensatórias. “Cuidem do crédito. O Natal está aí. Temos de cuidar do crédito para os exportadores, para os industriais de outros setores, para os agricultores e para as pessoas físicas”, ordenou. À tarde, o “mosqueteiro” Mantega anunciou que o Banco do Brasil repassará aos produtores R\$ 5 bilhões para a próxima safra de grãos. (ISTOÉ, 08/10/2008, p.40-1)
- (120) “Não acredito nas pesquisas que dão vantagem a Barack Obama”, diz o engenheiro Kevin Watson, consultor da Microsoft e leitor de John McCain. “As pessoas não falam a verdade para os institutos. Por trás das cortinas, o voto será outro”. Pergunto se esses eleitores vão mudar de voto porque não querem escolher um candidato negro. Watson responde,

quase inaudível: “É isso” (*ÉPOCA*, 27/10/2008, p.108)

O que há, nesses exemplos, de semelhante às anedotas? Serem trechos narrativos relativamente longos que não expõem informações relevantes ao fato principal. Mas há diferenças entre os casos acima e a anedota. Trata-se de narrativas não pessoais, com o tom jocoso de quem conta casos curiosos, mas que pretendem transfigurar a realidade, conferindo a ela uma aura de ficção literária. Daí o nome escolhido por nós para essa categoria: *romantização*. Claro, a comparação com a literatura é exagerada; serve para ressaltar o traço de *autoria* do autor-criador, nada mais. Quando ele se apega mais à objetividade, organiza dados e sua autoria fica discreta. Quando, ao contrário, pretende romantizar o real, sua subjetividade surge com mais brilho, e ele, quase explicitamente, parece tentar dar ao real a força de sua prosa.

O trecho (115) é um exemplo do que queremos dizer. Seu estilo assemelha-se ao literário devido à técnica de sobrepor recortes: a cada frase, um agente toma uma ação, todas se ligando apenas implicitamente, e montando uma visão fragmentária do todo. Ligar as partes fica por conta do leitor, devido à economia no uso da conjunção. Esse todo, por suas partes não revelarem conexão intencional, parece, digamos, irromper por conta própria do texto — já que é o leitor que monta o todo em sua mente, e não o todo que lhe é montado diante dos olhos. Essa “irrupção espontânea” é importante para criar a atmosfera assustadora que o trecho almeja. A frase nominal “Clima de pânico”, sem se ligar a nenhum verbo, sem compor nenhum raciocínio, é isolada por pontos finais, o que amplia seu impacto emocional. Aliás, esses traços estilísticos todos servem à ampliação do impacto emocional, mas é preciso verificar que, além do estilo, a própria seleção de conteúdo favorece isso: esse não é um trecho necessário à reportagem, se ela seguisse a regra. Esse trecho altamente estilizado pode ser visto como inserção de um conteúdo “a mais”, com o intento de levantar a fervura do texto.

A passagem (116) tenta definir o comportamento do bilionário Warren Buffett num momento de crise sistêmica. Segundo o trecho, Buffett aproveitou-se da crise para ampliar sua participação em certas empresas, sem ceder à tentação do entesouramento, comum nas crises. Uma vez que isso está claro, o autor-criador faz o acréscimo de uma frase estilizada: “Buffett, em suma, foi às compras num dia frio e de chuva, enquanto os outros consumidores se esconderam sob os cobertores”. A função disso não é informar, pois essa frase não contribui para a progressão de sentido do texto, uma vez que apenas repete o que já foi dito. Essa redundância nos chamou a atenção, não pela redundância

em si, que é, até certo ponto, necessária em qualquer texto para garantir a coesão, mas pela metáfora. O autor-criador tenta, com ela, inspirar emoções positivas a respeito de Buffet, como admiração, aprovação ou identificação.

Em (117), a seleção lexical contribuiu para a atmosfera de terror. O dinheiro é injetado nos mercados em doses “cavalares”; as bolsas tiveram a “pior semana de todos os tempos”; Meirelles tem a “missão” de combater “os efeitos mais nefastos da crise”, que já é “nefasta” em si. Trata-se de um caso um pouco diverso dos que examinamos. Não é um trecho cuja inserção é desnecessária ao cumprimento do que seria a regra do gênero. Sua seleção contém, porém, um propósito que não é informativo. Bastaria dizer que o governo federal incumbiu Meirelles de manter a estabilidade da moeda, e o trecho já teria transmitido tudo o que precisava. O trecho “romanceia” a ação de Meirelles para provocar assombro, mas também para interessar o leitor.

Em (118), um trecho narrativo insere na reportagem informações que, a rigor, não têm relação com o que se narra. A reportagem tratava da prisão de Marcos Valério, por sua suposta participação numa fraude financeira. Não há relação entre isso e o fato de ele viver livre e bem. O autor-criador sugere que seja absurdo Valério viver com luxo depois de ter sido acusado de crime financeiro, e dá a impressão de o empresário levar boa vida por ter roubado. Cria-se, aqui, um personagem Marcos Valério. Não importa o quanto esse personagem coincide com o Marcos Valério real; o da reportagem é tratado de modo ficcional, devido ao forte acento subjetivo do autor-criador ao descrevê-lo. Notem-se, por exemplo, o exagerado advérbio “nababescamente”; a irônica expressão “livre, leve e solto”; a referência a suas posses, sem motivo para isso. A ficcionalização de Marcos Valério produz um efeito comparável ao literário.

Em (119), também Lula parece ter suas palavras citadas de modo a levar o leitor a nutrir sentimentos sobre ele. Citam-se suas palavras como se ele tivesse ido a uma reunião e, lá, demonstrasse preocupação com o poder de compra do brasileiro. Embora o trecho avisasse que Lula cobrou “medidas compensatórias” aos efeitos da crise, o autor-criador preferiu citar, ainda, uma fala do presidente em discurso direto. Essa fala constrói certa imagem, por seu modo de se referir aos brasileiros, fazendo Lula parecer preocupado com o povo. Esse é mais um conteúdo inserido para emocionar o leitor.

Em (120), o trecho parece utilizar o estilo típico do jornalismo. O autor-criador insere, porém, repentinamente, a 1ª pessoa do singular, na forma verbal “pergunto”. Isso traz ao relato uma atmosfera bastante diferente daquela objetividade jornalística a que se está habituado: o autor-criador torna-se, repentinamente, personagem da história; então,

o diálogo dele com seu interlocutor ganha outro impacto sobre o leitor. Quando introduz a resposta de seu interlocutor, o autor-criador afirma que ela é “quase inaudível”, dando ao relato uma carga emocional, que não condiz com um relato meramente objetivo. É a tentativa de atribuir gravidade à cena. Nada disso seria necessário para desfiar a reflexão sobre o impacto eleitoral do racismo nos EUA. Trata-se mais de uma ilustração do que de informação.

Esses fragmentos são romantizações, no sentido de, ao narrarem o real, tentarem (em certa medida) transfigurá-lo esteticamente. A emoção que isso suscita não está no real, mas na sua recriação pela palavra — e isso requer certo grau de autoria. Ou seja, se um texto transfigura o real para inspirar emoção, o que ele faz é abandonar a fidelidade exclusiva aos fatos, para transformá-los pela pena do autor. Esse recurso tem a função de cativar o leitor, fazê-lo interessar-se pelo que lê. Outra vez, a seleção de conteúdos privilegia o entretenimento em vez da informação. Se a anedota faz isso se aproximando do estilo da crônica, a romantização o faz se aproximando do estilo do conto.

Em alguns momentos, a insistência em estetizar o texto torna-o sensacionalista. As reportagens sobre o sequestro e o assassinato de Eloá Pimentel focaram-se, quase sempre, em indignar, não em informar. Restaram dignas de tabloides de agitação barata. A reportagem pode chegar a esse ponto, mesmo na imprensa dita “séria”.

Esses dados confirmam o que dissemos sobre a anedota: o leitor é visto como alguém que lê por prazer — ou, ao menos, alguém para quem o prazer na leitura é essencial e não pode ser dispensado. Isso é importante, pois, se o leitor seleciona o que vai ler com base em seu prazer pessoal, está abandonando a ética nessa seleção. Ele não escolhe ler por ver relevância nos conteúdos para a vida pública. Se assim fizesse, seria consciente de seu papel social, leitor por responsabilidade e estaria equipado para viver a democracia. Um leitor que dá tanto peso ao prazer individual na seleção das leituras não está preocupado com seu papel na sociedade, mas com seus desejos pessoais.

3. Conclusões parciais e discussão

Podemos, agora, retomar as reflexões do início do capítulo, sobre a reportagem ser ou não polifônica, e casá-las com nossa análise do conteúdo temático do gênero. Principiemos por algumas reflexões sobre a conveniência ou necessidade de a polifonia ser um traço característico da reportagem.

Como se sabe, a imprensa não costuma ser encarada como simples mercadoria. Há um conflito entre a “missão” da imprensa e os condicionamentos ao seu exercício.

Nos materiais didáticos, vemos textos que explicam ao jornalista a missão da imprensa, o seu dever ser. Isso não é uma crítica aos materiais didáticos. Eles não podem fazer nada de diferente, são elaborados com essa finalidade. Incluem-se nessa lista materiais que explicam como editar revistas. Elas costumam se dar o título de informativas, tanto quanto a imprensa jornalística, mas com o bônus de uma escrita literária e agradável. Enfatizar, pois, sua missão, informar e educar, e procurar incluir nisso o entretenimento como um acessório extra: essas são as prescrições que os materiais didáticos oferecem. Resta saber por que eles prescrevem a polifonia.

A razão disso, cremos, está nos clássicos do liberalismo político. A democracia, que serviu ao avanço burguês sobre as estagnadas instituições aristocráticas, utiliza-se da imprensa como meio de distribuir o poder. Numa sociedade democrática, imagina-se que o poder é do povo, não do governante; o governante tem seu poder porque ele lhe foi outorgado pelo povo. Para a população exercer seu poder, contudo, ela precisa estar informada do que ocorre na comunidade, o que exige uma imprensa não comprometida com o poder, nem censurada por ele (e não tratamos apenas do poder governamental). Para Tocqueville (1973, p.225):

Quando se dá a todos o direito de governar a sociedade, é preciso reconhecer-lhes a capacidade de escolher entre as diferentes opiniões que agitam seus contemporâneos, e apreciar os diferentes fatos cujo conhecimento pode guiá-los. [...] Na América, como na França, a imprensa é esse elemento extraordinário, tão estranhamente mesclado de bens e males que não poderia viver sem liberdade, e com o qual a ordem só pode manter-se a duras penas.

Qual a relação disso com a polifonia? A instrução de fazer da reportagem uma arena de discussão, uma somatória de vários pontos de vista, deve-se à necessidade de trazer para o texto as “diferentes opiniões que agitam seus contemporâneos”, o debate social que conduz a vida da comunidade. Apenas se inteirando desse debate, o leitor tem condições de tomar as decisões exigidas pela democracia. A recomendação de não usar adjetivos e advérbios, de evitar a expressão exagerada da subjetividade, devem-se a essa necessidade. O jornalista não pode colocar sua opinião acima das dos outros; o debate tem que ser transparente ao leitor.

Que imagem de leitor haveria numa reportagem polifônica? Seria a de um leitor responsável por si e pela sua comunidade; engajado no debate público e desejoso da informação “pura”, limpa de opiniões, para poder, na solidão de sua consciência, decidir por si o que é justo. Esse é o leitor que descrevemos neste trabalho? De modo algum. O leitor, tal como vem sendo descrito aqui, é alguém perdido no turbilhão de informações,

não tão interessado na vida social, mas em informar-se por motivos pessoais (pressões que ela interioriza, medo do desemprego, do prejuízo; etc.). Esse leitor individualista não busca informação “pura”, nem pretende fazer o esforço (colossal, na atualidade) de interpretar a informação que lhe chega, para construir o ponto de vista sobre a semana. O leitor delega essa função a um terceiro, o jornalista; isso implica um vínculo subjetivo de confiança, quase de afeto. Por fim, é um leitor também que parece decidir o que lê com base em critérios pessoais. Só lerá aquilo que atender a seu gosto pessoal.

O leitor, aqui, não é o que seria almejado numa reportagem polifônica. Outra vez, por *modus tollens*, pode-se dizer que a reportagem não pode ser polifônica na contemporaneidade. Essa hipótese resiste firmemente à análise empírica. Os dados que levantamos ao longo deste trabalho não sugerem a suposição da polifonia. Imaginamos, por exemplo, que ironia e escárnio, por cobrirem de ridículo o discurso de um terceiro, introduzem uma acentuação exterior ao discurso dele: a do ironista ou do escarnecedor. O espaço de leitura preliminar impõe, já no início, a orientação de sentido do texto, que se quer condizente com a desejada pelo leitor, para fazê-lo ler. Verificamos que a leitura preliminar é carregada de pressupostos, orientada a um sentido — quer dizer, fecha o sentido do texto — e, olhando mais detidamente os títulos e subtítulos, podemos notar como a leitura da reportagem se condiciona pela preliminar. Os discursos citados negam a tese de a reportagem ser polifônica, por revelarem a sobreposição do acento do autor-criador sobre as falas citadas.

Há, pois, farto material de contraprova à hipótese de a reportagem de revista ser um gênero polifônico. Nosso *corpus*, talvez por compor-se de revistas, difere, assim, do analisado por Grillo (2005), citado no início do capítulo, e que é feito de reportagens de jornal. Não poderia ser diferente. Como se está argumentando ao longo deste trabalho, cremos que a reportagem estabelece uma relação pessoal com o leitor, o que nos parece incompatível com o estilo “seco” e “protocolar” que o autor-criador deve ter no discurso polifônico. Aliás, não parece fazer sentido, por muitas razões, a interação entre pessoas de confiança ser polifônica... A necessidade de fechar o sentido dos fatos, que se devem entregar com acabamento relativo, também é francamente contrária à polifonia. Por fim, os dados levantados sobre a romantização e a anedota, que procuram conferir leveza e entretenimento ao texto, também não se adéquam ao leitor presumido numa reportagem polifônica. Primeiro, porque o autor-criador que estiliza o enunciado a esse ponto não é o de estilo “seco” do discurso polifônico; segundo, porque o leitor a que se dirige essa estilização não parece preocupado com os pontos de vista sobre um acontecimento, mas

com o prazer que a leitura pode dar. Não há ligação entre esse leitor e aquele engajado na vida pública, que interpreta os fatos para viabilizar sua participação na vida pública.

O traço ostensivo do entretenimento que marca o gênero e reforça essa hipótese. O hedonismo que parece perpassar toda esfera da sociedade pós-moderna é, com efeito, um fenômeno notável. Tudo precisa ser divertido, tudo precisa ser agradável, ou não tem valor. A interpretação mais antiga que conhecemos disso é a de M. Horkheimer e Adorno (1985, p.127), que afirmam que a indústria do entretenimento é consequência da alienação do trabalho. A arte “leve”, consumida pela massa, apresenta-se como mais conveniente à sociedade em que o trabalho é duramente explorado. O trabalhador caçoa, segundo os autores, com razão da arte dita “séria” e diverte-se com a arte “leve” quando pode não ficar diante das máquinas. Não é de se esperar que, depois da rotina estafante, ele vá querer aprofundar-se numa arte árida, cujo poder de encantamento exige esforço do público. A divisão da cultura nessas duas esferas, “séria” e “leve”, reflete, assim, um dado da vida social: a sua própria divisão.

Adorno e Horkheimer fazem essa análise seguida de uma crítica radical contra a arte de indústria. Não tratamos de arte, mas cremos ser válido o mesmo raciocínio aqui. Tentamos mostrar como as pressões psicológicas enfrentadas na contemporaneidade são enormes. Quando o leitor não está trabalhando, precisa aliviar-se do sofrimento gerado pelo trabalho. Não é o momento de afundar-se num árido estudo sobre os problemas de sua comunidade. É de se imaginar que poucos tenham paciência para isso. Se, por um lado, sentem pressão para informar-se, por outro, não querem cansar-se com ainda mais isso. A resultante dessas forças é a demanda por informação divertida, leve e distrativa. Aqui, parece pertinente a crítica de Adorno e Horkheimer (1985, p.133):

A fuga do cotidiano, que a indústria cultural promete em todos os seus ramos, se passa do mesmo modo que o rapto da moça numa folha humorística norte-americana: é o próprio pai que está segurando a escada no escuro. A indústria cultural volta a oferecer como paraíso o mesmo cotidiano. Tanto o *escape* quanto o *elopment* estão de antemão destinados a produzir o ponto de partida. A diversão favorece a resignação, que nela quer se esquecer.

A moça não é salva pelo amante; sua aventura leva-a de volta ao pai. É a mesma fuga que a indústria cultural permite: a válvula que impede o trabalhador de explodir. A reportagem de revista, assumindo o humor, a leveza, a diversão, não faz diferente. Dá a válvula de escape, atua não no sentido de questionar a ordem, mas de reforçá-la, pois induz à resignação. Isso não é um absoluto, contudo. Pode haver variações nessa lógica,

que abririam espaço a questionamentos e a transformações da ordem.

Vê-se, portanto, que temos um leitor imaginado de modo muito diverso do que se preconiza nos clássicos do liberalismo político. Caso a polifonia estivesse fixada no gênero, ele condensaria traços de uma ética liberal burguesa, talhada pelos princípios do liberalismo clássico. Ao contrário, os traços fixados no gênero são outros. *O gênero está impregnado não da ética burguesa, mas da lógica de mercado burguesa.* A atividade social de que a reportagem é parte é uma atividade de mercado; a descrição da atividade de imprensa feita no capítulo II pretendia deixar isso claro: *a imprensa não deixa de ser, na contemporaneidade, um braço do grande negócio da publicidade.* Ela pode ser algo mais também, pois sua função não é tão simples que não se impregne de contradições; a ordem social não é perfeita, por isso, é possível a um braço do negócio da publicidade ser, ainda, um relativamente importante espaço de debate da vida pública, um promotor de certos complementos à educação, até um espaço de reflexão crítica que, talvez, fosse um bastião de resistência aos discursos que especulam sobre a consciência da massa — entre os quais, o discurso da publicidade. Tudo isso é possível. Mas não é possível que a imprensa, sendo praticada por empresas capitalistas, não se associe à classe capitalista, levando a publicidade aos nichos que ela se esforçará para açular ao consumo. Disso depende a existência das empresas que a praticam e, portanto, sua própria existência.

A imprensa não informa para viabilizar a democracia, mas para viabilizar lucro, tanto dos burgueses da indústria de informação, como dos burgueses que a financiam. Sua função é reunir um público em torno de suas páginas, para permitir à publicidade uma audiência selecionada. Essas deduções, que apresentamos ao longo deste trabalho, ao contrário das que apontavam, na reportagem, a expressão da ética liberal burguesa, não são contrariadas pelo *corpus*. No gênero real, não se confirmaram as suposições que fizemos a partir da leitura dos manuais de redação e materiais didáticos.

Algumas explicações começam a ser necessárias. Sabemos que os parágrafos de cima podem induzir a uma confusão. Pode-se imaginar que nossa intenção é criticar os manuais de redação e materiais didáticos da área, por eles idealizarem e não refletirem a prática. Não é esse o nosso propósito. É possível materiais didáticos que ensinam textos muito rígidos, como procurações ou documentos, refletirem a prática à perfeição; isso é inimaginável, porém, na reportagem. Pela complexidade desse gênero, os materiais que o ensinam não podem refletir bem sua prática. Os materiais serão, *obrigatoriamente*, idealizações; eles só podem se limitar a imaginar como o gênero *deveria ser*, e a tentar influenciar os textos a seguirem esse dever-ser na produção real do gênero. Isso não se

faz à perfeição, porque o conjunto de princípios que os materiais didáticos trazem não se ajusta a toda situação. Os casos concretos são sempre mais complexos do que aqueles imaginados nas didatizações; elas emulam um estereótipo do gênero que, apenas numa medida, ajusta-se aos casos concretos. Nossa preocupação foi tentar *medir a distância entre o gênero real e o idealizado*. Essa medição faz crer que o gênero idealizado inclui as expectativas de a reportagem auxiliar na promoção da democracia, informando de modo imparcial, e de ela ser leve e atraente, embora isso seja secundário. A prática não contempla totalmente essas preocupações. O gênero concreto, primeiro, ocupa-se mais de atrair e manter o leitor, que de ser idôneo e imparcial; argumenta, segundo, mais de modo emotivo e epidíctico do que racional. Por isso e por tudo o que dissemos neste capítulo, parece-nos justo dizer que o gênero reportagem, enquanto prática social, difere consideravelmente do gênero reportagem, enquanto idealização colocada nas folhas dos materiais didáticos e manuais de redação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que a argumentação desenvolvida neste trabalho dê conta de fornecer algumas reflexões sobre a reportagem de revista e sua relação com o leitor. Esclareça-se, então, de início: cremos que esse leitor não é só uma imagem inscrita no gênero, mas um elemento que estrutura o gênero. Tentaremos esclarecer, nestas considerações finais, como o leitor é fixado nesse gênero, e a forma como o gênero interage com esse leitor.

Iniciemos por resumir as conclusões dos capítulos anteriores para, no segundo momento, tentarmos avançar com relação a elas.

Nós traçamos uma hipótese, algumas vezes reformulada, sobre a reportagem de revista. Essa hipótese parte da asserção de que a reportagem de revista não desempenha a função de simplesmente resumir a semana e informar, mas de organizar para o leitor a interpretação que ele precisa ter da vida social. É uma terceirização, da parte do leitor, de sua tarefa de interpretar os fatos da semana. Essa asserção soma-se a outra: a de que, nessa transação comercial cultural, o leitor não é nenhum caixote vazio à espera de ser preenchido por seja o que for que a reportagem diga. Ninguém é apto a tomar um valor qualquer como verdade. Se a reportagem pretende desempenhar sua função a contento, deve produzir notas que ressoem no leitor. Para tanto, é preciso que ela procure valores a que o leitor já adere e reforce-os. Como um efeito colateral (mas muito importante e sem o qual o gênero não cumpriria sua função), ao reforçar certos valores identificados na psicologia social, a reportagem fortalece uma identidade de grupo para o leitor. Isso é importante porque, na atualidade, o reforço a uma identidade motiva um público a ler.

Essa hipótese resistiu bastante ao teste empírico. Quando analisamos a ironia, o sarcasmo e a piada, pareceu haver sintonia entre o autor-criador e o leitor. Eles estavam de acordo em pontos controversos. O mesmo vale para os pressupostos. Isso aponta um gênero em que não há debate realmente crítico, mas conversa de amigos. É uma forma de interação íntima, baseada na confiança.

Soma-se a essa conclusão a de que boa parte da argumentação na reportagem de revista não visa superar uma polêmica com o leitor, com vistas a produzir um consenso,

ou disputar com ele o sentido do referente. Ao invés disso, boa parte da argumentação reforça valores de grupo, como se quisesse cavar mais fundo o fosso com que o leitor se protege dos invasores. Essa argumentação que reforça consensos e protege a identidade do grupo é a que, na Retórica, chama-se de epidíctica. A argumentação na reportagem de revista tem traços muito fortes de uma argumentação desse tipo.

A ironia, o sarcasmo, o discurso citado, a seleção de conteúdo temático, a leitura preliminar e a estilização do texto contribuem para o gênero não incorporar, em si, um debate social, mas apenas citar esse debate e submetê-lo ao autor-criador, responsável por resumi-lo, recontextualizá-lo e ressignificá-lo. Essa redução do debate social à voz do autor-criador é necessária para ele interpretar a semana para o leitor. Não há como oferecer interpretações acabadas num discurso como o polifônico, cujo traço principal é o inacabamento.

Essas são as conclusões afirmadas neste trabalho. A partir delas, podemos tentar algumas deduções. A primeira que faremos é quanto à imagem do leitor cristalizada no gênero. Cada revista que analisamos concebe o leitor à sua maneira, mas nenhuma delas escapa a certos traços. Vamos a eles.

O leitor é visto como alguém com valores relativamente bem definidos. É uma pessoa com uma visão de mundo pré-estabelecida. É alguém que seleciona leituras com base num crivo íntimo, com critérios pessoais (o que o diverte, o que o agrada, etc.), e não com base na responsabilidade para com a comunidade. É, pois, individualista. Sua intelectualidade não é avançada, sua tolerância a contradições e falácias é considerável, e sua atitude frente à leitura é um distraída. Um leitor irritadiço, pouco concentrado, pouco disposto a ler, que deve ser cativado, conquistado. Suas ideias são reproduzidas a ele, mas acompanhadas de um linguajar que as apresenta não como suas, mas como as únicas possíveis. A sua visão de mundo é racionalizada, universalizada, pela reportagem de revista. Isso ameniza as incertezas que o leitor vive. É um leitor, portanto, inseguro, instável, procurando diques para defendê-lo dessa modernidade tão insuportavelmente líquida. Em muito pouco essa imagem lembra o idealizado leitor da imprensa, que busca a informação para tomar posição frente aos desafios da vida pública na democracia. Ao contrário, o que quer o leitor é alguém que lhe diga que há um ponto estável no furacão da pós-modernidade, e que esse ponto estável é o dele.

O leitor é um cliente. Paga para ver a si mesmo nas folhas da revista. Compensa sua mediocridade na sociedade de massas universalizando sua visão de mundo por meio da reportagem. Mais que informado, o leitor mantém-se uno a um conjunto de valores.

Mantém sua identidade.

Esses traços estão fixados no gênero; estruturam-no. Novos valores que venham a penetrar o gênero serão, nessa estrutura, refratados. A interação entre o autor-criador e o leitor, além de criar essa imagem, condiciona-se por ela. Essa interação marca-se por um traço de reprodução do estado de consciência do leitor, tal como o autor-criador o presume. Um primeiro ponto parece-nos importante: essa atividade de dar a pensar, para o leitor, o que ele já pensa, é esvaziada de potencial contestatório, e por dois motivos. Primeiro, porque o leitor não é levado para além de onde já está. Segundo, porque esse ponto de vista do leitor não pode ser profundamente contestador. O leitor, ao contrário, lê para enquadrar-se num mundo instável. As reportagens nunca insuflam, incentivam ou agitam o leitor; sequer costumam referir-se a ele. Ao contrário, elas apenas contam ao leitor o que se passou *lá* — num outro lugar discursivo, que é o universo da política, da economia, da celebridade, da cultura, etc. Esse universo não inclui o leitor, que o vê de longe, pelos olhos do autor-criador, através de testemunhos e relatos.

Entramos, aqui, num ponto importante, que difere a reportagem de revista da sua irmã, a notícia. Muito se diz sobre a notícia dar a ilusão de transparência, tentando fazer parecer ao leitor que ele acessa diretamente os fatos narrados — ou, numa das metáforas mais comuns para dizer isso, fazer parecer que os fatos narram a si mesmos. Isso faria o leitor sentir que confere por conta própria o real. A reportagem age ao contrário. Há um intermediário entre leitor e realidade: o autor-criador. Ele é um intermediário de pleno direito, porque empossado pelo leitor para fazer o papel de intermediar — quer dizer, o papel de colher os fatos, checá-los, ligá-los, interpretá-los e entregá-los bem temperados para o consumo. Isso exige um texto muito trabalhado, o que faz o autor-criador ser não transparente, mas opaco. O preço disso é a impressão de o leitor estar “longe” dos fatos narrados. A política é, por isso, referida como uma jogatina que não inclui o povo (quer dizer, o leitor), em que abundam conchavos, conspirações e estratégias, e falta política. A economia é referida como um cassino em que os melhores jogadores enriquecem — seja para enaltecer esse cassino, seja para criticá-lo. Rara é a página gasta com o arroz e feijão que vão ao prato do leitor. Quase nada é visto como algo de que o leitor participe. Não poderia ser de outro modo: o leitor não está testemunhando, vendo ou participando; ele está acessando o real por um intermediário.

Isso é mais importante se lembramos que a complexidade da sociedade atual não permite a ninguém ver todas as instâncias da vida das quais participa. Quem come um churrasco raramente participa da degola do boi, quanto mais do plantio do pasto. É por

isso que a visão de mundo do leitor sai fortemente impactada pela reportagem: ela é que conecta os pontos da realidade em que o leitor, com efeito, toma parte. Não há meio de ver, com nossos olhos, toda instância da vida social de que participamos ao comprar um sabonete, adoçar um café, colocar gasolina no carro. Só vemos as engrenagens cujos dentes se encaixam nos nossos; perdemos de vista a maquinaria e não sabemos o que é isso que, todo dia, fazemos girar. Quem nos diz é a mídia. A reportagem de revista o faz de um modo particular: dissocia-nos do todo de que somos parte. Refere-se aos campos de que participamos como alheios a nós, estranhos à nossa atuação, pouco conectados a nossas ações cotidianas. Isso reduz a política, a economia, a cultura, etc., a nada mais que uma posição moral, uma opinião que manifestamos no encontro familiar de final de semana. Assim, fixa-se no gênero a alienação própria da vida social.

Além desse reforço da alienação social, a reportagem de revista ainda toma parte na evasão das pressões, conforme entretenha o leitor. Ao apresentar ao leitor o mundo, a reportagem conforma o leitor ao mundo. Esse leitor alienado e estafado pela pressão da vida pós-moderna, que lê para informar-se de modo fácil e ágil, sem “pensar demais”, tem, por fim, sua consciência reificada na reportagem. Isso porque ela repete a ele o que ele já pensa, reproduz nele o que ele já é. Mais que polemizar, brigar, discutir, levar, de algum modo, o leitor aonde ele não está, a reportagem de revista o faz andar em círculo.

Esse resumo de como a reportagem de revista influencia a consciência do leitor tem, ainda, um agravante. Por realizar pouca argumentação racional, preferir o humor e o discurso emotivo e reivindicar a confiança do leitor, o gênero se afasta perigosamente de uma discussão genuína da vida pública. “Perigosamente” porque, em discussões em que realmente se busca, desarmado, entender algo, é mais fácil mudar de posição, logo que necessário. Mas, quando falamos da formação de identidades, o emocional entra em jogo. Os valores que compõem nossa identidade pregam-se a marteladas na consciência. Há suficientes estudos sobre a dificuldade das pessoas de livrarem-se de valores vindos de círculos próximos. O vínculo emocional da reportagem com o leitor não só suprime o debate, como interfere na disposição do leitor para, em outros momentos, debater. Ela conduz a certezas demais e a dúvidas de menos.

Por tudo o que dissemos até aqui, a reportagem de revista deve parecer um mal a ser extirpado. Sabemos da impressão que causamos. Essa é a oportunidade, porém, de matizá-la. Reafirmamos a descrição acima, da interação da reportagem de revista com o leitor. Mas, e isso deve ser dito, a realidade é, felizmente, mais complexa e contraditória do que essa descrição do gênero pode ter dado a entender. Se as afirmações feitas acima

eram categóricas acima, foi só para, agora, nós as questionarmos. E a questão se insinua ao ver-se que a reportagem não pode deixar de argumentar para obter adesão do leitor.

Se o gênero só afirmasse ao leitor o que ele já pensa e nada mais, não haveria necessidade de argumentar. Ele estaria numa espécie de equilíbrio perfeito, suas peças todas encaixadas. Essa “perfeição” parece, porém, um sintoma de imperfeição da nossa análise. Se o gênero se modifica com o passar do tempo, se dele participam consciências em evolução ininterrupta, se a realidade, como a língua, é dinâmica, a reportagem deve incorporar esse movimento do real.

A fissura nessa “perfeição” do gênero é visível pela necessidade de fazer o leitor aderir a alguns valores. O gênero deve especular sobre algo excessivamente móvel para cumprir sua função: a ideologia do cotidiano (ou a psicologia social, como queiram). É difícil imaginá-la como estática, dando-se a cálculos certos. O leitor não está apenas sob efeito de reportagens da sua revista preferida; ele se expõe, em algum grau, a toda uma sorte de valores circulando pelas televisões, monitores, *outdoors*, telas de cinemas, filas de cinemas, filas de bancos, conversas de amigos, etc. Os valores exteriores aos que o leitor aceita podem, em certos casos, ser atraentes, parecer certos, criar dúvidas, demandar explanações. Da mesma forma, há situações em que os valores do leitor são postos em suspeição. O que o neoliberal sente ao ver a crise imobiliária de 2008? O que sentiu o comunista ao ver cair o Muro de Berlim?

Valores são perturbados o tempo todo. Nossas interpretações do real não cansam de ser surpreendidas pelo movimento do real. Quando isso acontece, abrimo-nos mais à possibilidade de novas interpretações, a novos dados, novas ideias. A reportagem não pode ignorar isso. Ela é parte desse dinamismo. Isso a força a tentar conquistar o leitor que, supõe-se, tinha tanta afinidade com o conjunto de valores que ela professa.

Aqui, abre-se a frincha pela qual o pensamento crítico pode respirar. Caso o que dissemos sobre a reportagem, logo acima, fosse tudo o que tivéssemos para dizer sobre o gênero, acabaríamos por achar que ele, comodamente, reproduziria ao leitor as suas próprias ideias, e nada mais. O efeito disso seria reafirmar, na consciência do leitor, a consciência do leitor. Como essa hegemonia é perturbada pelos movimentos do real que alteram a consciência do leitor e problematizam valores assumidos na reportagem, ela fica obrigada a se defender do adversário buscando, pela argumentação, acordos com o leitor, seja com lógica, seja com retórica convincente ou persuasiva. Isso leva o gênero a incorporar alguma contradição interna: para refutar a ideia contrária, é preciso assumir, antes, que o contrário existe. Algum grau do debate social, da disputa sobre o sentido do

que se dá na vida pública, é, assim, incorporado ao gênero. A reportagem de revista é forçada a dialogar com adversários na contenda social; isso a faz absorver ideias que ela preferiria poder apagar. *CartaCapital*, assim, aproveita a crise para locupletar-se com a “prova” da falência do neoliberalismo, enquanto *Veja* precisa esclarecer ao leitor como o sistema em crise ainda está em pé, lembrá-lo de que bons investidores lucram na crise, etc. Embora uma revista não cite a outra, elas estão em disputa. É a polêmica velada.

O gênero, refratando em si esses valores, parece-nos tender ao conservadorismo, mas sempre abrindo a chance do debate crítico, a rachadura onde colocar o pé-de-cabra. Interiorizado, desse modo, pelos falantes, vai compor a consciência deles. Usado para um tipo particular de interlocução, com uma função específica (que nos parece da maior importância), vai agir sobre a consciência do homem e sobre a vida social.

O sentido que se objetiva na língua e nas outras linguagens, ao ser interiorizado, modifica o modo como se vê o real. As ações humanas constituem-se da interlocução, e parece-nos justo dizer que a língua cumpre um papel fundamental para as ações sociais serem realizadas. A fala é concreta, é uma ação concreta. Age sobre o real, pois é real, é parte do real. Ela pode não constituir as coisas, mas constitui as ações humanas, às quais se liga. Os gêneros se adaptam aos casos concretos de seu emprego; os enunciados cuja produção orientam, porém, não só se deduzem de situações concretas, mas constituem-nas. A reportagem de revista constitui uma ação concreta importante: o posicionamento ante o real. Tomamos posicionamentos dialogando e interiorizando as formas desse diálogo, mas com uma limitação: realizamos padrões de comunicação e de conceituação que não conhecemos por inteiro. Falamos e pensamos, e produzimos, assim, sentidos incrustados nas palavras, os quais não dominamos totalmente. Assim, deixamos de dominar a nós mesmos. Daí, a importância de estudarem-se gêneros como a reportagem. Esperamos ter contribuído para isso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. A indústria cultural. Tradução de Amélia Cohn. In: COHN, G. (Org.) **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 25, n.87, maio/ago. 2004, p.335-351.

ARISTÓTELES. **Retórica**, vol. VIII, tomo II. Tradução de Manuel Alexandre Junior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2ª Ed. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1981.

_____. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. O autor e o herói. In: _____. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão Pereira. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997a.

_____. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão Pereira. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997b.

_____. O problema do texto. In: _____. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão Pereira. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997c.

BAUMAN, Z. **Liquid Modernity**. Cambridge: Polity Press, 2000.

BENVENISTE, E. Natureza do signo linguístico. In: _____. **Problemas de linguística geral**. Tradução de Maria Gloria Novak e Luiza Neri. São Paulo: Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

BEZERRA, P. Introdução. In: VOLOSHINOV, V. **O freudismo: um esboço crítico**. Tradução de Paulo Bezerra. Coleção Estudos. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

_____. Polifonia. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

- BRAIT, B. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- BONINI, A. Veículo de comunicação e gênero textual: noções conflitantes. In: **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v.19, nº1, 2002, p.65-89.
- BRONCKART, J-P. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: Educ, 1999.
- BULHÕES, M. M. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.
- CARVALHO, G. Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e um exemplo de aplicação. In: MEURER, J.L., MOTTA-ROTH, D. & BONINI, A. (Orgs.) **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- CATALÃO JÚNIOR, A. H. **Jornalismo Best-Seller: o livro-reportagem no Brasil contemporâneo**. Tese de doutorado. Araraquara: UNESP, 2010.
- COELHO, T. **O que é indústria cultural?** 35ª Ed. Editora Brasiliense, 1993.
- COOPER, D. E. **World Philosophies: an historical introduction**. 2ª Ed. Oxford: Balckwell Publishing, 2003.
- COPI, I. M. **Introdução à lógica**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.
- DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 24, n. 62, abril 2004, p. 44-63.
- DUCROT, O. **Dire et ne pas dire : principes de sémantique linguistique**. 10ª edição. Paris, FR: Hermann, 1972.
- EAGLETON, T. **Ideologia**. Tradução de Silvana Vieira e Luis Carlos Borges. São Paulo: Editora da Unesp, Boitempo Editorial, 1997.
- ECO, U. **Apocalípticos e integrados**. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- ENGELS, F. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. In: ENGELS, F.; MARX, K. **Obras escolhidas**. Vol.2. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, s/d a.
- _____. **Carta a Walther Borgius**. s/d b. Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/FundamentosCartasMarxEngels250194.htm>. Último acesso: 30/10/2011.
- FAÏTA, D. A noção de “gênero discursivo” em Bakhtin: uma mudança de paradigma. In: BRAIT, B. (Org.) **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas, SP: Edição Unicamp, 1997.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual geral de redação**. 2ª Edição. São Paulo: Folha de São Paulo, 1987.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (Orgs.) **Syntax and Semantics 3: Speech Arts**. Nova York: Academic Press, 1975.

GRILLO, S. V. C. Polifonia e transmissão do discurso alheio no gênero reportagem. **Estudos Lingüísticos**. Campinas: v.1, nº XXXIV, 2005, 1º CD.

____. Gêneros primários e gêneros secundários no círculo de Bakhtin: implicações para a divulgação científica. **Alfa**, São Paulo, 52 (1), 2008, p. 57-79.

HABERMAS, J. Modernity – an incomplete project. In: FOSTER, H. **Postmodern culture**. London: Pluto Press, 1985.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Estela Gonçalves. 17ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HUME, D. **Investigações sobre o conhecimento humano e os princípios da moral**. Editora da UNESP: São Paulo, 2004.

HUYSEN, A. Mapping the postmodern. **New German Critique**, nº. 33, Modernity and Postmodernity, Autumn, 1984, pp. 5-52.

JAMESON, F. Postmodernism and consumer society. In: FOSTER, H. **The anti-aesthetics: essays on postmodern culture**. Port Townsend, Bay Press, 1983, p.111-134.

KLAPPER, J. T. Os efeitos da comunicação de massa. Tradução de Amélia Cohn. In: COHN, G. (Org.) **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

____. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1985.

LANDOWSKI, E. **A sociedade refletida: ensaios de sociossemiótica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, SP: EDUC/Pontes, 1992.

LAZARSFELD, P. F.; MERTON, R. K. Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada. Tradução de Sérgio Miceli. In: COHN, G. (Org.) **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Tradução de Manuel Dias Duarte. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LIMA, E. P. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 4ª Edição. São Paulo: Manole, 2009.

MACHADO, A. R. A perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart. In: MEURER, J.L., MOTTA-ROTH, D. & BONINI, A. (Orgs.) **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

MARTINS FILHO, E. **Manual de redação e estilo**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro, o processo de produção do capital. Tomo 2. Coleção Os Economistas. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: I - Feuerbach**. Coleção Pensamento Socialista, vol. 12. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica**. Tradução de Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2012.

MILLER, C. Genre as social action. **Quarterly Journal of Speech**, 70, 1984, p.151-167.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX: Neurose**. Tradução de Maura Ribeiro Sardinha. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

OLIVEIRA, N. T. Somatização e sofrimento no trabalho. **Textos & Contextos**, nº 2, ano II, dez. 2003, p.1-14.

O GLOBO. **Manual de redação e estilo**. São Paulo: Globo, 1992.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PLEKHANOV, G. **O papel do indivíduo na história**. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Colecção 70, 1971.

_____. **Os princípios fundamentais do marxismo**. Tradução de Sônia Rangel. São Paulo: HUCITEC, 1978.

POPPER, K. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. 3ª Ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica de linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J.L., MOTTA-ROTH, D. & BONINI, A. (Orgs.) **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J.L., MOTTA-ROTH, D. & BONINI, A. (orgs.) **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

RUSSELL, B. **Os problemas da filosofia**. Tradução de Álvaro Nunes. Oxford: Oxford University Press, 2001.

SCALZO, M. **Jornalismo de revista**. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, F. L. G. **A fábrica como agência educativa**. Araraquara: Laboratório Editorial/São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2004.

SÉRIOT, P. Généraliser l'unique : genres, types et sphères chez Bakhtine. **Texto !**, vol. XII, nº3, 2007. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/index.php?id=605>, último acesso: 12/07/2012.

SODRÉ, M. **A comunicação do grotesco**: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

SODRÉ, M.; FERRARI, M. H. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. Coleção Novas Buscas em Comunicação, vol. 14. São Paulo: Summus, 1986.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, G. T. Gêneros discursivos em Marxismo e Filosofia da Linguagem. **the ESpecialist**, vol. 24, nº especial, 2003, p.185-202.

SWALES, J.M. **Genre analysis**: English in academic and researching settings. New York: Cambridge University Press, 1990.

TEZZA, C. **Entre a prosa e a poesia**: Bakhtin e o formalismo russo. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

TOCQUEVILLE, A. **A Democracia na América**. Coleção Os Pensadores, vol. XXIX. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

TODOROV, T. **Mikhaïl Bakhtine: le principe dialogique suivi de Écrits du Cercle de Bakhtine**. Paris, França: Editions du Seuil, 1971.

_____. **Os gêneros do discurso**. Tradução de Ana M. Leite. Lisboa: Edições 70, 1978.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VILAS BOAS, S. **O estilo magazine**: o texto em revista. Coleção Novas Buscas em Comunicação, vol. 52. São Paulo: Summus, 1996.

VOLOSHINOV, V. (BAKHTIN, M.). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1999.

____. Discurso na vida e discurso na arte. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza de Discourse in life and discourse in art: concerning sociological poetics. In:____. **Freudianism**. New York: Academic Press (mimeo), 2000.

____. **O freudismo:** um esboço crítico. Coleção Estudos. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

FONTES

CARTACAPITAL. nº 515, ano 15. São Paulo: Editora Confiança, 1º de outubro de 2008.

CARTACAPITAL. nº 516, ano 15. São Paulo: Editora Confiança, 8 de outubro de 2008.

CARTACAPITAL. nº 517, ano 15. São Paulo: Editora Confiança, 15 de outubro de 2008.

CARTACAPITAL. nº 518, ano 15. São Paulo: Editora Confiança, 22 de outubro de 2008.

CARTACAPITAL. nº 519, ano 15. São Paulo: Editora Confiança, 29 de outubro de 2008.

ÉPOCA. nº 542, ano 11. São Paulo: Editora Globo, 6 de outubro de 2008.

ÉPOCA. nº 543, ano 11. São Paulo: Editora Globo, 13 de outubro de 2008.

ÉPOCA. nº 544, ano 11. São Paulo: Editora Globo, 20 de outubro de 2008.

ÉPOCA. nº 545, ano 11. São Paulo: Editora Globo, 27 de outubro de 2008.

ISTOÉ. nº 2030, ano 32. São Paulo: Editora Três, 1º de outubro de 2008.

ISTOÉ. nº 2031, ano 32. São Paulo: Editora Três, 8 de outubro de 2008.

ISTOÉ. nº 2032, ano 32. São Paulo: Editora Três, 15 de outubro de 2008.

ISTOÉ. nº 2033, ano 32. São Paulo: Editora Três, 22 de outubro de 2008.

ISTOÉ. nº 2034, ano 32. São Paulo: Editora Três, 29 de outubro de 2008.

VEJA. nº 39, ano 41, edição 2080. São Paulo: Editora Abril, 1º de outubro de 2008.

VEJA. nº 40, ano 41, edição 2081. São Paulo: Editora Abril, 8 de outubro de 2008.

VEJA. nº 41, ano 41, edição 2082. São Paulo: Editora Abril, 15 de outubro de 2008.

VEJA. nº 42, ano 41, edição 2083. São Paulo: Editora Abril, 22 de outubro de 2008.

ANEXOS

de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), leilões de dólares pelo Banco Central e também a liberação de parte do depósito compulsório, o dinheiro que o governo retém diariamente dos bancos para garantir a saúde do sistema. A equipe encarregada de agir nos bastidores da crise foi reforçada. O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, com a autoridade de quem foi o primeiro – e até há pouco único – integrante do governo a enxergar a gravidade da situação, tornou-se um interlocutor privilegiado do presidente para avaliar a crise. A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, tem sido outra conselheira frequente (*leia a entrevista com Dilma na pág. 40*). A novidade foi a convocação do ex-ministro da Fazenda e atual deputado Antônio Palocci para participar das reuniões com o presidente e alimentar os encontros com empresários e políticos.

A unanimidade dos observadores ouvidos por EPOCA na semana passada aponta para um conjunto de más notícias para os próximos meses e, em especial, para o ano que vem. É claro que o país vai sobreviver, manter seu parque industrial, preservar a maioria de seus empregos e de suas empresas – mas não há dúvida de que será machucado pela crise. Num país que hoje cresce perto de 6%, a maioria das estimativas para o fim de 2009 é de um crescimento pela metade, em torno de 3%. Boa parte das exportações será prejudicada pela falta de linhas de crédito em dólar

para financiá-las – e provavelmente pela falta de consumidores em condições de comprar nossos produtos. Embora o dólar mais alto possa até beneficiar a exportação de manufaturados, as commodities são os principais produtos que vendemos no exterior. E a queda em seu preço certamente afetará o fluxo de riqueza para o Brasil.

A alta do dólar – inevitável ao menos por um bom período – também poderá encarecer os alimentos e criar problemas para diversos tipos de empresa. Num mundo menos próspero, mais inseguro, os bancos tomam-se mais arredios, o crédito fica mais difícil. A febre de compras a

A novidade no governo foi a convocação do ex-ministro Antônio Palocci para participar de reuniões

prazo, que fez a alegria de tantas famílias brasileiras, deverá ser reduzida. Em várias lojas de eletrodomésticos, o número de prestações aos clientes de baixa renda já foi reduzido. Bancos também já cortaram linhas de empréstimos a seus clientes (*leia a reportagem da pág. 41*).

Além dos problemas cotidianos, alguns dramas envolvem as grandes corretoras da economia mundial, a mesma que ajudou a levantar o Brasil nos últimos cinco anos. Ninguém sabe quando os países ricos conseguirão se recuperar nem o tamanho

do ajuste que a China ou a Índia farão em seu apetite por commodities.

Na semana passada, o presidente Lula teve uma conversa com o presidente George W. Bush. Na rápida troca de impressões, Bush mostrou-se otimista e disse a Lula que o pacote americano de US\$ 700 bilhões deveria começar a mostrar seus primeiros resultados dentro de duas semanas. Na manhã da sexta-feira, numa entrevista sobre a crise, Lula deu algumas respostas no mesmo tom. "Tenho fé que o Ato-1, Novo será infinitamente melhor", disse. Também afirmou que "o Brasil tomou uma vacina. Se a crise chegar, será em proporções menores do que nos Estados Unidos e na Europa".

A comparação entre a crise nos Estados Unidos e no Brasil ajuda a entender semelhanças e diferenças importantes. A primeira é que, nos dois países, surgiram dificuldades no sistema financeiro. A diferença é que, nos Estados Unidos, operações bilionárias com papéis podres, sem base no capital real dos bancos, contaminaram o conjunto da economia e criaram uma situação de insolvência para diversas instituições – que podem acabar nacionalizadas pelo governo para não ir à falência. No Brasil, o diagnóstico é outro.

Houve, sim, ações de risco de grandes empresas em operações de dólar no mercado futuro. Elas apostaram no dólar baixo dos últimos meses e sofreram grandes perdas. A Sada teve um prejuízo estimado em R\$ 760 milhões. A Aracruz, de R\$ 1,95 bilhão. A Votorantim, de R\$ 2,2 bilhões. Em Brasília, autoridades da área econômica têm

A vez da AIG

A maior seguradora americana é estatizada, por US\$ 85 bilhões



"Que crise? Vai perguntar para o Bush!"
Lula, 16/9

"Os bancos quebrados passaram a vida dando palpites sobre o Brasil. Era como se eles fossem os superinteligentes e nós os supercolados!"
Lula, 16/9

O Lehman Brothers e o Merrill Lynch desabam

Os bancos de investimento caem com uma diferença de 24 horas



O tombo das hipotecas

O governo americano estatiza as agências Fannie Mae e Freddie Mac, injetando US\$ 200 bilhões



"Essa história de neoliberalismo valla (...) só para nós!"
Dilma Rousseff, 8/9

O início da crise

O banco Bear Stearns quebra. É comprado pelo JP Morgan Chase



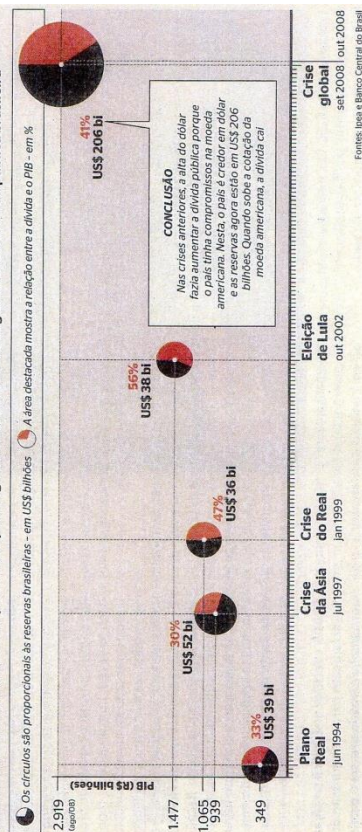
"Em 1998 teve uma crise na Malásia, e o Brasil quase quebra. Agora (...) não aconteceu nada com o nosso querido Brasil!"
Lula, 18/3

Com os números a nosso favor

Por que o Brasil está mais protegido para enfrentar a crise atual do que estava no passado



RESERVAS Como a alta do dólar provocada pela fuga de investidores estrangeiros afeta a dívida pública brasileira



O fim de uma era nos EUA

Os últimos bancos de investimento – Sachs e o Morgan Stanley – viram bancos comerciais



21/9

O fim de uma era nos EUA

29/9

Congresso rejeita pacote

3/10

Os EUA aprovam o pacote

10/10

A hora do pânico



"Os EUA criaram um rombo no sistema financeiro (...) agora não dá para pagar o rombo!"
"Achamos que o Brasil historicamente cresce e diminui, sobe e desce."
Lula, 22/9

"Até agora, com a graça de Deus, (a crise) não chegou perto de nós!"
Lula, 22/9

"Lula é um tsunami, e aqui vai chegar uma marolinha!"
Lula, 4/10

"Precisamos nos preparar para a gente comprar tudo o que a gente sonha comprar no Natal. E se o Natal não vier, o Natal novo ser o Natal novo!"
Lula, 10/10

Economia & Negócios

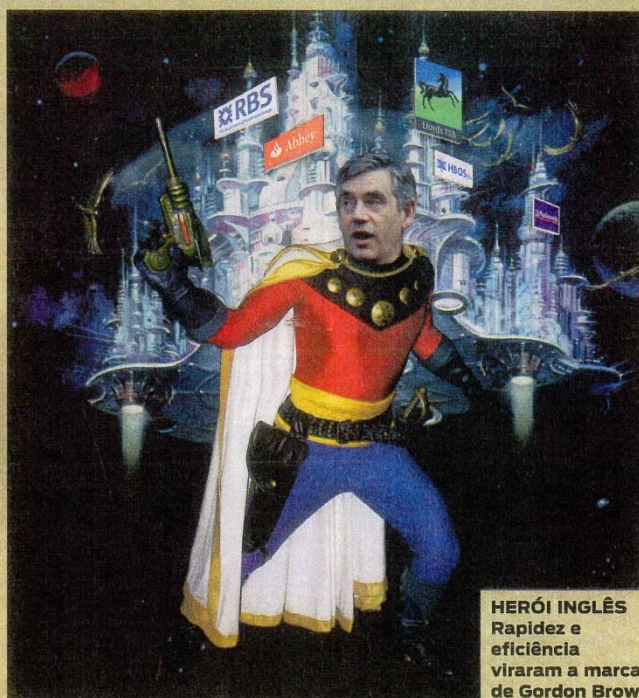
***“Os emergentes
estão salvando
o centro do
capitalismo”***

presidente Luiz Inácio Lula da Silva

da economia mundial. Em reunião do bloco europeu em Bruxelas, o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, defendeu a necessidade de uma “reconstrução da arquitetura financeira internacional” para adaptar a economia às mudanças mundiais. “Essa reconstrução pede exatamente a mesma visão que mostramos nos anos 40, quando criamos o FMI, o Banco Mundial e a ONU”, afirmou Brown.

Naquela época, a nova ordem mundial foi feita sobre os escombros da Segunda Guerra Mundial a partir da força bélica das nações vitoriosas. Agora, dos escombros de Wall Street o mundo pode refazer seu equilíbrio político com base não no militarismo, mas no vigor econômico de cada nação. É por isso que o teste dos BRICs é tão importante. Hoje, sem que a recessão tenha cobrado um preço eleitoral no Primeiro Mundo e sem que Brasil e China tenham provado o real poder de seus mercados, Brown propõe a convocação do G8, com a participação de economias emergentes como Brasil, China, Índia e África do Sul. Mas, se o Brasil confirmar a previsão do ministro Guido Mantega de crescer 4,5% em 2009, a questão será outra: **que ordem econômica surgirá num quadro de recessão profunda no velho mundo, enquanto o novo não pára de crescer?** O desenvolvimento de um eixo comercial Brasil-China está longe de representar para a economia a força da aliança Estados Unidos-Europa. Mas uma vez concretizado, o mundo dificilmente voltará a ser o mesmo. ■

114 | ISTOÉ 2033 22/10/2008



HERÓI INGLÊS
Rapidez e
eficiência
viraram a marca
de Gordon Brown

O ministro “Flash” Gordon em ação

Nas histórias em quadrinhos, Flash Gordon salva o planeta Terra das forças do imperador Ming. No mundo real, o primeiro-ministro do Reino Unido é o herói que lidera as maiores nações do mundo na luta contra a ruína do sistema financeiro global. Mais rápido do que outros governantes, ele lançou um pacote de socorro financeiro que acabaria servindo de inspiração para o presidente americano, George W. Bush, e para países como Alemanha, Espanha e França. Mais ágil, o premiê britânico autorizou, antes de qualquer um, a utilização de recursos do Tesouro para comprar participação nos bancos que corriam risco de falir, num desembolso total de 37 bilhões de libras. Mais eficiente, cortou bônus e dividendos de executivos graúdos das instituições financeiras e anunciou o restabelecimento de linhas de crédito

para a população. Seu nome é Gordon Brown, mas você pode chamá-lo de Flash Gordon – pelo menos é assim que a imprensa inglesa vem se referindo a ele nos últimos dias.

Nem sempre Brown foi um herói. Político sem carisma, conhecido pelo mau humor, o primeiro-ministro vinha sendo criticado pelo fraco desempenho da economia britânica em 2008. Diziam que Brown era indeciso e que não estava à altura do cargo. Até que a crise veio e o primeiro-ministro revelou uma faceta muito diferente. Firme, determinado, arrancou elogios do Prêmio Nobel de Economia Paul Krugman e até do presidente Lula. Sua nova cruzada é ainda mais ousada. “Talvez seja necessária uma nova forma de capitalismo”, disse. Será isso possível? É bom não duvidar do poder de Flash Gordon.

Amauri Segalla,
enviado especial a Londres

COMPUTAÇÃO GRÁFICA SOBRE FOTO BEN STANSALL/AFP

“engavetador” da República. “Durante o seu mandato – escreveu Sadek –, não foi oferecida nenhuma denúncia ao Supremo Tribunal Federal.”

José Ricardo Ramalho, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, escreveu sobre “Trabalho, Direitos Sociais e Sindicato” no livro. “Esse capítulo é uma das grandes virtudes da Constituição de 1988. Ela contém aspectos que se tornaram essenciais para proteger os trabalhadores na conjuntura dos anos 1990”, disse o autor à *CartaCapital*.

Ramalho cita como exemplos nefastos para os trabalhadores que a Constituição neutralizou a flexibilização do mercado de trabalho, a vulnerabilidade das relações de emprego,

MÃOS À OBRA O que ainda não foi regulamentado na Constituição	
➤ Dos Direitos e Garantias Fundamentais (artigos 5-17)	17 dispositivos
➤ Da Organização do Estado (artigos 18-43)	26 dispositivos
➤ Da Organização dos Poderes (artigos 44-135)	16 dispositivos
➤ Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas (artigos 136-144)	7 dispositivos
➤ Da Tributação e do Orçamento (artigos 145-169)	16 dispositivos
➤ Da Ordem Econômica e Financeira (artigos 170-192)	12 dispositivos
➤ Da Ordem Social (artigos 193-232)	29 dispositivos
➤ Das Disposições Constitucionais Gerais (artigos 233-250)	3 dispositivos
➤ Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	10 dispositivos
➤ Emendas	5 emendas

a reestruturação produtiva e a industrial. “Embora a constitucionalização dos direitos permaneça sob constante questionamento do empresariado e de seus intelectuais, e às vezes de setores importantes dos governos desde então, sua existência tem garantido, ao menos na letra da lei, o reconhecimento dos trabalhadores como parte integrante da sociedade”, escreveu Ramalho.

Ainda assim, a criminalização dos movimentos sociais tem avançado e aumentado o conflito trabalhista. Para isso, despontam no horizonte novas reformas constitucionais, com ímpeto capaz de matar a criança no berço. Nenhuma surpresa, pois a Constituição Brasileira, aos 20 anos de idade, é uma obra inacabada. ■

JOBIM, RÉU CONFESSO O ministro já revelou à imprensa ter inserido na Constituição, quando era líder do PMDB, artigos que não foram a plenário

Nelson Jobim ainda não tinha trocado a toga do Supremo Tribunal Federal pela “farda” do Ministério da Defesa, quando confessou à imprensa ter inserido dois artigos na Constituição sem submetê-los ao plenário constituinte. Ele era líder do PMDB na Câmara.

Jobim não demonstrou nenhum constrangimento. Fez o papel de réu confesso orgulhoso do crime. Uma das fraudes, revelou, era um artigo que tratava da independência dos poderes. Fez silêncio sobre o outro. E prometeu escrever um livro sobre o assunto.

Um grupo de militares, hoje na reserva, encontrou, no entanto, o que pode ter sido a outra fraude de Jobim ou, pelo menos, o que talvez seja apenas mais uma sabotagem constitucional.

A tramóia atingiu o interesse desses militares, do Quadro Temporário, que estavam no serviço ativo na ocasião. O foco é o artigo 19 das Disposições Transitórias, transcrito a seguir:

“Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na

data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37 da Constituição, são considerados estáveis no serviço público”.

O termo “civis”, que estabelece a diferença com servidores “militares” públicos da União, seria flagrantemente inconstitucional. Pelo parágrafo III (do artigo 19, capítulo I, que trata da “Organização Político-Administrativa”), fica “vedado à União criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si”.

Poderia ser somente mais um debate de interesse restrito aos constitucionalistas. Mas a questão não pára aí. Esses mesmos militares acompanharam de perto a votação. Nenhum deles viu a emenda que levou a palavra “civis”. Um cochilo? Admitem a possibilidade. Teriam levado um drible dos assessores parlamentares do Exército, que acompanhavam vigilantes, por recomendação do então ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves.

Por essa razão dirigiram ofício à Câmara dos Deputados, solicitando esclarecimentos. A resposta foi dada, por mensagem eletrônica, pela funcionária Stephania

M. de Souza, do Cedi, Núcleo de Pesquisa, depois de minuciosa pesquisa realizada, inclusive, como ressalta a missivista, “nas bases históricas do Senado Federal”.

Eis um resumo do relato enviado pela Câmara:

1. O Art. 19 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) aparece pela primeira vez no Segundo Substitutivo do Relator (Fase P) como Art. 61. Neste não consta o termo “civis”.

2. O Projeto A (fase Q), em seu Art. 47, também não cita o termo acima. O termo aparecerá na votação daquele projeto. Votação registrada no Danc (Diário da Assembleia Nacional Constituinte), do dia 30/6/1988, págs. 11.793-11.796. Por conseguinte, no Projeto B (fase T) encontramos a palavra “civis”.

3. Entre as duas fases (Q e T), temos as fases R – Ato das Disposições Transitórias – e S – Emendas de Plenário. Pesquisamos em todas as documentações pertinentes a essas fases e não localizamos a inclusão do (s/c) termo “civis” no texto do artigo.

Como o termo teria sido incluído? Jobim talvez saiba. Se ele não souber, só resta esperar que a revelação se dê por milagre.

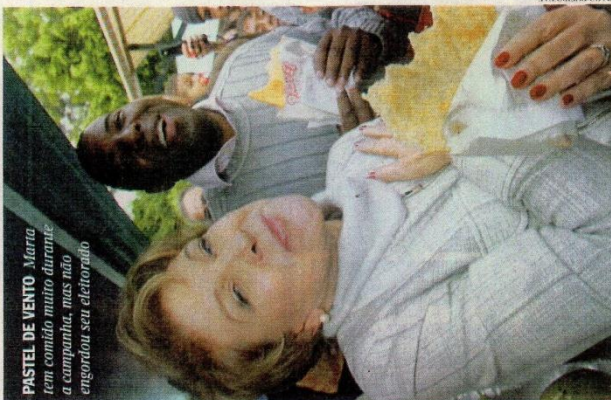
Os dois se conheceram há apenas quatro anos, durante a eleição municipal de 2004. No início, Serra tinha restrições a Kassab, indicado pelo DEM para seu vice. O democrata conquistou-o com demonstrações inequívocas de lealdade e de envolvimento em seu projeto presidencial. Em 2006, o tucano deu o cargo para assumir o governo estadual. Kassab herdou a prefeitura, mas continuou a tratar Serra como chefe. Em processo de simbiose, cogitou até em mudar para o PSDB, a fim de cerrar fileiras com o governador. Serra passou a considerar que a aprovação da gestão de Kassab e sua reeleição eram pressupostos para a sua candidatura à Presidência. Por isso, não só manteve sua equipe em postos-chave da prefeitura como também ajudou a traçar o plano que poderia levar Kassab a conquistar mais um mandato. A estratégia está dando certo, mas nem Serra esperava que a popularidade de seu novo aliado aumentasse tão rapidamente.

Logo que Kassab assumiu o cargo de prefeito, ele e sua equipe perceberam que a reeleição dependeria de uma boa aprovação não só na área central, mas também na periferia paulistana, que concentra 40% dos votos da cidade e tradicionalmente dava sustentação ao PT. Para isso, era necessário fazer um programa de obras nessa região e reforçar aquelas que Maria Suplicy havia começado. Assim como o PT se apropriou de bandeiras do ex-presiden-

te Fernando Henrique no governo federal, a vantagem da petista nessas áreas mais pobres — as únicas onde ela está na frente — é de, no máximo, 9 pontos percentuais.

Além da aprovação extraordinária a seu adversário, Marta enfrenta outro problema: o eleitorado do PT em São Paulo está envelhecendo. No primeiro turno, o partido contabilizou exatamente a mesma votação de oito anos atrás, quando Marta se sagrou prefeita.

Como o número de eleitores paulistanos cresceu de 7,1 milhões para 8,2 milhões, o peso do PT na cidade caiu. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia estabelecido a conquista de São Paulo como principal objetivo petista nessas eleições. Duas semanas antes da primeira votação, quando Marta ainda estava na frente, concluiu o PT a se esforçar para liquidar a fatura ainda no primeiro turno. Surpreendido pelo resultado das urnas, Lula pediu explicações ao marqueteiro de Marta, João Santana, e despachou seu chefe de gabinete, Gilberto Carvalho, para ajudar na campanha. Não foi o bastante. Na quinta-feira, a candidatura fez um apelo ao presidente para que ele fosse pessoalmente a São Paulo. Lula sómente a São Paulo. Lula



PASTEL DE VENTO: Marta tem comido muito durante a campanha, mas não engordou seu eleitorado

O PARTIDO QUE MURCHOU O PT obteve praticamente a mesma quantidade de votos em São Paulo desde 2000. Mas, como o eleitorado da cidade cresceu nesse período, o peso político do partido caiu

Ano	2000	2002	2004	2006	2008
Candidato	Marta Suplicy	Lula	Marta Suplicy	Lula	Marta Suplicy
Cargo em disputa	Prefeito	Presidente	Prefeito	Presidente	Prefeito
Votos no 1º turno	2,1 milhões	2,5 milhões	2,2 milhões	2,2 milhões	2,1 milhões
Porcentagem do total de votos	38%	42%	36%	36%	33%

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

tal, a vantagem da petista nessas áreas mais pobres — as únicas onde ela está na frente — é de, no máximo, 9 pontos percentuais.

Além da aprovação extraordinária a seu adversário, Marta enfrenta outro problema: o eleitorado do PT em São Paulo está envelhecendo. No primeiro turno, o partido contabilizou exatamente a mesma votação de oito anos atrás, quando Marta se sagrou prefeita.

Como o número de eleitores paulistanos cresceu de 7,1 milhões para 8,2 milhões, o peso do PT na cidade caiu. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia estabelecido a conquista de São Paulo como principal objetivo petista nessas eleições. Duas semanas antes da primeira votação, quando Marta ainda estava na frente, concluiu o PT a se esforçar para liquidar a fatura ainda no primeiro turno. Surpreendido pelo resultado das urnas, Lula pediu explicações ao marqueteiro de Marta, João Santana, e despachou seu chefe de gabinete, Gilberto Carvalho, para ajudar na campanha. Não foi o bastante. Na quinta-feira, a candidatura fez um apelo ao presidente para que ele fosse pessoalmente a São Paulo. Lula sómente a São Paulo. Lula

topou, mas deve agir com manhas, para evitar que uma derrota de Marta seja interpretada como um sinal de fraqueza sua e da força de Serra (veja reportagem na pág. 78).

Com o governo estadual nas mãos e um aliado fortalecido na prefeitura da capital paulista, o governador constrói uma base poderosa para sua investida ao Palácio do Planalto. O quadro favorável a Serra se completa com a derrapagem sofrida pelo governador de Minas Gerais, Aécio Neves, seu principal adversário dentro do PSDB na disputa presidencial (veja reportagem na pág. 74). Nesse contexto, a candidatura de Serra sai do plano do provável para o do quase certo.

UM BANHO DE VOTOS

Fernando Gabeira começa a campanha do segundo turno empatado com Eduardo Paes e encalacra a vida de Lula no Rio de Janeiro



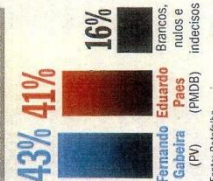
CORPO A CORPO No dia seguinte à eleição, Gabeira foi à piscina. Paes foi pauleiro

As eleições no Rio de Janeiro têm uma tradição de vitórias espetaculares. Não foi diferente desta vez. O verde Fernando Gabeira saiu lugar com uma campanha que conquistou a rica e escolarizada Zona Sul e, depois, contagiou a Zona Norte. Graças a esse desempenho, ele conseguiu reduzir a vantagem de Eduardo Paes, do PMDB, a apenas 6 pontos no primeiro turno, quando mesmo as pesquisas mais favoráveis a Gabeira apontavam 12 pontos de diferença entre os dois candidatos.

No segundo turno, a disputa acirrou-se ainda mais. O Datafolha dá um empate técnico entre Gabeira e Paes. O verde tem 43% das intenções de voto, contra 41% do adversário peemedebista. Mostra ainda que seu potencial de crescimento entre os eleitores de outros candidatos no primeiro turno é bem maior do que se supunha inicialmente. Uma eventual vitória de Gabeira, que, há poucos dias, era tida como impossível, hoje já está no terreno do razoável.

O crescimento do candidato verde é mais um dos reversos eleitorais que as urnas reservaram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No primeiro turno, o presidente lidava com quatro candidaturas: Alesandro Molon, do PT; Marcelo Crivella, do PRB; Jandira Feghali, do PCdoB; e Eduardo Paes. Só sobrou o último, justamente aquele de quem Lula queria manter maior

INTENÇÃO DE VOTO PARA O 2º TURNO NO RIO DE JANEIRO



Fonte: Datafolha

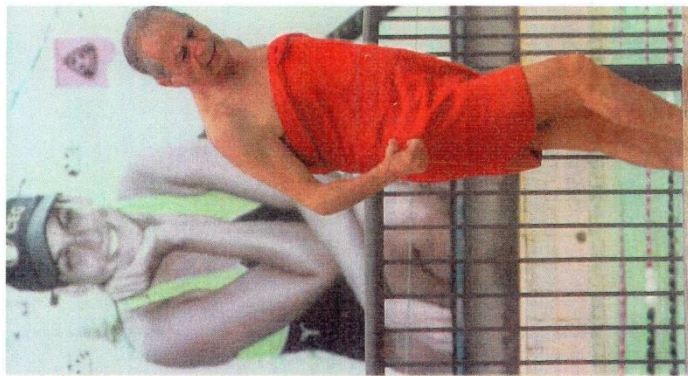


figura do jovem empreendedor, com mais capacidade administrativa que seu adversário. Aos 67 anos, Gabeira é o mais velho, mas significa renovação na política. Sua atuação como deputado federal pautou-se, nos últimos anos, pela defesa da ética. Sua campanha destacou depois que ele começou a mostrar, no horário eleitoral gratuito, as cenas em que, em 2005, mandou o então presidente da Câmara dos Deputados, Sérgio Cavalcanti, calar a boca. Também veiculou imagens do dia em que, aos trancos, entrou na sessão do Senado em que se votava a cassação do presidente da casa em 2007. Renan Calheiros. Não importa de onde se olhe, é um bom combate o que se trava no segundo turno do Rio. Pela primeira vez nos últimos vinte anos, o debate sobre as posturas está entregue a candidatos que não veem a prefeitura como trincheira para rivalizar com o governo federal. Só por isso, ganhe quem ganhar, o Rio já saiu vitorioso. ■

RONALDO FRANÇA



RIO DE JANEIRO

Como Gabeira quer chegar lá

O ex-guerrilheiro das idéias de vanguarda modera o discurso para conquistar o voto conservador e embola a disputa no Rio

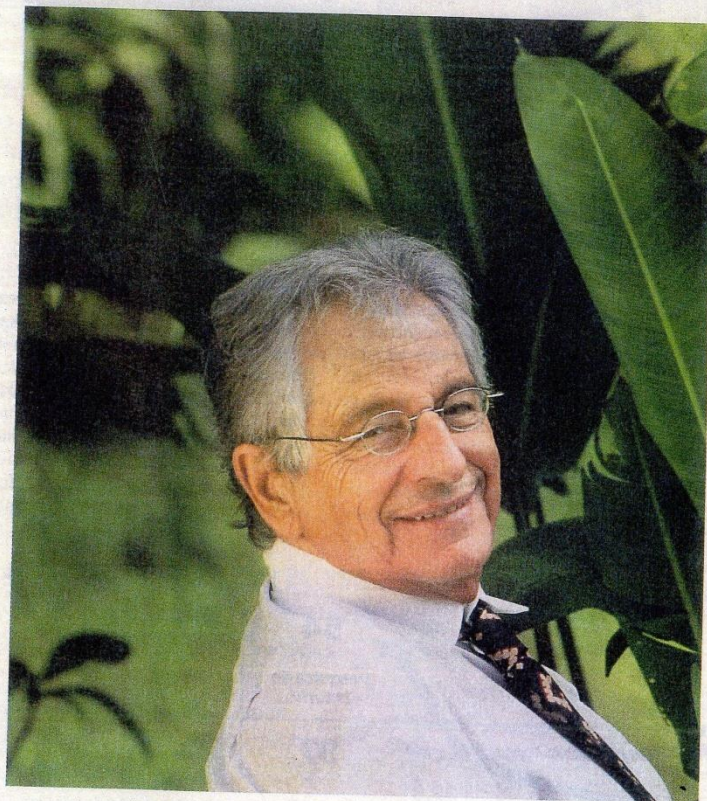
Nelito Fernandes

O salão de cabeleireiros fica na Tijuca, um dos mais conservadores bairros de classe média do Rio de Janeiro. Salão não é bem o termo. É uma barbearia com verniz, placa de unissex na porta, mas onde só entram machos. Antes de começar a cortar o cabelo, o barbeiro Walter oferece o jornal popular *Extra* e comenta as duas fotos da primeira página. Numa delas está o candidato à Prefeitura Fernando Gabeira (PV), de sunga, enrolado numa toalha vermelha ao sair da piscina, um dia depois de ir para o segundo turno. Na outra, de 1979, Gabeira novamente, em sua mais famosa imagem, de tanguinha de crochê na Praia de Ipanema. "E daí que o cara usa tanguinha? Eduardo Paes vivia falando mal do Lula, agora diz que está com ele. Tem mais safadeza que isso?", diz. É apoiado entusiasmamente pelos clientes.

Candidato que já defendeu o casamento gay e a discriminação da maconha, Gabeira fez barba, cabelo e bigode na liberal zona sul do Rio. Nas zonas norte e oeste, as mais conservadoras da cidade, chegou em segundo, atrás de Eduardo Paes, o candidato do PMDB, vencedor do primeiro turno, com 31,98% dos votos válidos contra 25,61% de Gabeira. Mas demonstrações de apoio espontâneo, como a do barbeiro Walter, eram indícios do que viria pela frente. Três dias depois da conversa na barbearia, o Datafolha registrou o fenômeno. No segundo turno da disputa pela Prefeitura, Gabeira aparece em situação de empate técnico com Eduardo Paes, mas ligeiramente à frente: 43% a 41%.

O candidato do PV chegou ao segundo turno com uma campanha diferente. Prometeu e cumpriu não sujar as ruas com panfletos. Em vez dos santinhos de papel, Gabeira usou a internet como nenhum outro candidato nesta eleição municipal do Rio. Em seu site, blogueiros podiam pegar e publicar banners da candidatura. Vídeos de apoio foram publicados no YouTube. No

blog do candidato, a equipe dava as notícias da campanha em tom informal. A internet chegou até o programa de TV. O mapa do Rio na tela vinha do Google Maps, com áreas destacadas com ferramentas do site. Correntes de e-mail pediam votos para o deputado, lembrando sua atuação como parlamentar. Ele foi o primeiro candidato a publicar em seu site o nome dos doadores e os valores recebidos. Gabeira também faz prestação de contas das despesas, ►



MUDANÇAS
Gabeira trocou o papel pela internet para fazer campanha. A defesa da liberação da maconha virou fumaça

O REVÊS DAS OLIGARQUIAS

NORDESTE Os principais clãs saíram derrotados nas disputas municipais

POR PHYDIA DE ATHAYDE



As eleições municipais no Nordeste resultaram em um revês das velhas oligarquias políticas locais. Nem de todas, é verdade, mas as urnas confirmaram a tendência de mudança e renovação para uma região marcada pelo domínio de coronéis da política. Os resultados nas nove capitais mostram que o eleitorado optou, em princípio, pela continuidade. Cinco prefeitos foram reeleitos e um fez sucessor no primeiro turno. Salvador e São Luís terão segundo turno para decidir o novo prefeito, ainda que o cenário político nas duas capitais seja bastante distinto. Em Natal, o senador Agripino Maia (DEM) venceu a queda-de-braço com o presidente Lula. Micarla de Sousa (PV), apoiada por Maia, venceu no primeiro turno.

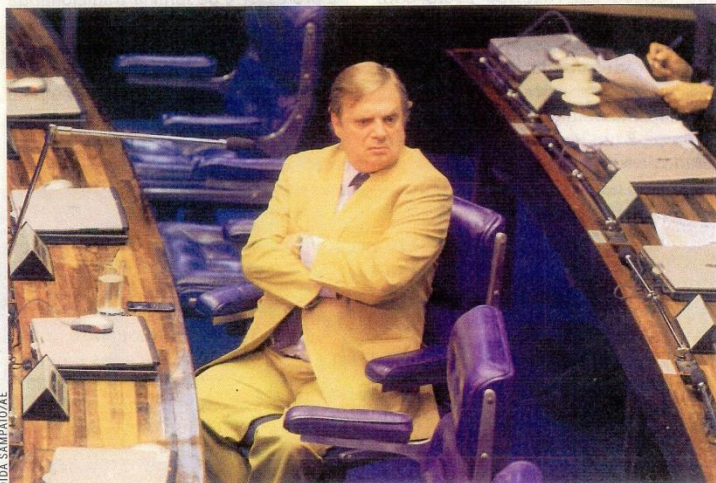
A reeleição de Luizianne Lins, do PT, para a prefeitura de Fortaleza reafirma uma derrota política do senador Tasso Jereissati (PSDB), que articulou a candidatura da senadora Patrícia Saboya (PDT), ex-mulher de Ciro Gomes (PSB). Este, além de apoiá-la, atacou duramente Luizianne. Há quatro anos, na primeira disputa, a prefeita enfrentou o próprio partido para forçar uma candidatura. Desta vez, teve apoio da cúpula do PT e de Lula apenas a distância, e não esconde certa mágoa (*entrevista na página 31*). Luizianne obteve 50,16% dos votos válidos e superou Moroni Torgan (DEM) e Patrícia Saboya.

"A vitória de Luizianne é um fenômeno no duplo. Novamente ela conseguiu impor-se a candidaturas com apoio federal, caso de Patrícia Saboya, e conseguiu fazer valer o poder de sua independência", diz Adriano Cerqueira, da Universidade Federal de Ouro Preto e coordenador de um instituto de pesquisas eleitorais em Pernambuco. "Numa eleição municipal, se o governo é bem avaliado, a chance de vitória supera a necessidade de apoios externos", diz.

O cientista político João Augusto de Castro Neves, da consultoria CAC, analisa a reeleição pela perspectiva das famílias Jereissati e Ferreira Gomes: "Tasso e Ciro têm um elo que vai além das questões partidárias. Há uma ligação de duas famílias, muitas vezes com interesses convergentes, com força na capital e no interior do Ceará. Com Luizianne, eles viram emergir uma nova liderança no estado, e isso é um golpe forte, um sinal de alerta para essas duas forças". Apesar da derrota em Fortaleza, o grupo de Ciro Gomes venceu em Sobral e Juazeiro, seus redutos tradicionais.

Gomes admitiu a derrota nessa eleição, mas afirmou que pode ser candidato a presidente ou a vice, em uma aliança apoiada pelo presidente Lula. Tasso aproveitou a derrota para reclamar das alianças esdrúxulas e da necessidade da reforma política: "Infelizmente, a noção de partido político foi

QUEIXUME. Depois de perder a disputa em Fortaleza, Tasso Jereissati pediu "reforma política"



DIDA SAMPAIO/AE



PARQUE DAS ELEIÇÕES

Para uns poucos – aqueles que estão confortavelmente na dianteira – as eleições trazem a euforia dos brinquedos arrojadados. Para outros, elas podem representar – como outros brinquedos – o impasse, a reviravolta ou a queda

Ilustração Fernando Brum

CHAPÉU MEXICANO
Assim como carros potentes, este brinquedo de rotação rápida já desapareceu e não precisou sequer olhar para trás

Beto Richa (PSDB/PR)

CARROSSEL
Como cavalos de carrossel, essas eleições existem os candidatos que correm, correm, mas não conseguem sair da posição de largada

Paulo Maluf (PP/SP)

TOBOÁGUA
Assumir a ponta nem sempre é sinal de vitória. A queda pode ser radical

Marcelo Crivella (PRB/RJ)

Já Moraes (PCdoB/RJ)

Jandira Feghali (PCdoB/RJ)

MONTANHA-RUSSA
Sobre esses candidatos não se artancam palpites. O certo é que eles são fiéis à máxima: o mundo dá muita volta

Wagner Pinheiro (PT/BA)

Manuela D'Ávila (PCdoB/RS)

Eduardo Paes (PMDB/RJ)

Geraldo Alckmin (PSDB/SP)

BATE-BATE
Nesse embate não dá para antecipar os resultados. A disputa é dura e nem sempre leva

Gilberto Kassab (DEM/SP)

João Henrique (PMDB/BA)

Marcão Lacort (PSB/MG)

ACM Neto (DEM/BA)

José Fogaça (PMDB/RS)

Marta Suplicy (PT/SP)

Álvaro Neves (PSDB/MG)

pode provocar uma definição da eleição ainda no primeiro turno.

O resultado das urnas também servirá de surpresa para o segundo turno. Alguns nomes que terminaram o primeiro turno na liderança poderão vir a situação revertida na segunda volta pela união dos eleitores dos seus adversários na disputa. Em São Paulo, os líderes do PSDB e do DEM arrancam cabos com a estratégia adotada por Geraldo Alckmin (PSDB) de atacar prefeito Gilberto Kassab (DEM) nas pesquisas. Se continuarem brigando, podem contaminar a possibilidade de uma aliança para derrotar Marta Suplicy (PT) no segundo turno. Em proporção menor, o mesmo pode acontecer em Porto Alegre. Manuela D'Ávila, do PCdoB, abriu vantagem nos últimos dias, mas Maria do Rosário, do Fim, ainda tem chances de ir ao segundo turno. Unidos, os eleitores das duas candidatas podem derrotar o primeiro colocado, o prefeito José Fogaça (PMDB).

A terceira possibilidade é na eleição para o governador do Rio de Janeiro. O governador Eduardo Paes (PMDB) ou Marcelo Crivella (PRB) vencerá, finalmente, o grupo daqueles que giraram, giraram e não saíram do lugar. Casarão de Fernando Gabeleli (PV) no Rio e de Paulo Maluf (PP) em São Paulo. Para este último, o mínimo é praticamente o fim de sua carreira política.

Há disputas ferrenhas que tornam alguns resultados imprevisíveis. Se em São Paulo é impossível saber se se Kassab ou Alckmin quem disputará com Marta Suplicy, no Rio a dúvida é sobre quem chegará em primeiro: Eduardo Paes (PMDB) ou Marcelo Crivella (PRB). E haverá, finalmente, o grupo daqueles que giraram, giraram e não saíram do lugar. Casarão de Fernando Gabeleli (PV) no Rio e de Paulo Maluf (PP) em São Paulo. Para este último, o mínimo é praticamente o fim de sua carreira política.

PRÍNCIPE PELO PREÇO DE SAPO

Onde todo mundo via problemas, ele enxergou oportunidades. Warren Buffett não fez nada de novo. Foi assim que ele construiu sua fortuna

GIULIANO GUARDALINI

Desde que a crise financeira se aprofundou, há um mês, investidores ao redor do mundo venderam seus ativos para recolher-se à segurança dos títulos americanos. Enquanto isso, a empresa de investimentos comandada pelo lendário investidor Warren Buffett, a Berkshire Hathaway, fez o caminho inverso: despejou 20 bilhões de dólares na compra de participação em grandes companhias do país. Buffett colocou 3 bilhões de dólares na General Electric (GE), um dos maiores conglomerados industriais do mundo. Esse investimento se soma aos 5 bilhões de dólares injetados no banco Goldman Sachs (ações pelas quais ele pagou metade do preço registrado um ano atrás) e a outros 5 bilhões aplicados na empresa de energia Constellation (com desconto de três quartos diante do valor no início do ano). Além dessas aquisições diretas, Buffett financiou 6,5 bilhões de dólares para a compra da Wrigley pela fabricante de chocolates Mars.

Buffett, em suma, foi às compras num dia frio e de chuva, enquanto os outros consumidores se esconderam sob os cobertores. Com isso, em dias de crédito escasso, tomou-se, ao lado do Federal Reserve, o banco central americano, um dos maiores empresários de última instância do capitalismo americano. Não seria surpresa se, passada a turbulência, esses investimentos se mostrassem extremamente rentáveis. Foi justamente tirando proveito das pechinchas oferecidas em períodos de instabilidade financeira que Buffett construiu sua fortuna. multiplicou o dinheiro de seus acionistas e contribuiu para revigorar o capitalismo americano, ao longo de mais de cinco décadas dedicadas ao mercado

financeiro. Viver-se do momento de pânico e de incongruências do mercado está na raiz de sua filosofia de investimentos. Buffett faz dinheiro, muito dinheiro, apostando contra a maré: encontrando companhias que possuem um valor intrínseco e que estejam depreciadas por fatores exógenos, conjunturais — Buffett diz gostar de “comprar príncipes pelo preço de sapos”.

Foi essa estratégia que levou a Berkshire Hathaway a tornar-se sócia de alguns dos principais ícones da indústria americana, como a Coca-Cola e a Gillette. Buffett sente-se confortável negociando ações da economia real. Tecnologia não é com ele, apesar de sua amizade íntima com Bill Gates, o fundador da Microsoft. O investidor não caiu na euforia da Internet, na década passada, e fugiu das ações da “nova economia”. As empresas da Internet eram algo novo demais e arriscado demais, na avaliação de Buffett. Quando a bolha da Internet explodiu, em 2000, o investidor, que chegou a ser ridicularizado por ser “ultrapassador”, acabou rindo por último. A Berkshire Hathaway saiu mais fortalecida do que nunca.

Buffett, hoje com 78 anos, ingressou no mundo dos negócios ainda criança. Segundo a biografia autorizada *The Snowball: Warren Buffett and the Business of Life*, escrita por Alice Schroeder e lançada nos Estados Unidos na semana passada, seus primeiros trocados vieram logo aos 6 anos de idade. O pequeno Warren comprava pacotes de bola e goma de mascar na loja de seu avô. Depois, em vez de devorá-los, revendia-os pelas ruas. As marcas de doce prediletas do garoto eram Juicy Fruit e Spearmint, produzidas justamente pela centenária fábrica Wrigley,

NA ETERNA CONTRADIÇÃO
Warren Buffett e sua
regra para tornar-se uma
lenda do capitalismo:
“Seja audacioso quando
os outros estiverem com
medo e tenha medo quando
os outros forem audaciosos”



cuja venda foi financiada por Buffett na semana passada.

O apreço pelo mundo das finanças também veio cedo. Seu pai trabalhava em um banco e seus tios tinham uma corretora de ações. Ainda criança, Buffett tentava identificar um padrão observando a oscilação do preço das ações no quadro pendurado no escritório de seus tios. Na adolescência, começou a ler manuais de como ganhar dinheiro na bolsa. Mas o livro que transformou definitivamente sua vida foi *The Intelligent Investor*, do investidor e professor da Universidade Columbia Benjamin Graham, lançado em 1949. Ali, pela primeira vez, Buffett vislumbrou um método coerente de ganhar dinheiro com ações. A leitura o estimulou a ir estudar em Columbia, onde foi admitido em 1950. Lá, teve aulas com Graham e David Dodd, outro grande investidor daquele período. Buffett chegou a trabalhar em Nova York com seus mestres, mas seu sucesso veio mesmo quando retornou para a sua Omaha natal, no estado de Nebraska, onde vive até hoje — e com uma rotina para lá de simples para o homem mais rico do mundo.

Fransista inspirado, Buffett é o autor de tiradas que fazem parte do aneddotário da crise atual. Alguns anos atrás, quando o mundo ainda vendia euforia, soltou ele: “Se sabermos quem está sem roupas quando a maré baixar”. Touché. Em 2003, Buffett, em carta aos acionistas, alertou para o risco do crescimento de investimentos em derivativos (instrumentos financeiros destinados a dissipar riscos, mas que foram usados de maneira imprópria e avançaram a bolha que acabou de estourar). “Uma grande quantidade de risco foi concentrada nas mãos de relativamente poucos vendedores de contratos de derivativos, o que pode desencadear graves problemas sistêmicos”, afirmou. E, sentenciou: “Derivativos são armas financeiras de destruição em massa”. Touché mais uma vez, e mais uma vez o investidor saiu maior de uma crise do que quando entrou nela.

Renar contra a maré em pleno tsunami não é para qualquer um. Os poucos que o fazem — com a competência de Buffett, é claro — são soberbamente recompensados.

Brasil



VALE-TUDO ELEITORAL

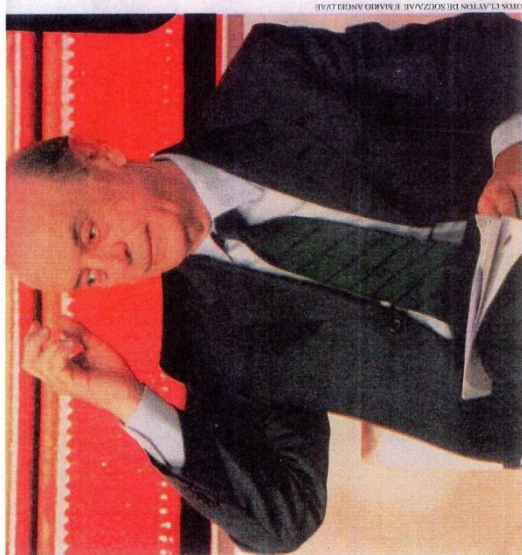
As campanhas de Marta Suplicy, em São Paulo, e de Eduardo Paes, no Rio de Janeiro, lançam mão de golpes baixos contra seus adversários, Kassab e Gabeira

FÁBIO PORTELA E RONALDO FRANÇA

Disputas eleitorais aguer-
ridas fazem parte do
cardápio de qualquer
democracia digna deste
nome. E, quando a tem-
peratura da batalha está
muito alta, é desculpável
que os candidatos subam um pouco o
tom das críticas mútuas. O que não é ad-
missível é que, em nome da disputa pelo
poder, sejam jogadas no lixo as regras
mínimas da ética, da decência e da res-
ponsabilidade. É isso que vem ocor-
rendo em São Paulo e no Rio de Janei-
ro, as duas maiores cidades do país. As
candidaturas de Marta Suplicy, do PT
fluminense, transformaram a reta final
das eleições municipais num período
que será lembrado com vergonha. Para
tirarem votos de seus adversários —
Gilberto Kassab, do DEM, e Fernando
Gabeira, do PV, respectivamente —, as
campanhas de Marta e Paes degenera-

ram em um caldo de insinuações pre-
conceituosas de caráter sexual, calúnias
publicadas em panfletos clandestinos e
uso ostensivo da máquina pública.

A delinquência eleitoral culminou,
na última quinta-feira, com a transfor-
mação das ruas próximas ao Palácio
dos Bandeirantes, sede do governo
paulista, em uma praça de guerra. O
que parecia ser um confronto entre a
Polícia Civil, que está em greve e ten-
tava invadir o palácio, e a Polícia Mili-
tar, que defendia o prédio, era, na ver-
dade, uma ação engendrada por sindi-
calistas irresponsáveis, liderados pelo
deputado federal Paulo Pereira da Sil-
va, o Paulinho da Força, que preside a
Força Sindical apesar de ser acusado
de desviar dinheiro do BNDES com a
ajuda do dono de um prostíbulo. Pauli-
nho deveria ter um único diálogo com
a polícia: a confissão. Deram-lhe a
chance de seguir outro caminho. Alla-
do de Marta, ele insultou os policiais
contra o governador José Serra, para
atingir a candidatura de Kassab, apoiada
pelo ucano. Paulinho escancarou
seu objetivo em um discurso feito a
policiais na semana passada: "Estamos



GREVISTAS ARMADOS Policiais civis desafiam os militares antes do conflito. O governador Serra denunciou o caráter eleitoral da bugança

soas ficaram feridas, incluindo o coro-
nel da PM Danilo Antônio Fernandes,
balçado com uma pistola de calibre 9
milímetros. Paulinho saiu ileso. O sin-
dicalista mandou os policiais e seus co-
legas para os escudos da polícia, en-

quanto estimulava a turba da reaguar-
da. Juntamente com ele estava o líder
do PT na Assembleia Legislativa, Ro-
berto Felício. "Não foi um duelo entre
forças policiais, mas um movimento
incitado politicamente. Houve partici-
pação da CUT, que é ligada ao PT, e da
Força Sindical, ligada ao PDT", denun-
ciou o governador José Serra.

Não foi o primeiro ato auropado da
campanha de Marta. No último domín-
go, a petista desceu ao comér-
cio de TV com especula-
ções maliciosas sobre a se-
xualidade do prefeito Kas-
sab, de 48 anos, solteiro e
sem filhos. Para justificar a
ignomínia, a petista e seu
marqueteiro, João Santana,
botaram, é claro, a culpa na
imprensa. Dissertaram que os
jornalistas têm a mente po-
luida e vêem preconceito
onde ele não existe. A Justi-
ça Eleitoral não se conven-
ceu e puniu a campanha pe-
tista com a perda de 104
minutos de comerciais no
horário político da TV e 102
no do rádio. O episódio, que
apequena a biografia de
Marta e Santana, não teve
impacto eleitoral: Kassab

INTENÇÃO DE VOTO EM SÃO PAULO



Fonte: Datafolha

Brasil



CAMPAÑA INFAME A Kombi da campanha de Eduardo Paes, do PMDB, apreendida no Rio estava repleta de impressos clandestinos contra o verde Gabeira

MARCOS D'PAULA/AF

segue liderando com folga a disputa. De acordo com o Datafolha, ele tem 53% das intenções de voto, contra 37% da petista.

Imaginava-se que o segundo turno no Rio daria lugar a um debate de alto nível, mas lá também a campanha descambou para a baixaria. O alvo foi o verde Gabeira, cujo desempenho surpreendente tem tirado do sério a campanha de Eduardo Paes. Segundo o Datafolha, ele tem 44% das intenções de voto, contra 42% do peemedebista. Nas duas últimas semanas, foram distribuídos folhetos em que o verde é acusado de discriminar os suburbanos. O objetivo era explorar uma gafe de Gabeira, que se referiu à vereadora tucana Lucinha, a mais votada da cidade, como uma "analfabeta política, com uma visão suburbana". Paes tomou as dores de Lucinha, não para defendê-la, mas para jogar o adversário contra o eleitorado da Zona Oeste da cidade, que deverá ser decisivo nesta eleição. Peemedebistas organizaram ali uma passeata cujo mote era "fora Gabeira" e começaram a distribuir os tais panfletos, que não traziam a

assinatura de Paes. Na semana passada, o Tribunal Regional Eleitoral flagrou uma Kombi lotada com esses papéis. Os ocupantes do veículo admitiram trabalhar para o PMDB.

A campanha carioca foi manchada, ainda, pelo uso da máquina estadual. O governador Sérgio Cabral não poupa esforços para beneficiar Paes, seu aliado. Depois de um quebra-quebra de cabos eleitorais, seu secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, en-

tregou à campanha de Paes a ficha policial de um militante do PV agredido por peemedebistas. Encabeçou, portanto, uma tentativa de desqualificar a vítima para limpar a barra do agressor. Nem o futebol escapou. No Estádio do Maracanã, há um serviço que permite aos torcedores mandar mensagens de texto de seus celulares para ser exibidas no placar eletrônico, durante os jogos. Numa partida entre Flamengo e Atlético Mineiro, o telão do estádio exibiu os dizeres "Parabéns, Eduardo Paes" e "O subúrbio merece respeito". Nenhuma das mensagens dos eleitores de Gabeira foi exibida. Outro gol contra do governo Cabral.

Para o diretor do Datafolha, Mauro Paulino, baixaria não dá resultado. "O eleitor é esperto e bem informado. Esse tipo de ação não se reverte em votos." Suas pesquisas confirmam a análise. A uma semana da eleição, os dois candidatos que partiram para o vale-tudo continuam atrás de seus oponentes. Seria muito bom se os candidatos que enfiaram o pé na lama se esforçassem para manter pelo menos a cabeça fora dela.

INTENÇÃO DE VOTO NO RIO DE JANEIRO



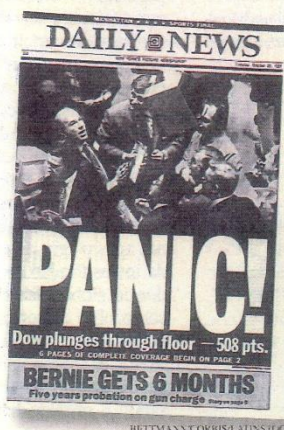
FOTOS: ALESSANDRO COSTA/AF

Fonte: Datafolha



O HORROR Manifestantes pedem a demissão do presidente do Banco Central da Islândia, país varrido pela crise atual; abaixo, jornal retrata o crash de 1987

preocupação mútua com o desenrolar da turbulência e o início das notícias de que ela começava, finalmente, a ser sentida na chamada economia real do país — aquela que afeta o dia-a-dia das famílias e das empresas. Lula convocou uma reunião de seu conselho político para a manhã da segunda-feira 6 de outubro, no Planalto. Meirelles foi convidado a participar e expor seu pleito. Se convencesse os líderes, a



BETTMANN CORRESPONDENT/STOCK

MP seguiria em frente. Na reunião, Meirelles ouviu indagações curiosas. Uma delas: “Por que o senhor insiste em apresentar sua proposta por meio de uma medida provisória, em vez de projeto de lei? Qual é a urgência?”. Meirelles foi direto ao ponto: disse que, sem a possibilidade de socorrer os bancos menores com os empréstimos de redesconto, essas instituições correriam o risco de quebrar, contaminando todo o sistema financeiro do país durante os meses (se não anos) em que o projeto fosse debatido no Congresso. As perguntas pararam aí. Presentes ao encontro, os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernardo, referendaram a urgência de atuar para impedir que o crédito empocasse no país. Esse cenário de pesadelo foi suficiente pa-

ra Meirelles convencer os presentes de que a MP precisava ser aprovada. Na quarta-feira, ele se reuniu com os líderes da oposição. Quase ninguém se opôs. E assim se editou a MP, regulamentada na quinta-feira.

Esse reforço na artilharia chega em boa hora, mas, mais uma vez, pode não se mostrar suficiente. O nível de volatilidade nas bolsas mundiais atingiu os maiores valores jamais registrados. No fim de semana, os líderes das principais economias do planeta estariam reunidos em Washington, empenhados em discutir uma saída para esse túnel escuro e extenso que parece não ter fim. Até a sexta-feira passada, o pânico irracional era a única descrição cabível para o que se via nos mercados financeiros. Toda essa turbulência arrastará o mundo para a recessão? Os países emergentes, como a China e o Brasil, conseguirão permanecer de pé mesmo diante do colapso americano e europeu? Em um momento como esse, o meio do caminho entre o céu e o inferno pode ser um bom lugar para estacionar. ■

A TIGRADA DESCONFIA

EUA O eleitor médio chia, e o Congresso exige um pacote mais transparente

POR MARCIA PINHEIRO



Apesar do acordo fechado entre democratas e republicanos para votar o pacote de 700 bilhões de dólares em socorro aos bancos em dificuldades nos Estados Unidos, a heróica cavalaria americana ainda não deu mostras de salvar o planeta, nem mesmo Wall Street de um desastre. Excessivamente otimistas, tanto o secretário do Tesouro, Henry Paulson, quanto o presidente do Federal Reserve (Fed), Ben Bernanke, iniciaram mal os debates, na segunda-feira 22, porque se esqueceram de um detalhe: se as democracias sólidas, o Congresso tem voz. E forte.

Nem de longe foram tranquilas as negociações entre o Tesouro, o Fed e o Congresso americano. Congressistas e economistas se recusaram a dar um cheque em branco ao secretário Paulson, pois o projeto inicial, como o classifica o economista Paul Krugman, é *cash for trash* (dinheiro por lixo). O contribuinte americano se disporia a ver a dívida interna do seu país crescer ao menos 700 bilhões de dólares, por dois anos, com a promessa de retirar todos os títulos padres do mercado, mas sem a garantia de que seria recompensado com crescimento, emprego e segurança. Mais: sem a promessa de ver suas hipotecas honradas.

Na quinta-feira 25, o Congresso aceitou com a aprovação das propostas do governo. A tendência é autorizar o uso imediato de 250 bilhões de dólares. Os outros 450 bilhões seriam liberados parceladamente.

Da maneira como o pacote foi esboçado inicialmente,

Paulson colocava-se acima de qualquer recurso judicial. Também entristava que o Estado não se tornaria um acionista dos bancos quebrados que receberiam ajuda. Tal postura foi considerada ditatorial, segundo Peter Cohan, da consultoria Peter S. Cohan Associates. E provoca: "É o mesmo Paulson que há um ano dizia que os Estados Unidos estavam muito bem, obrigado". Por fim, há um aspecto hilariante, não fosse sério. Os executivos dos bancos em dificuldades continuariam a receber bônus, para não mergulharem em desânimo. Uma inversão completa da meritocracia, sempre cantada em prosa e verso no capitalismo norte-americano. A incompetência, quando não a má-fé, seria premiada.

Imagine que você faz parte de um time de supostos especialistas em produtos financeiros e que seu banco tenha quebrado. Há momento em que a realidade supera a fantasia. O *staff* do banco

de investimentos Lehman Brothers, por exemplo, sediado em Nova York e que quebrou por irresponsabilidade, receberá um bônus total de 2,5 bilhões de dólares do comprador Barclays Bank. A atitude gerou revolta nos funcionários do Lehman asiático e europeu. Justificativa da porta-voz do Lehman: "Queremos manter os melhores executivos, que serão úteis para os negócios nos próximos meses". Se eles mantiverem "o padrão de qualidade" dos últimos tempos, o futuro dos negócios não será nada promissor.

O Federal Bureau of Investigation (FBI) admitiu investigar 26 instituições financeiras, por práticas ilícitas. Entre elas, Fannie Mae, Freddie Mac, AIG e Lehman Brothers. O diretor do FBI, Robert Mueller, disse ao Comitê Judiciário do Senado na semana anterior ao anúncio do pacote que as investigações se concentram em empresas "que podem ter se envolvido em relacionamentos enganosos surgidos durante a

Paulson. Ele defende manter os poluidores bônus dos tanques fidos



crise financeira". Diversos senadores disseram à época, segundo *The New York Times*, que querem uma ação mais agressiva dos federais para investigar possíveis ações criminosas que tenham levado à atual crise. Mueller acrescentou que "o FBI vai seguir esses casos tão alto na hierarquia corporativa quanto for necessário, para que seja garantido que os responsáveis recebam o tratamento da justiça que merecem".

O consultor Cohan vai além. "Paulson é um novato em política, apesar de ter sido anteriormente um bem-sucedido presidente da Goldman Sachs". Mas, continua, sucesso empresarial não se torna automaticamente

político. Ele não tinha estratégia para persuadir os parlamentares, simplesmente porque acordava todas as manhas e repetia o mantra: vocês têm de aprovar o pacote. A saída foi uma só, negociar à exaustão. Não foi fácil enfilar goela abaixo dos parla-

mentares medidas que afetarão milhões de seus eleitores. O senador Sherrod Brown, de Ohio, afirmou à imprensa ter recebido centenas de telefonemas de re- volta dos cidadãos que o apóiam. Nenhum a favor do pacote original. O líder do comitê bancário do Senado, Christopher Dodd, afirmou: "Depois de ler essa proposta, só posso concluir que não apenas nossa economia está em perigo, mas também a Constituição". Nin- guém dúvida da necessidade de o pacote ser aprovado, dada a gravíssima situação financeira dos EUA, que es- tendo as teias para co- do o mundo. A questão era limitar os poderes do Tesouro. Não dar tudo de mão beijada para Wall Street e des-

O socorro a Wall Street é necessário. O problema é dar superpoderes ao Tesouro

Paulson. Ele defende manter os poluidores bônus dos tanques fidos

proteger o contribuinte. Em plena campanha presidencial, ninguém quer se arriscar a ser visto pelo eleitor como defensor dos "gatos gordos" da banca.

Paralelamente foi aberta, na terça-feira 23, a 63ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York. O tom dos discursos a respeito da crise americana foi duro. Não foi um ato isolado, nem um diálogo de surdos, mas um punção de orelhas nas autoridades financeiras americanas, que tentam driblar os congressistas.

Talvez a ONU comece a assumir um novo papel no palco da globalização, depois de anos de atuação inócuos. Representando os dirigentes europeus, que se colocaram frontalmente contra a ajuda incondicional aos bancos, o presidente da França, Nicolas Sarkozy, fez um discurso afiado. Defendeu um "New Deal econômico e ambiental, a serviço do desenvolvimento, e não da especulação". Não parou por aí. Exigiu a punição dos



responsáveis pelo desastre financeiro gerado em Wall Street. E acrescentou: "Milhões de pessoas no mundo todo estão com medo de perder seus alimentos, apartamentos e poupanças no sistema financeiro". De acordo com o presidente francês, "os líderes mundiais envolvidos na crise têm de dar uma resposta: quem é responsável pelo desastre? E assumir as suas responsabilidades". Claro recado a George W. Bush.

Em coro com Sarkozy, o presidente Lula disse que o encontro da ONU acontecia em um momento particularmente grave e demandava ações que evitassem turbulências. "A economia é séria demais para ser deixada nas

responsáveis pelo desastre financeiro gerado em Wall Street. E acrescentou: "Milhões de pessoas no mundo todo estão com medo de perder seus alimentos, apartamentos e poupanças no sistema financeiro". De acordo com o presidente francês, "os líderes mundiais envolvidos na crise têm de dar uma resposta: quem é responsável pelo desastre? E assumir as suas responsabilidades". Claro recado a George W. Bush.

Em coro com Sarkozy, o presidente Lula disse que o encontro da ONU acontecia em um momento particularmente grave e demandava ações que evitassem turbulências. "A economia é séria demais para ser deixada nas

CARTACAPITAL 1º DE OUTUBRO DE 2008 25

REFLEXOS ELEITORAIS Bush quase vai às lágrimas em redes de tevê em busca de apoio da população, enquanto McCain perde terreno para Obama

POR LUIZ CARLOS AZENHA

Há muito tempo não se via uma revolta tão grande como nos últimos dias nos Estados Unidos. Num movimento aparentemente sem lideranças, centenas de milhares de norte-americanos protestaram contra o plano de socorrer Wall Street em mensagens eletrônicas, em sites de relacionamento, em cartas a jornais e revistas, em e-mails e telefonemas para congressistas.

A reação espontânea foi o principal motivo que levou democratas e republicanos a adiar uma decisão com a opidez desafiada pela Casa Branca e pelos mercados financeiros. O apelo televisivo feito pelo presidente George Bush foi recebido com desconfiança. Não escapou aos telespectadores que Bush também pediu "urgência" no passado, ao alegar que o Iraque ameaçava os Estados Unidos com as famosas "armas de destruição em massa" que não existiam.

A saída da Casa Branca foi convocar os candidatos presidenciais para um encontro em Washington com lideranças dos dois partidos. Essa demonstração pública de apoio bipartidário era vista como essencial à aprovação de legislação sem causar prejuízos eleitorais a republicanos e democratas que concorrem à reeleição em 4 de novembro.

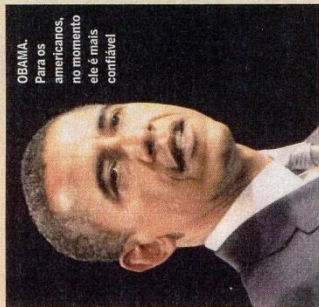
A oposição ao pacote da esquerda à direita, fato inédito

A oposição ao pacote junto gente da esquerda à direita. Eleitores republicanos comparearam a intervenção estatal a "socialismo", enquanto democratas protestaram contra o que seria uma recompensa àqueles que estão na origem da crise.

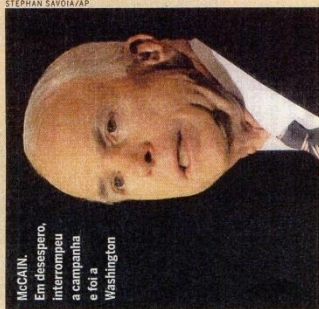
Lideranças democratas e republicanas no Congresso estavam convencidas da necessidade de aprovar algum tipo de resga-

te usando dinheiro público, mas pareciam reticentes em assumir uma medida popular sem contar com o apoio dos dois candidatos à Casa Branca para convencer a opinião pública.

Nas eleições de novembro estarão em jogo as 435 cadeiras da Câmara, além de 33 do Senado. O apoio ou a oposição à proposta de auxílio ao mercado financeiro poderá ser uma arma eleitoral importante nos 40 dias que ainda restam de campanha. O Congresso entra em recessão na se-



OBAMA. Para os americanos, no momento ele é mais confiável



MCCAIN. Em desespero, interrompeu a campanha e foi a Washington

ta-feira 26, mas pode ser convocado para votações extraordinárias.

O senador John McCain ensaiou um gesto dramático para tentar ganhar credibilidade em questões econômicas, um assunto que o próprio candidato admite não ser sua "especialidade". McCain suspendeu a campanha e mudou para Washington como se a sua presença na capital fosse capaz de superar o impasse. Os democratas denunciaram a ação como mais uma "jogada eleitoral".

Desde que a crise se aprofundou, as pesquisas refletem a percepção dos eleitores de que o democrata Barack Obama é mais confiável para tirar o país da crise econômica.

Numa pesquisa publicada pelo *Wall Street Journal* Obama teve vantagem de 46% a 34% quando se perguntou quem

Para 60% dos entrevistados na pesquisa do *Wall Street Journal* a economia é o tema mais relevante da campanha – 50% disseram o mesmo no levantamento do *Washington Post*. A taxa daqueles que acreditam que os Estados Unidos estão no caminho errado foi de 73% e 83%.

Depois da gafe, McCain adotou um discurso agressivo, definiu Wall Street como um "casino" e chegou a pedir a demissão do integrante do governo Bush encarregado de fiscalizar o mercado financeiro.

McCain faz campanha como um reformista que colocaria os interesses do contribuinte acima dos interesses dos lobistas e dos políticos financiados por eles. A governadora Sarah Palin, vice na chapa republicana, reforça essa imagem, já que é de um estado distante da capital americana, o que se torna ainda mais relevante quando é comparada com Joe Biden, um senador que se serve em Washington desde 1973.

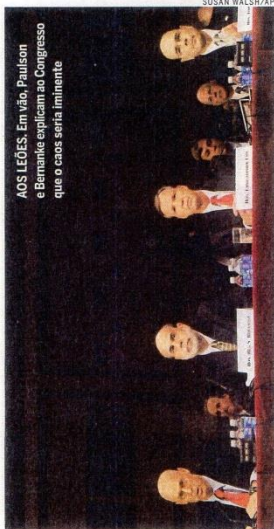
Ao evitar o debate com Obama agora, McCain ficou livre ao menos por alguns dias, de ser questionado pelo adversário sobre o fato de que o diretor de sua campanha eleitoral, Rick Davis, recebeu 500 mil dólares por "serviços de consultoria" da Freddie Mac, uma das empresas que receberam auxílio governamental nos últimos dias.

A campanha do republicano parece de olho no bloco de eleitores independentes, es-

pecial para vencer as eleições de 4 de novembro. As análises recentes do mapa eleitoral não são nada favoráveis a McCain. Se vencer nos mesmos estados em que John Kerry venceu em 2004 e ganhar no Colorado, Novo México e Virgínia – onde lidera nas pesquisas –, Obama poderá obter a proeza de se eleger sem vencer na Flórida ou em Ohio, estados que costumam ser o fiel da balança.

Dal a postura agressiva de McCain, que tomou a iniciativa política e tentou sugerir aos eleitores que enfrentar o problema deles – a crise – é mais importante até mesmo que a campanha eleitoral.

Os eleitores independentes são os que mais respondem às ações de "verificação" de McCain. São, também, os mais sensíveis ao discurso do ressentimento, em que os eleitores aparecem como vítimas dos banqueiros de Wall Street. O risco, para o republicano, está em endossar um pacote que pareça essencialmente um favor aos bancos com dinheiro público.



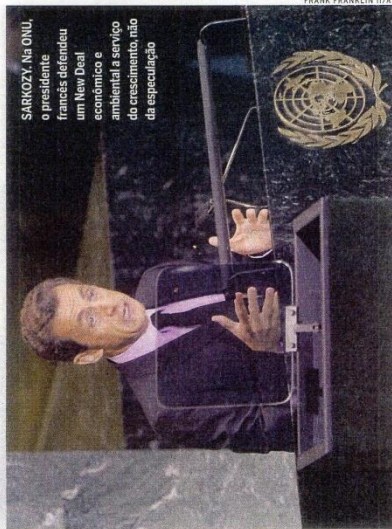
AOS LEÕES. Em vão, Paulson e Bernanke explicam ao Congresso que o caos será iminente

se em não ter o que comer". Impossível não remeter a fala de Krimoon a George Orwell em *A Revolução dos Bichos*: "Todos os animais são iguais, mas alguns são mais iguais do que outros".

Em Washington, a terça-feira 23 terminou em anticlimax. Todos esperavam os depoimentos de Bernanke e Paulson no Senado. Nenhuma luz no fim do túnel. Ambos limitaram-se a alertar para a gravidade da situação, com ares dramáticos, e traçar um breve histórico da crise. Não houve nenhum detalhamento do plano dos 700 bilhões de dólares, igual cena se repetiu na quarta 24.

Os ricos temem a recessão. Os pobres, a fome, diz secretário-geral da ONU

Como uma pá de cal, o secretário-geral da Assembleia, Ban Ki-moon, foi taxativo: "No ano passado, o mundo viveu uma alta de alimentos e do petróleo. Os países ricos estavam com medo da recessão. Os pobres preocupavam-



SARKOZY. Na ONU, o presidente francês defendeu um New Deal econômico e ambiental a serviço do crescimento, não da especulação

Nós e o Mundo

Tanto que John McCain anunciou a suspensão de sua campanha, até que o Congresso entrasse em um acordo sobre o pacote. Pediu ainda ao adversário Barack Obama que concordasse em adiar o primeiro debate televisivo, previsto para sexta-feira 26, proposta de imediato não aceita pelo democrata (quadro à página 26). Na última pesquisa, realizada após o anúncio do pacote, McCain aparecia 12 pontos atrás de Obama.

O presidente Bush, que não falava em rede nacional desde o início da Guerra do Iraque, praticamente se ajoelhou diante da população americana e clamou o apoio ao pacote. Didaticamente, explicou as origens da crise e as graves consequências, mas nem de longe esboçou um *mea-culpa*, como se o atual momento tivesse surgido por geração espontânea.

Segundo Andrew Cornford, pesquisador do instituto independente Financial Markets Center, o Congresso americano teve restrições às propostas de Paulson por lhe atribuir superpoderes, sem nenhum controle da sociedade. Também não foi esclarecido a que preço os títulos podres serão vendidos. "Quando você decide dar um apoio maciço ao sistema financeiro, o importante é ter clareza." Isso no jargão econômico se chama "precificação". Se o Tesouro pagar muito pelo título, as finanças públicas vão para o ralo. Se pouco, os bancos terão de contabilizar uma mixaria nos balanços e, talvez, nunca mais saiam do buraco.

Quanto à eleição presidencial, Cornford acredita que afetará muito pouco o resultado das negociações. "Tanto Obama quanto McCain vão apoiar a decisão do Congresso. "McCain tenderá, como republicano, a defender a idéia de não haver um limite para os bônus dos executivos que trabalhem em instituições que receberão dinheiro público."

As declarações de Bernanke e Paulson soaram mal aos ouvidos dos legisla-

dores, que zelam pelo seu eleitorado, aos do mercado, que não quer nem ouvir falar em recessão, e aos da população, que no imaginário (certo ou errado) considera que o governo privilegia Wall Street e deixa à míngua Main Street (apelido das ruas que abrigam os setores produtivos e de serviços). "Se os mercados de crédito não funcionam, haverá perda de empregos, a taxa de juro vai subir, mais

partidos para supervisionar as operações. 3. Limitação do uso do dinheiro público para os bônus dos executivos. 4. Ajuda aos inadimplentes do setor imobiliário para honrarem suas obrigações. O próprio governo poderia comprar as hipotecas.

McCain fez observações bastante semelhantes. 1. A recuperação do dinheiro do

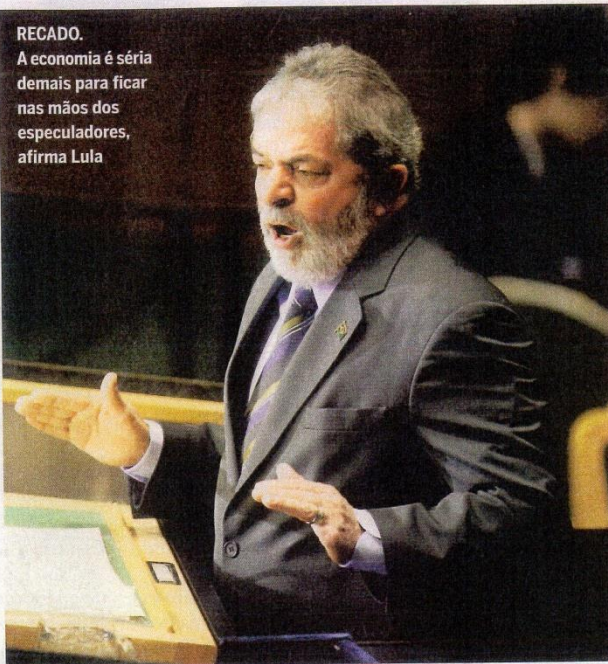
contribuinte. 2. A criação de uma comissão para supervisionar a operação salvamento. 3. Os executivos de grandes corporações não podem ganhar mais do que o salário mais alto do serviço público. 4. Transparência na implementação da legislação.

Havia ainda outros entraves relevantes, na visão do Banco BNP Paribas. Em primeiro lugar, bancos estrangeiros com atuação abrangente nos EUA terão acesso ao socorro. A questão é o critério adotado para tal relevância. Segundo o Paribas, a falta de uniformidade de tratamento entre americanos e não-americanos poderá gerar toda a sorte de manobras não exatamente ilegais, mas eticamente discutíveis.

Também relevantes são os gastos fiscais com a operação salvabancos. O Fundo Monetário Internacional (FMI) acaba de publicar um minucioso estudo sobre crises bancárias. Estimou que o prejuízo global alcançará 1,3 trilhão de dólares. A experiência histórica mostra que nos 124 episódios de crise, entre 1970 e 2007, em 59 dos casos os custos foram de 14,8% do Produto Interno Bruto (PIB). É só fazer a conta e tirar conclusões: 700 bilhões de dólares são apenas 5,1% do PIB dos EUA de 13,7 trilhões de dólares. Mesmo aprovado o pacote, a cavalaria do governo norte-americano está longe da glória de ter salvado eu, você e o restante do planeta. ■

RECADOS.

A economia é séria demais para ficar nas mãos dos especuladores, afirma Lula



inquilinos serão despejados e a economia não vai se recuperar", afirmou Bernanke, em tom de ameaça.

Basicamente, as posições dos congressistas não foram improcedentes. Por que dar tanto poder a Paulson, que assistiu inerte ao desdobramento da crise? Lembre-se de que ele está no cargo desde junho de 2006. Do lado dos democratas, pontua relatório do Santander, Obama, em um esforço para unificar o discurso do partido, anunciou quatro condições para apoiar o programa: 1. O contribuinte tem de recuperar seu dinheiro se o plano tiver êxito. 2. A formação de uma comissão dos principais

O FMI estima que a crise provocará um prejuízo global de 1,3 trilhão de dólares

Brasil



GREVISTAS ARMADOS Policiais civis desfilam os militares antes do conflito. O governador Serra denunciou o caráter eleitoral da bagunça

VALE-TUDO ELEITORAL

As campanhas de Marta Suplicy, em São Paulo, e de Eduardo Paes, no Rio de Janeiro, lançam mão de golpes baixos contra seus adversários, Kassab e Gabeira

FÁBIO PORTELA E RONALDO FRANÇA



Disputas eleitorais aguer-
ridas fazem parte do
cardápio de qualquer
democracia digna deste
nome. E, quando a tem-
peratura da batalha está
muito alta, é desculpável
que os candidatos subam um pouco o
tom das críticas mútuas. O que não é ad-
missível é que, em nome da disputa pelo
poder, sejam jogadas no lixo as regras
mínimas da ética, da decência e da res-

ponsabilidade. É isso que vem ocor-
rendo em São Paulo e no Rio de Janeiro,
as duas maiores cidades do país. As
candidaturas de Marta Suplicy, do PT
paulista, e de Eduardo Paes, do PMDB
fluminense, transformaram a reta final
das eleições municipais num período
que será lembrado com vergonha. Para
tirar votos de seus adversários —
Gilberto Kassab, do DEM, e Fernando
Gabeira, do PV, respectivamente —, as
campanhas de Marta e Paes degenera-

ram em um caldo de insinuações pre-
conceituosas de caráter sexual, calúnias
publicadas em panfletos clandestinos e
uso ostensivo da máquina pública.

A delinquência eleitoral culminou,
na última quinta-feira, com a transfor-
mação das ruas próximas ao Palácio
dos Bandeirantes, sede do governo
paulista, em uma praça de guerra. O
que parecia ser um confronto entre a
Polícia Civil, que está em greve e ten-
ta invadir o palácio, e a Polícia Mili-
tar, que defende o prédio, era, na ver-
dade, uma ação engendrada por sindi-
calistas irresponsáveis, liderados pelo
deputado federal Paulo Pereira da Sil-
va, o Paulinho da Força, que preside a
Força Sindical apesar de ser acusado
de desviar dinheiro do BNDES com a
ajuda do dono de um prostíbulo. Pauli-
nho deveria ter um único diálogo com
a polícia: a confissão. Deram-lhe a
chance de seguir outro caminho. Ali-
ado de Marta, ele insultou os policiais
contra o governador José Serra, para
atingir a candidatura de Kassab, apoi-
ado pelo tucano. Paulinho escancarou
seu objetivo em um discurso feito a
policiais na semana passada: "Estamos

chegando às vésperas do segundo tur-
no. O chefe de vocês, que é o José Ser-
ra, sabe que tem de ganhar as eleições.
E sabe que uma greve da polícia tem
repercussão nacional. A proposta que
eu quero fazer aos companheiros é
que, na semana que vem, na
quinta-feira, a gente faça
uma passeata saindo do Mo-
rumbi, com carro de som,
com bandeira, com faixa. E,
do Morumbi, vamos para a
porta do Palácio dos Ban-
deirantes". Otereceu 200
carros de som e apoio da
Força Sindical para encor-
par a passeata.

Os grevistas comparece-
ram armados — o que confi-
gura sedição, e não protesto
trabalhista. O saldo foi o
único que se podia esperar:
os policiais civis entraram
em confronto com os milita-
res, que bloquearam o cami-
nho. Houve tiroteio, ataques
com armas de bala de bora-
cha e bombas de gás lacri-
mogêneo. Ao final, 24 pes-

quanto estimulava a turba da retaguar-
da. Juntamente com ele estava o líder
do PT na Assembleia Legislativa, Ro-
berto Felício. "Não foi um duelo entre
forças policiais, mas um movimento
iniciado politicamente. Houve partici-
pação da CUT, que é ligada ao PT, e da
Força Sindical, ligada ao PDT", denun-
ciou o governador José Serra.

Não foi o primeiro ato alopado da
campanha de Marta. No último domín-
go, a petista desceu ao sub-
solo ao divulgar um comer-
cial de TV com especula-
ções maliciosas sobre a se-
xualidade do prefeito Kas-
sab, de 48 anos, solteiro e
sem filhos. Para justificar a
ignomínia, a petista e seu
marqueiro, João Santana,
botaram, é claro, a culpa na
imprensa. Disseram que os
jornalistas têm a mente po-
luída e vêem preconceito
onde ele não existe. A Justi-
ça Eleitoral não se conven-
ceu e puniu a campanha pe-
tista com a perda de 104
minutos de comerciais no
horário político da TV e 102
no do rádio. O episódio, que
apequena a biografia de
Marta e Santana, não teve
impacto eleitoral: Kassab

INTENÇÃO DE VOTO EM SÃO PAULO



Fonte: Datafolha

Brasil



CAMPAINHA INFAME A Kombi da campanha de Eduardo Paes, do PMDB, apreendida no Rio estava repleta de impressos clandestinos contra o verde Gabeira

MARCOS D'PAULA/AF

segue liderando com folga a disputa. De acordo com o Datafolha, ele tem 53% das intenções de voto, contra 37% da petista.

Imaginava-se que o segundo turno no Rio daria lugar a um debate de alto nível, mas lá também a campanha descambou para a baixaria. O alvo foi o verde Gabeira, cujo desempenho surpreendente tem tirado do sério a campanha de Eduardo Paes. Segundo o Datafolha, ele tem 44% das intenções de voto, contra 42% do peemedebista. Nas duas últimas semanas, foram distribuídos folhetos em que o verde é acusado de discriminar os suburbanos. O objetivo era explorar uma gafe de Gabeira, que se referiu à vereadora tucana Lucinha, a mais votada da cidade, como uma "analfabeta política, com uma visão suburbana". Paes tomou as dores de Lucinha, não para defendê-la, mas para jogar o adversário contra o eleitorado da Zona Oeste da cidade, que deverá ser decisivo nesta eleição. Peemedebistas organizaram ali uma passeata cujo mote era "fora Gabeira" e começaram a distribuir os tais panfletos, que não traziam a

assinatura de Paes. Na semana passada, o Tribunal Regional Eleitoral flagrou uma Kombi lotada com esses papéis. Os ocupantes do veículo admitiram trabalhar para o PMDB.

A campanha carioca foi manchada, ainda, pelo uso da máquina estadual. O governador Sérgio Cabral não poupa esforços para beneficiar Paes, seu aliado. Depois de um quebra-quebra de cabos eleitorais, seu secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, en-

tregou à campanha de Paes a ficha policial de um militante do PV agredido por peemedebistas. Encabeçou, portanto, uma tentativa de desqualificar a vítima para limpar a barra do agressor. Nem o futebol escapou. No Estádio do Maracanã, há um serviço que permite aos torcedores mandar mensagens de texto de seus celulares para ser exibidas no placar eletrônico, durante os jogos. Numa partida entre Flamengo e Atlético Mineiro, o telão do estádio exibiu os dizeres "Parabéns, Eduardo Paes" e "O subúrbio merece respeito". Nenhuma das mensagens dos eleitores de Gabeira foi exibida. Outro gol contra do governo Cabral.

Para o diretor do Datafolha, Mauro Paulino, baixaria não dá resultado. "O eleitor é esperto e bem informado. Esse tipo de ação não se reverte em votos." Suas pesquisas confirmam a análise. A uma semana da eleição, os dois candidatos que partiram para o vale-tudo continuam atrás de seus oponentes. Seria muito bom se os candidatos que enfiaram o pé na lama se esforçassem para manter pelo menos a cabeça fora dela.

INTENÇÃO DE VOTO NO RIO DE JANEIRO



FOTOS: ALESSANDRO COSTA/AF

Fonte: Datafolha



TROPA DE CHOQUE
Bush, com os ministros
da Fazenda dos países
mais ricos do mundo:
"Resposta global"

Diz-se que os economistas previram cinco das três últimas recessões. Espera-se que estejam exagerando também quanto às próximas

ANDRÉ PETRY, DE NOVA YORK

A cronologia foi de pânico mundial nos dois lados do Atlântico. Em Washington, no sábado 11, o presidente George W. Bush encontrou-se pela manhã com os ministros da Fazenda dos sete países mais ricos do mundo. "Estamos diante de uma crise global que requer uma firme resposta global", disse Bush, cenho eternamente franzido. No fim da tarde, ele apareceu, desta vez de surpresa, no encontro das autoridades econômicas do G-20, que reúne os países emergentes, Brasil incluído. Queria dizer que nenhuma "resposta global" resultaria numa sangria de capital dos emergentes. No mesmo prédio, acabara a reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI), cujo diretor-gerente, Dominique Strauss-Kahn, saiu dizendo que o sistema financeiro mundial estava "à beira de um derretimento sistêmico". Clima de pânico. No domingo, em Paris, o presidente Nicolas Sarkozy recebeu seus colegas europeus. "Precisamos de medidas concretas, precisamos de unidade", conclamou. Dos ricos aos emergentes, de Washington a Paris, a tropa de choque mundial corria para salvar o sistema financeiro despejando a cifra colossal de mais de 1 trilhão de dólares nos bancos que se desmilinguiam. Era preciso evitar que as bolsas, ao reabrir na segunda-feira, reprisassem o espetáculo tétrico da semana anterior, quando começaram a cair num abismo sem fundo.

Deu certo. Na segunda-feira, as bolsas ficaram eufóricas. Em São Paulo, alta de 14,7%. Em Nova York, 11,6%. Em Paris, 11,2%. Em Frankfurt, 11,4%. Em Londres, 8,3%. Enquanto as bolsas exibiam em público quanto o mundo financeiro virara uma coisa só, o secretário do Tesouro americano, Henry Paulson, encarava em privado um sinal dramático dessa unidade planetária. Diante dos nove maiores banqueiros dos Estados Unidos, convocados às pressas para uma reunião em Washington, Paulson disse que o governo americano estava comprando parte de seus bancos — compulsoriamente. Houve banqueiro achando que era uma boa ideia (J.P. Morgan) e banqueiro reagindo duramente à venda forçada (Wells Fargo). No fim, querendo ou não, todos assinaram a venda. É a mais cara nacionalização bancária da história, na qual o governo americano vai desembolsar 250 bilhões de dólares para comprar ações de milhares de bancos, a começar pelos nove gigantes. Desde

veja | 22 DE OUTUBRO, 2008 | 85

Economia



DE OLHO NO FUTURO Gordon Brown, o "Flash Gordon", quer "nova arquitetura" e o americano já abatece por menos: a recessão é evitável?

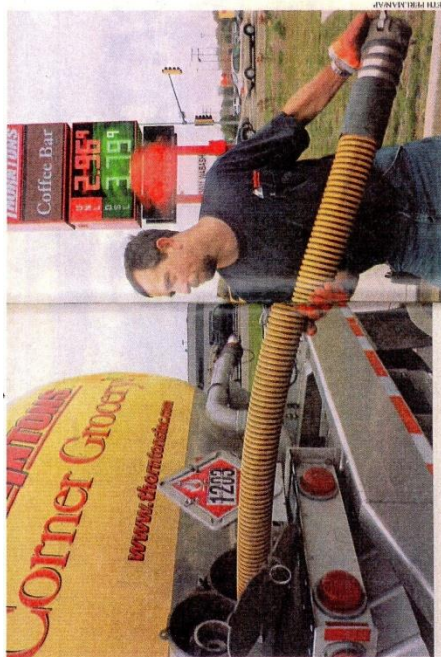
que a Europa, com a Inglaterra à frente, decidira comprar ações de seus bancos, os EUA não tinham outra opção senão tomar o mesmo caminho, sob pena de deixar seus bancos na chuva. Coisas do mundo globalizado.

Tão globalizado que, no dia seguinte, quando a solução para a crise financeira estava finalmente encaminhada, as bolsas voltaram a cair. Motivo? O temor de uma recessão global severa. Os economistas previram cinco das três últimas recessões. Espera-se que estejam exagerando também quanto às próximas. Mas os sinais de que a economia real sentiu o tranco da crise começaram a aparecer. A produção industrial dos EUA caiu 2,8% no mês passado. É a maior queda desde 1974. O consumidor americano, conhecido gastador, está começando a conter os gastos.

"É um dado realmente crítico", disse a VEJA o ministro do Comércio americano, Carlos Gutierrez. Crítico porque 70% da economia americana corresponde aos gastos de consumo. Já caiu o preço da gasolina. Os automóveis, do vestuário. Se a economia americana para, a economia

mas isso foi antes. Reunido de Bretton Woods, em 1944, agora se podia começar por Doha, não?

86 | 22 DE OUTUBRO, 2008 | veja



Bretton Woods, em New Hampshire, que reuniu representantes de 44 países em julho de 1944. A ideia era evitar a repetição do tumulto monetário do período entre os dois conflitos mundiais e estabelecer as bases para a reconstrução da Europa devastada pela guerra. Para tanto, a conferência criou um novo sistema monetário internacional, já sob a influência hegemônica dos Estados Unidos. Depois de três semanas, a reunião consolidou a supremacia do dólar americano sobre a libra inglesa, criou mecanismos para estabilizar o câmbio, evitando as oscilações selvagens de antes, e definiu os princípios do livre comércio. Durou até 1971, quando o câmbio fixo explodiu e se adotou o flutuante. Em Bretton Woods, gestou-se o embrião do capitalismo moderno.

Germínio ali a primeira semente do que hoje é a globalização. Mas a crise atual mostrou que, em alguma medida, o que foi construído há mais de meio século precisa de retoques. A questão é saber quais.

Uma alternativa é concluir o que já se concluiu — como a Rodada Doha, promovida pela Organização Mundial do Comércio (OMC), filho, aliás, das instituições de Bretton Woods, nascida da costela do antigo

potentados do mundo se mexam.



andrepetry@abril.com.br

Autocarbonização

que não é isso que pensa deles, não vale. Porque foi a esse tipo de pensamento obscurantista que quis dar eco. Quem diria: até o movimento de gays, lésbicas e assemelhados, ouzora admirador carvo da candidatura, protestou.

Confrontada com sua baixeza, Marta disse que "a decisão está na mão do marqueteiro" e que nem viu "a campanha no ar". Desdobrando, não sabia de nada, o assunto não era com ela, nem disse que ia ver a peça ou rever a decisão de divulgá-la. Relaxando e gozando.

Marta Suplicy tem como salvar-se da autocarbonização? No máximo, talvez, possa salvar as aparências. Só há um jeito: vir a público pedir desculpas a Gilberto Kassab (pela difamação), aos homossexuais (pela discriminação), aos seus eleitores de ontem (pela traição) e aos eleitores em geral (pela suposição de que são todos imbecis). Não é certo que todos aceitem as desculpas. Mas, pelo menos, Marta teria discurso para... seguir discursando.

Como isso não deve acontecer, a rabacuada fica autorizada a achar que Marta Suplicy está pronta para juntar-se à massa de evangélicos homofóbicos que, a esta altura, deve estar exultante com a sua conversão dramática e pública. E, quem sabe, deve agora brinde-la com seu voto. (Atenção: este texto afirma que há evangélicos homofóbicos, como é notório. Este texto não afirma que todos os evangélicos são homofóbicos.)

Marta Suplicy, contrariando os prognósticos do momento, pode até se eleger no dia 26. Mas será apenas um misto emanação da decomposição do que ela puramente não é, ou o que ela não pode ser, um homossexual. Prefere não pôde. Se Marta recorrer aos escambos do seu passado de apoio a gays e lésbicas para dizer que perca a eleição.

Como isso não deve acontecer, a rabacuada fica autorizada a achar que Marta Suplicy está pronta para juntar-se à massa de evangélicos homofóbicos que, a esta altura, deve estar exultante com a sua conversão dramática e pública.

A difamação contra Kassab ferre de morte a militância passada de Marta em defesa da diversidade sexual, mas faz mais. Mostra a disposição da petista de apelar para os instintos mais preconceituosos do eleitorado, se isso lhe render votos. Como defensora que já foi de gays e lésbicas, Marta deve saber que é fácil apelar para a intolerância, a ignorância e a discriminação porque são primitivismos abundantes. Só não é de ceder.

A peça revela uma visão torpe de Marta sobre o que é, ou o que pode ser, um homossexual. Prefere não pôde. Se Marta recorrer aos escambos do seu passado de apoio a gays e lésbicas para dizer que perca a eleição.

veja | 22 DE OUTUBRO, 2008 | 87

Marta Suplicy está pronta para juntar-se à massa de evangélicos homofóbicos que, a esta altura, deve estar exultante com a sua conversão dramática e pública

PODE BATER, QUE O GIGANTE É MANSO

O presidente do Equador expulsa a Odebrecht do país, seqüestra os bens da empresa e ameaça dar calote no BNDES. E mais uma vez o Brasil apanha sem reclamar

DUDA TEIXEIRA

Os presidentes populistas da América do Sul esbravejam o tempo todo contra os Estados Unidos. Contam-se nos dedos de uma só mão, contudo, as medidas concretas contra interesses americanos adotadas por esses governos. Em lugar disso, quando querem agitar uma causa nacionalista para unir a nação em torno do presidente, o golpe é desferido contra o Brasil. Fazem isso com total desfaçatez, pois a experiência dos últimos anos demonstrou que o vizinho grandalhão engole passivamente as humilhações. Na semana passada, Rafael Correa, presidente do Equador, expulsou a Odebrecht, seqüestrando os bens da construtora, ocupou com tropas quatro de suas obras e proibiu quatro diretores de deixar o país. Dois deles escaparam a tempo de volta para o Brasil. Os outros dois buscaram refúgio às pressas na casa do embaixador brasileiro em Qui-

to. Os engenheiros brasileiros que permanecem nas obras passaram a ser espiados e dormem em quartos de hotel com soldados vigiando no corredor. Por fim, Correa ameaçou não pagar um empréstimo de 243 milhões de dólares concedido pelo BNDES. Mediante tal flagrante desrespeito às regras internacionais e aos direitos humanos, a diplomacia brasileira traçou mais uma vez de defender os direitos nacionais dos equatorianos. "Houve, digamos, ações preventivas por parte do Equador. Não houve conflito", desconversou o chanceler Celso Amorim.

As vítimas mais expostas dessa excessiva tolerância do governo petista em relação aos abusos cometidos pelos *terranos* são as empresas e os cidadãos brasileiros nos países vizinhos. "O Brasil está pagando o preço por ter uma economia saudável, em crescimento e aberta para o mundo", disse a VEA o advogado americano Allen Weiner, professor da Universidade Stanford e ex-

COM AMIGOS COMO ESTES...

Para os governos populistas, o Brasil é o vizinho grandalhão que pode ser surrupiado sem temor de represália



Equador
Rafael Correa expulsou a Odebrecht, seqüestrando os bens da construtora e tentou prender quatro de seus diretores. De quebra, ameaça dar um calote de 240 milhões de dólares no BNDES. A Petrobras já desistiu de operar no país



Argentina
O governo do casal Kirchner dificulta a compra de empresas locais por companhias brasileiras. A Petrobras ofereceu 200 milhões de dólares pela Esso, mas não conseguiu fechar o negócio devido à oposição oficial



Bolívia
Evo Morales tomou duas refinarias da Petrobras e rasgou contratos para aumentar o preço do gás. Agora, orienta as milícias camponesas a invadir as fazendas de brasileiros, que respondem por 30% da soja do país



Venezuela
Hugo Chávez limitou a importação de carros brasileiros, a pretexto de economizar divisas e estimular a produção doméstica. Como resultado, as vendas para o país vizinho na primeira metade do ano caíram 83% em relação a 2007



Paraguai
O presidente Fernando Lugo quer obrigar o Brasil a pagar mais caro pela energia de Itaipu e fazer reforma agrária nas propriedades dos brasileiros. O cadastramento dos colônos brasileiros começou na semana passada



PRESSÃO MILITAR

Soldados vigiam prédio da Odebrecht em Guayaquil: guerra contra quem?

tolerado. Correa alegou que problemas no funcionamento da usina hidrelétrica de San Francisco, parada há três meses por motivos técnicos, haviam motivado a medida. Segundo a Odebrecht, a culpa é dos técnicos equatorianos que fizeram o projeto da usina. Eles não levaram em conta a existência do Vulcão Tungurahua, a 20 quilômetros da unidade. Uma erupção em agosto de 2006 aumentou em 35 vezes a concentração de sedimentos na água do Rio Pastaza, os quais danificaram as turbinas.

Nas doze reuniões tensas que ocorreram nas últimas quatro semanas para encontrar uma solução, a construtora se comprometeu a colocar a usina em funcionamento no dia 4 de outubro, nesta semana. Os funcionários equatorianos deixaram claro que cumpriam ordens diretas do presidente e que um acordo não seria possível. Correa precisou de um facíndole nacionalista para aprovar seu projeto de Constituição em um referendo no domingo 28. Se conseguir metade mais um dos votos, terá poder para dissolver o Congresso e poderá se reeleger. Azar do Brasil. "Ao expulsar a Odebrecht e ameaçar brasileiros, Correa solapou o Judiciário e agiu como se estivesse em estado de sítio", diz a advogada Mariela Basso, especialista em direito internacional e professora da Universidade de São Paulo (USP). "É preciso deixar de considerar esses presidentes como amigos camuflados para vê-los como realmente são, chefes de estado que subvertem o estado de direito." Em outras palavras, chega de apunhar calado.

Nas explicações ao Indert, o instituto de terras paraguaias. Eles teriam de dizer o Brasil também não tivesse direitos previstos nos acordos assinados. Desta vez ele usou uma metáfora familiar para explicar o imobilismo. "Você imagina, na sua casa, quando você morava com três ou quatro irmãos menores, você podia estar com a razão, mas eles ficavam te cobrando coisas", disse o presidente. O Equador seria esse irmão menor, que não tem razão, mas precisa ser



A batalha será longa

A aprovação do pacote do governo americano dá esperanças no combate à crise financeira. Mas a economia real vai demorar para se recuperar

Paulo Moreira Leite, de Washington

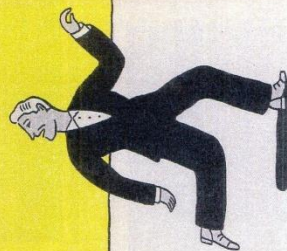


Ilustração: Marcelo Gipe

Para quem passou as últimas semanas em busca de um sinal de esperança na economia mundial, a votação na Câmara dos Deputados, na sexta-feira, em Washington, trouxe um raro momento de alívio. Por 263 votos a favor e 171 contrários, deputados aprovaram um pacote de US\$ 850 bilhões, autorizando o governo George W. Bush a dar início a uma das maiores operações de socorro financeiro desde a invenção do capitalismo, no século XVII.

Confirmando o resultado de uma votação do Senado, dois dias antes, a cisão não pode ser desprezada, mas tem valor relativo. A reação de Wall Street após a votação, registrou uma queda de 1,5%. O Ibovespa subiu ao longo do mas começou a cair depois da aprovação do pacote e ficou em 3,5% negativos. As Bolsas de Londres, Paris, que fecharam mais cedo, subiram. Isso mostra apenas que a dança dos papéis começa a perder importância a partir de agora. Também mostra os limites do pacote americano.

A economia americana vive hoje um desastre histórico, o maior em três gerações. O desastre já perdeu o caráter financeiro e entrou no circuito da vida real, onde estão os empregos, as indústrias, as pequenas e médias empresas, as lojas, os trabalhadores e suas famílias. São essas realidades infinitamente mais graves e palpáveis que vão preocupar as pessoas, a partir de agora. A crise atravessou o Atlântico e abalou gigantes financeiros da Europa. Como seus parentes americanos, eles pareciam fortales de granito há menos de um mês, o que levou ministros do Velho Mundo a fazer promessas de auto-suficiência – pura bravata, agora se sabe.

O voto "sim" da sexta-feira mostra que nem tudo fugiu ao controle. Era o que se temia depois da segunda-feira 29 de setembro, quando o voto "não" de 228 deputados contra 205 "sim" derrubou Wall Street em 7%, a maior queda desde 11 de setembro de 2001. No dia em que os Estados Unidos sofreram ataques terroristas, catástrofes financeiras semelhantes ocorreram no mundo inteiro, inclusive em São Paulo, onde a Bolsa fechou automaticamente depois de uma queda de 10%. Com o cheque aprovado na semana passada, o Tesouro americano terá recursos para comprar bilhões de dólares em papéis pobres do mercado de hipotecas. O caixa dos bancos ficará reforçado, e eles conseguirão abrir linhas de crédito que podem ajudar a economia dos Estados Unidos a crescer.

Embora a economia não seja uma ciência exata e o mercado insiste em pregar peças em tantas autoridades que pretendem conduzi-lo, é razoável acreditar que este seja o começo do fim da catástrofe. Mas as incertezas são muitas e sair completamente da crise pode levar um longo tempo. Operações de salvamento como esta já deram certo em outros lugares. Mas são demonstradas, envolvem ações complexas e variáveis fora de controle. Nunca se fez uma operação desse tamanho no coração da imensa economia americana – país

que em geral é visto na função de ajudar outras nações, em vez de tentar encontrar um remédio para si próprio.

Um caso bem-sucedido de intervenção envolve a economia sueca. Ela enfrentou um colapso parecido no início da década de 90, quando os bancos quebraram e 60 mil empresas foram fechadas. O governo de Estocolmo aprovou um pacote modesto pelos padrões do socorro americano – seu valor era de US\$ 160 bilhões – e 20 meses depois a economia voltou a crescer 3% ao ano. Já o Japão entrou para a História como um caso ruinoso. A economia japonesa quebrou em 1990. Os bancos afundaram e a confiança de consumidores e investidores evaporou. Mesmo com juros negativos, ninguém se animava a investir. O país sofreu sete anos num pantano que acabou batizado como "depressão perdida".

Diversas tentativas de mobilizar recursos do Estado para recuperar a economia foram rejeitadas – em função do ódio do cidadão comum e da falta de capacidade dos políticos para dobrá-lo. Apenas em 1997, com o país exausto, foi possível aprovar um pacote de US\$ 168 bilhões, muitos bilhões a mais do que se gastou em Washington apenas para nacionalizar imobiliárias Fanny Mae e Freddie Mac. A demora para entrar em ação teve seu preço. Depois da aprovação do pacote, a economia japonesa levou mais de cinco anos para se recuperar.

A maioria das pessoas costuma comparar a crise de 1929 com a catástrofe de 1929, que jogou os Estados Unidos para o mundo na Grande Depressão, tragédia que acumulou problemas econômicos, erros de política financeira e cegueira política. O gabinete do secretário do Tesouro, Henry Paulson, o ministro real não é o fantasma de 1929, e sim o desastre japonês, considerado mais perigoso e instrutivo porque envolve economias modernas, com estruturas financeiras semelhantes, costumam gerar dificuldades e soluções aparentadas.



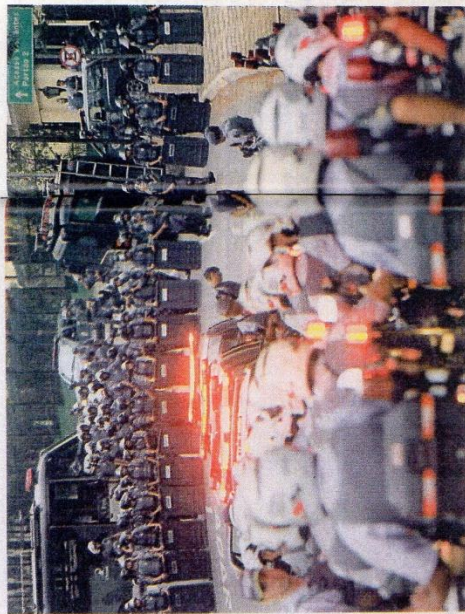
Só falta rolar na lama

Um confronto de policiais em São Paulo e as insinuações sobre a vida pessoal de Kassab abalxam o nível da disputa na reta final

Ricardo Mendonça

A dez dias do segundo turno da eleição, a disputa eleitoral pela Prefeitura de São Paulo virou um jogo sujo. Dezesseis pontos atrás nas intenções de voto, segundo a última pesquisa do Instituto Datafolha, a campanha da ex-ministra Maria Suplicy (PT) resolveu apelar para insinuações sobre a vida sexual do prefeito Gilberto Kassab (DEM), na tentativa de mudar o rumo da eleição. Na quinta-feira, um confronto entre policiais civis em greve e a Polícia Militar deixou 25 feridos – entre eles, um oficial da PM baleado –, quando os grevistas, muitos armados, marcharam para o Palácio dos Bandeirantes com o objetivo de forçar um encontro com o governador de São Paulo, José Serra (PSDB), principal aliado de Kassab.

Serra disse que o confronto entre os policiais em greve e os PMs encarregados de proteger a sede do governo de São Paulo foi instigado por sindicalistas da CUT e da Força Sindical e por políticos aliados da candidatura de Marta, com objetivos eleitorais. A acusação provocou resposta. O PT acusou Serra de “tentar jogar nas costas do partido um problema dele”. Os contornos políticos do confronto da semana passada foram dados principalmente pela presença, entre os líderes da marcha, do presidente da Força Sindical, o deputado federal Paulinho da Força (PDT-SP). Alvo de um processo do Conselho de Ética da Câmara, pela acusação de recebimento de propinas na liberação de financiamentos para prefeituras pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Paulinho foi, no passado, um adversário do PT e da CUT. Alçou-se aos petistas depois que ganhou cargos e poder no governo Lula com a ida do pedetista Carlos Lupi para o Ministério do Trabalho. Na eleição municipal de São Paulo, Paulinho insinuou, num primeiro momento, a intenção de entrar na disputa eleitoral, mas engajou-se na campanha de Marta depois que o bloco formado por PCdoB, PDT e PSB decidiu de ter candidato próprio.



É GUERRA
Cenas do confronto entre policiais civis e militares em São Paulo. A greve foi invadida pela política eleitoral

Num vídeo postado no site YouTube, Paulinho pode ser visto, numa manifestação organizada pelo comando da greve dos policiais civis, uma semana antes do confronto, colocando a disposição dos grevistas a estrutura da Força Sindical para a marcha até o Palácio dos Bandeirantes. Na manifestação, Paulinho fez referências também à disputa eleitoral. “Estamos chegando às vésperas do segundo turno. A coisa aqui é séria”, (Serra) sabe que a greve de vocês está causando repercussão nacional. Ele não dá aumento de salário há 14 anos e o povo do Brasil não sabe disso. E ele quer ser presidente da República”, diz. Pouco antes do confronto da quinta-feira, Paulinho apareceu em cima de um caminhão, incitando os policiais a “subir” até o Palácio dos Bandeirantes, caso Serra não recebesse uma comissão de grevistas. O PT, as centrais sindicais e o comando dos policiais civis em greve reagiram às acusações de manipulação eleitoral. Atribuíram a Serra a responsabilidade pelo confronto, fruto de uma suposta intransigência nas negociações.

As eventuais incitações criminosas ao confronto só poderão ser esclarecidas por uma investigação independente. Mas é curioso que a greve dos policiais, que reivindicam aumento salarial há mais de um mês, só tenha chegado ao auge às vésperas da eleição e quatro dias depois de uma das mais maliciosas operações de marketing eleitoral da história do país. Sob a orientação do marqueteiro João Santana, o mesmo que dá assessoria ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a campanha de Marta pôs no ar por dois dias uma propaganda de gosto duvidoso. Depois de uma série de questionamentos sobre a história política do adversário, um locutor oculto finalizava a propaganda na TV com as seguintes perguntas: “É casado? Tem filhos? Já que ele não informa nada, não é mais prudente se informar melhor sobre ele?”

A pergunta, inocente na aparência, foi uma forma insidiosa de questionar a vida sexual de Kassab, por ele ser solteiro aos 48 anos e não ter filhos. Um jeito de insinuar que ele seria homossexual. Dois dias depois da veiculação da propaganda, durante uma sabatina promovida pelo jornal *Folha de São Paulo*, Kassab foi constrangido a negar que seja homossexual. “Acho lamentável uma campanha na maior cidade do país sair com uma insinuação maldosa, maquiavélica e mentirosa. É falta de respeito com o cidadão e com o adversário”, disse Kassab à *FOLHA*.



SÃO PAULO

Depois de críticas veementes, imediatas e suprapartidárias, que partiram desde do Comitê LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) até dos integrantes da cúpula do PT, Marta tentou se desvincular da propaganda. Disse que não tinha conhecimento dela antes da veiculação e que ela fora de responsabilidade de João Santana – como se decisões cruciais de uma campanha eleitoral pudessem ser tomadas por publicitários e sem o aval do candidato. João Santana, por sua vez, disse que não imaginava que a propaganda iria provocar insinuações de que Kassab é homossexual – como se ele fosse um ingênuo, e não um experimentado marqueteiro com histórico de campanhas no Brasil e no exterior.

Apesar das negativas da campanha de Marta, as evidências apontam para uma operação cirurgicamente implementada. Em primeiro lugar, pela escolha cuidadosa das palavras. A propaganda lança dúvidas sobre a vida sexual de Kassab, mas sem fazer nenhuma afirmação direta. “Não acusamos Kassab de ser gay”, diz o deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP), coordenador da campanha de Marta. “Apenas queremos discutir quem é o candidato e qual é sua história.” Em segundo lugar, as perguntas não foram proferidas por Marta, um recurso que permitiu a ela afirmar, após as primeiras críticas, que de sua boca ninguém ouviria preconceito algum. As insinuações sobre a sexualidade de Kassab também parecem ter o objetivo de minar o principal jingle da campanha do prefeito, que começa sempre com a frase: “Agora, São Paulo já sabe”.

Ao que tudo indica, o momento para lançar a propaganda também foi calculado. Ela foi ao ar logo na estréia da propaganda eleitoral do segundo turno, quando já estava clara uma onda favorável a Kassab sobre Marta, que liderou a maior parte da campanha. O método foi o mesmo usado por Lula na eleição presidencial de 2006, quando foi surpreendido por ter de disputar o segundo turno contra Geraldo Alckmin (PSDB). Naquele momento, Lula, também assessorado por João Santana, surpreendeu o oponente com uma “acusação” polêmica: tachou Alckmin de ser um privatista inveterado. A estratégia garantiu a reeleição de Lula. A diferença

A propaganda contra Kassab segue o mesmo método usado pelo marqueteiro João Santana na campanha de 2006

crucial é que o ataque de Lula não fazia alusão à vida privada.

Uma pesquisa Datafolha publicada na sexta-feira apontou que, a princípio, a propaganda da campanha de Marta não produziu efeito eleitoral. Kassab está 16 pontos à frente da candidata, com 53% das intenções de voto em comparação aos 37% da petista. Apesar de preocupados com eventuais prejuízos à imagem de Kassab, os marqueteiros Luiz Gonzalez e Woile Guimarães, responsáveis por sua campanha, decidiram não responder diretamente ao ataque e usá-lo para conseguir mais de cem minutos de direito de resposta da campanha de Marta no rádio e na TV. “Não vamos entrar na agenda deles”, diz Gonzalez. Entre os aliados de

Marta, a avaliação é que a propaganda teve pelo menos um resultado eleitoral positivo. Pesquisas internas do PT mostravam que os paulistanos já não estavam mais tão atentos à campanha, o que dificultaria uma virada de Marta. A peça sobre Kassab serviu para chamar de novo a atenção para a campanha.

Para conseguir isso, porém, a campanha de Marta jogou fora a biografia política da própria candidata. Ex-sexóloga, Marta se tornou conhecida pela defesa do combate ao preconceito contra os homossexuais e do direito de pessoas do mesmo sexo à união civil. Jogou fora também os argumentos do PT. O partido reclamava, muitas vezes com razão, dos adversários que recorriam a questões de ordem pessoal para atacar seus candidatos. “Marta tem um papel importante na luta contra o preconceito e, por isso, a gente não pode aceitar esse tipo de postura”, diz a deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP), ex-prefeita de São Paulo e aliada de Marta. “Quando eu era prefeita, enviavam cartas com fezes para o meu gabinete e para minha casa. Escreviam contra minha origem nordestina, sempre com uma linguagem chula. Eu esperava que esses preconceitos estivessem eliminados.”

Na campanha municipal de 2004, a própria Marta foi alvo de ataques baixos quando a direção do PSDB soltou uma nota intitulada “Dona Marta e seus dois maridos” para ironizar o apoio do ex-marido, o senador Eduardo Suplicy. Na disputa à Presidência de 1989, Lula foi acusado por Fernando Collor de ter sugerido o aborto da filha Lurian. Lula perdeu aquela eleição e mais duas, mas não há registro de que tenha recorrido ao jogo sujo ou a baixarias para chegar ao Palácio do Planalto. Essa talvez tenha sido uma das razões de seu sucesso eleitoral. ♦

Fotos: Eder Medeiros/Folha Imagem e Lumi Zucchi/AE



“Desvirtuaram a propaganda para lançar lama em cima de mim”

MARTA SUPLICY, tentando se desvincular da propaganda contra Kassab



“A insinuação é maquiavélica. É falta de respeito com o adversário e com o cidadão”

GILBERTO KASSAB, em resposta à propaganda de Marta

Brasil

O BRASIL REAL CONTRA O BAIXO-ASTRAL

O governo compra briga com especuladores e põe dinheiro no mercado, analistas vêem o País mais forte e cabe agora às empresas manter os investimentos

Océlvio Costa

Dois anúncios publicados nos jornais na semana passada chamaram a atenção sobre o que distingue o Brasil de outros países, nesses dias de crise. Um deles reproduz anúncio publicado no *The New York Times*, no qual a Artplan destaca que o Brasil é uma excelente oportunidade de investimento. "Nos-

sa democracia está consolidada, nossa indústria está forte, nossa inflação está sob controle há vários anos e nosso vasto território assegura que não faltam lugares para receber investimentos. Invista no Brasil", conclama a Artplan. O outro é da Votorantim Cimentos, um dos braços do maior grupo industrial do País. A família Ernirio de Moraes informa que, "enquanto muitos discutem os tempos de incerteza, a Votorantim Cimentos investe no Brasil". No momento, a empresa está investindo R\$ 3 bilhões na expansão de fábricas. Até 2011, a capacidade de produção será ampliada em 280 milhões de sacos por ano. "Essas iniciativas reafirmam nosso

compromisso com o crescimento do País", ressalta o anúncio.

Nesses dias de pânico nas Bolsas, os anúncios da Artplan e da Votorantim poderiam até soar como propaganda enganosa – mas não são. É a maior prova de que os anúncios são fiéis à realidade está nos argumentos que despontam diante da seguinte pergunta: afinal, caso fosse uma mercadoria à venda, será que o "produto Brasil" reuniria mesmo as características que são exaltadas nas duas peças publicitárias? A resposta é afirmativa. O Brasil nos últimos anos ganhou músculos que lhe permitem enfrentar as intempéries. "Enquanto a cigarra estava cantando, a gente trabalhava",

CONFIANÇA Lula lança plataforma da Petrobras: "Enquanto a cigarra cantava, a gente trabalhava"

FOTO RICARDO STUCKERT/RE



NO COLO DO ESTADO

CRISE Os investidores que se cuidem: o que se viu até agora é só o começo do ajuste à queda do muro de Wall Street

POR ANTONIO LUIZ M. C. COSTA



A semana pareceu começar bem para as bolsas. Depois de despenharem por um precipício que parecia sem fundo, os índices tiveram uma forte recuperação na segunda-feira 13, dando aos mais otimistas – ou ingênuos – a impressão de que a crise já chegara ao fundo do poço.

O fato novo era o compromisso de seis países da Zona do Euro com um total de 1,32 trilhão de euros (1,8 trilhão de dólares) para garantir empréstimos interbancários e capitalizar seus bancos. A Alemanha reservou 500 bilhões, a França, 360 bilhões, Holanda, Espanha, Áustria e Portugal mais 460 bilhões. Somando os 400 bilhões de libras do Reino Unido e os 350 bilhões de coroas da Noruega, a vaquinha europeia totaliza 1,87 trilhão de euros ou 2,55 trilhões de dólares. Além disso, a Itália prometeu disponibilizar "o quanto for necessário" e a Suécia e a Polónia sinalizaram planos semelhantes.

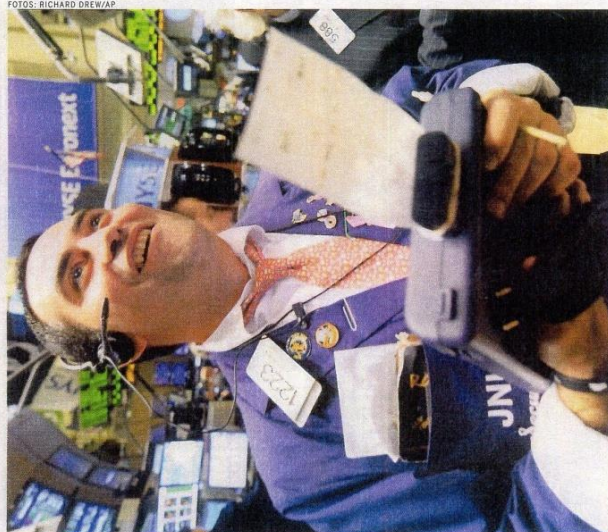
Na quinta-feira 16, a 13 de outubro, Suíça anunciou que compraria 60 bilhões de dólares em ativos hipotecários do UBS, além de uma participação de 9% por 5,25 bilhões.

Com isso, a região, que até então não articulava uma política conjunta ante a crise, cobriu a aposta dos Estados Unidos. Um dos piores temores do mercado financeiro, o colapso do euro e da União Europeia, foi afastado. O mercado financeiro europeu reagiu com euforia e o resto do mundo o acompanhou. O Índice Dow Jones saltou 11,1%, para 9.388 – uma alta de 936 pontos, a maior da história –, e o Ibovespa teve alta de 14,7%, a maior em dez anos.

Foi como se um doente conseguisse do SUS os recursos para iniciar o tratamento de uma citrose recém-diagnosticada e comemorasse com uma bebedeira homérica. Mas a sobriedade retornou à maioria dos mercados na tarde de terça-feira e a Europa na quarta. No final da quarta-feira, os ganhos da segunda haviam sido devolvidos.

Que os governos europeus mostrem disposição e capacidade de luta conjunta contra o risco de uma depressão é, sem dúvida, uma boa notícia. Nenhum mercado vale mais que o governo que o garante.

FOTOS: RICHARD DREW/AP



deixaram transparecer, até agora e que acabaram por vir à tona em breve, juntamente com outras notícias economicamente negativas.

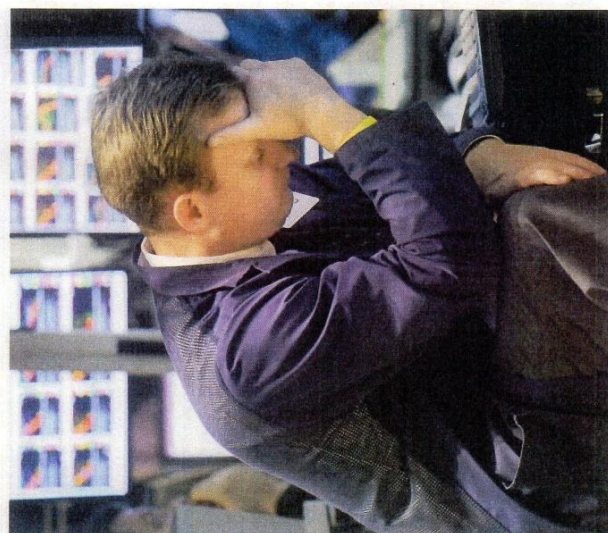
O Tesouro dos EUA delineou a aplicação dos primeiros 250 bilhões do pacote aprovado pelo Congresso. A metade será aplicada em capitalização (por meio de ações preferenciais) dos oito maiores bancos e o resto nos bancos menores. Citigroup, JP Morgan, Wells Fargo e Bank of America/Merrill Lynch devem receber 25 bilhões cada um (ante um valor de mercado da ordem de 100 bilhões cada), Goldman Sachs e Morgan Stanley, 10 bilhões cada, Bank of New York Mellon, 3 bilhões e o State Street, 2 bilhões.

Ainda assim, as cotações de vários deles continuaram a cair, pois todos têm grande parte dos ativos aplicados no setor hipotecário e outros clientes de risco: no trimestre, o Merrill Lynch perdeu 5 bilhões, o Citigroup, 3 bilhões.

Não está claro quais instituições vão conseguir reagir graças ao socorro estatal e até que ponto. Segundo o economista Nouriel Roubini, colunista de *CartaCapital*, será preciso dobrar o valor desse socorro e proibir os bancos de distribuir dividendos para garantir capitalização suficiente.

No relatório de outubro, o FMI revisou de 945 bilhões para 1,4 trilhão de dólares, 10% do PIB, a estimativa de perdas com dívidas nos EUA, mas Roubini prevê 3 trilhões. O setor financeiro reconheceu, até agora, perdas de 637 bilhões. Graças à diversificação de riscos, metade desses prejuízos deve acontecer fora do país – mas, por outro lado, parte das perdas de outros mercados também recairá sobre os EUA.

recidos pelos governos dos países não bastará para sustentar o crédito se não houver estímulos também às empresas na forma de gastos estatais frutíferos e programas de incentivo aos consumidores sobrecarregados com dívidas hipotecárias. A boa notícia, no novo quadro político, econômico e ideológico, isso deixou de ser. Ninguém cogita de pedir cortes de gastos públicos e seus efeitos para conter a inflação (EUA), como se exigia dos países ricos em crise nos anos 90.



Embora longe do centro dos países da Europa Oriental se ameacem a curto prazo (de lá, é claro). Ucrânia, Hungria e os países bálticos estão com as portas abertas para o socorro e pediram ajuda emergencial à União Europeia.

A boa notícia é que a vaquinha da Europa fez 25 trilhões de dólares. A má é que não bastará

Mais tempo para os países da Zona do Euro. Mais tempo para os países da Zona do Euro. Mais tempo para os países da Zona do Euro.

Entre as empresas em maior risco estão as três grandes montadoras de veículos: a General Motors, a Ford e a Chrysler.

FASE DEPRESSIVA Em 48 horas, todos os ganhos foram devolvidos. A crise não só deu um passo para trás, como também para frente.

As vendas anuais de veículos nos EUA foram de 11 milhões em 1993, e a produção industrial caiu 14,7% em 2003.